



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Dinah ReikoTutyia

RUA DR. ASSIS: UMA INCURSÃO PELA PAISAGEM
PATRIMONIAL TRANSFIGURADA DA CIDADE VELHA, BELÉM DO
PARÁ

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Área de concentração: Análise e Concepção do Espaço Construído na Amazônia; linha de pesquisa: Patrimônio, Restauro e Tecnologia. Sob orientação da Prof^a. Dr^a. Cybelle Salvador Miranda.

Belém
2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Dinah ReikoTutyia

RUA DR. ASSIS: UMA INCURSÃO PELA PAISAGEM
PATRIMONIAL TRANSFIGURADA DA CIDADE VELHA, BELÉM DO
PARÁ

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Área de concentração: Análise e Concepção do Espaço Construído na Amazônia; linha de pesquisa: Patrimônio, Restauro e Tecnologia. Sob orientação da Prof^a. Dr^a. Cybelle Salvador Miranda.

Data: 19/3/2013

Banca Examinadora:

Presidente: Cybelle Salvador Miranda
Doutora em Antropologia/UFGA
Programa de Pós-graduação em
Arquitetura e Urbanismo - UFGA

Examinador Interno: Prof. Dr. Fernando Luiz Tavares Marques
Doutor em História/PUC-RS
Programa de Pós-graduação em
Arquitetura e Urbanismo – UFGA/
Programa de Pós-graduação em Antropologia - UFGA

Examinador Externo: Jane Felipe Beltrão
Doutora em História/UNICAMP
Programa de Pós-graduação em Antropologia - UFGA

Belém
2013

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Tutyia, Dinah Reiko, 1979-

Rua Dr. Assis: uma incursão pela paisagem
patrimonial transfigurada da Cidade Velha, Belém
do Pará / Dinah Reiko Tutyia. - 2013.

Orientadora: Cybelle Salvador Miranda.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal
do Pará, Instituto de Tecnologia, Programa de
Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belém,
2013.

1. Patrimônio cultural-Proteção-Belém (PA).
2. Antropologia urbana-Belém (PA). 3.
Paisagens-Belém (PA). I. Título.

CDD 22. ed. 363.69098115



Ata de defesa de Dissertação de Mestrado

Aos dezenove dias do mês de março do ano de 2013, às 9 horas, no auditório do Atelier de Arquitetura e Urbanismo, reuniram-se os membros da banca examinadora composta pelos (as) professores (as): Prof^a Dra. Cybelle Salvador Miranda (Presidente e Orientador), Prof^a Dra. Jane Felipe Beltrão e o Prof. Dr. Fernando Luiz Tavares Marques a fim de argüirem o(a) mestrando(a) Dinah Reiko Tutyia com o título “*Rua Dr. Assis: uma incursão pela paisagem patrimonial transfigurada da Cidade Velha, Belém do Pará*”. Aberta a sessão pelo presidente da mesma, coube ao candidato, na forma regimental, expor o tema de sua dissertação, dentro do tempo regulamentar, sendo em seguida questionado pelos membros da banca examinadora, tendo dado as explicações que foram necessárias. Os membros da banca consideraram o projeto de dissertação:

Aprovado

Não aprovado, devendo ser realizada nova qualificação no prazo de 45 dias.

Recomendações da Banca:

Recomenda-se que o trabalho seja publicado, no todo e / ou em partes, na forma de artigos científicos.



Banca Examinadora:

Cybelle Salvador Miranda
Prof. Dra. Cybelle Salvador Miranda (Presidente e Orientador)

Fernando Luiz Tavares Marques
Prof. Dr. Fernando Luiz Tavares Marques (Examinador Interno)

Jane Felipe Beltrão
Prof. Dra. Jane Felipe Beltrão (Examinador Interno)

Candidato: Dinah Reiko Tutuya
Aluno: Dinah Reiko Tutuya

Belém, 19 de março de 2013.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Cybelle Salvador Miranda, por me aceitar como orientanda e guiar meus passos ao longo deste trabalho, sempre com generosidade, disposição, paciência e amizade ao esclarecimento das minhas questões acadêmicas. Agradeço também ao acolhimento no Laboratório de Memória e Patrimônio Cultural da UFPA (LAMAMO), juntamente com o professor Ronaldo Marques de Carvalho.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela bolsa concedida para realização de meus estudos durante o mestrado.

Às “vozes” da Rua Dr. Assis, dos técnicos do patrimônio e dos discentes de 2010 da FAU-UFPA, sem os quais esta pesquisa não seria possível.

Aos órgãos, IPHAN-PA, CREA-PA, FUMBEL, DEPHAC e SEFIN, seus técnicos e seus bibliotecários.

Ao Fórum Landi - Flávio Nassar, Beá Maneschy Faria, José Morgado Neto.

Aos meus pais, Leila e Junior, às minhas primas Elen, Elma e Erika Tutyia, aos irmãos André e Thiago, aos tios e avós das famílias Tutyia e Jesus.

Aos velhos amigos (em ordem alfabética para não ter briga): Alessandra Leitch, Anna Linhares, Elane de Oliveira, Grazi Ribeiro, Jaqueline Silva, Julio Melo, Kelly Machado, Márcia Linhares e Márcio Henrique.

Aos servidores da FAU-UFPA: Marina, Moacir, dona Eulália, dona Valmira e Maruoka (*in memoriam*).

Ao apoio técnico de Emanuella Piani Godinho e Felipe Moreira.

Aos professores e colegas do PPGAU-UFPA.

E todos aqueles que de forma direta e indireta contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho investiga a transformação da paisagem da Rua Dr. Assis, no Bairro da Cidade Velha, na cidade de Belém, a partir da releitura das edificações classificadas como “renovação” pela Lei 7.709 de 1994, responsável pela preservação e proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural. A categoria “renovação” enquadra os imóveis sem interesse à preservação, onde em seu lugar pode ser construída uma nova edificação. Com isso, esses lotes presentes no conjunto histórico “abrem a guarda” para a dinâmica de transformação intrínseca à cidade. A paisagem transfigurada, que escapa à “estética patrimonial” passa a consolidar uma nova “Cidade Velha”- espaço gênese de Belém, que juntamente com o bairro da Campina formam o Centro Histórico. Utilizando como recorte a Rua Dr. Assis - logradouro inserido no bairro da Cidade Velha – e com base no método da etnografia de rua, é feita uma incursão nesta paisagem que guarda na materialidade e na memória de moradores e comerciantes, o processo de transformação do tecido urbano tombado. Assim, o (re)conhecimento deste espaço, visa trazer à tona a relação material-imaterial eclipsada pela categorização da legislação de 1994.

Palavras-Chave: Patrimônio Cultural, Paisagem, Etnografia de Rua, Centro Histórico de Belém.

ABSTRACT

This research investigate Dr. Assis street landscape transformation – located in Cidade Velha neighborhood of Belém – based on rereading of buildings its classified as "renewal" by the Law 7.709 of 1994. This law is responsible for Belém's protection and preservation Historic, Artistic, Environmental and Cultural Heritage. The "renewal" category fits the properties with no interest of preservation, which can be replaced by new ones. Thus these lots in the historic center, "opens custody" to the dynamics of transformation, a city's intrinsic characteristic. The transfigured landscape which escapes from the "cultural heritage aesthetic" consolidates a new "Cidade Velha" – Belém's genesis district – which along with Campina are the city's Historic Center. Based on street ethnography method, an incursion is made into this landscape, which keeps in its, the building's materiality and in the memories of the local residents and traders, the transformer process of the protected urban fabric. Thus, the space (re) cognition, aims to bring out the material-immaterial relation, eclipsed by the legislation category of 1994.

Keywords: Cultural Heritage, Landscape, Street Ethnography, Belém Historic Center.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 – Mapa sem escala com a delimitação de áreas, em preto a poligonal do levantamento delimitada pela rua Siqueira Mendes, Avenida Almirante Tamandaré, Avenida 16 de Novembro, Rua João Diogo, Rua Tomázia Perdigão, Rua Padre Champanat; em azul a poligonal do Centro Histórico delimitada pela Avenida Marechal Hermes, Avenida Assis de Vasconcelos, Rua Gama Abreu, Avenida Almirante Tamandaré seguindo até nas margens da Baía do Guajará, fechando com a Avenida Marechal Hermes; em vermelho a poligonal do entorno do Centro Histórico de Belém delimitado pela Avenida Marechal Hermes, Travessa Visconde de Souza Franco, Rua Boaventura da Silva, Travessa Quintino Bocaiúva, Avenida Nazaré, Travessa Rui Barbosa, Avenida Comandante Braz de Aguiar, Travessa Benjamim Constant, Avenida Conselheiro Furtado, Rua Arcipreste Manoel Teodoro, Rua Cesário Alvim, até a Baía do Guajará, Avenida Almirante Tamandaré, Rua Gama Abreu, Avenida Assis de Vasconcelos, fechando com a Avenida Marechal Hermes. 17
- Figura 2: Planta geométrica da Cidade de Belém do Grão Pará, desenhada por Andrade Schwebel em 1753. 17
- Figura 3: Vista do “portal” de entrada da Praça Frei Caetano Brandão. 21
- Figura 4: Edificação ocupada pelo poder judiciário, se encontra localizada no entorno da Igreja de São João dentro do Bairro da Cidade Velha. Esta área é hoje identificada como “setor judiciário”, em decorrência da quantidade de imóveis que abrigam este serviço. 24
- Figura 5: Edificação também ocupada pelo poder judiciário dentro do entorno da Igreja de São João, compõe com outros exemplares um conjunto, um cenário, de formas que mimetizaram elementos de outras linguagens ali remanescentes, como art-deco (dois antigos cinemas Universal e Guarani) e da própria Igreja de São João, vãos em arco abatido. 24
- Figura 6: Conjunto de fachadas, edificadas na Rua Dr. Assis, as quais não estão em uso. 25
- Figura 7: Esta edificação serve para exemplificar o diálogo arquitetônico entre uma linguagem que ainda apresenta a leitura eclética, com uma intervenção contemporânea, da figura 8. Os imóveis são vizinhos e encontram-se dentro do bairro da Cidade Velha, na Rua Pedro Albuquerque, perpendicular à Rua Dr. Assis. 25
- Figura 8: Intervenção contemporânea, que segue a mesma “formula” do conjunto da figura 6. 25
- Figura 9: Mapa esquemático do percurso da Rua Dr. Assis, com as fotos do ponto inicial e terminal da via, Praça Frei Caetano Brandão e Praça do Arsenal, respectivamente. 34
- Figura 10: Edificação de uso misto, parte inferior usada como depósito comercial, e a parte superior como habitação. 35
- Figura 11: “Esqueletos” das antigas edificações que hoje constituem o muro lateral do Colégio do Carmo. 37

Figura 12: Edificação com uso de habitação, sufocada entre o comércio local.	39
Figura 13: Edificação com uso de habitação multifamiliar, a nova pintura destacou a cimalha que se prolonga ao imóvel seguinte.	41
Figura 14: Imóvel com uso habitacional multifamiliar, no qual a pintura com as cores fortes possibilitaram uma nova leitura da fachada.	41
Figura 15: Passageiros desembarcados dos portos situados na Rua São Boa Ventura.	43
Figura 16: Percurso em amarelo percorrido pelo grupo, com a numeração das quadras para facilitar a identificação no diário de campo.	43
Figura 17: Edificação identificada pelo aluno “com a cara da Cidade Velha”.	89
Figura 18: Conjunto “emblemático” localizado no final da Rua Dr. Assis.	87
Figura 19: Imóvel que mostra o descompasso entre a presença da garagem e a fisionomia, classificado como “possuidor da aparência” do bairro.	91
Figura 20: Imóvel classificado como sem aparência do bairro da Cidade Velha, a garagem foi o elemento fundamental para tal categorização.	91
Figura 21: Imóvel com a releitura de uma sacada de outrora. Se contrapondo ao imóvel da figura 22.	92
Figura 22: Imóvel com aparência da Cidade Velha. O discente destacou a sacada que permite a circulação de pessoas como algo “original”.	92
Figura 23: Uso multifamiliar, juntamente com comércio no pavimento inferior, características que determinaram a classificação deste imóvel como não pertencente ao bairro.	92
Figura 24: Imóvel classificado apenas por um discente como destoante ao bairro, devido à complexidade dos ornamentos do pavimento superior em comparação ao inferior.	95
Figura 25: Imóvel que obteve a classificação em dois grupos, demonstrando sua capacidade de mimetismo e camuflagem no espaço em que se insere.	96
Figura 26: Imagem da construção que estava sendo realizada no conjunto que hoje se encontra com as feições da figura 28.	97
Figura 27: Um detalhe da construção, mostrando claramente os arcos que estavam sendo construídos na fachada.	97
Figura 28: Novas fachadas construídas, entre o ano de 2006 à atualidade. Composição totalmente diferente da anterior.	99

Figura 29: Arquitetura classificada como destoante, destaque para os materiais e formas empregadas na fachada.	99
Figura 30: Mapa da cidade de Belém datada de 1753 de Andrade Schwebel, com a delimitação dos núcleos urbanos da Campina e Cidade Velha.	107
Figura 31: Largo da Sé, retratado por Righini em 1867, mostra a ambiência do atual bairro da Cidade Velha no séc. XIX.	108
Figura 32: Casa eclética construída no final do século XIX em Belém.	109
Figura 33: Centro Histórico de Belém e seu entorno, delimitações definidas pelo município.	112
Figura 34: Delimitação do Bairro da Cidade Velha, feita em 1967 pelo município. A delimitação abrange: Avenida Portugal, segue em direção à Praça Felipe Patroni, Rua Ângelo Custódio, Avenida Tamandaré, até o Arsenal da Marinha e segue a beira rio até o fechamento com a Avenida Portugal.	114
Figura 35: Manifestação arquitetônica conhecida como “raio que o parta” difundida pela cidade de Belém nos anos 50 e 60.	116
Figura 36: Imóvel com uma fachada de tendência modernizante. Destaque para os materiais e formas empregadas.	117
Figura 37: Imóvel de tendência modernizante da arquitetura, como o recuo frontal, a presença de pátio, a ausência de ornamentação, além do uso dos materiais e da composição da fachada.	117
Figura 38: A edificação demonstra a quebra de volumetria do bairro, em virtude de quatro pavimentos.	118
Figura 39: Intervenção recorrente nos imóveis de uso misto, pavimento superior com a linguagem arquitetônica preservada e seu térreo modificado.	118
Figura 40: O Bairro da Cidade Velha apreendida por Robert Smith, entre os anos de 1937 a 1947.	119
Figura 41: Edificação na Rua Dr. Malcher, registrada por Robert Smith entre os anos 37 a 47.	119
Figura 42: Conjunto de edificações da Praça do Carmo, registrada por Robert Smith entre os anos 37 a 47.	119
Figura 43: Mapa de categorias de preservação elaborado a partir das fichas do inventário da FUMBEL entre os anos de 1992 a 1994.	130

Figura 44: Catedral da Sé, localizada no início da Dr. Assis, faz parte dos primeiros imóveis tombados nos anos 40 pelo SPHAN no estado. Recebe a classificação de “preservação integral” em 1994 pelo município.	130
Figura 45: Edificação conhecida como “Palácio Velho”, tombada pelo SPHAN em 1944 e pelo município em 1990 e pelo município em 1990, recebendo a classificação de “preservação integral” em 1994.	130
Figura 46: “Palacete Pinho” exemplar da Belle Époque, marcado pela arquitetura eclética, foi tombado em 1986 pelo SPHAN. Foge á época áurea dos primeiros tombamentos da instituição federal, como os dois exemplares anteriores. A edificação foi tombada pelo município em 1990, recebendo a classificação de “preservação integral” em 1994.	131
Figura 47: Imóvel com linguagem arquitetônica eclética, marcado pela acentuada verticalidade dos vãos, e pela elevação do porão baixo. Classificado pelo inventário municipal como “preservação parcial”.	131
Figura 48: Sobrado com características da linguagem neoclássica, com os vãos do pavimento inferior modificados. Classificado pelo município como “reconstituição arquitetônica”.	131
Figura 49: Sobrado classificado como imóvel de renovação pelo inventário do município. Percebe-se na leitura da fachada características pós-eclética, tendendo ao art-deco, intervenção típica dos anos 40. Embora tal importância estética e histórica desta arquitetura, a mesma, segundo a legislação, pode ser totalmente modificada.	131
Figura 50: recorte do Jornal Diário do Pará, dentro de uma matéria a qual tratava sobre a aprovação de um projeto de lei que propõe a alteração do gabarito de uma área dentro do entorno do Centro Histórico de Belém. Destaca-se a fala de um morador do Bairro da Cidade Velha, que segundo ele aquela área é um pedaço de Portugal.	133
Figura 51: fachada e muro da casa da família M., aprovado para execução pela Prefeitura Municipal de Belém em 1947. Projeto do arquiteto construtor Antonio da Rocha Braga.	144
Figura 52: Foto da residência nos anos 60. Destaque para execução do projeto de 1947, ainda permanecia o mesmo.	145
Figura 53: foto atual da fachada, com os acréscimos feitos na reforma dos anos 90, colocação da cobertura na varanda do pavimento superior, projeção do arco em um volume, revestimento em pastilha de parte do guarda corpo e a elevação do muro e colocação da grade.	145
Figura 54: Projeto do comércio, que demandou tempo para aprovação, em virtude do descompasso entre as diretrizes dos órgãos envolvidos.	149
Figura 55: Edificação da Rua João Diogo, de esquina com a Rua Angelo Custódio, destaque para a feição dos imóveis marcados.	153
Figura 56: Fotografia retirada em outro momento, pela Rua João Diogo, dando destaque para o segundo imóvel da figura anterior, agora não existente, e a nova construção que	153

surge em seu lugar.

- Figura 57: Fotografia posterior às fases anteriores, com a intervenção total de parte do “complexo” do Ministério Público do Bairro da Cidade Velha. Destaque para a fachada criada, e para a edificação em sua parte posterior, a proliferação da “arquitetura fumê”. 153
- Figura 58: Fotografia retirada em 2006, com a vista lateral do conjunto, pela Rua Ângelo Custódio. Destaque para a fachada criada no lugar do sobrado que compunha a face da quadra. 153
- Figura 59: Loja de ferragens, projeto realizado sobre a edificação anterior “de um só padrão”. Alargamento dos vãos foi apontado como necessário ao comércio. 154
- Figura 60: Imagem da Rua Dr. Assis na proximidade da Rua da Atalaia, atual Joaquim Távora, nos anos 60, trecho apontado como possuidor da diversidade comercial da rua, segundo a fala do senhor J.Q.. 155
- Figura 61: Vista da Rua Dr. Assis, no mesmo ponto da imagem anterior, no sentido contrário ao tráfego de veículos, aponta algumas diferenças como a inserção de novas edificações. 155
- Figura 62: Fachada da residência da dona M.C.M.S.F.. A dificuldade de reconstituir os traços originais que foram se perdendo, foi relatada pela entrevistada. Segundo ela, o financiamento para tal reforma é muito oneroso. 159
- Figura 63: vista da Travessa Gurupá, na área do Porto do Sal, nos anos 60. A imagem mostra a diversidade de comércio identificado na fala de dona M.C.M.S.F., ao centro vemos o “Armazém O Brasileiro”, e na esquina mais adiante a “padaria Castelo”. 160
- Figura 64: Imagem mostrada para dona M.C.M.S.F.. Neste trecho da Rua Dr. Assis foi possível identificar o conjunto de edificações de uso habitacional existentes no final dos anos 70. 163
- Figura 65: Foto atual do trecho da figura anterior, após a compra das casas pelo Colégio do Carmo. 163
- Figura 66: Conjunto de três edificações ecléticas de porão baixo, vãos em janela de balcão com guarda corpo em gradil. Localizavam-se no mesmo trecho das figuras 64 e 65, entre as Travessas Pedro Albuquerque, antiga Travessa da Vigia, e a Travessa Gurupá. Esta foto é datada do final dos anos 70. 163
- Figura 67: Mesmo conjunto, foto dos anos 90, com as edificações 1 e 2 com o mesmo aspecto dos anos 70, sendo na edificação 2, indicada pela dona M.C.M.S.F., a escola de datilografia. No imóvel 1 o uso serviço de corretora. 163
- Figura 68: Os imóveis em uma foto atual, totalmente modificados. 163
- Figura 69: Imóvel de renovação onde está alocado o comércio de materiais de construção pertencente ao senhor N.T.. 164

Figura 70: Casa do senhor S.V.A., imóvel classificado como renovação. Segundo o testemunho do entrevistado que a edificação anterior teria “modelo antigo”, assim como o livro de registro do CREA-PA, esta configuração de fachada é datada do final dos anos 70.	167
Figura 71: Casa da dona G.A.C., recentemente reformada externamente.	169
Figura 72: Área do antigo Supermercado Y.Yamada, denominado por “atacadão Yamada” por alguns moradores. O local atualmente funciona como depósito, porém os moradores não sabem informar precisamente o uso. Segundo a fala dos moradores, neste espaço nunca houve edificações.	170
Figura 73: Lado direito da foto, a nova intervenção “vidraçada”, também com o uso não identificado pelos moradores.	170
Figura 74: Edificação de uso habitacional, onde mora M.M.M.R.. Classificada pelo inventário da FUMBEL como preservação arquitetônica parcial.	172
Figura 75: edificação na Rua Dr. Assis de esquina com a Travessa Alenquer, apontada pela moradora como “Bar do Vavá”, onde havia um “orelhão de ficha”.	176
Figura 76: A mesma edificação da figura anterior apresenta-se sem uso e completamente vedada por alvenaria.	176
Figura 77: Imóvel que “descaracteriza” o caráter do bairro. Quebra volumétrica e tipológica.	184
Figura 78: Edificação classificada pelos alunos, como possuidora da aparência da Cidade Velha. Embora não havendo hesitação na classificação, em comparação aos imóveis das figuras 79 e 80, as justificativas foram desprovidas do sentimento de apreciação.	188
Figura 79: Palacete Pinho, edificação localizada na Rua Dr. Assis hoje pertencente à prefeitura do município de Belém, destacada pelos alunos como um “exemplar” de aparência do bairro. O valor de novidade, expresso pelo processo de restauração do imóvel, foi fundamental para esta determinação.	188
Figura 80: Casa da “D.O.” localizada na Rua Dr. Assis, recentemente passou pela recuperação da fachada com incentivo do programa federal “Monumenta”, foi outra edificação apontada pelos discentes como exemplar de aparência do bairro, destacamos as motivações da figura anterior, para o “culto”.	188

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CHB	Centro Histórico de Belém
CODEM	Companhia de Desenvolvimento e Administração da área Metropolitana de Belém
CDOC CREA-PA	Centro de Documentação do Conselho Regional de Engenharia do Pará
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FUMBEL	Fundação Cultural do Município de Belém
ICCROM	International Centre for the Study of the Preservation And Restoration of Cultural Property
ICOMOS	International Council on Monuments and Sites
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SECULT	Secretaria de Estado de Cultura
SEFIN	Secretaria Municipal de Finanças
SEMEC	Secretaria Municipal de Educação
SEMOB	Secretaria Municipal de Obras
SEURB	Secretaria Municipal de Urbanismo
SPAN	Serviço do Patrimônio Artístico Nacional
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UFPA	Universidade Federal do Pará
ZPA	Zona de Preservação Ambiental
ZPR	Zona de Preservação Rigorosa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Capítulo 1 – OS PRIMEIROS PASSOS PELOS FRAGMENTOS	20
1.1 O DESPERTAR DO TEMA	21
1.2 APREENSÕES DE UMA RUA: A ETNOGRAFIA COMO MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO EM ARQUITETURA	26
1.2.1 Testando o método	31
1.2.1.1 O Flâneur: (re)conhecendo o campo	33
1.2.1.2 O “monstro” chamado patrimônio: o contato com o “nativo”	44
1.3 PELAS ENTRELINHAS DO PATRIMÔNIO	50
1.3.1 Por um entendimento do termo	50
1.3.2 (Des)construindo o Patrimônio Oficial	62
Capítulo 2 - CIDADE VELHA: CAMINHOS PELA	
(DES)CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM	70
2.1 “O PATRIMÔNIO” E SEUS GUARDIÕES OFICIAIS	71
2.2 O OLHAR DO VISITANTE: UMA EXPERIÊNCIA DO CAMINHAR COMPROMISSADO	84
2.3 A IMERSÃO BIBLIOGRÁFICA	101
2.3.1 Um Diálogo entre Paisagem e Preservação Patrimonial	101
2.3.2 O Espaço do Centro Histórico de Belém	107
2.3.3 Cidade Velha e o processo de tombamento: o “espírito colonial”	112
2.3.4 Percorrendo o inventário	129
Capítulo 3 – REMINISCÊNCIAS	136
3.1 REMINISCÊNCIAS EDIFICADAS: OS INDÍCIOS DE UM PASSADO	137
3.1.1 Os Narradores do Passado	138

E TNOGRAFIA DE RUA COMO INCREMENTO À REFLEXÃO E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE DE BENS IMÓVEIS EM CONJUNTOS TOMBADOS	181
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	196
APÊNDICE A – MARCOS DA MEMÓRIA	206
APÊNDICE B - IMÓVEIS DE RENOVAÇÃO DA RUA DR. ASSIS E A LEITURA PATRIMONIAL DA PAISAGEM	207
APÊNDICE B - IMÓVEIS DE RENOVAÇÃO DA RUA DR. ASSIS E A LEITURA PATRIMONIAL DA PAISAGEM	208

INTRODUÇÃO

A preservação do patrimônio cultural é um assunto que, embora muito discutido, não se exaure; um dos fatores para o inesgotável debate se dá pela temática estar ligada ao processo dinâmico que é a produção cultural. São múltiplas as questões que conjugam a prática preservacionista, fazendo-a transitar pelo âmbito multidisciplinar do conhecimento. *“Rua Dr. Assis: uma incursão pela paisagem patrimonial transfigurada da Cidade Velha, Belém do Pará”* é uma tentativa de trazer as discussões e reflexões referentes às relações que giram ao entorno do patrimônio edificado, para o âmbito do bairro da Cidade Velha, área urbana de valor patrimonial dotada de grande parte do acervo de bens culturais de Belém.

Este conjunto arquitetônico e paisagístico, tombado pela Lei Orgânica do Município em 1990, compõe juntamente com o bairro da Campina o Centro Histórico de Belém, núcleo que teve sua formação com a fundação da cidade em 1616. Aproximadamente 397 anos da chegada dos colonizadores portugueses, uma nova cidade passou a se delinear sob as mãos de engenheiros militares, arquitetos, artífices, mestres de ofício, artesões, brancos, indígenas, negros e mestiços que trabalharam juntos para erigir uma nova paisagem sobre outra, pré-existente no sítio. O saber fazer e os mais variados materiais locais, ainda podem ser observados nas monumentais e nas humildes construções do bairro, criando uma paisagem que carrega a identidade da cidade. Estes vestígios do transcorrer da história são objetos à espera de leitura e interpretações sobre múltiplas perspectivas disciplinares.

Igualmente como ocorreu em alguns centros históricos do Brasil, as novas exigências econômicas e sociais, o crescimento urbano desordenado, a falta “apego” dos proprietários em manter as edificações antigas, a forma de atuação de órgãos públicos preservacionistas – sobretudo nas últimas décadas do século passado – fizeram com que algumas destas características que atribuem valor patrimonial ao conjunto fossem se perdendo:

[...] A necessidade de criação de novos espaços de morada, trabalho, lazer e circulação traçou diretrizes próprias na expansão urbana das cidades, criando tipologias diversas ao parcelamento do solo, implantação das

edificações nos terrenos, alterando sobremaneira a configuração espacial dos núcleos tombados [...] (SIMÃO, 2006.p.38).

Essas mudanças, em um contexto mais recente, puderam ser evidenciadas a partir da atualização do levantamento de bens imóveis do bairro da Cidade Velha, realizado pelo Fórum Landi¹. O levantamento foi desenvolvido em maio de 2006 durante o evento “Landi: Cidade Viva”² pelo Escritório Público de Arquitetura e visava à identificação e avaliação, das edificações, quanto ao uso do solo, linguagem arquitetônica, estado de conservação, grau de “originalidade” e tipologia, além do registro fotográfico dos imóveis e a aplicação de um questionário direto aos moradores a fim de melhor conhecer a relação habitante/edificação/bairro. Vale ressaltar que a área delimitada por este levantamento não correspondia à totalidade do bairro da Cidade Velha, mas à poligonal em preto representada na figura 1, na qual se encontra o objeto de investigação deste trabalho, a rua Dr. Assis.

Segundo caminho aberto em Belém, a Rua Dr. Assis recebeu a denominação inicial de Rua do Espírito Santo, como de costume a época, em referência a um morador influente – Sebastião do Espírito Santo Tavares (Fig.2). Esta designação permaneceu por dois séculos e meio, quando passou a se chamar Rua Dr. Assis em homenagem a Joaquim José Assis, destacado jornalista fundador de alguns periódicos da cidade durante o final do século XIX e início do século XX (CRUZ, 1992). Hoje o logradouro é delimitado por onze faces de quadras, mais a lateral da

¹ O Fórum Landi é uma organização sediada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA, à qual de estive vinculada enquanto discente na condição de bolsista entre os anos de 2006 a 2008. A organização – tendo como mote as obras construídas na cidade no século XVIII pelo do arquiteto italiano Antonio Jose Landi – desenvolve, estimula e apoia pesquisas multidisciplinares sobre a História da Amazônia, em seus aspectos sociais, religiosos, artísticos, arquitetônicos, urbanísticos, científicos, econômicos e políticos. A organização através de um curso de pós-graduação e da realização de eventos vem estimulando a recuperação, a revitalização e a conservação integrada do legado arquitetônico e artístico de Landi e do seu entorno urbano em Belém; Ver <http://www.forumlandi.ufpa.br>.

² “Landi: Cidade Viva” foi um evento de educação patrimonial desenvolvido pelo Fórum Landi no bairro da Cidade Velha, que consistiu em uma série de ações: exposição, em um galpão (localizado no Largo do Carmo no bairro da Cidade Velha) de cópias de gravuras e desenhos do arquiteto Antonio José Landi; “Circuito Landi um Roteiro pela Arquitetura setecentista da Amazônia”, visitas monitoradas às obras de Landi; montagem do “Escritório Público de Arquitetura”, integrado por professores e alunos do curso de Arquitetura da UFPA, que tinham como objetivo oferecer aos moradores do bairro informações a respeito da importância da salvaguarda do Centro Histórico, assim como a realização da atualização de informações tangentes ao patrimônio edificado da área; formação de Guias Mirins com menores de baixa renda residentes no entorno da Praça do Carmo. A experiência considerada exemplar pela UNESCO “Landi: Cidade Viva” foi apresentada, pelo coordenador do projeto, Flávio Nassar, no Fórum Universidade e Patrimônio na cidade de Florença na Itália em 2006.

Catedral da Sé, local de onde sai a festividade religiosa “Círio de Nossa Senhora de Nazaré”.

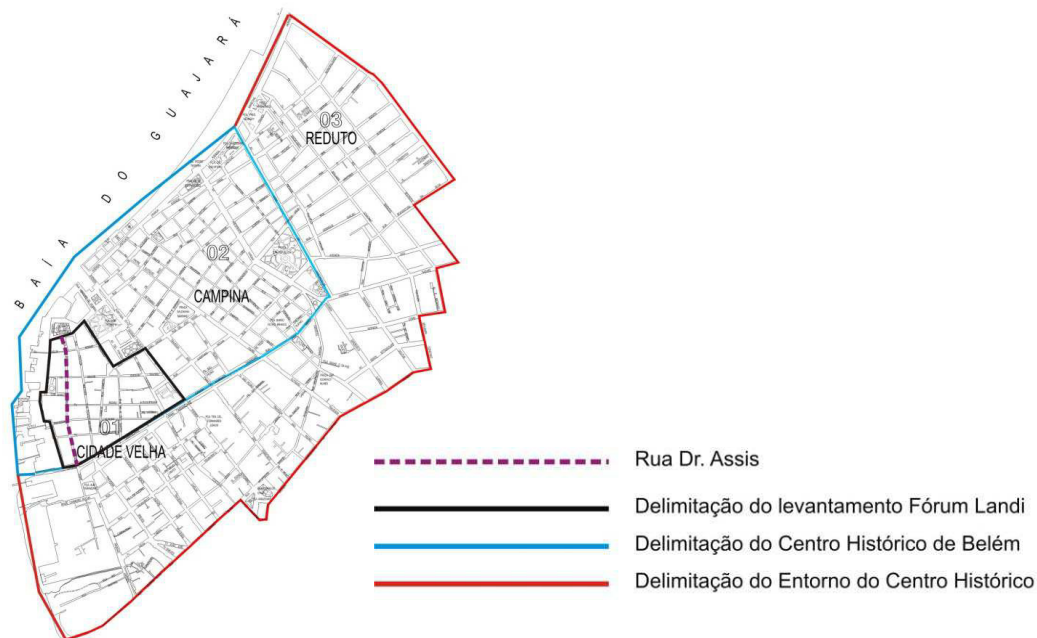


Figura 1: Mapa sem escala com a delimitação de áreas, em preto a poligonal do levantamento delimitada pela rua Siqueira Mendes, Avenida Almirante Tamandaré, Avenida 16 de Novembro, Rua João Diogo, Rua Tomázia Perdigão, Rua Padre Champanat; em azul a poligonal do Centro Histórico delimitada pela Avenida Marechal Hermes, Avenida Assis de Vasconcelos, Rua Gama Abreu, Avenida Almirante Tamandaré seguindo até nas margens da Baía do Guajará, fechando com a Avenida Marechal Hermes; em vermelho a poligonal do entorno do Centro Histórico de Belém delimitado pela Avenida Marechal Hermes, Travessa Visconde de Souza Franco, Rua Boaventura da Silva, Travessa Quintino Bocaiúva, Avenida Nazaré, Travessa Rui Barbosa, Avenida Comandante Braz de Aguiar, Travessa Benjamim Constant, Avenida Conselheiro Furtado, Rua Arcipreste Manoel Teodoro, Rua Cesário Alvim, até a Baía do Guajará, Avenida Almirante Tamandaré, Rua Gama Abreu, Avenida Assis de Vasconcelos, fechando com a Avenida Marechal Hermes.

Fonte: CODEN. modificado pelo autor. 2010.

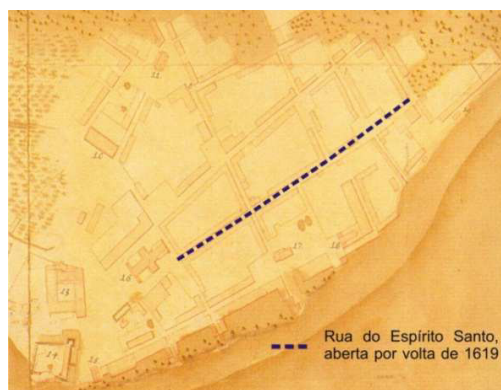


Figura 2: Planta geométrica da Cidade de Belém do Grão Pará, desenhada por Andrade Schwebel em 1753.

Fonte: ALUNORTE, modificado pelo autor, 1995.

A partir dos dados obtidos naquele momento, pôde-se traçar o perfil da Cidade Velha como um bairro onde existe o predomínio habitacional embora uma relativa diversidade de demais usos, dentre eles, o misto e o comércio, abrigados em um conjunto peculiar de imóveis, marcados pela heterogeneidade de linguagem e tipologia arquitetônica. Apesar da quantidade significativa de edificações “descaracterizadas”³, em ambos os aspectos – linguagem e tipologia – ainda é possível constatar exemplares que vão do colonial às desfigurações sem classificações, da monumentalidade às mais humildes habitações, espalhadas em uma malha de vias estreitas e sinuosas, não tão bem conservadas.

A necessidade da população local em atualizar-se e adaptar-se às diversas solicitações da modernidade, criou e recriou o cenário hoje presente, casas ecléticas com abertura para garagem em residências ou para facilitar a entrada de maquinários e clientes em comércios, dentre outras modificações. Transformações exigidas por novos programas de necessidades, que ao longo dos anos geraram um número de imóveis classificados como parcialmente “descaracterizados”, porém tão importantes quanto os “originais” para a preservação do patrimônio edificado do lugar.

Além desses, uma grande quantidade de imóveis classificados como “totalmente descaracterizados” também foram surgindo no tecido histórico, em dados percentuais das edificações levantadas, aproximadamente 47% do total encontravam-se sem análise quanto à linguagem arquitetônica⁴ no ano de 2006 (TUTYIA, 2010). É nesse número de edificações as quais “destoam” do conjunto histórico, que se buscará traçar um perfil arquitetônico e compreender como esses imóveis são apropriados pelas pessoas que se colocam em contato com eles.

Estas questões visam ressaltar a importância efetiva do diálogo multidisciplinar ao trato com as questões preservacionista, sobretudo no que se refere este conjunto de imóveis descartado pela política de preservação patrimonial.

³Descaracterização, desfigurações são termos usados no trabalho para tratar os imóveis classificados por “renovação” na Lei 7.709 - responsável pela preservação e proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural do município de Belém. A categoria “renovação” enquadra os imóveis sem interesse à preservação, onde em seu lugar pode ser construída uma nova edificação. Mais adiante no trabalho trataremos sobre o uso deste termo.

⁴As linguagens arquitetônicas foram definidas pela equipe técnica do projeto, para maiores informações ver: FÓRUM LANDI. *Estudo Tipológico e Sócio-Econômico do Bairro da Cidade Velha Belém*. Belém, 2006.

Desta forma, percorremos o caminho da antropologia com a etnografia de rua como aporte à compreensão dos significados incutidos nas transformações da paisagem, seguindo os indícios das alterações dos estratos históricos a partir das fontes aqui consultadas. Utilizando a Rua Dr. Assis como objeto de estudo, sendo esta, um lugar emblemático do Bairro da Cidade Velha no que tange as alterações das fachadas dos imóveis, “agravadas” pela transformação histórica.

Capítulo I – OS PRIMEIROS PASSOS PELOS FRAGMENTOS

1.1 O DESPERTAR DO TEMA



Figura 3: Vista do “portal” de entrada da Praça Frei Caetano Brandão.
Foto: IBGE, s/d.

A paisagem estampada na fotografia se faz convidativa à rememoração de uma época, por mim, não vivida. O portal estreito – alargado provavelmente entre o final dos anos 60 e início dos 70⁵ - emoldurado pelos sobrados, pelas mangueiras e pelas torres das igrejas, nos leva a um largo, que guia nosso olhar para a majestosa Igreja da Sé, marco visual de um caminho a se percorrer: a Rua Dr. Assis. Caminho este que corta, que atravessa o Bairro denominado de Cidade Velha, espaço gênese da cidade de Belém.

Meu primeiro contato consciente com a via se deu no ano de 2006, durante minha participação como estagiária do Fórum Landi no o evento “Landi: Cidade Viva”, digo “consciente” referindo-me a um olhar impregnado pelos ensinamentos recebidos, até o momento, do curso de graduação em arquitetura e urbanismo que me proporcionara ver a rua como um logradouro dentro de um núcleo urbano

⁵ A busca pela data do alargamento da “entrada” do Bairro da Cidade Velha, pela retirada o sobrado de esquina não é exata. Encontrou-se no Centro de Documentação do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará, um registro para construção de um muro no dia 2 de junho de 1971, pelo atual proprietário da edificação existe no lugar, Bechara Mattar Com. S/A, fato que indica que nesta data não mais existia o casario do lado direito da figura 3. Em uma conversa informal com o diretor do Fórum Landi, Flávio Nassar - que uma vez realizou um redesenho do traçado da rua antes da demolição – o mesmo não conseguiu encontrar uma documentação que indicasse a exatidão daquele alargamento, relatando então, que provavelmente tal feito tenha sido feito entre 1964-1968.

histórico e não a via como antes, uma simples rua estranha – por ser estreita – por onde o ônibus que eu costumava pegar fazia o seu trajeto. Hoje traduzo aquele meu primeiro contato consciente como um ponto de partida de uma expedição em uma terra estrangeira, inexplorada por mim.

O estágio no Fórum Landi me proporcionou os primeiros passos para o interior desta área desconhecida, onde até então, minhas únicas referências de bens culturais estavam fortemente ligadas ao valor de novidade⁶ atribuído pelo restauro das obras do projeto Feliz Lusitânia⁷ – Forte do Presépio, Igreja de Santo Alexandre, Palácio Episcopal, Casa das 11 janelas e algumas residências da Rua Padre Champagnat. Estas edificações, localizadas na “borda” da Cidade Velha, funcionavam como uma barreira imaginária que limitava minha entrada para conhecer o restante do bairro. O valor de antiguidade marcante no interior deste lugar não funcionava para mim como um atrativo.

Esta atitude se modificou a partir do estágio, uma vez que fui “forçada” a caminhar, a conhecer, a admirar, também a me frustrar, a respeitar e a me identificar com o vasto acervo cultural presente neste espaço da cidade. Na época, participei da equipe que realizou o levantamento para atualização de dados dos imóveis quanto à fachada, assim como a elaboração de um relatório referente a esses dados que corresponde ao núcleo mais antigo do bairro.

Esta oportunidade me mostrou além de exemplares excepcionais da arquitetura religiosa e civil, uma Cidade Velha com grande quantidade de imóveis “descaracterizados”⁸ quanto a linguagem arquitetônica, e com concepções de fachadas que “desequilibravam” a paisagem considerada histórica.

Essas peças destoantes do conjunto as quais primeiramente me provocara repúdio, com o passar do tempo me instigaram a debruçar sobre elas. O primeiro

⁶ O valor de novidade atribuído por Riegl aos monumentos históricos se impõe ao valor de antiguidade, uma vez que “O gosto crescente pelos monumentos do passado, fator incontestável em nossa sociedade [...] não se dá em função de seu aspecto de vetustez [...] aos monumentos antigos impõe-se que se apresentem como novos, com seu aspecto acabado e fresco, tal como uma obra recente” (CUNHA. p.13, 2006).

⁷ Projeto realizado pelo governo do estado do Pará em meados da década de 90, que visou à requalificação urbana/restauração/reciclagem de alguns imóveis do núcleo de formação de Belém pertencentes ao Centro Histórico da cidade.

⁸ No momento do levantamento do Fórum Landi, estes imóveis se enquadraram na categoria de acompanhamento e de renovação, classificadas pela FUMBEL, onde no primeiro grupo consiste nas edificações que não tem características arquitetônicas de interesse a preservação e que não interferem substancialmente na paisagem devido a harmonia volumétrica e que as intervenções que vierem a ser realizadas nestes imóveis devem manter fachada e cobertura, e o segundo grupo consiste as edificações sem interesse a preservação, onde em seu lugar pode ser construído um novo imóvel.

desafio quanto a esses imóveis foi dado na escolha do tema do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), ao apresentar a proposta ao meu orientador, naquele momento o professor Flávio Nassar, demonstrando que gostaria de trabalhar com uma intervenção dentro de um imóvel “antigo” na Rua Dr. Assis. Porém durante uma caminhada com ele no logradouro, o mesmo me forçou a olhar para as “formas esdrúxulas” que ali se propagavam, explicando então que meu desafio projetual seria propor uma nova edificação - onde alocaria um albergue – para aquele tecido histórico “descaracterizado”.

Com o desafio aceito, as dúvidas na concepção do projeto para preenchimento de lacuna em um lote de renovação, não me faltaram. Via-me perdida, sem respaldo para imprimir uma linguagem contemporânea na “Nossa Cidade Velha”, que não agredisse ou competisse ainda mais com os poucos remanescentes de linguagens arquitetônicas “anteriores” que ali pontuavam o espaço. A seguinte pergunta era uma constante: Como propor algo de pequeno porte que visasse não competir com a historicidade e não diminuir as humildes formas “esdrúxulas”?

O referencial bibliográfico buscado na tentativa de responder tal angústia/indagação trazia intervenções monumentais e complexas tanto nacionais como internacionais, dentre elas museus e centros culturais, os quais eu não conseguia abstrair uma diretriz para guiar meu projeto. “Diretriz”, marquemos esta palavra. Assim, restava-me às mãos os índices urbanísticos, a propagação das frases atribuídas à Maria Elaine Kohlsdorf “manter a relação entre cheios e vazios; manter o ritmo de aberturas de vãos” e olhar para algumas intervenções que dialogassem com o “antigo” dentro do bairro e outros referenciais fora da área e também da cidade.

Deparei, com formas regulares geométricas, marcadas pelos ângulos retos, de onde se subtraíam outras formas regulares que passavam a compor o ritmo frenético dos vãos, ausência de ornamentos, alguns de cor branca, outros pintados de cores encarnadas. Olhava também para as edificações das figuras 4 e 5, sem saber o que seriam, mas lembrava de um conselho recebido pelo professor Eliel Santana⁹: cuidado com as propostas pastiche, elas são perigosas!

⁹ A pesquisa da bibliografia me levou ao contato, através de e-mail, com o professor da Universidade de Brasília Eliel Américo Santana, o qual trabalhou a dissertação de mestrado “Ensaio Sobre a Agradabilidade Visual da Cidade” dentro do Bairro da Cidade Velha. Infelizmente só tive acesso a



Figura 4: Edificação ocupada pelo poder judiciário, se encontra localizada no entorno da Igreja de São João dentro do Bairro da Cidade Velha. Esta área é hoje identificada como “setor judiciário”, em decorrência da quantidade de imóveis que abrigam este serviço.
Foto: Fórum Landi, 2006.



Figura 5: Edificação também ocupada pelo poder judiciário dentro do entorno da Igreja de São João, compõe com outros exemplares um conjunto, um cenário, de formas que mimetizaram elementos de outras linguagens ali remanescentes, como art-deco (dois antigos cinemas Universal e Guarani) e da própria Igreja de São João, vãos em arco abatido.
Foto: Fórum Landi, 2006.

Renegava a intervenção do “conjunto” da figura 6, que ao mesmo tempo era diferente e igual às duas anteriores, pois apresentava a tal “relação entre cheios e vazios”, com o tal “ritmos de aberturas de vãos”, perpetuados como uma fórmula para não “errar” ao se intervir em áreas históricas, ou dialogar com uma edificação de caráter histórico. Estes elementos da “fórmula”, também levavam a sugerir uma arquitetura antiga, algo que hoje denomino de “arquitetura patrimonial híbrida”¹⁰. Imaginava a Cidade Velha, com este tipo de arranjo inserido dentro de cada lacuna do conjunto (Fig. 7 e Fig. 8), resultando em um espaço repleto de uma arquitetura que não expressasse e nem assumisse seu “tempo”.

este material após a conclusão da graduação, porém os conselhos passados por e-mail foram de grande valia, para o TCC assim como para pensar o ante-projeto de ingresso no PPGAU-UFPA.

¹⁰ Esta discussão virá à tona, em uma atividade realizada pelos alunos da graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPA, onde este tipo de intervenção será enquadrada em uma categoria definida por “Mimetismo ou Camuflagem”.



Figura 6: Conjunto de fachadas, edificadas na Rua Dr. Assis, as quais não estão em uso.

Foto: Dinah Tutyia, 2010.



Figura 7: Esta edificação serve para exemplificar o diálogo arquitetônico entre uma linguagem que ainda apresenta a leitura eclética, com uma intervenção contemporânea, da figura 8. Os imóveis são vizinhos e encontram-se dentro do bairro da Cidade Velha, na Rua Pedro Albuquerque, perpendicular à Rua Dr. Assis.
Foto: Fórum Landi, 2006.



Figura 8: Intervenção contemporânea, que segue a mesma “formula” do conjunto da figura 6.

Foto: Fórum Landi, 2006.

A partir do duelo historicidade x híbrido, a saída foi assumir o tempo atual, e optar por uma linguagem contemporânea, com inspiração modernista, e com referência à historicidade do local - um meio termo. Se o projeto final proposto teria um resultado satisfatório enquanto intervenção física na área, não saberemos, pois não foi executado. Porém o resultado enquanto reflexão sobre como inserir uma

nova arquitetura, de pequeno porte, dentro de um tecido historicizado, avalio naquele momento como satisfatório, uma vez que a partir deste desafio, problemáticas do meu atual campo de pesquisa, as quais permaneceram em aberto, puderam emergir instigando minha necessidade em tentar compreender com maior profundidade aquela arquitetura de “renovação”, “sem análise”, “descaracterizada” que se propagava na paisagem do Centro Histórico de Belém.

A buscar pelo entendimento das configurações foi continuada e relativizada no segundo contato que tive com o campo, durante a disciplina do mestrado no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPA “Método Etnográfico para Pesquisa em Arquitetura”, cursada em 2010. Esta disciplina me proporcionou um novo olhar sobre o objeto de pesquisa, a partir de uma perspectiva até então por mim desconhecida. Inicialmente não compreendia como a etnografia, a antropologia poderiam me auxiliar nas buscas pelas respostas, uma vez que o pouco contato que eu tinha com tal assunto provinha de amigos próximos que estudavam “índios”. O temor também advinha em utilizar algo que, ao meu olhar de recém-formada, não era “próprio” do campo da arquitetura para estudar a arquitetura, e mais, O Patrimônio.

Foi a partir deste contato, que iniciei a desconstrução do entendimento que eu tinha da arquitetura e do patrimônio. Retomo aqui a palavra “Diretriz”, destacada anteriormente. Atualmente analiso esta, como as guias, os comandos, os enlaces que me eram necessárias naquele momento para poder interferir no espaço, elevando a composição estética, e o uso atribuído, como o meio mais importante para a inserção e “aceitação” da arquitetura num tecido específico da cidade. A experiência na disciplina antropológica revelou a conformação do espaço além das amarras da trena, dos valores numéricos, da exatidão das áreas, da materialidade consolidada por si no espaço.

1.2 APREENSÕES DE UMA RUA: A ETNOGRAFIA COMO MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO EM ARQUITETURA

A rigidez do pensamento mecanicista ainda tem seu lugar reservado dentro da área do conhecimento da arquitetura, relegando muitas vezes a dimensão simbólica e imaterial intrínseca dos processos de construção, reconstrução e

resignificação dos objetos, ao segundo plano. O passo dado para dentro desta “nova área de conhecimento”, a antropologia, não visou subtrair-me da minha base de formação acadêmica, a arquitetura, porém contribui para relativizar determinados conceitos.

A antropologia social e cultural – ou etnologia – é uma das cinco áreas da antropologia, que objetiva estudar o homem, a cultura humana, dentro de sua diversidade. Sua abrangência recai sobre tudo que constitui a sociedade como:

[...] seus modos de produção econômica, suas técnicas, sua organização política e jurídica, seus sistemas de parentesco, seus sistemas de conhecimentos, suas crenças religiosas, sua língua, sua psicologia, sua criação artística (LAPLATINE, 2000, p.19).

Estes estudos, na segunda metade do século XIX, eram voltados para o conhecimento das civilizações exteriores à do antropólogo, sobretudo extra-européias, as chamadas sociedades longínquas, com dimensão restrita, tecnologia pouco desenvolvida e etc. No início do século XX, aquelas sociedades preservadas do contato com o Ocidente estavam desaparecendo, uma vez que se transformaram em contato com outras formas de organização social, assim buscaram-se outros objetos de investigação: o pesquisador volta-se também para a observação da própria sociedade.

Segundo Laplatine (2000), o método etnográfico, seja em qualquer polo teórico, está pautado na observação direta dos comportamentos sociais, em um período de tempo durável ou transitório, onde além da coleta de informações, o etnógrafo impregna-se – pela imersão – da sociedade estudada, apreendendo os significados e a lógica própria envolvidas nesta troca.

O autor ressalta outro ponto importante à prática etnográfica, que consiste na não neutralidade do pesquisador para com a observação em campo, uma vez o observador se faz incluso no estudo do fenômeno social. O pesquisador é um sujeito observando outros sujeitos, assim a objetividade “pura” neste ato é praticamente impossível, pois ao se colocar em campo, o observador perturba o meio, assim como é perturbado por ele. Desta forma, este fazer etnográfico não deve reprimir a subjetividade intrínseca ao método, colocar-se na pesquisa faz parte da construção do objeto científico.

A atitude de estranhamento é um pré-requisito para o trabalho de campo e deve ser uma constante no trabalho do antropólogo. O distanciamento, o estranhamento proporcionam uma revolução no olhar, o contato do antropólogo com outras culturas faz com que o mesmo enxergue melhor a sua própria cultura:

O que outrora tomávamos por natural em nós mesmos é, de fato, cultural; aquilo que era evidente é infinitamente problemático [...] presos a uma única cultura, somos não apenas cegos à dos outros, mas míopes quando se trata da nossa (LAPLATINE, 2000, p.21).

Velho (1980) adentra em um destes pré-requisitos, a familiaridade com a sociedade em que o pesquisador está inserido. Segundo o autor, estar familiarizado com uma paisagem social, e saber identificar os agentes que dela fazem parte, não significa que o pesquisador tenha a compreensão das redes de relações ali estabelecidas, pois este conhecimento pode estar comprometido com a sua rotina, hábitos e estereótipos, assim o que lhe é familiar pode proporcionar maior grau de dificuldade durante a investigação do que o estudo de uma sociedade tradicional.

No que tange o objeto de pesquisa, Laplatine (2000) coloca que a etnologia não tem objeto próprio, porém a tendência do pesquisador é dedicar-se para as sociedades “mais exteriores da sociedade global”, também não existe objeto indigno à pesquisa. Parte da renovação do campo das ciências humanas é delegada a influência da antropologia. Na arquitetura, por exemplo, o olhar do pesquisador volta-se à compreensão daquela “cultura material” que abrange as construções de caráter popular, a auto-construção entre outras manifestações relegadas “ao invisível”. Deslocamos assim o olhar do caráter monumental, ou da linguagem arquitetônica elevada por determinado grupo social de elite, para ampliar os horizontes do estudo da Arquitetura.

Desta forma, sabemos que o fazer antropológico tem também como campo, o estudo da própria sociedade do pesquisador, assim quebra-se a identidade da antropologia ligada unicamente ao interesse pelo exótico e distante, e ao penoso trabalho de campo. O fazer antropológico é de natureza interpretativa, não uma interpretação objetiva, mas uma interpretação que tenha o intuito de refletir “[...] a maneira como culturas, sociedades e grupos sociais representam, organizam e classificam suas experiências [...]” (VELHO, 1980, p.3).

Pelo método etnográfico, Geertz (1989) considera que a cultura deve ser investigada de maneira interpretativa, visando à compreensão dos significados das teias culturais tecidas pelo homem. O método se constitui da técnica baseada pelo estabelecimento de relações, pela seleção de informantes, pela transcrição de textos e pelo uso do diário de campo. A partir deste conjunto, o etnógrafo inscreve as minúcias apreendidas no trabalho de campo - uma descrição densa – pautada na interpretação do fluxo do discurso social. A textualização resultante, segundo o autor, surge como uma tentativa de salvar o “dito” de sua extinção, fixando-o em uma forma pesquisável (GEERTZ, 1989).

Com base nestes “princípios” partimos para o nosso recorte microscópico da escala do campo e do tempo pautado na etnografia de rua. Tomamos os estudos, assim como o método, proposto e realizado por Rocha e Eckert (2001) – etnografia de rua – que visa (re)conhecer os espaços e as formas de sociabilidade dos agentes que neles interagem e contribuem para o constante estado de metamorfose das cidades. Este método se utiliza da figura do *flâneur*, personagem baudelariano o qual caminha pela cidade com um percurso sem destino fixo. “Inscrevendo” as práticas e saberes dos agentes a partir da observação e conversação, o etnógrafo, este andarilho errante, faz uso de recursos como câmeras fotográficas, ou de vídeo, instrumentos que “[...] passam a fazer parte de seu olhar e atitude de coleta de dados de pesquisa: o exercício da etnografia de rua inclui então, ‘a câmera na mão’” (ROCHA; ECKERT, 2001, p.4). As autoras acrescentam ainda que a etnografia de rua consiste:

[...] na exploração dos espaços urbanos a serem investigados através de caminhadas sem destino fixo nos territórios. A intenção não se limita, portanto, apenas a retornar o olhar do pesquisador para a sua cidade por meios de processos de reinvenção/reencantamento de seus espaços cotidianos, mas capacitá-lo às exigências de rigor nas observações etnográficas ao longo de ações que envolvem deslocamentos constantes no cenário da vida urbana (ROCHA; ECKERT. p.6, 2001).

No que concerne à transcrição das falas dos informantes, destacamos, a forma como as trabalharemos. Utilizaremos o modelo proposto por Fernandes (2005), que toma por base a colocação: “o código oral precede a escrita”. Desta forma ao se trabalhar com a oralidade, a escrita serve:

[...] às nuances e expressividades das narrativas orais. Assim é que, não obstante a transcrição ser grafemática (isto é, feita prioritariamente na língua padrão), deve-se atentar para a pronúncia do narrador e aproximar a transcrição de sua construção morfossintática (concordância, número, gênero, pessoa), prosódia (padrões de entonação) e vocabulário (de uso geral e de uso local) (FERNANDES, 2005, p.161).

O autor propõe que as vozes narrador-entrevistado e pesquisador-entrevistador devam estar de formas distintas no texto, no caso da transcrição da voz deste a fonte permanece a mesma do texto – *Arial* ou *Times New Roman* – para aquele se faz o uso de outra fonte – *Comics Sans MS*¹¹. O destaque é feito para que os discursos fiquem claramente marcados, chamando a atenção “que estamos face a um saber da ciência e outro da experiência” (FERNANDES, 2005, p.162). Segundo Fernandes (2005) a escolha da fonte *Comics Sans MS* se dá pelo fato da mesma imprimir certa oralidade pelo fato da aparência cursiva, estando assim o manuscrito mais próximo do corpo, da voz. Desta forma utilizaremos esta visualização das vozes, quando os excertos das narrativas forem inseridos ao longo do trabalho. Destacamos que o uso destas oralidades – técnicos e usuários – não visa generalizar a visão de um informante, sobre um determinado fato, mas sim, relativizar determinado fato sob o ponto de vista do mesmo, tendo como objetivo apreender o significado das paisagens narradas, destacando como o processo de mudança – ou de “estancamento” – da fisionomia da cidade é assimilado e pode ser interpretado.

Fernandes (2005) ao trabalhar as dificuldades e soluções da transcrição no que tange o texto oral, expõe que atualmente tanto o ensino superior quanto as pesquisas acadêmicas têm se dedicando mais à oralidade, o que conseqüentemente provoca uma mudança na ideia desta ser menos aceita no discurso acadêmico, por ser menos “racional” em comparação a linguagem escrita. A consideração desta perspectiva da história dentro do campo de pesquisa do patrimônio cultural é um insumo significativo no trato com edificações tombadas em conjuntos/centros/cidades históricos, uma vez que a análise e interpretação dessas fontes servem para balizar o diálogo órgão preservacionista x usuário, nas ações de

¹¹ Ambas as fontes com corpo 12 e espaçamento 1.5, com isso igualam-se o valor das vozes do texto, narrador e pesquisador. Além disto, para se tornar mais próximo da linguagem do narrador, o autor exemplifica as formas de grafar o texto oral para o escrito, sempre prezando pelo uso da linguagem conferida pelo narrador independente da classe social ou escolarização (FERNANDES, 2005).

políticas públicas voltadas para este setor, como também no que diz respeito aos reparos, às reformas, ao restauro e às novas construções.

O contato com as vozes que demandam melhorias no seu habitar – melhorias sobre o ponto de vista do usuário, sejam elas transformadoras positivas ou negativas da paisagem patrimonial – possibilita aos técnicos (arquitetos) dos órgãos responsáveis pela aprovação das intervenções nos imóveis, soltarem as amarras do pensamento mecanicista em considerar apenas a dimensão métrica, possibilitando aos mesmos a apreensão das redes de significações que envolvem a relação habitante-lugar. Mas qual a finalidade para tal apreensão? Segundo Ribeiro (2005) a apreensão da dimensão simbólica presente nas vivências das pessoas no usufruto do espaço, assim como nos aspectos do próprio espaço é capaz de conferir êxito ou insucesso de uma intervenção arquitetônica. Para isso o arquiteto deve se propor a perceber e articular os valores e significados agregados no espaço. Segundo a autora, a realização do aspecto humano da arquitetura – o Habitar – provém, além de outros fatores, da consciência do arquiteto ante aos espaços que o mesmo concebe, no caso deste trabalho ao espaço que se permite conceber, e às pessoas que nestes lugares irão viver/vivem.

Um dos meios para se conseguir adentrar nas teias de relações simbólicas inerentes ao espaço habitado é através da etnografia, considerando a arquitetura como artefato a qual a mesma é fruto do constructo humano que une saberes imateriais e materiais, elaborado dentro de um recorte histórico e que sofre influência do contexto no qual foi produzido, podendo sofrer alterações ao longo do tempo assim como a resignificação. Desta forma a arquitetura além de ser um artefato, é um artefato não completo tanto em sua materialidade quanto no seu caráter simbólico, cabendo então ao *flâneur* captar a relação sujeito-objeto que emerge no campo.

1.2.1 Testando o método

Uma sequência de letras que compunham a capa do livro “Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa”, que pertencia ao meu irmão mais velho, me chamava atenção em minha adolescência. Perdia ali alguns minutos do tempo juntando as letras e soletrando as sílabas, emendando uma palavra na outra sem

espaçamento, e sem tentar entender o que o todo significava. Anos mais tarde fui ver que aqueles versos pertenciam ao poeta Carlos Drummond de Andrade, referentes ao poema “Procura de Poesia”, naquela época da leitura descompromissada, um excerto sempre me tomava mais atenção, e era por mim repetido:

Penetra surdamente no reino das palavras.
Lá estão os poemas que esperam ser escritos.
Estão paralisados, mas não há desespero,
há calma e frescura na superfície intata.
Ei-los sós e mudos, em estado de dicionário.
Convive com teus poemas, antes de escrevê-los.
Tem paciência se obscuros. Calma, se te provocam.
Espera que cada um se realize e consume
com seu poder de palavra
e seu poder de silêncio.
Não forces o poema a desprender-se do limbo.
Não colhas no chão o poema que se perdeu.
Não adules o poema. Aceita-o
como ele aceitará sua forma definitiva e concentrada
no espaço.

Chega mais perto e contempla as palavras.
Cada uma
tem mil faces secretas sob a face neutra
e te pergunta, sem interesse pela resposta,
pobre ou terrível, que lhe deres:
Trouxeste a chave?
(DRUMMONT DE ANDRADE, Procura de Poesia)

Retomo esse excerto manifestado no lampejo de minha memória para comparar à imersão no campo de pesquisa – que será descrita neste e nos demais capítulos do trabalho – no qual adentro pelo reino dos objetos, a unidade arquitetônica, que ali estão estáticas, paradas ao meu primeiro olhar, porém em estado de “dicionário”, envoltas pela trama de significados tecidas pelos agentes sociais, esperando pelo ordenamento para serem lidas e interpretadas dentro do seu conjunto. Diz o poeta “Convive com teus poemas, antes de escrevê-los”, apontando minha obrigação em habituar-me às unidades arquitetônicas as quais ao primeiro olhar apenas me parecem responsáveis pela desordem do tecido historicizado da Rua Dr. Assis – a convivência poderia relativizar meu olhar para sua interpretação.

O poeta ainda prossegue, como se tivesse esboçando meu planejamento de campo, ou melhor, me aconselhando para o que deveria ser feito. Ter paciência ao longo do trajeto, pois as primeiras incursões nem sempre trariam “bons” resultados, permanecendo o objeto obscuro, “por falar”. Estes não deveriam ser forçados, com o

tempo, eles se realizariam e exporiam uma das interpretações possíveis que viessem suprir o objetivo da pesquisa. Interpretações as quais seriam “inscritas” e firmadas por mim no papel posteriormente.

1.2.1.1 O Flâneur: (re)conhecendo o campo

O andarilho errante e a arquiteta, duas identidades que tentei separar no percurso etnográfico na Rua Dr. Assis, para que fosse possível estranhar o que me apresentaria por natural. Assim no andar descompromissado do *flâneur*, tentei ao máximo soltar as amarras da trena, o olhar impregnado apenas pelos valores métricos, das aberturas de vãos, dos gabaritos das edificações, e do olhar “autocadizado” que delineavam os ornamentos presente nas fachadas. Seguindo o as considerações de Boas (*apud*, Laplatine, 2000) quanto à coleta de dados no campo, onde tudo deve ser anotado, desde os materiais constitutivos das casas até as melodias cantadas, minuciosamente tudo deve ser detalhado, parti para a pesquisa.

No dia 13 de outubro de 2010, decidi fazer minha primeira visita ao campo no meio da semana, numa quarta e no turno da tarde, uma vez que acreditei que o clima da cidade poderia milagrosamente ficar brusco, sem sol e sem chuva, tornando minha caminhada pela rua Dr. Assis mais prazerosa. A Rua Dr. Assis é considerada um corredor de tráfego dentro do Centro Histórico da cidade, ou seja, uma via com grande fluxo de veículos. É por meio deste logradouro que as pessoas atravessam o bairro, de ônibus, de carro de passeio e atualmente também de “vans” – transporte coletivo clandestino. A rua é composta por onze quadras¹² (Fig.9), começo meu caminho pela primeira delas, delimitada pelas ruas Padre Champagnat e Felix Roque, a partir da Praça Frei Caetano Brandão, este primeiro trecho é ladeado pela Igreja da Sé na face esquerda e na outra face o prédio da Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL).

¹² Na figura 9 foi montado um esquema do percurso, subdividindo a rua em duas em duas quadras, formando assim trechos os quais foram numerados a fim de facilitar a localização do percurso pelo leitor.

Resolvo caminhar no sentido do tráfego da via, tentando fixar meu olhar apenas para a movimentação de pessoas que circulam naquele horário no local. Observo um ponto de taxi situado bem no início da Dr. Assis, penso que esteja ali pelo maior movimento de pessoas e turistas, que o núcleo “Feliz Lusitânia” gera,

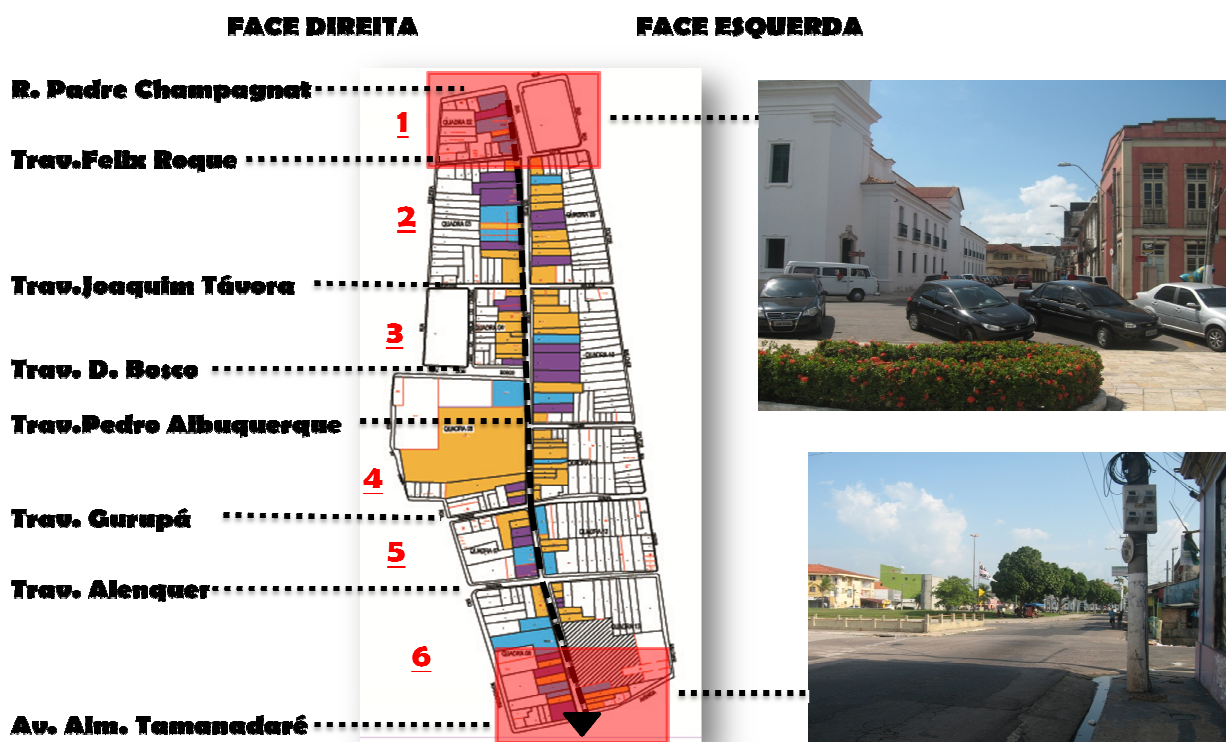


Figura 9: Mapa esquemático do percurso da Rua Dr. Assis, com as fotos dos pontos inicial e terminal da via, Praça Frei Caetano Brandão e Praça do Arsenal respectivamente. Fonte: CODEM, modificado pelo autor, 2011.

não faço aproximação, pois nesta primeira visita o intuito não era estabelecer vínculo comunicativo com as pessoas. Próximo a estes, mais adiante visualizo alguns trabalhadores descarregando mercadorias para um comércio. O trecho 1 apresenta poucos imóveis, sendo que aqueles que se encontram em uso, o maior número compartilha o comércio com a habitação, e o caráter do “morar” é apenas evidente no imóvel de esquina, um prédio multifamiliar com comércio no pavimento inferior. No final deste trecho, nas proximidades da esquina da Rua Feliz Roque, há uma aglomeração maior de pessoas que se acumulam embaixo da marquise do prédio multifamiliar à espera de ônibus. Estas dividem o estreito espaço do passeio público com transeuntes e um vendedor “ambulante” de balas. Neste pequeno trecho, foi impossível não verificar a intensidade do fluxo de automóveis de pequeno, médio e grande porte na via.

O próximo trecho – entre as travessas Felix Roque e Joaquim Távora – as edificações se encontram em maior densidade, visto que o tamanho das quadras aumenta consideravelmente. Sigo o trajeto cambiando as faces da via, percebo que neste parte o número de pessoas transitando reduz; o uso misto também se torna evidente mediante a visão de algumas roupas e redes estendidas para secar em uma varanda de um imóvel (Fig.10). Alguns imóveis do percurso não apresentam uma tipologia definida visualmente, o que identificamos visualmente como uma “casa” - onde se habita - às vezes se constitui um depósito, ou um comércio e vice-versa.



Figura 10: Edificação de uso misto, parte inferior usada como depósito comercial, e a parte superior como habitação.

Foto: Dinah Tutya, 2011.

Outro ponto que apreendo diz respeito ao “novo uso” das calçadas, que em alguns trechos funcionam como estacionamento para o comércio, assim como ponto de descarga e abastecimento de materiais, ação ocasionada em virtude da caixa da rua ter dimensões reduzidas para o grande fluxo de veículos, ou seja, há a incompatibilidade entre a malha colonial remanescente, os “novos” usuários das malhas e as ações de funcionamento que os comércios instalados na área demandam. Com isso o passeio público é adaptado às novas formas de apropriação do espaço, que impedem a passagem de pedestres.

Sigo mais adiante, mas percebo que meu olhar sempre se volta aos aspectos que tangem a arquitetura, assim como a malha e os equipamentos (ou ausência

deles) urbanos que configuram a rua. Desta forma, noto que a face direita deste perímetro apresenta um número pequeno de edificações com uso que atrai pessoas, entre os doze imóveis há apenas dois comerciais e um com uso misto. Começo então a atentar para o tipo de comércio estabelecido no local. Volto para o trecho 1, e vejo que tem o mesmo caso mencionado anteriormente, de imóveis que apresentam tipologias desconexas com o uso, assim temos ali, uma “casa-oficina”, uma fábrica de velas e uma loja de revenda da “Stihl”, especializada em ferramentas motorizadas. De volta ao trecho 2, o lado com maior movimentação edificações com uso misto com comércio voltado para materiais de construção, depósito e venda de bebidas e ferragens, a face direita da rua – de menor movimentação de pessoas – há dois comércios, um voltado para materiais de construção e outro uma revendedora autorizada de motores.

O trecho 3 é delimitado pelas travessas Joaquim Távora e Pedro Albuquerque, e também cortado pela Travessa D. Bosco, que liga a Dr. Assis com a Praça do Carmo. O horário que caminho por esta parte da rua, é três e meia da tarde, este trecho é o que mais tenho familiaridade, em virtude de ter o ponto de ônibus que eu costumava usar para ir e voltar do Fórum Landi – que se localiza na Rua Siqueira Mendes em frente à Praça do Carmo. Os horários que eu sempre utilizava o ponto correspondiam aos de saída e entrada de estudantes no Colégio do Carmo, assim a movimentação era grande naquele local no início da manhã, ao meio dia e ao final da tarde. Porém nesta hora que eu caminhava, as pessoas que permaneciam esperando ônibus eram poucas, alguns clientes dos comércios locais, moradores, não soube ao certo identificar.

Passando a Travessa D. Bosco, na esquina há uma edificação conhecida como “Palácio Velho”, olho para cima e vejo o emaranhado de fiação telefônica e elétrica contribuindo para a sujeira do local, com alguns imóveis mal conservados e com o meio fio, servindo agora, como depósito de lixo e entulho. Tento disputar a estreita calçada com carros, poste e lixo, o caminho mais fácil de passagem é a pista. Neste perímetro existe um aumento do número de habitações, estas apresentam a estética patrimonial e também aquela que foge desse padrão, as chamadas renovações. Na face esquerda entre os imóveis que apresentam comércio, todos são de uso misto e variam entre venda de produtos náuticos, de motores e de material de construção, há também uma casa de recepção, um uso

curioso para o local. Na face direita parte dos imóveis apresenta uso misto, com comércio de materiais de pesca, de construção, de maquinário e de ferragens.

Iniciando o trecho 4, delimitado pelas Travessas Pedro Albuquerque e Gurupá, me chama a atenção a ausência de pessoas circulando no local, característica esta que me faz pensar a questão da segurança pública. Posso afirmar que o local não é dotado de tal virtude, pois a escassa movimentação de pessoas faz com que o lugar se torne sombrio e uma sensação de assalto - a qualquer momento - fica constantemente à medida que a caminhada se aproxima do terceiro e último ponto de ônibus, na esquina da Travessa Gurupá. Essa área é o entorno do Mercado do Porto do Sal, local classificado por algumas pessoas, sobretudo os moradores do Bairro da Cidade Velha, como “perigoso”, em virtude de uma área de ocupação irregular próxima a este, denominada de “Beco do Carmo”. Assim, o meu pensamento está associado a esse “conhecimento” do local, pois se eu fosse uma turista, sem o conhecimento prévio daquele espaço e de suas especificidades, jamais temeria andar por ali.

O baixo fluxo de transeuntes neste espaço se deve também ao fato da face



Figura 11: “Esqueletos” das antigas edificações que hoje constituem o muro lateral do Colégio do Carmo.

Foto: Dinah Tutuia, 2011.

direita ser tomada pelo “muro” do Colégio do Carmo, um muro bem curioso, uma vez que é formado pelos “esqueletos” das antigas edificações que ali “viveram” um dia. Esta é minha impressão ao caminhar observando o local. Um conjunto de aproximadamente quatro, ou mais, edificações das quais hoje só encontramos as fachadas, sem a

cobertura e com os vãos de porta e janela lacrados com alvenaria, constituindo o muro lateral do Colégio do Carmo (Fig.11).

Mais a frente, próximo ao ponto de ônibus há duas oficinas mecânicas, uma de motores e outra de bicicleta. A oficina de motores ocupa uma edificação e a de bicicleta ocupa o porão alto de uma edificação eclética. Caminhando em direção a Travessa Gurupá, encontro na esquina outra oficina, que não soube identificar a especificidade do trabalho. Guardo um conhecimento maior da face esquerda deste

trecho, pois foi a quadra que trabalhei no meu trabalho de conclusão de curso de graduação. Esta não apresenta nenhuma edificação de interesse à preservação para os órgãos oficiais, na esquina com a Rua Pedro Albuquerque há um imóvel multifamiliar que quebra a volumetria do local, após este imóvel os demais são comerciais e outros de uso misto, há também duas outras edificações aparentemente desocupadas.

O comércio é mais diversificado, e a maior parte divide o uso com habitação no pavimento superior, ou seja, são de uso misto, julgo pelo fato das tipologias dos imóveis apresentarem no pavimento inferior grandes vãos encerrados com porta de enrolar, o que sugerem comércios. Estes por sua vez são diversificados, dentre os de uso misto, um é ocupado por uma loja de materiais de construção, o outro por uma loja de peças e ferragens de motores. Aqueles que ocupam a edificação toda são: um armazém de medicamento e perfumaria; armazém de ferragens.

Os demais imóveis que aparentemente encontram-se desocupados também apresentam as mesmas características do pavimento inferior com porta de enrolar, além desse detalhe, me chamou atenção, a repetição do arco abatido – comumente chamado de colonial – no pavimento superior das edificações, gerando um visual interessante de repetições de modelo arquitetônico.

Dentro deste corredor “comercial” há uma “casinha” espremida, de pequeno porte, com uma estética que soa algo antigo, devido aos vãos de porta e janela alongados, porém o fato das dimensões do volume da edificação serem pequenos para a proporção das aberturas (Fig. 12) gera certa estranheza. Embora eu tivesse contato com este imóvel, desenhara sua fachada para o levantamento do meu TCC, não havia parado para “enxergar” o objeto, era como se aquela composição da fachada quisesse transmitir algumas mensagens: no momento de sua construção, “a casa” pretendesse se destacar com um ar mais “moderno” das demais edificações que poderiam ainda ter uma linguagem arquitetônica eclética, ou outra anterior a esta; no momento de sua construção ela também poderia ter mimetizado alguns elementos das demais edificações que poderiam ter uma linguagem *art-deco*, querendo também soar “moderna”. Detive-me alguns minutos olhando para este exemplar arquitetônico, que se destacava dos demais.



Figura 12: Edificação com uso de habitação, sufocada entre o comércio local.
Foto: Dinah Tutya, 2011.

A caminhada para o trecho 5, entre as Travessas Gurupá e Alenquer, proporciona uma bela perspectiva com alguns sobrados “antigos”, pois neste ponto é onde a malha sofre uma quebra de angulação em relação ao caminho reto até então da via. O fluxo de pessoas reduz drasticamente naquele horário da tarde, embora ali exista a única padaria do perímetro, a ausência de movimentação faz com que eu me detenha na arquitetura. Como as quadras de ambas as faces são pequenas, o número de imóveis também é menor. Diferente dos outros trechos, neste, o único comércio é a padaria – que ocupa o pavimento inferior de um prédio multifamiliar – as demais edificações que denotam ser comerciais, estão fechadas, ou então com placas de “aluga-se”. Quatro sobrados me chamam a atenção na face direita, em par ele formam dois conjuntos ecléticos, dois deles situados no início da quadra, não apresentam bom estado de conservação, o que proporciona ao olhar “descompromissado” um sentimento de nostalgia de algo não vivido, como uma contemplação de ruína. Os dois outros sobrados apresentam estado de conservação um pouco melhor que os anteriores, e se situam na esquina da Travessa Alenquer.

Na face esquerda um imponente sobrado com características da arquitetura neoclássica também me chama a atenção, e se contrapõe, ou compõe, com o

conjunto eclético deteriorado, uma paisagem que eu poderia exclamar “Esta é a Cidade Velha!”. Na esquina oposta a este casarão há uma edificação “com caráter” neocolonial que também se sobressai dos demais imóveis do trecho, os quais não deixam de chamar minha atenção por meio de suas fachadas que apresentarem os mesmos vãos de arcos, do trecho anterior, genericamente denominados de colonial.

O último perímetro a ser percorrido, o trecho 6 que se encerra com a Avenida Tamandaré apresenta suas quadras mais extensas, com maior quantidade de imóveis. Em uma das esquinas, da face esquerda, há lixo acumulado, o qual exala mau cheiro, fazendo com que eu decida atravessar para outra face da rua, que aparentemente é mais limpa. Nesta esquina tem uma edificação de uso misto, com seu pavimento superior multifamiliar e inferior abrigando um comércio de maquinários, sem nenhum cliente. Penso que o tipo do comércio alocado ao longo do logradouro é muito específico e não diversificado, fato que pode ser o motivo da quantidade reduzida e da inconstância de clientes nos comércios. Sigo a caminhada e observo que o local, depois da recente restauração da edificação denominada por “Palacete Pinho”, encontra-se mais “asséptico”, penso que esta percepção se deve ao valor de novidade que a fachada deste imóvel passa, além disso, sua suntuosidade se destaca das demais edificações do entorno, sobretudo do vazio do terreno em sua frente, um depósito de “caixotes” de um supermercado da cidade.

Nesta face esquerda onde o depósito está localizado, outras edificações tomam minha atenção, como é o caso de dois sobrados pintados recentemente com cores fortes que destacam os detalhes das fachadas (Fig.13) e (Fig.14). Estas marcações ressaltaram uma forma que eu não conseguia enxergar em minhas andanças anteriores ao local, quando as casas se encontravam com um estado de conservação externo degradado. A partir daí, comecei as conjecturas quanto a estes imóveis, primeiramente vi que as cimalhas dão continuidade entre as edificações, o que me fez pensar estas como um conjunto de outrora, além disto, o segundo imóvel com sua cimalha marcada, passou a transparecer a estrutura de uma casa de um pavimento, aquela típica casa colonial, acachapada, que teve seu segundo piso adicionado posteriormente. Antes das pinturas, esta leitura não era tão evidente para mim.



Figura 13: Edificação com uso de habitação multifamiliar, a nova pintura destacou a cimalha que se prolonga ao imóvel seguinte.
Foto: Dinah Tutya, 2011.



Figura 14: Imóvel com uso habitacional multifamiliar, no qual a pintura com as cores fortes possibilitaram uma nova leitura da fachada.
Foto: Dinah Tutya, 2011.

Outra observação feita ao longo da caminhada foi quanto à questão do calçamento do passeio público, ao percorrer a rua vim anotando os trechos que apresentavam a pedra de lioz (os trechos onde as pedras estavam aparentes, pois há partes em que as pedras estão encobertas por outro revestimento): trecho 1 (6 imóveis na face direita e na face esquerda apenas a lateral da Igreja da Sé) apresenta a lateral da Igreja da Sé completo, enquanto que a face direita apenas partes de meio fio; trecho 2 (12 imóveis na face direita e 12 na face esquerda) a grande maioria das calçadas da face esquerda e direita em pedra e aproximadamente duas frentes de imóveis de cada face sem o calçamento; trecho 3 (10 imóveis na face direita e 13 na face esquerda) apresenta na face esquerda duas frentes de imóveis sem o calçamento, enquanto que a face direita apenas duas com o calçamento de lioz; trecho 4 (7 imóveis na face direita e 11 na face esquerda), apresenta na face direita exceto um não apresenta o calçamento de pedras – mas como há falhas na cobertura posso observar que as pedras foram apenas

encobertas por cimento – , enquanto que na face esquerda entre Travessa Pedro Albuquerque e Travessa Gurupá não há calçamento aparente em pedra, apenas em algumas partes do meio fio, mas em determinados lugares, é possível visualizar que as mesmas encontram-se encobertas; no trecho 5 (6 imóveis na face direita e 6 na face esquerda) apresenta na face esquerda apenas uma frente de imóvel sem o calçamento, porém em fissuras no mesmo podemos observar partes das pedras lioz, a face direita apenas uma frente de imóvel se encontra sem o calçamento; no trecho 6 (11 imóveis na face direita e 11 na face esquerda, contando com o lote vazio), a face direita apresenta dois imóveis sem as pedras, enquanto que na face esquerda três com o calçamento faltante. No geral, pelas observações do percurso existe a possibilidade das pedras de lioz que se apresentaram como faltantes estejam encobertas pelo revestimento atual, que por sua vez, são em maior parte de cimento e em alguns casos piso cerâmicos.

Ao prosseguir ao fim da rua o cenário composto por aberturas de vãos e fechamento em vidro, continuam a me instigar, porém neste momento o que chama minha atenção é o início da degradação destas fachadas, com vidro quebrado e pichações. Quanto mais caminho em direção à Avenida Tamandaré, menor é o fluxo de pessoas, uma vez que neste trecho o uso habitacional se faz mais presente, e o pequeno movimento de clientes não é mais visto, voltando a aparecer somente no fim, onde a Dr. Assis se abre para a Avenida Tamandaré, ao pequeno porto e à Praça do Arsenal mais à frente.

Voltei a campo em horários e dias da semana diferentes para apreender outros aspectos da vida na rua, dentre estes, a diferença esteve no fluxo de pessoas transitando na via, durante a semana, pois estas variaram de acordo com o horário de funcionamento comercial, e dependendo do trecho observado, da entrada e saída de alunos no Colégio do Carmo. Após as 6 horas da tarde a movimentação no local é dada por alguns moradores do bairro que voltam do trabalho, ou trabalhadores dos comércios da Cidade Velha encerrando seus expedientes e voltando para suas casas.

Destaco também, o logradouro no final de semana, mais especificamente no domingo de manhã, que é um dia onde as pessoas decidem passear pela cidade com a família, ou com amigos. Em mais uma visita de campo, notei maior quantidade de carros e turistas na Praça Frei Caetano Brandão, às 10 horas da

manhã, havia celebração de missa na Igreja da Sé, e este poderia ser um dos motivos para o volume de automóveis estacionados na lateral da mesma, na Rua Dr. Assis.

O primeiro ponto de ônibus se encontrava com algumas pessoas, porém os taxistas e a circulação de clientes e funcionários dos pontos comerciais não se faziam presentes. Uma movimentação curiosa me chamou atenção, um senhor que colocava o carro na calçada para lavar. A calçada virava extensão da residência, no dia de domingo, uma vez que durante a semana, com o comércio e o tráfego de automóveis mais intensos, o morador não podia realizar tal ação.

Ao longo da via, há uma redução de automóveis públicos e privados, o que possibilitou andar pelo meio da rua com certa tranquilidade para fotografar. Tranquilidade esta apenas para adquirir angulação no enquadramento das fotos, pois em uma dessas sacadas da máquina fotográfica da bolsa, fui advertida por uma transeunte para ter cuidado com assaltantes, por estar andando ali sozinha.

Com um determinado tempo de caminhada, houve uma movimentação maior de transeuntes na rua, em grupos de três, quatro pessoas. Ao mesmo tempo também o aumento da quantidade de automóveis particulares, fato que me fez supor o término da missa de domingo. Depois do fluxo momentâneo, a rua foi tomada novamente pela tranquilidade, a caminhada em direção ao terceiro ponto de ônibus aumentou minha sensação de perigo, dificultando o manuseio da máquina

fotográfica nas proximidades do Porto do Sal. Seguindo em direção à Avenida Tamandaré de repente, algumas pessoas saem da Travessa Alenquer com malas e sacolas, supus que fossem passageiros desembarcados de algum porto localizado na rua paralela à Dr. Assis, a São Boa Ventura (Fig.15). Esta foi a primeira vez que havia me deparado com esses personagens os quais por ali perambulavam, cortando as travessas.



Figura 15: Passageiros desembarcados dos portos situados na Rua São Boa Ventura.

Foto: Dinah Tutya, 2011.

Neste andar descompromissado vem à tona a seguinte imagem: o início, a

Praça Frei Caetano Brandão e o término, a Praça do Arsenal, representam duas polaridades enquanto paisagem cultural, a primeira o “apogeu” arquitetônico histórico da cidade, onde se encontra o núcleo do Feliz Lusitânia, e a segunda a oposição da paisagem e deterioração do espaço urbano, algumas barracas de madeiras usadas como venda, um porto mal estruturado e muito lixo na via pública.

1.2.1.2 O “monstro” chamado patrimônio: o contato com o “nativo”

Segundo Rocha e Eckert (2011), o reconhecimento do etnógrafo pelo Outro, se faz através de um pedido de consentimento à interação, onde a partir deste contato o pesquisador passa a reconhecer “os movimentos, olhares, ruídos locais, códigos e etiquetas a serem observadas e à aceitação da comunicação solicitada” (ROCHA; ECKERT, 2011, p. 9). O encontro etnógrafo-nativo é feito por intermédio de uma circunstância artificial provocada, nutrida por códigos apreendidos na observação deste contato.

Assim, minha terceira incursão ao campo está baseada na tentativa de aproximação com os moradores/donos de estabelecimentos comerciais, para a abordagem quanto às modificações - “descaracterizações”¹³ - feitas nos imóveis.

Tentei o primeiro contato com um senhor que estava na porta do imóvel, me apresentei como estudante da Pós-Graduação de Arquitetura da UFPa, dizendo que estava fazendo uma pesquisa sobre os imóveis que sofreram reformas na rua Dr. Assis. Resolvi usar a palavra “reforma” para soar mais suave em relação a palavra “descaterizado”, a fim de evitar que o proprietário se sentisse diante de uma entrevista com um órgão público, que implicasse em multa em virtude das possíveis reformas feitas na edificação.

A primeira tentativa de entrevista, no imóvel A¹⁴, se deu pelo motivo de haver um homem em frente à edificação fazendo com que eu presumisse que fosse o

¹³ O motivo de a palavra descaracterizar e seus derivados serem utilizados constantemente ao longo do texto entre aspas surge em consequência do significado do termo “descaracterizar” segundo o dicionário Aurélio: “fazer perder a característica”; “desfazer a caracterização”. Assim, partimos do pressuposto que nenhuma edificação deixa de ter caráter por mais que sofra modificações, diante dos olhos do proprietário, que é quem lhe imprime determinada marca e especificidade. Desta forma a arquitetura sempre continuará a imprimir um caráter regido por um código específico. Uma edificação que sofre uma reformulação total de sua fachada, não pode ser denominada de “descaracterizada” quanto à linguagem arquitetônica a qual pertencia, uma vez que uma nova forma com outro caráter surge no lugar da forma anterior.

dono da mesma. Antes de qualquer pergunta o homem disse¹⁵ que estava sem tempo, tal reação deve-se à presença da prancheta que eu portava às mãos. Cabe aqui uma colocação feita por Rial (2003), quando esta pesquisava Fast-Foods em Paris, a autora percebeu que era menos incomodo se aproximar dos clientes que estavam sentados às mesas com a prancheta e o questionário. Este “equipamento” compunha o hábito de pesquisadora, servia como um item da indumentária. Rial (2003) relata que o mesmo aconteceu com a câmera de vídeo, que em muitas situações estes instrumentos abriram portas para conseguir as informações necessárias à pesquisa, e também enquadrando-a em algum grupo, como turista, por exemplo, “legitimando ou disfarçando a pesquisa” em determinados espaços. Porém no caso da minha investigação, este ítem de identificação da condição de pesquisadora, não somou à meu favor, pelo contrário, serviu como um obstáculo na relação etnógrafo-nativo, como veremos nesta e nas demais abordagens.

De volta ao primeiro contato, resolvi ser rápida e tentar de qualquer forma aproveitar a situação, perguntando o tempo que senhor ocupava o imóvel, o mesmo não soube precisar a data e respondeu que fazia algum tempo. Segui para próxima pergunta pedindo para que ele falasse sobre o imóvel, se encontrava com aquela fachada ao seu estabelecimento no local, ele disse que sim, que nunca havia feito reformas, e que as reformas que fazia eram apenas manutenções de pintura da fachada, após responder, o senhor disse que estava “muito sem tempo”.

O próximo imóvel de número B, uma edificação de uso misto com o nome de “Ferragens P.”, quem me atendeu foi um funcionário, me apresentei como fizera anteriormente, e perguntei se teria alguém que pudesse me dar informações quanto a edificação, ele me informou que a proprietária havia saído, mas que não seria difícil contatá-la, pois a mesma morava na parte superior e também era a dona da loja e sempre estava por ali. Constatação importante, o proprietário do comércio é também morador no mesmo lugar.

Escolhi os imóveis que estavam abertos e o seguinte foi o imóvel de número C, ao perguntar sobre as reformas na edificação, o inquilino (importante ressaltar que o entrevistado fez questão de se colocar como inquilino e não como proprietário)

¹⁴ Optamos por retirar as identificações nominal e numérica, referente aos imóveis, proprietários de imóveis e técnicos do patrimônio.

¹⁵ Nesta fase da pesquisa fui a campo sem o auxílio de um gravador, apenas com a prancheta, papéis e lápis, nos quais fazia os registros das conversas no momento do contato, desta forma, utilizo para a transcrição das falas dos sujeitos o discurso indireto, todas concedidas no dia 11 de novembro de 2010.

respondeu que não havia mexido no imóvel externamente e que só havia colocado um piso, o que estava lá, revestimento cerâmico branco, mas percebi que ele não queria falar muito sobre o assunto devido às respostas curtas com um “tom” de receio. Dentro de sua resposta mencionou que “não podia mexer em prédios antigos por causa do patrimônio”, mesmo eu não tendo mencionado as palavras “edificação histórica”, “tombamento” ou “patrimônio”.

No próximo imóvel de número D, “I. caça & pesca”, fui atendida por uma funcionária que não poderia responder às minhas perguntas, pedi a ela que me indicasse imóveis comerciais em que o dono trabalhasse na loja, ela indicou que eu fosse à loja do senhor “M.”, pois este sendo o dono poderia me ajudar na pesquisa. Antes de seguir para o determinado comércio, parei no imóvel de número E, onde haviam apenas as funcionárias que também não puderam me ajudar, caminhei para o número F com o nome de “Comercial I.”. Ao chegar neste, deparei com um senhor com aproximadamente sessenta anos, do outro lado do balcão. Me apresentei, e o mesmo se dispôs a responder o que fosse possível. Comecei a perguntar seu nome, ele respondeu que se chamava J. M. M. (o mesmo sobrenome indicado pela vendedora na loja I. caça & pesca), perguntei então há quanto tempo ele ocupava aquele espaço, ele respondeu que estava ali há aproximadamente 50 anos, questionei se aquela edificação sempre teve uso comercial, ele respondeu que sim, mas que a casa antiga também possuía uma moradia.

A partir disto, eu pedi que o senhor J.M.M. me falasse um pouco sobre como era a Dr. Assis há cinquenta anos atrás, ou qual era a lembrança que ele tinha da via. O mesmo respondeu que “existiam muitas casas velhas que foram caindo, sendo derrubadas” e apontou para frente fazendo menção com a mão dos lugares onde ocuparam as casas. Perguntei se ele tinha feito alguma reforma no imóvel, ele respondeu que não poderia falar pois era um inquilino, naquele momento pela ênfase dada ao fato de ser o locatário, percebi que o senhor J.M.M. tentava se abster de qualquer responsabilidade de “descaracterização” do imóvel.

Na interação entre o etnógrafo e o “nativo” o domínio da língua não é o suficiente para compreensão do dito, para isso deve-se adicionar “[...] a atenção aos tons e meios tons, das insinuações e dos silêncios, dos não-ditos e refusas [...]” (Rocha; Eckert., 2001, p.9). Assim, aquela ênfase da condição de inquilino do imóvel, somada à continuação da fala do nativo ao afirmar que “há 40 anos não

havia muita fiscalização” e que “se derrubavam as casas antigas para construir comércio” constatei a tentativa da ausência de culpa por reformas no imóvel, embora eu não tivesse falado nada a respeito dos órgãos preservacionistas e muito menos ser uma representante deste para provocar tal reação, porém o contexto do encontro fez com que tal interpretação, de ambas as partes, emergisse naquele momento.

O próximo imóvel, de número G, faz parte do conjunto daqueles que a primeira vista não se pode identificar o uso em sua tipologia. Pedi ao garotinho que estava na porta da “casa” atendendo outra pessoa, alguém responsável pelo imóvel que pudesse me conceder uma entrevista, minutos depois ele abriu a porta pedindo para que eu entrasse. Confesso que me assustei com a atitude, uma vez que, atualmente devido a insegurança dificilmente as pessoas abrem suas casas para estranhos. Isso fez com que eu, ao entrar, ficasse parada no corredor, até que uma senhora me chamasse e me pedisse para então adentrar ao interior da casa. Sentadas no sofá de um ambiente que seria a sala de estar-jantar, expliquei os motivos da entrevista, e a simpática senhora com o nome de E., espontaneamente contou que estava na casa há 43 anos, que era sua idade.

Se locomovendo pelo pequeno espaço de circulação que sobrava entre os móveis, começou a falar como era a edificação antiga e gesticulando explicou que o corredor era mais estreito, e que existiam as alcovas na parte da frente da casa. A mesma em um tom nostálgico relatou que embora a casa estivesse reformada, o chagão ainda permanecia. O tom enternecido de sua voz ao falar do chagão, fez com que eu identificasse aquele espaço, aparentemente vazio, entre a lateral da edificação e o muro, como uma fonte de lembrança. Dona E. seguiu explicando que a reforma na casa, havia sido feita por seu pai devido ao fato da “casa estar caindo”. Na reforma, eles resolveram abrir vãos maiores na fachada, um para carro e outro para uma loja, na época, contou Dona E., o pai foi à prefeitura solicitar que derrubasse a frente da casa devido às más condições que se encontrava Percebi, pelo tom cadenciado de sua voz, que apesar de ter falado espontaneamente sobre a trajetória da edificação, a senhora se resguardou de uma possível ilegalidade do ato de derrubar a frente da casa, ao dizer que o pai havia ido à prefeitura solicitar a reforma.

Caminhei para próxima edificação de número H, com o nome de “Ferragens M.”, onde o proprietário J. M. M2. tomava conta do próprio negócio, que viera de

família e ocupava o local há 52 anos. Ao argumentado sobre a condição estética arquitetônica do imóvel, o senhor J.M.M.2 afirmou que a configuração sempre tinha sido aquela, além disto acrescentou que a estrutura atual da loja não tinha sido uma adaptação ao comércio, foi uma “nova” construção feita devido ao fato da antiga casa cair. Perguntei se ele lembrava de como era a via antigamente há 50 anos atrás, ele descreveu que ali no logradouro haviam casas velhas, antigas e meneando a mão apontou em direção da casa da dona O.B. – uma casa eclética de porão alto, classificada como preservação arquitetônica parcial pela FUMBEL – apreendi que a casa serviu como um objeto de lembrança do antigo aspecto que a rua possuía, aquela materialidade arquitetônica era um ponto capaz de estimular a recordação de um tempo que não mais existia.

Diferente do sentimento que a moradora da residência visitada anteriormente, o dono deste imóvel não demonstrava em sua fala afetividade pelo bairro ou pela edificação do seu comércio, afirmou que jamais moraria na Cidade Velha, pois a considerava como um espaço “sem nada”, o qual faltavam serviços que segundo sua opinião, eram capazes de prender um morador ao local. Ao fazer tal observação ele colocou o Bairro do Marco como um lugar de excelência para se morar, devido a oferta de serviços que o mesmo possui.

Terminei a incursão, de contato, com o imóvel comercial de número I, o “Armazéns N. Limitada”, pertencente à J. B., um senhor de cinquenta e poucos anos. Este, posicionado atrás do balcão, se mostrou meio impaciente ao aceitar responder as perguntas, e ao solicitado para falar um pouco sobre o a edificação, afirmou que o prédio tinha a fachada antiga, e era de uso residencial, comentou também que o atual imóvel estava naquela configuração há 30 anos. Como a maior parte dos demais entrevistados deste dia, o senhor J.B., ponderou e disse que “naquela época não havia fiscalização como é hoje”, “do patrimônio”. Colocou ainda que a antiga edificação havia sido condenada devido a uma reforma do imóvel vizinho, que fez com que a antiga casa sofresse danos em sua estrutura.

Ao longo da caminhada eu perguntava se os proprietários dos imóveis tinham registros antigos da rua, ou do imóvel, todos respondiam que não possuíam, ou se possuíam, não estava de fácil acesso. Assim, continuando a tentativa de recolher as imagens da Dr. Assis, fiz a mesma pergunta para o senhor J.B., e ele curiosamente respondeu: “você está louca? Depois o patrimônio vem atrás de mim!”. Esta

contestação me chamou atenção, pois não era a primeira vez neste dia que as pessoas se referiam ao “patrimônio” como se fossem uma pessoa que fizesse cobranças. Fato que me fez refletir sobre o medo que as pessoas têm dos órgãos de preservação patrimonial, e me fez pensar em como deveria ter sido traumático para os moradores da área, o contato com as restrições feitas a partir tombamento do local, assim como as intensificações das fiscalizações por partes dos órgãos preservacionistas.

Além deste fato, ficou claro, que ao contrário de como se conceitua hoje o patrimônio cultural, e a sua função para determinada sociedade, podemos destacar que esta sociedade deva usufruir e apreciar o bem cultural, porém este pequeno número de pessoas não consegue absorver esta idéia de patrimônio, delegando a este o sentido de uma pessoa “o patrimônio” personificando o vocábulo, que atua ali como seus olhos invisíveis fiscalizando o bairro sempre pronto a castigar reformas na área.

Esta primeira etnografia do objeto, gerada pela disciplina “Método Etnográfico para Pesquisa em Arquitetura” abriu meu olhar para as possibilidades de interpretação das edificações de renovação a partir da utilização do método. A nova descoberta expandiu o conhecimento da materialidade dos imóveis, adentrando o viés imaterial, que a primeira vista não era levado em conta e só emergiu a partir do contato com os sujeitos que com objetos da pesquisa se relacionam. A imersão no campo, como coloca Geertz (1989), pautada na observação direta, faz com que o etnógrafo seja capaz de apreender que existe uma multiplicidade na estrutura de significação, assim, trazendo a tona dados anteriormente obscurecidos. Identifico que a observação deste grupo de sujeitos os quais se relacionam com o conjunto de imóveis transformados da Rua Dr. Assis (relegados ao esquecimento patrimonial e tratados como uma “minorias” que não necessita de atenção quanto aos imóveis resguardados do “desaparecimento”) é capaz, além de responder a pergunta do seu papel dentro do processo de preservação patrimonial, contribuir com a relação entre os órgãos preservacionistas e os proprietários/inquilinos daqueles imóveis.

1.3 PELAS ENTRELINHAS DO PATRIMÔNIO

Do contato com o campo surgem questões que instigam o investigador a buscar o entendimento do “patrimônio”, emergido a partir das visões colocadas pelos agentes sociais sobre este assunto. Hoje a discussão da temática “patrimonial” não deve ser estanque, precisa estar em um processo constante de reflexão e relativização dos valores atribuídos aos bens. Deve também, ir além da agregação de bens ao conjunto do patrimônio cultural de determinado povo, assim como das tentativas de patrimonialização da cultura. Estes objetivos devem, sim, sempre fazer parte da discussão, uma vez que necessitamos rever e entender a trajetória pela qual passou a questão patrimonial, porém este percurso deve servir como subsídio para uma reflexão crítica sobre o assunto e como ponto de instigação que nos leve à tentativa de responder perguntas – como as que Todorov (2000) faz para ações que sacralizam a memória – tais como: Para que e para quem pode servir a eleição determinados bens como dignos à tutela governamental? Com qual finalidade esta eleição é feita? Quem são os beneficiados e os não beneficiados com esse processo?

(In)felizmente não há respostas unívocas para tais indagações, porém o fato de nos colocarmos a refletir sobre estas perguntas, proporciona uma nova perspectiva ao trato com a cultura material e imaterial, sobretudo aos militantes desta área como órgãos governamentais, sociedade e mesmo a indústria cultural.

Com este objetivo iniciamos a discussão a partir de uma possível definição do que representa “o patrimônio” na atualidade, sempre convergindo para o objeto de estudo, o acervo de edificações de áreas históricas que atribuem identidade nacional e regional. Em seguida tentamos ler o que está implícito neste processo, cujo caminho é feito pelo diálogo das fontes bibliográficas as quais se dedicam ao assunto.

1.3.1 Por um entendimento do termo

Ao longo do século XX assistiu-se ao alargamento quantitativo dos bens patrimoniais, fato conseqüente da ampliação do conceito de “patrimônio”. Alguns autores que abordam a temática, ao conceituarem o Patrimônio, partem do

significado original da palavra e traçam a evolução semântica que a mesma veio adquirindo até os dias atuais. Empresta-se aqui, o significado para o verbete segundo a Enciclopédia Larousse Cultural que o define como: “herança paterna; bens de família; o que é considerado como herança comum”. Hoje, além desta definição, a expressão apresenta-se ligada à herança cultural. Essa qualidade atribuída pode ser conferida a partir da definição de Horta (1999), que considera o termo atualmente como a herança constituída da riqueza cultural, individual e coletiva, a memória, o sentido de identidade, aquilo que distingue povos e culturas, a marca inconfundível de uma cultura.

Podemos perceber as proporções adquiridas pelo termo, sobretudo na adjetivação da palavra patrimônio – patrimônio histórico, patrimônio arquitetônico, patrimônio natural, etc. – a qual demonstra o aumento quantitativo e também, qualitativo destas “heranças”. Algumas bibliografias relacionadas ao assunto definem Patrimônio Cultural elencando seus elementos constituintes, os bens culturais, assim a importância da identificação destes auxilia a compreensão do processo de incorporação de novos elementos ao acervo patrimonial, e a mudança de pensamento relacionado a este trajeto, se aproximando a uma definição do que é o Patrimônio Cultural na contemporaneidade.

Para auxílio à identificação deste vasto acervo de bens, destacam-se os documentos internacionais resultantes das reuniões de órgãos que visam à salvaguarda do patrimônio mundial - ICOMOS, ICCROM entre outros¹⁶ - e refletem as discussões de um determinado momento sobre o assunto assim como ‘amarram’ o entendimento do que vem a ser o Patrimônio Cultural oficial. Estes documentos conhecidos como Cartas Patrimoniais¹⁷, têm um caráter prescritivo e geral, que

¹⁶ O ICOMOS – *International Council on Monuments and Sites*/ Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – é uma organização civil internacional ligada à UNESCO, criada em 1964 na ocasião do II Congresso Internacional de Arquitetos, em Veneza. É a única organização global não governamental que trabalha pela conservação e preservação patrimonial, a qual se dedica à promoção das aplicações das teorias, metodologias e técnicas científicas para a conservação do patrimônio arquitetônico e arqueológico. Baseia-se nos princípios consagrados da Carta Internacional de Conservação e Restauração dos Monumentos e Sítios, conhecida como Carta de Veneza (Disponível em: <<http://www.icomos.org/>>. Acesso em: 02 ago. 2011). Por sua vez o ICCROM - International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property/Centro Internacional para Estudos de Preservação e Restauração de Bens Culturais – organização intergovernamental, criada na Conferência Geral da UNESCO em 1956 em Nova Deli, se dedica a promover mundialmente a conservação de todos os tipos de patrimônio cultural, tanto móvel quanto imóvel. Através das atividades de formação, informação, pesquisa, defesa e cooperação. (Disponível em: <<http://www.iccrom.org/>>. Acesso em: 02 ago. 2011)

¹⁷ Kühl (2010) estabelece as diferenças entre estes escritos que são comumente referenciados como Cartas Patrimoniais. Segundo a autora as cartas, as declarações, as resoluções, as normas e os

devem ser interpretados, refletidos e adotados ou não às legislações das instâncias federal, estadual e municipal de cada país.

Formulados ao longo do século XX, podemos perceber nestes documentos o alargamento da idéia do que vem a ser o patrimônio neste início do século XXI, quando a preocupação de outrora se dava pela salvaguarda dos bens de excepcionalidade histórica e artística, do bem isolado e ligado a sua monumentalidade, passando depois a abranger áreas assim como o caráter popular e os aspectos imateriais dos mesmos.

Observamos as primeiras considerações na Carta de Atenas¹⁸ de 1931, onde o cuidado recaía sobre o patrimônio monumental - arquitetônico, arqueológico e escultural - considerados obras primas de determinada “civilização”. Trinta e um anos mais tarde, a Recomendação Relativa à Salvaguarda da Beleza e Caráter das Paisagens e Sítios, promovida pela Conferencia Geral da UNESCO em Paris, traz em suas linhas o termo “patrimônio cultural”, assim como a inserção de dois novos elementos para o campo da preservação: as paisagens e os sítios.

São constantes as ameaças que perseguem o acervo patrimonial, em cada momento é um novo perigo, na conjuntura da Carta de Atenas o que afligia eram intervenções como as reconstituições integrais, sem respeito ao caráter histórico e artístico pregado na época, assim como quaisquer ações realizadas a revelia nos monumentos. Em 1962 eram as grandes obras, instalações de equipamento industrial e comercial geravam o desordenamento e causavam o risco de rápido desaparecimento das paisagens e dos sítios. Neste caso destacam-se ainda, aos dois elementos de salvaguarda apareceram agregados novos cuidados que

documentos têm suas especificidades e que devem ser evidenciadas. A autora ressalta que as cartas têm o caráter prescritivo diferente de resoluções e declarações que têm por objetivo expor o estado da arte para as discussões nos encontros. Evidencia também que as cartas “[...] adotadas pela Assembléia Geral tampouco são equiparáveis às Cartas produzidas pelos Comitês Nacionais do Icomos; são documentos de interesse, e veiculados pelo sítio do Icomos internacional (numa categoria distinta), mas não são referendados pela Assembléia Geral, o que significa que sua validade é local. Por vezes, apesar de seu interesse, alguns documentos não são avalizados pela Assembléia Geral, pois contêm definições contraditórias às do documento-base da instituição, que continua sendo a Carta de Veneza.” (KUHL, 2010, p.292). Com o intuito de expor o estado da arte para o entendimento do tema, neste momento, escolhemos alguns destes documentos compilados e publicados pelo IPHAN (2004), que englobam cartas assim como recomendações, normas e etc., que viessem a demonstrar a ampliação deste acervo. Contudo é válido ressaltar, embora não seja o atual objetivo da pesquisa, a importância de analisar criticamente os referidos textos, não apenas no contexto da discussão preservacionistas, como também nos referidos momentos políticos que com seus discursos, possivelmente influenciaram o mote das inúmeras reuniões das quais resultaram tais documentos.

¹⁸ Documento resultante da conferência realizada pela Sociedade Das Nações em Atenas em 1931, distinto da Carta de Atenas de 1933, resultante do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna.

apontavam para a ampliação da perspectiva a ser valorizada, e resguardada, dos bens. Dentre estes estavam a preocupações com a estética de novas construções, as linhas de eletricidade, de telecomunicação entre outras e os cartazes publicitários. Este conjunto de elementos ao serem inseridos nas referidas áreas deveriam manter a “harmonia com a ambiência”.

No ano de 1964 a Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios, conhecida como Carta de Veneza - documento-base do ICOMOS que apresenta validade até os dias atuais – traz em seu corpo textual, uma revisão da Carta de Atenas de 1931, com o seu aprofundamento e ampliação. O texto não utiliza o termo “patrimônio cultural”, porém em patrimônio comum que são os monumentos históricos os quais compreendem a arquitetura isolada assim como em sítios urbanos e rurais, congregando as obras modestas e as grandes criações que adquiriram significado cultural ao longo do tempo. Percebe-se que a Carta de Veneza amplia o alcance de bens ao acervo, deixando de ser apenas obras singulares de excepcionalidade artística, histórica e estética – como colocava a Carta de Atenas – agregando a importância cultural que estes vão ter para determinada “civilização”, o significado cultural adquirido passa a exercer um caráter dinâmico deste constante aumento destes objetos.

A constante saída da cultura material de seus países de origem fomentou a Conferencia Geral da UNESCO realizada em Paris em 1964, da qual originou a Recomendação sobre Medidas Destinadas a Proibir e Impedir a Exportação, a Importação e a Transferência de Propriedade Ilícitas de Bens Culturais. Esta recomendação que visou garantir a proteção e o resguardo dos bens faz a utilização do termo “Patrimônio Cultural”, incluindo nesta definição os bens móveis e imóveis como as obras de arte, a arquitetura, os manuscritos, os documentos etnológicos, os livros e demais bens de interesse artístico, histórico e arqueológico, os espécimes da fauna e da flora, as coleções científicas, as coleções importantes de livros e arquivos, incluindo musicais. Neste documento, a partir do detalhamento dos itens que devem ser impedidos de deixar seu lugar de origem de forma ilegal, percebemos a diferença de alcance entre o patrimônio que abrangia o texto da primeira carta e o que congrega esta.

As Normas de Quito, resultante da reunião sobre a conservação e utilização de monumentos e sítios de interesse histórico e artístico realizada no ano de 1967,

pela Organização dos Estados Americanos, voltou-se ao propósito do uso dos bens patrimoniais como instrumento de desenvolvimento econômico-social, e através do discurso da “revalorização/valorização” recomendava a adequada conservação e utilização daqueles objetos. Nota-se que os elementos são os mesmos pronunciados outrora, porém o que se destaca neste documento são as reflexões quanto à ideia de espaço como intrínseca ao conceito de monumento, estendendo ao contexto urbano e natural que “emolduram” tais monumentos assim como aos bens culturais que o encerram. Ou seja, começa a ser considerada a ideia de entorno do bem, o qual segundo a norma também deve ser tutelado pelo Estado. Outro ponto que deve ser salientado diz respeito à associação da valorização do patrimônio monumental, artístico e arqueológico, incluindo sítios, conjuntos urbanísticos, centros ou complexos históricos na política de planejamento urbano, assim como aliada ao fomento da atividade turística¹⁹.

A recomendação gerada pela Conferencia Geral da UNESCO, realizada em 1968 em Paris mais uma vez traz o mote da ameaça ao acervo patrimonial, tratando sobre a conservação de bens culturais ameaçados pela execução de obras públicas ou privadas, não faz uso do termo “patrimônio” para encerrar o acervo de bens ao qual faz referência, mas os coloca apenas por bens culturais, e em sua definição da expressão “bens culturais” considera dois grupos, os bens imóveis e os bens móveis.

No primeiro enquadram-se os sítios arqueológicos, históricos e científicos, edificações ou outros elementos de valor histórico, científico, artístico ou arquitetônico, religioso ou seculares “[...] incluídos os conjuntos tradicionais, os bairros históricos das zonas urbanas e rurais e os vestígios de civilizações anteriores que possuam valor etnológico.” (IPHAN, 2004, p.125). Se junta a estes, os imóveis em estado de ruínas que se encontrem sob e acima do solo assim como o entorno. No segundo grupo estão os bens móveis de importância cultural que estejam: integrados ou não aos imóveis; encontrados em sítios arqueológicos ou em qualquer outro lugar. A recomendação amplia mais o número de objetos ao considerar além dos bens protegidos por lei, os vestígios do passado não reconhecidos e protegidos,

¹⁹ As Normas de Quito, trazem inúmeros novos pontos importantes de serem discutidos, no que se refere a salvaguarda, valorização, políticas patrimonial e etc., os quais, em virtude do objetivo deste item não serão aprofundados.

juntamente com “[...] sítios e monumentos recentes que tenha importância artística ou histórica.” (IPHAN, 2004, p.126).

É inegável, nos documentos analisados até o momento a distensão, não apenas da quantidade, como também o juízo de valor que determinava a escolha dos elementos a serem salvaguardados. Soma-se ainda, agora não o alargamento, mas a contração, do período temporal que deveria haver transcorrido para imprimir nos objetos sua vetustez, ou impregná-los de significado cultural para que fossem dotados de “qualidades” que os levassem a ser preservados oficialmente, ou “extra-oficialmente”. No que tange o aumento quantitativo e qualitativo dos bens que vieram ao longo do tempo compondo o patrimônio cultural, Castriota (1999) coloca que este processo, sofreu a contribuição direta da Antropologia, a qual permitiu a integração dos grupos que não estavam incluso na cultura dominante, passando a agregar manifestações culturais populares.

No âmbito nacional, dois encontros marcaram o início dos anos 70, o Compromisso de Brasília e o Compromisso de Salvador, realizados respectivamente em 1970 e 1971. Estes encontros reuniram governadores de Estado, secretários estaduais da área cultural, prefeitos, presidentes e representantes de instituições culturais para discussão de medidas políticas em defesa do patrimônio brasileiro, tais medidas refletiam as recomendações dos documentos internacionais. Dentre os “novos” bens envolvidos, destacam-se: antigos cemitérios, túmulos históricos e artísticos, monumentos funerários e tradições folclóricas, conjunto paisagístico e ambiência²⁰. O texto também faz distinção entre o monumento natural – onde sua proteção deveria ser articulada com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – e o monumento cultural.

Voltamos à esfera internacional, com o aparecimento do “patrimônio universal”, “patrimônio mundial” e “patrimônio mundial da humanidade”, na Convenção Sobre a Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, realizada em Paris durante a Conferência Geral da UNESCO de 1972. O temor diante a destruição ou o desaparecimento do patrimônio natural e cultural - agravados com as mudanças socioeconômicas – conduziram à ideia que este tipo de avaria é uma perda não só para o povo “dono” deste patrimônio, mas uma perda para todos

²⁰ No Compromisso de Salvador, se faz necessário destacar que o documento recomenda a ampliação do conceito de visibilidade de bem tombado para o conceito de “ambiência”, embora a recomendação os conceitos não são definidos.

os povos do mundo. De acordo com o considerado no texto, a proteção destes bens que vivem em constante ameaça, é incompleta em virtude da escala nacional e da insuficiência de recursos para a salvaguarda, cabendo a Constituição da UNESCO fornecer a ajuda necessária. A partir deste contexto surgem então as novas adjetivações para o patrimônio - mundial, mundial da humanidade e universal - que incorporam a ideia de salvaguarda pela coletividade internacional.

Todavia há um parêntese nesta nova categoria, volta-se a questão da excepcionalidade, só que neste momento é um valor “universal de excepcionalidade” do ponto de vista da arte, da história, da estética, do etnológico, do antropológico ou da ciência que o patrimônio cultural ou natural deve apresentar para conseguir a patente mais alta.

O patrimônio cultural e o natural aparecem bem definidos e divididos, aquele englobando os monumentos (arquitetônicos, escultóricos, pictóricos e arqueológicos), os conjuntos (grupos de construções isoladas ou reunidas) e os sítios (obras produzidas pelo homem, ou as que demonstrem a interação homem-natureza e os sítios arqueológicos). Enquanto que o patrimônio natural passa a ser representado pelos monumentos naturais construídos sem a ação antrópica, formações geológicas, fisiográficas e zonas nitidamente delimitadas que constituam habitat de espécies ameaçadas e os sítios e zonas naturais.

Ao longo dos anos 70 no tocante o patrimônio arquitetônico estende seus limites à dimensão urbana, clamando que sua conservação esteja inserida nos planejamentos de áreas urbanas e do planejamento fisco-territorial, dentro da perspectiva da conservação integrada. Vamos ter alguns documentos se voltando para a conservação de conjunto, bairros, cidades, aldeias, parques, jardins históricos e entorno de interesse histórico ou cultural, como é o caso da Declaração de Amsterdã²¹ e da Recomendação de Nairóbi, relativa a conservação de conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea de 1976. Ambos vão reiterar os bens culturais outrora definidos na Convenção de Paris de 1972.

Quanto à questão do patrimônio urbano a noção do termo apareceu ainda no século XIX, na época das intervenções de Haussmann em Paris. As transformações do espaço urbano pela política de higienização e alargamento de vias instigaram

²¹ Resultante do Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu, realizado em 1975 pelo Conselho Europeu.

alguns teóricos ao questionamento relativo à destruição da malha urbana²² e de alguns monumentos - estes teóricos que foram responsáveis pela criação do urbanismo como disciplina - passaram então a estudar a cidade sob a perspectiva histórica, e a partir deste contexto “surge” a noção do Patrimônio Urbano (CHOAY, 2001):

[...] a história das doutrinas do urbanismo e de suas aplicações concretas não se confundem, em modo algum, com a invenção do patrimônio urbano histórico e de sua proteção. As duas aventuras são todavia solidárias. Quer o urbanismo se empenhasse em destruir os conjuntos urbanos antigos, quer procurasse preservá-los, foi justamente tornando-se um obstáculo ao livre desdobramento de novas modalidades de organização do espaço urbano que as formações antigas **adquiriram sua identidade** conceitual. A noção de patrimônio urbano histórico constituiu-se na contramão do processo de urbanização dominante [...] (CHOAY, 2001, p.179, grifos nossos).

Esta identidade adquirida pela estrutura urbana das cidades antigas as encaminhou ao reconhecimento como Patrimônio Urbano, assim nomeado pela primeira vez por Giovannoni – arquiteto-restaurador, historiador da arte e urbanista – no início do século passado, considerado um dos únicos teóricos do urbanismo, daquele momento, a se preocupar com a dimensão estética do assentamento humano, com base em uma concepção crítica de conservação aliada à dinâmica do desenvolvimento. Funda uma doutrina de conservação e restauração do patrimônio urbano, a qual toma a cidade histórica como um monumento em si e um tecido vivo, onde todo vestígio urbano antigo deve ser conservado e integrado a um plano diretor para relacionar-se com o presente. Nota-se que esta prática antecipará o que irá se desenvolver na Europa a partir dos anos 60, que ficará conhecido como colocado anteriormente por Conservação Integrada.

Documentos específicos continuam a tratar, do patrimônio cultural definindo-o pelos bens citados anteriormente. Em 1981 o documento conhecido como Carta de Florença, relativa à proteção dos jardins históricos, trouxe uma definição específica

²²Choay (2001) relata que para Ruskin a malha urbana é considerada a essência da cidade, um objeto patrimonial intangível que deve ser protegido incondicionalmente, a autora atribui a ele, e seu seguidor William Morris, a primeira iniciativa de defesa das cidades pré-industriais. Pinheiro (2008) também atribui à Ruskin o papel pioneiro em relacionar a dimensão ecológica às abordagens da preservação, além disso, a autora destaca a associação feita entre o meio ambiente natural e o construído, postura preservacionista que será discutida apenas na segunda metade do século XX. Camillo Sitte é outra figura destacada por Choay (2001), segundo a autora, este reconhece a cidade pré-industrial como objeto histórico, no final do século XIX, considerando-a obsoleta ante a construção da cidade moderna, que por sua vez é criticada pela ausência do “prazer estético”. Os estudos e questionamentos que Sitte faz sobre a beleza urbana o consagra criador da morfologia urbana.

deste objeto do patrimônio cultural. Com uma composição arquitetônica e vegetal, onde este último elemento carrega o papel principal, sendo considerado um monumento vivo de valor histórico e artístico.

A ampliação do significado de cultura é percebida perante os conselhos, e o tema passa a ser uma das pautas da Declaração do México, na Conferência Mundial Sobre as Políticas Culturais em 1985. O documento considera no sentido mais amplo que a cultura é

[...] o conjunto dos traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade e um grupo social. Ela engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças [...] (IPHAN, 2004, p.272).

A Declaração do México, de 1985, se distingue dos demais documentos citados anteriormente em virtude do mote principal da conferência é a cultural, porém na perspectiva de sua democratização a partir de políticas culturais. Segundo a declaração, os bens culturais não podem ser um privilégio da elite, tanto em relação à produção quanto aos benefícios gerados. O reflexo deste pensamento pode ser percebido na definição de patrimônio cultural, a qual compreende as obras de “[...] artista, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida [...]” (IPHAN, 2004, p.275). O peso do valor de obras anônimas significativas culturalmente para determinado povo, são colocadas em igual, às demais obras, as quais anteriormente carregavam o merecimento de serem valorizadas e resguardadas para sua fruição ao futuro. A declaração também traz o uso do termo “não material” distinguindo das obras materiais.

A Carta de Washington²³ de 1986, que trata da salvaguarda de cidades, conjuntos e centros históricos ante a ameaça de degradação, deterioração e destruição por parte de um tipo de urbanização promovida a partir da era industrial, uma preocupação expressada anteriormente. Apresenta como objeto de tutela as cidades grandes, pequenas, centros e bairros históricos com seu entorno natural e construído. Este escrito, o qual contempla a Carta de Veneza, por se tratar de uma Carta específica para a salvaguarda destes objetos, traz métodos e instrumentos

²³ Texto resultante da reunião do ICOMOS realizada em Washington em 1986, conhecido como Carta Internacional para Salvaguarda das Cidades Históricas.

apropriados aos bens. Ao destacar os valores a serem preservados neste grupo acaba distendendo ainda mais, o conjunto maior do patrimônio cultural, elencando alguns elementos constitutivos do Patrimônio Urbano, como:

[...] a forma urbana definida pelo traço e pelo parcelamento; as relações entre os diversos espaços urbanos, espaços construídos, espaços abertos e espaços verdes; a forma e o espaço das edificações (interior e exterior), tais como são definidos por sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração; as relações da cidade com seu entorno natural ou criado pelo homem; as diversas vocações da cidade adquiridas ao longo da história [...] (ICOMOS *apud* IPHAN 2004, p. 282).

Além de reafirmar as prescrições do documento base do ICOMOS, a Carta de Washington retoma a questão da Declaração de Amsterdã no que concerne à integração deste patrimônio urbano à política de desenvolvimento econômico e social, aos planos urbanos em todos os seus níveis.

Os sítios históricos também foram pauta nacional, no 1º Seminário para Preservação e Revitalização de Centros Históricos em 1987, de onde resultou a Carta de Petrópolis. Esta carta demonstra mais uma vez que as recomendações exteriores eram acatadas e transmitidas no âmbito brasileiro. Neste caso a carta considera o sítio histórico urbano como parte integrante de um contexto de onde fazem parte a paisagem natural e a construída, juntamente com a vivência dos habitantes e os valores constantemente produzidos e transformados entre o passado e o presente.

Retomando a questão do “não material” colocada pela Declaração do México de 1985, também se faz presente na Recomendação Sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular o cuidado a este tipo de bem integrante do patrimônio cultural. Destacamos aqui, o ponto de “novidade” da recomendação, que tange às expressões culturais que se utilizam da oralidade, imitações e etc., para serem transmitidas. Expressões estas como a língua, a literatura, a música, os ritos, o artesanato, a arquitetura e etc., as quais atribuem identidade de grupos e indivíduos e que pelo meio de transmissão está à mercê de transformações constantes, fazendo-se necessário a sua documentação.

O risco da perda deste bem começou a ser levantado diante da sociedade *fin-de-siècle*, marcada pela economia livre de mercado caracterizada pelo fenômeno da globalização o qual apresenta, dentre outros, os seguintes aspectos: transferência

de indústrias dos velhos centros dos países ricos, com elevado custo de mão de obra, para os países que possuem baixo custo de mão de obra; transformação da cultura e do lazer em atividades econômicas; transferência de capital e conhecimento entre as cidades globais; concentração de renda; privatização de empresas e serviços públicos; redução nos gastos sociais (LOUREIRO; SANTIAGO, 2002). A quebra de fronteiras geográficas pelo mercado, trás consigo novos valores que irradiam e transformam as comunidades mundiais desencadeando não só o desequilíbrio ambiental, mas social e cultural. Castriota (1999) por sua vez, destaca que a sociedade industrial moderna veio sistematicamente substituindo e destruindo qualquer quadro estável de referência segundo um

[...] processo de renovação incessante de usos e costumes, imagens e valores. Nela nada pode durar mais do que o tempo necessário para ser consumido pelo mercado, o mais novo deve se tornar rapidamente o mais antiquado (CASTRIOTA, 1999, p. 134-135).

É da crítica a esta forma de desenvolvimento que se iniciou a discussão em torno da sustentabilidade; Loureiro e Santiago (2002) afirmam que a última década do século passado e na primeira deste século houve o aumento da conscientização por parte da “opinião pública, dos movimentos civis e dos partidos verdes no processo de sustentabilidade” (LOUREIRO; SANTIAGO, 2002, p. 4). Após o Relatório de Brundtland²⁴, outros encontros foram realizados em diversos países e termos de compromisso entre os países participantes afirmavam a busca ao novo paradigma de desenvolvimento. Sobre o contexto referente à globalização-sustentabilidade, entra em cena a preocupação com a perda dos valores imateriais e materiais dos grupos sociais, que passa a ser discutida internacionalmente e nacionalmente em encontros que visam à salvaguarda dos bens culturais.

As ressalvas são feitas principalmente à possibilidade de homogeneização cultural, principalmente do bem imaterial, vulnerável frente ao intercâmbio cultural

²⁴Brundtland é o sobrenome da Primeira Ministra da Noruega, que em 1987 presidiu a Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento de onde resultou o documento intitulado de *Our Common Future*. A frase “*Nós não herdamos a Terra de nossos antepassados, mas tomamos emprestada de nossos filhos*” (Our Common Future, 1987 apud FEKETE 2004, p.165), traz exatamente o entendimento do que é desenvolvimento sustentável. O Relatório de Brundtland convergiu em 1987 diversas temáticas que vinham sendo discutidas ao longo das décadas de 60, 70 e 80, que abordavam assuntos relativos à degradação de recursos naturais, crescimento populacional desenfreado relacionado à pobreza, escassez de alimentos e etc. Mediante a reunião e organização destas questões, o referido documento é considerado o marco disseminador do conceito de desenvolvimento sustentável o qual tem como fundamento o crescimento econômico, socialmente mais igualitário, considerando as limitações do meio ambiente (FEKET, 2004).

consequente do enfraquecimento das barreiras geográficas, característico da economia de mercado. Dessa forma, a cultura com toda sua gama de bens materiais e imateriais, passam a ser inseridos no paradigma de sustentabilidade.

Voltando aos documentos, o saber, o saber fazer e as técnicas constitui o que denominamos de cultura imaterial, são citados na Declaração de Sofia de 1996, como “testemunhos intangíveis do passado”, “patrimônio intangível” na Carta de Mar Del Plata de 1997 e só então na Carta de Fortaleza, em âmbito nacional, de 1997 como “patrimônio imaterial” e em âmbito internacional na Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003 em Paris. Esta última por sua vez, encerra o entendimento do patrimônio cultural imaterial como as práticas, juntamente com os artefatos e lugares que lhes são associados, este conjunto, como colocado anteriormente é transmitido sucessivamente entre gerações e consequentemente recriado.

É importante destacar que embora tenha sido feita a separação de termos entre o material e imaterial, a materialidade dos bens nunca estará ausente das relações imateriais inculcadas no mesmo. Uma vez que pouco resta para da matéria sem as relações simbólicas que a envolve.

Assim o breve resumo da linha do tempo de alguns documentos que visam à salvaguarda do patrimônio cultural, demonstrou como os bens foram se acumulando ao longo do século XX deixando seu legado – não estanque – a essa primeira década do século XXI. Sempre explicitando que este processo de acumulação é algo inacabado, devido primeiramente se tratar da cultura, dinâmica em si, e posteriormente à constante ameaça a que os elementos do acervo ficam expostos, forçando com que se ampliem medidas de salvaguardas a fim de abarcar o maior número possível de bens na tentativa de evitar seu total desaparecimento.

Acrescenta-se ainda a perspectiva trabalhada por Castriota (2009), o qual afirma que a grande questão deste processo está ligada ao deslocamento dos valores relacionados ao discurso patrimonial, passando de históricos e artísticos para os valores culturais e urbanos. Esta mudança implicou também uma transformação na maneira de se intervir sobre esse patrimônio, onde o paradigma de preservação se desloca para a conservação do bem cultural. Para Castriota (2009), esta perspectiva que veio sendo construída, sobretudo a partir dos anos 60, coloca que a ideia da *preservação* sobre uma concepção estática passa a dar lugar

à ideia de *conservação* sobre uma dimensão dinâmica, fato relacionado à consolidação das definições e entendimento do patrimônio ambiental urbano²⁵.

Por sua vez, Choay (2001) ao tratar da acumulação dos bens patrimoniais considera que este fenômeno – inflação patrimonial – por objetivar uma construção da identidade humana tem reunido do mais significativo ao mais insignificante “[...] lugares de cultos religiosos e os lugares da indústria, os testemunhos de um passado secular e os de um passado recente” (CHOAY, 2001, p.240) fazendo com que o patrimônio histórico hoje seja um espelho da sociedade humana do fim do século XX, onde a seleção dos bens atuaria na constituição de uma identidade genérica. A autora delega à sociedade contemporânea o culto narcisista do patrimônio como forma de lidar com as transformações que não domina e com isso a adição dos mais variados bens e das mais variadas épocas, seria uma forma tranquilizadora que a sociedade adotaria às angustias e incertezas do devir.

Desta forma, consideramos como patrimônio cultural, a gama de categorias com seus elementos que vieram sendo discutidos - nas Convenções Internacionais e Nacionais - e agregados ao conjunto de bens os quais se diversificaram na medida em que se alteravam a natureza das solicitações pela salvaguarda ao longo do tempo. Abrangendo hoje o material e o imaterial, que atribuem identidade cultural a um determinado grupo.

1.3.2 (Des)construindo o Patrimônio Oficial

Este trabalho ao se voltar para o Bairro da Cidade Velha, espaço gênese da cidade de Belém, mergulha na reflexão sobre o que a arquitetura que compõe a paisagem²⁶ ali consolidada até o momento da pesquisa, tem a nos revelar. Para isso é necessário que façamos a desconstrução da ideia, às vezes assimilada dentro das salas de aula de graduação em arquitetura, da arquitetura dita histórica, como “O Bem Patrimonial”, colocado não como um processo de escolha que veio sendo guiado por um discurso e seu contexto ao longo da história da preservação brasileira, mas como uma ação sublime, uma “elevação” de categoria onde a

²⁵O termo “patrimônio ambiental urbano” é resultante do deslocamento do campo do patrimônio que passa a dialogar com outras áreas do conhecimento, sobretudo no final do século XX. A ideia de patrimônio ambiental urbano converge às áreas da preservação do patrimônio, do planejamento do território e da preservação ambiental (CASTRIOTA, 2009).

²⁶ O conceito de paisagem aqui adotado será tratado no item 2.3.1 deste trabalho.

supervalorização da materialidade que o caracteriza, acaba por relegar os demais bens imóveis ao patamar da invisibilidade, do esquecimento²⁷.

Neste momento acrescentaremos às discussões sobre conservação, preservação e intervenção em bens imóveis, perspectivas que nos levem à interpretação que vão além da materialidade estanque destes objetos, para isso usaremos como exemplo para desconstrução da “aura” que envolvem O Patrimônio, os primeiros anos da prática preservacionista oficial do Brasil.

No item anterior, construímos resumidamente a noção do que representa o patrimônio cultural na atualidade, sobretudo a partir dos documentos elaborados pelas discussões das organizações internacionais, e também nacionais, que tratam da questão preservacionista. Embora tenha sido relativizado o entendimento do termo patrimônio, há que se fazer um parêntese para diferenciar aquele patrimônio do patrimônio oficial e estes do bem cultural. Embora Fonseca (2005) coloque apenas diferenciação entre bem cultural e bem patrimonial, adiciono a partir do ponto colocado pela autora, mais um elemento para reflexão que são os bens patrimoniais presentes nos documentos internacionais.

Primeiramente, Fonseca (2005) considera que o bem patrimonial implica a atuação do Estado,

[...] através de agentes autorizados e práticas socialmente definidas e juridicamente regulamentadas, contribui para fixar sentidos e valores, priorizando uma determinada leitura: seja a atribuição de valor histórico, enquanto testemunho de um determinado espaço/tempo vivido por determinados atores; seja de valor artístico, enquanto fonte de fruição estética, o que implica também uma modalidade específica de conhecimento; seja de valor etnográfico, enquanto documento de processos e organizações sociais diferenciados (Fonseca, 2005, p.42).

O bem cultural por sua vez “foge” à seleção institucionalizada de valor simbólico forçado a referenciar a identidade coletiva (nação, estado e município). O bem cultural tem seu valor simbólico enfatizado enquanto referência cultural, sendo destacados os modos e as condições de construção do mesmo. Esses são os dois bens salientados pela autora, porém coloco em questionamento a existência de um

²⁷ Embora hoje dentro dos órgãos preservacionistas atuantes no Pará, haja consciência das atuais discussões que tange o processo de “aquisição” de novos bens imóveis ao acervo patrimonial, fato constatado durante a pesquisa de campo deste trabalho, não foi verificado até o momento mudança efetiva quanto ao resguardo de determinadas “peças” de representativo valor histórico e vernacular da cultura local que excedem as Idades Míticas que povoa o imaginário coletivo, assunto o qual será discutido mais à frente.

terceiro bem, que seria aquele bem patrimonial cujo valor relativizado encontra-se hoje nos debates e nos documentos resultantes das organizações internacionais de defesa do patrimônio, alguns citados anteriormente neste trabalho. Seriam os bens colocados com o termo patrimônio, porém que estariam em uma espécie de “purgatório” antes da bem-aventurança institucional.

Voltando para o conjunto do patrimônio oficial, vemos que este acervo, assim como um documento, não se constituiu/constitui de maneira ingênua, ele é direcionado e constantemente aparece “[...] demarcando o domínio subjetivo em oposição ao ‘outro’” (GONÇALVES, 2003, p.26). Esta ação passa por exaltar escolhas de grupos sociais dentro de um determinado contexto, conseqüentemente para cada escolha feita, perde-se o outro elemento não escolhido. Essa perspectiva é facilmente identificada nos primeiros passos brasileiros de constituição de seu patrimônio oficial, onde as escolhas foram pautadas em objetos que simbolizavam (e ainda simbolizam em parte) a nação. Sob o respaldo jurídico esses bens passaram então a se manter no espaço, possibilitando assim, sua fruição para as novas gerações. Porém, como vimos anteriormente, cada contexto terá sua formulação de discurso que recairá na “qualidade” e “quantidade” do bem a se preservar.

Fonseca (2005) refaz o percurso desta da política de preservação brasileira, dando enfoque para os processos e as práticas de construção do patrimônio histórico e artístico nacional, assim como para os agentes e o contexto envolvidos neste. Inicialmente a autora discute a questão da atribuição de valor, destacando-o como ponto fundamental para compreensão de construção do acervo patrimonial. Salienta que o valor nacional, além dos demais valores atribuídos ao bem, recebe destaque uma vez que fundamenta o sentimento de pertencimento a uma comunidade, inculcando aos bens que simbolizam a nação, uma relação social de afetividade ligada ao processo de construção da identidade nacional.

O acervo de bens nacionais abrange uma gama de elementos, tanto materiais como as objetificações²⁸ ou/e imateriais, cada qual dentro de sistemas de linguagens

²⁸ Se enumerarmos os objetos que constituem a cultura material, iremos constatar que alguns destes são não-materiais, os quais através da objetificação passam a ser considerados materiais, um exemplo deste processo são as práticas sociais tais como as festas populares, os rituais e etc.(GONÇALVES, 1996). Segundo Tilley (2006) a objetificação é o conceito que trata de uma maneira particular o entendimento da relação entre o sujeito e o objeto - discussão central do estudo da cultura material. Este autor relata que tal conceito, tenta superar o dualismo do pensamento empirista moderno o qual considera sujeito e objeto como entidades diferentes e opostas. Desta forma qualquer atividade que envolva objetos, o sujeito se faz presente no processo, seja na

específicos. Ao denominarmos um bem de patrimônio a este é acrescido um valor que acarreta a alteração de seu valor primeiro, visto que estes passam a agregar um valor “nacional”, dentro de uma categoria universal (FONSECA, 2005).

A construção da nação simbolizada por meio desses objetos se inicia juridicamente com o com a constituição de 1934, de forma não muito específica, prevê a proteção dos monumentos de valor histórico ou artístico. Porém é com a implantação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1936 e a formulação do decreto-lei nº25 de 1937 que se regulamenta a salvaguarda do patrimônio cultural no país. Os bens patrimoniais protegidos por esta lei estão pautados sobre os valores artístico e histórico, para a representação da nação. Valores estes concebidos por um grupo de intelectuais modernistas e homens públicos, imergidos no contexto do Estado Novo e do movimento modernista, delinearão os contornos de cidades e centros históricos pelo Brasil com a seleção do patrimônio. A atuação do SPHAN nesta época acaba por construir o que se identifica hoje como a era mítica da instituição, a “fase heroica”, onde foram travadas “batalhas” para tombamento dos bens culturais.

Segundo Fonseca (2005) os tombamentos nestes primeiros anos vão se voltar para arte colonial brasileira, que tinha como justificativa, pelos agentes da instituição, o processo acelerado de perda em virtude da urbanização e dos saques aos monumentos para fins comerciais. Gonçalves (1996) identifica a este momento histórico, que os agentes da instituição vinculavam nos meios de comunicação um discurso baseado exatamente no desaparecimento dos bens que deveriam ser salvaguardados.

Há que se entender um ponto importante, os anos que antecederam essas ações iniciais, Minas Gerais foi reconhecida como “berço da civilização brasileira”, a partir do redescobrimto dos monumentos coloniais, presente em suas cidades, por parte dos atores que irão atuar na formatação do SPHAN (Rodrigo Melo Franco de Andrade, Mário de Andrade, Lúcio Costa, entre outros). Assim, o barroco mineiro será identificado como primeira manifestação típica brasileira, fazendo com que tais monumentos sejam protegidos.

produção, no uso, no consumo, no cambio, na interação ou na própria convivência há uma troca mútua entre eles.

Na época dos tombamentos, a população não via o valor que o SPHAN atribuía a tais bens, considerando-os como “velharia”, algo ultrapassado. O valor de excepcionalidade era amplamente difundindo para a escolha dos elementos que representariam simbolicamente a nação, a atribuição deste valor era feita por critérios adotados pelos agentes da instituição, sendo aqueles a maioria com formação em arquitetura, imprimiam assim às escolhas o critério formal das obras segundo a visão modernista de história da arquitetura brasileira²⁹. Ao longo desses anos iniciais o que vamos ver é a arquitetura religiosa eleita como fonte primacial do patrimônio, moldada sobre a visão do corpo técnico que não apenas as escolhiam, mas também emitiam diretrizes para intervenção nos bens (FONSECA, 2005). Como o SPHAN mantinha delegados regionais espalhados por todo Brasil, estes critérios foram se espalhando nas cidades e assim contribuindo para a consolidação de uma paisagem histórica pautada em tais escolhas.

A intenção deste trabalho neste momento é expor o que temos hoje como bens patrimoniais tombados e regidos por leis, que visam representar uma imagem coletiva - naquele momento inicial, a nação - são frutos de escolhas para um determinado fim, feitas a partir de grupos que através de um determinado discurso, passam a imprimir, a criar e a influenciar uma nova imagem da cidade. Quanto à política pública de preservação, Fonseca (2005) destaca que a integridade do bem patrimonial não deve ser seu único objetivo, porém deve-se prever o acesso dos sujeitos – os diferentes setores da sociedade nacional - às significações e aos valores que justificam sua preservação. Congelar a materialidade de tais objetos no espaço público, por tombamentos atribuindo valores que a população desconhece, deve ser uma ação relegada ao “primórdio” das ações preservacionista, a qual atribuía os valores dominantes referentes à cultura luso-brasileira³⁰. Deve-se prever

²⁹ O projeto de construção da nação pelo Estado Novo baseado na associação da modernidade à tradição abarca alguns intelectuais do movimento modernista, que por sua vez, tinha por “reelaborar o passado e construir a tradição brasileira, a partir de uma postura autônoma sem uma visão patriótica sentimental” (FONSECA, 2005, p.92), buscou estas raízes da nação em todos âmbitos da cultura. No caso da arquitetura temos o exemplo de Lucio Costa com sua linguagem neocolonial e depois modernista. Este refutava as inspirações estilísticas da arquitetura eclética em voga na época. Tais escolhas pessoais acabavam por refletir nas escolhas prática dentro de seu trabalho no SPHAN, onde os olhos eram voltados para a estética colonial barroca dos monumentos e cidades.

³⁰ Mais adiante neste trabalho, veremos que em Belém o predomínio dos valores ligados à cultura luso-brasileira não ficará nos primeiros passos da política preservacionista, se perpetuará na lei, na materialidade estanque dos bens imóveis, assim como no imaginário dos técnicos do patrimônio e usuários do local.

na medida do possível a recepção e a inclusão dos valores, que façam sentido à diversidade de grupos que constituem a sociedade brasileira.

É dentro destes contextos dinâmicos que hoje podemos fazer algumas leituras, dos lugares que carregam em sua arquitetura a historicidade da passagem do tempo - reflexo de escolhas excludentes que privilegiavam apenas a cultura dominante – que também se aprisionam a memória. Para um referido bem patrimonial tombado pode-se direcionar e interferir nas memórias que o envolvem, cristalizando-as com o espaço. Dentro do âmbito da preservação se alia ao mote do resguardo dos bens à salvaguarda da memória, a memória que visa uma coletividade nacional. Desta forma destacamos aqui algumas considerações sobre o assunto.

Despontamos com o entendimento de memória individual e de memória coletiva. Ricouer (1999) ao trabalhar o tema levanta algumas questões quanto à conciliação entre ambas, ou melhor, a dificuldade de conciliação, da memória como experiência eminentemente individual e sua caracterização como um fenômeno social, coletivo e público. A atenção é destinada para o momento de conversão da memória individual em coletiva, a partir da consideração a qual cada memória individual é um ponto de vista da memória coletiva.

Segundo o autor, neste cambio, a memória coletiva de um grupo não cumpre as mesmas funções (conservação, rememoração, evocação) da memória individual. Considerando algumas características inalienáveis desta, tais como pertencer única e exclusivamente à pessoa que lembra, sendo intransferíveis de caráter próprio às experiências vivenciadas pelo sujeito; a garantia de continuidade temporal da pessoa entre o passado e o presente.

Ao trabalhar o tema, Assmann (2003) reitera as colocações de Ricouer (1999) destacando que a capacidade de lembrar, embora seja falível, é constituidora da identidade dos indivíduos. São também fundamentalmente perspectivas, onde cada pessoa se lembra de determinado fato sob o seu ponto de vista, atribuindo ao mesmo um significado próprio, desta forma as lembranças são intransferíveis. Outra característica apontada na memória individual diz respeito à sua forma fragmentaria, sem uma linearidade temporal, mas que a partir da narração o fragmento toma forma. O caráter instável e volátil das recordações também é salientado, onde algumas lembranças tendem a modificar, ficam mais “fracas”, ou se perderem ao

longo do tempo. As memórias individuais estão interligadas a uma rede de lembranças que conferem coerência ao fato narrado. No tocante a este ponto, Ricouer (1999) ao tratar da memória coletiva³¹, considera que as lembranças de um indivíduo estão baseadas nas lembranças de outros, e muitas das recordações atuais tomam como base relatos de outras pessoas, e muitas vezes estão inseridas dentro de comemorações e festas públicas, destacados ao longo da história de determinado grupo. Afirma que aquilo o que podemos chamar de “lembrança compartilhada” legitima a conversão de memórias individuais em um ponto de vista da memória coletiva. Porém deve-se ter o cuidado em considerar o caráter próprio das lembranças individuais.

Assmann (2003) ao expor as diferenças entre a memória individual e a memória coletiva, toma as instituições e as corporações como as nações, o Estado, a Igreja e as empresas como exemplo da ausência da capacidade de recordação, ou seja, não possuem memória, porém criam uma memória assim como uma identidade para si. A partir disto, uma memória intencional e simbólica é constituída com base na seleção de símbolos e sinais memoriais, formando assim, uma memória uniforme e clara com maiores propensões a serem repassadas ao longo do tempo.

A fundamentação da identidade nacional ou local está diretamente ligada à memória coletiva, desta forma a seleção dos símbolos e sinais é retirada de referências da história dignas de serem recordadas e conseqüentemente capazes de fortalecer a autoimagem da nação (ASSMANN, 2003). Na verdade a seleção de um fato histórico, por exemplo, é uma eleição, onde se prefere uma, dentre as múltiplas perspectivas que tal fato histórico pode ser transmitido para posteridade. Desta forma, a eleição indica a supressão dos demais olhares, sobre determinado acontecimento.

Esta questão também é tratada por Bispo (2011), ao se voltar para o estudo das memórias oficiais destaca as mesmas são construídas, consolidadas a partir do trabalho de gestão do passado que classificam e selecionam as memórias pertinentes a determinado fim, que por sua vez passam a influenciar o horizonte cultural de determinada sociedade. O autor trabalha a atuação dos agentes do IPHAN nos anos iniciais de criação do órgão, e o discurso inicial baseado na retórica

³¹ Ricouer (1999) recorre às considerações feitas pelo sociólogo Maurice Halbwachs no ensaio “*La mémoire collective: cadres sociaux de la mémoire*” publicado em 1950.

da perda, onde se propagavam nos veículos de imprensa que a memória do país estava sendo destruída, assim haveria a necessidade de se preservar os bens culturais que constituíssem a memória nacional, que apesar da diversidade possuiria um passado comum. Bispo (2011) aponta as considerações de Halbwachs, as mesmas trabalhadas por Ricouer (1999) no que tange a memória coletiva, para a percepção de como esta foi trabalhada pelos modernistas do SPHAN, nos anos 30 e 40, quando tomaram por base o entrelaçamento e as interações de memórias entre os indivíduos, assim como a afetividade relacionada às trocas destas experiências, usadas como justificativa na formação de uma memória nacional. Porém

Os modernistas ampliam seus interesses estéticos e históricos para toda uma coletividade, forjando uma memória que é coletiva porque emerge dos contatos entre esses intelectuais e seus pares, mas não nacional, na medida em que não é compartilhada diretamente pelo todo grandioso que a ideia de “povo brasileiro” (Bispo, 2011, p.38).

Os agentes do patrimônio daquela época acreditavam estar elegendo bens que representassem a nação, a coletividade cultural do povo brasileiro, porém estavam muito longe de abranger a diversidade do país, submetendo-a a uma memória coletiva de um grupo. Este é o risco incutido quando se trata da “elaboração” de uma memória oficial: a supressão de outras memórias, o esquecimento.

Assim, com base na desconstrução do entendimento ingênuo do que se tem por Patrimônio e do processo de formação da memória nacional brasileira, através da eleição destes dos símbolos materiais, que as ações de políticas públicas preservacionistas contemporâneas devem estar atentas em rever e relativizar a valoração dos produtos culturais dos variados segmentos sociais que compõe efetivamente a nação, a fim de se evitar que a cultura de determinado grupo social seja eclipsada ou apagada em função de um grupo dominante.

Capítulo II - CIDADE VELHA: CAMINHOS PELA (DES)CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM

2.1 “O PATRIMÔNIO” E SEUS GUARDIÕES OFICIAIS

A partir do primeiro resultado obtido com a experiência da disciplina “Método Etnográfico para Pesquisa em Arquitetura”, se fez necessário dar mais um passo para dentro da trama dos significados gerado pela dinâmica cotidiana na qual o objeto deste trabalho se “enrola”. Do percurso pelos meandros da rua, do primeiro contato com os “nativos” – agentes tão sinuosos quanto a via – do esforço de ir à campo sem o preconceito da arquiteta que condena os imóveis os quais alteram a paisagem patrimonial tombada, assim como seus proprietários, veio a tona a busca por novos agentes que fossem tão responsáveis pela conformação da “nova” paisagem quanto o primeiro grupo identificado. Assim, caminho para o segundo momento de contato, porém não mais com os nativos de outrora, mas com os guardiões da feição do espaço denominado Centro Histórico de Belém, os técnicos “do patrimônio” – os funcionários dos órgãos da instância federal e municipal ligados diretamente ao resguardo do patrimônio cultural³².

Destaco aqui um ponto tratado por Becker (1977) que diz respeito à tendência do pesquisador cair na “hierarquia da credibilidade”. O autor relata que em um sistema de grupos ordenado, seus participantes direcionam aos membros que estão no topo da hierarquia o quadro de “melhores informados”:

membros de um grupo mais baixos terão uma informação incompleta, e sua visão da realidade será, conseqüentemente parcial e distorcida. Portanto, do ponto de vista de um membro bem socializado do sistema, qualquer história contada por aqueles que estão no topo merece ser vista como um relato mais confiável que pode ser que pode ser obtido acerca das atividades da organização (BECKER, 1977, p. 126).

Um nó desta hierarquia de credibilidade deveria ser por mim desamarrado: eu me despir da arquiteta que tinha empatia para com o “sistema” que envolve a área da preservação patrimonial, no qual levaria meu olhar sempre a ter como dogmas aquilo que os técnicos ou demais profissionais da área falariam – sobretudo no que diz respeito ao conjunto de imóveis de “renovação” – com isso menosprezando a fala dos “descaracterizadores”, assim como a estética empregada por estes na fachada dos imóveis.

³² A escolha por estes órgãos, IPHAN e FUMBEL, se deu em decorrência da “proximidade” de atuação deles com o objeto de pesquisa.

Tendo em vista a apreensão dos olhares de cada agente sobre o objeto de pesquisa, visando relativizar a valoração do mesmo, parti para a minha rede particular de relação e iniciei esta etapa entrevistando C., pessoa a qual estreitei contato em virtude de uma atividade que havíamos realizado juntas. A partir desta entrevistada, que foi sugerindo que eu procurasse outras pessoas, fui direcionando as entrevistas, que ao todo destaquei três como representativas, aquelas realizadas com dois arquitetos e um historiador.

Nas entrevistas realizadas usei como mote a participação dos entrevistados no projeto de elaboração do inventário realizado pela prefeitura de Belém, em parceria com o IPHAN, empregado para categorização dos imóveis da Lei Municipal nº 7.709 de 1994³³, conhecida como a Lei do Patrimônio, a partir desta lei “surgirá” os imóveis de renovação. Alguns dos entrevistados não fizeram parte do mesmo, mas esta pergunta desencadeava a narrativa do trabalho técnico nos órgãos, e a partir da conversa inicial eu mantinha em vista alguns pontos, em meu bloco de notas, para delimitar a fala dentro do assunto que queria explorar naquele momento: o olhar do técnico sobre a paisagem “transfigurada”; o olhar do técnico sobre a “caracterização” da Cidade Velha arquitetonicamente; o que o técnico entendia por descaracterização do imóvel; como foi feita a classificação dos imóveis nas categorias; como se dava a atuação do mesmo nas solicitações de projetos de reformas ou nova construção.

Somei a estas diretrizes, algo que há algum tempo vinha provocando minha inquietação, o fato de pessoas tanto da área de preservação patrimonial quanto o senso comum, recorrerem às frases “a Cidade Velha é colonial”, “a Cidade Velha e sua arquitetura colonial” ou ainda “o tombamento da paisagem colonial do Centro Histórico”. Esta última frase era a que mais me provocava, pois pensava que se realmente houvesse algo referente a esta questão na lei de tombamento, – o que eu ainda não detectara no texto da lei – isto seria além de um equívoco no que tange as

³³ As leis referentes ao trato do Centro Histórico de Belém serão analisadas no item posterior, porém para melhor entendimento de alguns termos que serão tratados neste momento das entrevistas é conveniente, que façamos uma breve explicação quanto à questão de categorias de classificação dos imóveis, definidas na Lei nº 7.709 do município de Belém, que regulamenta o CHB, são elas: preservação arquitetônica integral (preservação das características internas e externas), preservação arquitetônica parcial (preservação das características externas), reconstituição arquitetônica (recuperação das características arquitetônicas), acompanhamento (conservação da fachada e cobertura, mesmo que não tenha características arquitetônicas de interesse à preservação, porém não interfere substancialmente na paisagem) e renovação (não apresentam interesse à preservação, e em seu lugar pode ser construída uma nova edificação).

linguagens arquitetônicas incrustadas naquele espaço, indicaria também o resguardo apenas de uma determina arquitetura, abrindo-se mão da representatividade das demais linguagens, sem contar no congelamento deste CHB com tal adjetivação. Destarte este encaço com os técnicos objetivou solucionar tais questões.

C. é arquiteta e urbanista, embora não esteja trabalhando atualmente na prefeitura, atuou por alguns anos na FUMBEL e na época do inventário do CHB, não operou diretamente com o levantamento cadastral, mas com suas fichas. A entrevistada disse que conhecia o A.G. que havia trabalhado diretamente no inventário, me indicando uma entrevista com o mesmo. Solicitei que a mesma falasse um pouco sobre a articulação entre os órgãos para o levantamento cadastral, e nesse íterim, quebrando a ordem dos pontos a ser questionado, a mesma relata:

[...] Em relação a delimitação do Centro Histórico, se trabalhou com o conceito que está na Lei Orgânica né, de um Centro Histórico de herança colonial portuguesa. Do que eu conheço, algumas extensões em termos de entorno do Centro Histórico, que extrapolam este conceito, foi buscando preservar alguns conjuntos arquitetônicos, mas a delimitação foi [pausa]...do Centro Histórico em si, foi em cima desse conceito...³⁴

Enfatizei perguntando “da arquitetura colônia?”:

[...] da arquitetura colonial portuguesa, da herança colonial portuguesa.

Intrigada com a revelação, perguntei onde esta referência poderia ser encontrada, porém a entrevistada não soube precisar. Resolvi voltar aos pontos guia, e pedi a sua opinião sobre a classificação dos imóveis da Lei 7.709., C. então enfatizou que não havia trabalhado no levantamento cadastral, porém por meio do contato direto com os técnicos que haviam atuado neste, assim como o manuseio

³⁴ Entrevista concedida em 17 de janeiro de 2012.

das fichas em seu cotidiano, na época de atuação como funcionária da FUMBEL, foi possível apreender que equívocos foram feitos no que tange a classificação, e citou como exemplo, que imóveis com a classificação de preservação arquitetônica parcial, estavam internamente preservados, merecendo a classificação na categoria de preservação arquitetônica integral, assim como alguns imóveis caracterizados como renovação, poderiam ter recebido outra classificação, uma vez que em alguns casos as fachadas dos mesmos estavam encobertas por *paraline*, impedindo a visualização de panos de azulejos e etc. A entrevistada atribuiu esta imprecisão à falta de tempo para execução do trabalho.

Outro ponto por ela destacado diz respeito à quantidade de imóveis mais simples que deixaram de ser “olhadas” pela lei:

[...] então esta categoria de preservação arquitetônica integral, não contemplava o que a Carta de Veneza diz os casebres, a questão da relação histórica de escala e preservação dessa arquitetura mais simples, ela foi tratada mais como só elemento de composição urbanística, e durante o nosso trabalho de rotina a gente foi percebendo que faltava isso, faltava um aprimoramento maior [...].

O excerto acima coloca um possível descompasso entre as instâncias de preservação, com as diretrizes preservacionistas pregadas pelas organizações internacionais de patrimônio. A entrevista foi continuada pelo meu pedido para que a técnica falasse sobre o seu entendimento a respeito do termo “descaracterizado”, por ela usado anteriormente:

[...] a gente considera em princípio que haja uma tipologia, um padrão tipológico que faz com que determinado imóvel tenha algumas características, como por exemplo, o alinhamento, abertura dos vãos, a existência de elementos como, por exemplo, porão, caracterizado o porão com suas aberturas com o óculo. Então a alteração desses elementos de acordo com a legislação, nem de acordo com a legislação, mas de acordo com

as fichas de avaliação do IPTU, [...], se caracterizaria como uma descaracterização, por exemplo, [...] a mudança de uma abertura de vão pra colocar uma esquadria de alumínio já seria considerada uma descaracterização, tira as características físicas daquele imóvel, e sobre essas características [...].

Para C. a descaracterização estava ligada a um padrão tipológico baseado na composição dos elementos arquitetônicos na fachada dos imóveis, não sendo colocada a questão da linguagem arquitetônica. No âmbito da pergunta anterior pedi a ela que falasse a respeito dos imóveis de renovação. A entrevistada por sua vez demonstrou uma visão sensível em relação a estes e seu papel dentro do CHB. Primeiramente colocou que o Centro Histórico de Belém, de acordo com a lei que o tomba, como um lugar onde se deveria manter a “herança colonial portuguesa” e que de acordo com este perfil tipológico, existe imóveis que se encaixam e não se encaixam neste padrão a ser mantido, desta forma estes que destoam são considerados como renovação. Porém, a mesma colocou que:

[...] mas se a gente considerar a cidade como um elemento dinâmico, a gente tem que começar a ser mais sensível a estas inserções, porque o que vai compor realmente o conjunto é a harmonia histórica, e a história não se mantém [pausa]... O tombamento do CH é da década de 80, só depois disso já passaram três décadas, na década de 80 você não tinha um contexto de século XVIII e nem XIX, você já tinha intervenções [...].

Embora a entrevistada tenha usado anteriormente, para o entendimento dos imóveis de renovação, a referência “manter a herança colonial portuguesa”, neste excerto de sua fala, o colonial abrange o período delimitado entre os séculos XVIII à XIX. Este período ainda foi ressaltado mais adiante na entrevista, quando a técnica explica sobre os “critérios” os quais os órgãos utilizam para trabalhar tombamentos:

Existe a lei, a lei diz "o Centro Histórico é tombado como bem da herança colonial portuguesa até o século XVIII e XIX", é este critério [...]

Eis a minha inquietação, paira um imaginário de uma Belém colonial formada pela periodização que se estende do Brasil Colônia ao Brasil Império, porém com uma estética arquitetônica predominantemente tomada por edificações remanescentes da república.

Outro destaque que deve ser dado se refere ao fato de que ao mesmo tempo em que C. fez a colocação sobre a dinâmica da cidade e a distensão do olhar para demais inserções arquitetônicas que fogem ao período proposto pelo tombamento, mais adiante em sua fala, a mesma acaba por restringir "perfis de modernismo" para a área da Cidade Velha. Ao tratar desta questão de perfis, a técnica usou a frase "que harmonize com o conjunto", resolvi pedir sua opinião a respeito do que seria tal harmonização assim como a questão da "ambiência", que segundo ela de acordo com a Lei 7.709, a harmonia no Bairro da Cidade Velha gira ao redor de questões como: afastamentos e gabaritos. Estes itens por sua vez, devem auxiliar na composição da ambiência pretendida pelo tombamento de uma "memória colonial".

Seguindo a indicação de C., parti para a incursão ao Departamento de Patrimônio da Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL), no qual aproveitei para realizar o levantamento dos dados referente à classificação dos imóveis da rua Dr. Assis para a elaboração do mapa temático. Iniciei a entrevista com o historiador L., que embora não tivesse trabalhado com o inventário dos bens imóveis do CHB nos anos 90, daria abertura para que eu pudesse comparar o discurso deste agente com o dos arquitetos ao trato com os imóveis de renovação da Cidade Velha.

Ao saber previamente que o entrevistado não trabalhara no levantamento, solicitei que ele falasse um pouco sobre como era o procedimento por parte do órgão para as solicitações de reformas dentro do Bairro da Cidade Velha. L. iniciou falando que na área do CHB, tombado pela Lei 7.709 – colocação equivocada, pois o mesmo fora tombado pela Lei Orgânica do Município de 1990, e regulamentado pela Lei 7.709 de 1994 – as obras em imóveis ali inseridos deveriam passar pela avaliação da FUMBEL. Segundo o técnico, existem dois tipos de avaliação, um é a autorização de serviços e a outra a análise para aprovação de projeto. Autorizações

de serviços são para intervenções de menor impacto, feitas internamente e externamente no imóvel, enquanto que a análise e aprovação de projeto são para intervenções mais “agressivas” ao imóvel. No primeiro caso, é exigido um memorial descritivo sobre o tipo de intervenção a ser feita, enquanto que no segundo existe um rigor maior, onde se exige plantas, o projeto a ser feito completamente detalhado.

Perguntei se existiam diretrizes a serem seguidas em ambos os casos:

[...] Se o imóvel é de preservação integral ou parcial, ele vai ser orientado a realizar o mínimo de intervenções possíveis, para evitar maior descaracterização do imóvel, se ele for de reconstituição ele vai ser orientado a tentar resgatar, no caso, alguns detalhes arquitetônicos, algumas características que são originais do imóvel, ou por fotos que a gente possivelmente possa ter no nosso acervo, ou por prospecções. Então o proprietário vai ser orientado a realmente a buscar o resgate daqueles traços originais, no caso da renovação, o imóvel já não é mais de interesse a preservação e ele é extemporâneo então não há esta orientação, nós nos pautamos principalmente por estas categorias de preservação³⁵.

Insatisfeita com a resposta quanto aos imóveis de renovação, insisti perguntando o que era e o que não permitido nas obras, então L. relatou que:

Como ele é de renovação, geralmente não tem mais nenhuma característica, não é de interesse, então tem que passar para a questão da ambiência né, de determinado local, então existe áreas com gabaritos já pré-determinados, então se ele está em uma área que o gabarito é sete metros, você pode realizar a construção dele até sete metros, pelo menos para manter o ritmo do conjunto etc. Mas é basicamente isso.

³⁵ Entrevista concedida em 19 de janeiro de 2012.

Valendo do fato de o entrevistado ter feito referência à questão da “ambiência”, aproveitei e pedi que ele falasse um pouco sobre o que era tomado em conta, nas avaliações de obras, para manter esta ambiência assim como o que significava para ele este termo. Como em minha pergunta havia colocado a questão da subjetividade na definição do que seria “manter a ambiência”, o mesmo respondeu que manter a volumetria não era algo subjetivo, pois estava previsto na lei, porém que esta condição de manutenção e de ambiência passaria pela subjetividade. Para L., é como se a Cidade Velha fosse um mosaico e que os técnicos buscassem uma composição equilibrada na variedade dos elementos distintos, acrescentou também que ali naquele espaço as peças que não se encaixam soam como:

[...] uma espécie de hiato dentro de um determinado conjunto, é isso que se busca evitar muitas vezes, esse hiato, essa quebra [...]

Ao ter relatado que se deveria manter uma coesão no espaço, perguntei se o mesmo acreditava em uma unidade de linguagem arquitetônica, que caracterizasse a imagem da Cidade Velha. Por sua vez ele expos:

[...] É eu acho que este eclético com predominância do neoclássico [...]

E também que:

[...] esse eclético ele sempre usa o colonial também, mas dentro do centro histórico a gente vai perceber que esse tecido já é realmente uma colcha de retalhos, ele não é essa constância, mas a gente vê determinadas áreas que mantém esse equilíbrio, por exemplo, a Castilho França, se você pegar a Castilho França tirando o Banco Central se percebe que existe ali uma sequencia, na Avenida Portugal, na Marques de Pombal, e próprio aqui no complexo Feliz Lusitânia.

O espaço embora fragmentado quanto às linguagens, em determinados trechos percebe-se uma coesão. Porém segundo ele, na Cidade Velha o que marca a paisagem é o eclético metamorfoseado de linguagens precedentes.

Para fora desse universo “a preservar” perguntei como eram tratados os imóveis com uma linguagem arquitetônica sem interesse à preservação, tais como o art-deco, o neocolonial, o moderno ou mesmo as formas de expressão popular como o raio-que-o-parta, arquiteturas que hoje apresentam uma carga de significação. Este conjunto, classificado como imóveis de renovação, segundo L., é avaliado por relevância, seja da linguagem seja da singularidade da linguagem. Como exemplo, as edificações modernistas demandam um olhar diferenciado em relação às demais, por haver pedidos de tombamentos referentes a alguns exemplares. No caso do raio-que-o-parta, caso fosse feita uma análise destes imóveis para preservação, não se daria pela linguagem, mas pela singularidade do exemplar.

Apesar do técnico tenha feito tal avaliação – pautada na singularidade e excepcionalidade – desta “nova” arquitetura, a qual dentro do CHB não é considerada como de interesse à preservação, devo abrir um parêntese quanto à sensibilidade (transparecida no final na entrevista, que naquele momento mais parecia uma conversa) em relação às novas demandas que surgem dentro deste contexto, assim como a necessidade do próprio corpo técnico das instituições em relativizar o olhar para as análises dos projetos nelas protocolados.

Neste mesmo dia, na própria FUMBEL, tive oportunidade de finalmente entrevistar um técnico, arquiteto, que havia trabalhado no inventário do Centro Histórico de Belém. A., narrou que trabalhou neste entre os anos de 1992 a 1994, especificamente no levantamento fotográfico. Segundo ele, o grande volume de imóveis e o prazo estipulado para finalização do mesmo, impossibilitaram os técnicos a realizar a pesquisa interna nas edificações ficando esta, restrita aos aspectos externos e ao que seria de mais relevante em termos arquitetônicos das linguagens que marcam os períodos desde a fundação de Belém. O técnico ainda afirma que se desconfiava que alguns imóveis pudessem ser classificados como preservação arquitetônica integral, porém em virtude da condição do prazo, acabaram sendo classificados em uma categoria inferior.

Ao perguntar a respeito do possível tombamento querendo resguardar uma “paisagem colonial portuguesa” o entrevistado, foi enfático:

[...] o que nós temos de efetivamente de colonial português, mesmo está dizendo, colonial português [ênfatisou], porque nós fomos colônia até 1822, então o que nós temos desse período em Belém efetivamente são as igrejas digamos assim, e outros prédios institucionais, como o Palácio do Governo, [...]. Mas a questão de imóveis residenciais que foi a maior parte inventariada por nós nessa época, mesmo porque esses outros imóveis do período colonial já tinha sido inventariado pelo IPHAN, e institucionais também de grande porte. Então o que restou a nós foi mais os imóveis de porte mais reduzido [...]³⁶.

Considerou então que a paisagem configurada pela Lei 7.709, é uma paisagem eclética tendo em vista a grande maioria daqueles imóveis de pequeno porte, os quais compõe o conjunto, serem do período posterior ao colonial e imperial. Segundo ele, poderia haver algumas edificações coloniais “camufladas” por acréscimos posteriores, mas que necessitariam de um estudo aprofundado, que não foi possível à época.

Quanto às diretrizes para reformas nos imóveis de renovação, o técnico colocou que só há advertência no caso do mesmo possuir “relevância histórica”, caso isso não ocorra é necessário que o gabarito da zona onde se localiza o projeto de intervenção, seja respeitado. Também são levadas em conta as relações de horizontalidade e verticalidade com a vizinhança. Quanto aos materiais empregados não há uma restrição radical, o entrevistado só destacou o uso de telhas de barro do tipo capa-canal, que é uma recomendação do IPHAN, e a FUMBEL está de comum acordo.

Ao ser solicitado que falasse a respeito de haver uma unidade de estilo no bairro, em 1994 e atualmente, o mesmo respondeu:

[...] eu acho que ainda mantém, sim, a mesma conformidade que havia em 1992, 1994. Obviamente tem algumas mudanças pontuais, mas de maneira

³⁶ Entrevista concedida em 19 de janeiro de 2012.

geral [pausa]... Vamos dizer que a volumetria, a tipologia, a característica principal da Cidade Velha ainda permanece a mesma. Apesar de algumas perdas, [...] ela, a Cidade Velha guarda uma morfologia praticamente do século XIX, principalmente se você for ver a questão de skyline, [...] o tamanho dos lotes, permanece há muito tempo a mesma coisa. Perdemos muito em fachadas e algumas modificações assim [pausa]... Mas se você for olhar o skyline do século XIX em alguma gravura antiga, há cem, duzentos na atrás em alguma gravura antiga, vai estar muito parecido com o que é hoje ainda.

Para A., a harmonia do conjunto é dada pela morfologia, volumetria e tipologia³⁷. E a partir de determinados exemplos, por mim colocados, de intervenções de renovação onde se mantinham volumetria e tipologia, o mesmo também afirmou que a legislação poderia ser mais contundente em alguns aspectos, e mais branda em outros. Ele ressalta que quando a Lei 7.709 foi elaborada o CHB estava sendo dilapidado de forma muito veloz, e a partir do momento em que a lei entrou em vigor, e passou a funcionar efetivamente, os técnicos foram vendo que surgiam desdobramentos, e que hoje:

[...] a gente está vendo que deveriam ser aparadas várias arestas, ser incluídas outras coisas que não foram. Obviamente isso agente já sabia desde aquela época, que fatalmente iria ocorrer, a gente não sabia detectar na época o que, então agora ao longo dos anos a gente já detectou [...] e obviamente a gente pensa em fazer mudanças [...], mas isso requer de novo uma janela de um momento político que a gente possa entrar de forma precisa e modificar e acrescentar a lei.

³⁷ A volumetria diz respeito à massa, ao volume ocupado pela edificação dentro do lote, assim como ao volume das edificações dentro da quadra, e etc.. Porém é recorrente a utilização do termo para destacar a dimensão referente à altura. Quanto ao termo morfologia e tipologia, em linhas gerais Pereira (2012) coloca que a morfologia diz respeito ao traçado urbano, às quadras, aos lotes, aos edifícios, à forma da cidade. Enquanto que a tipologia arquitetônica diz respeito aos tipos de construção.

A fala desses agentes está pautada na práxis do trabalho dentro do órgão municipal que visa à proteção dos bens culturais. Em minha busca inicial para apreender o olhar dos guardiões oficiais “do patrimônio”, quanto às questões colocadas, foi possível perceber – independente das subjetividades – que paira uma homogeneidade no cerne das respostas, no que se refere a: itens de manutenção da harmonia do conjunto, os quais foram os itens identificados na normatização prevista na lei como gabarito e afastamentos; avaliação das categorias de classificação da Lei 7.709, onde todos concordaram que muitos imóveis deveriam ter sido classificados em categorias diferentes; o posicionamento quanto aos procedimentos projetuais solicitados aos técnicos dentro do órgão, que foram os mesmo indicativos para se “manter a harmonia do conjunto”.

Destaco um ponto que chamou minha atenção ao longo destas entrevistas: o discurso dos técnicos. Segundo Maingueneu (2000) a análise do discurso é uma disciplina que não se detém na análise linguística do texto em si, ou em uma análise sociológica ou psicológica de seu contexto, ela visa articular a enunciação sobre certo lugar social. Entendendo por enunciação “a colocação em funcionamento da língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE *apud* MAINGUENEU, 2000); a enunciação parte da interação estabelecida entre interlocutores. Dentro deste universo, assim como a enunciação, a compreensão da terminologia “lugar” é de extrema importância, pois este designa a identidade dos sujeitos envolvidos no discurso, descrevendo suas características (MAINGUENEU, 2000).

Gregolin (2003) ressalta que a análise do discurso tem por base a interpretação da produção de efeitos de sentidos, realizada pelos sujeitos históricos, por meio da materialidade verbal e não verbal. Esta interpretação tem a necessidade de uma memória social e histórica para que possam ser compreendidos os sentidos que estão sendo produzidos pelas pessoas que discursam.

As análises dos discursos possibilitam captar as “relações de antagonismo, de aliança, de dissimulação, de absorção que se processam entre diferentes formações discursivas” (BRANDÃO, 2006. p. 104). Destarte, a partir das entrevistas estruturadas e/ou não estruturadas é possível observar a oralidade e expressões corporais dos entrevistados, materialidades discursivas ricas a serem interpretadas. Assim, a partir do diálogo com os técnicos pude apreender que o discurso proferido no lugar de atuação destes, ou seja, dentro da instituição de trabalho, gerou uma

ambiguidade no que tange o valor dos imóveis, assim como as diretrizes a serem delegadas para projetos nos mesmos. Estes agentes quando se posicionaram como “guardiões oficiais”, estavam imbuídos por formalidades a serem seguidas em uma entrevista, a atitude foi percebida tanto pelo posicionamento das respostas, sempre baseadas no que a legislação previa, como na postura corporal, tesa, quando se iniciava a entrevista.

Porém quando estes agentes começaram a divagar com os exemplos, por mim colocados dos imóveis de renovação, para que opinassem – isto no final da entrevista, em forma de “conversa” – foi como se o “crachá” que atribuísse a identidade enquanto “guardião oficial”, não mais estivesse ali. Neste momento que veio a tona a fala apenas do profissional, sensível às reais demandas que a contemporaneidade solicita naquele espaço. Surge então a dupla polaridade na oralidade dos agentes, os quais embora cientes de que os imóveis de renovação, sem interesse à preservação, mereçam outro olhar, na prática institucional acabam por dar continuidade ao olhar e ao tratamento instituído pela Lei 7.709 de 1994.

No que se refere à “paisagem colonial”, entre os entrevistados, apenas C. fez menção e relacionou o tombamento com a “herança colonial portuguesa”. Os demais não fizeram alusão a este fato, porém destaque que A., refutou tal relação ao ser questionado, pontuando que o que havia de colonial na área do CHB eram os bens monumentais, que haviam sido inventariados outrora pela instância Federal.

O olhar dos profissionais diante da caracterização arquitetônica do Bairro da Cidade Velha varia na predominância do eclético, que por sua vez, ora é “apenas eclético”, ora transparece a metamorfose de outras linguagens anteriores, e assim acaba por se matizar à estética arquitetônica imperial e colonial. A descaracterização vem no sentido oposto, com sua força destruidora de tipologia, volumetria e morfologia, desagregando ainda mais o espaço híbrido, em “hiatos”, os quais, sobre os olhares dos guardiões, buscam sempre enquadrá-los à coesão, ou seria coerção? Onde a harmonia do espaço é dada pela objetividade da legislação, que tem por fim padronizar o nascimento das novas formas com seus alinhamentos e gabaritos.

Pobres são os imóveis de renovação. Sem caráter, sem poder de persuasão mediante estes olhares, que embora os enxerguem e entendam a nova demanda advinda da dinâmica da cidade contemporânea, são tolhidos nas palavras da lei, não

são compatíveis aos genes de uma herança “colonial” portuguesa, que povoa um imaginário coletivo, renegando à grande maioria destes objetos, seu poder de fala.

2.2 O OLHAR DO VISITANTE: UMA EXPERIÊNCIA DO CAMINHAR COMPROMISSADO

Minhas inquietações quanto à interpretação da composição das fachadas dos imóveis de renovação da Rua Dr. Assis, este pequeno recorte do bairro da Cidade Velha, aos olhos das pessoas que não tinham contato cotidiano com a área, pôde ser “amenizada” a partir de elaboração de uma atividade de percepção dessas edificações. No dia 18 de novembro de 2011, tal atividade foi colocada em prática, sendo aplicada aos alunos do quarto semestre da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA – turma a qual eu realizava o estágio docente – durante uma visita ao Bairro da Cidade Velha, que visava colocar os alunos em contato com o ambiente construído ao longo da colonização portuguesa na Amazônia, e os remanescentes coloniais ainda presente naquele espaço da cidade.

O exercício, que fora enviado antecipadamente aos discentes por *e-mail* através da professora da disciplina (minha orientadora) e para que houvesse retorno dos formulários por parte dos alunos, foi necessário atribuir o valor de uma avaliação. A atividade trazia o seguinte comando:

Ao caminhar pela Rua Dr. Assis, faça o registro fotográfico das edificações que você acha que *destoam* da aparência do bairro da Cidade Velha, e aquelas que você acredita que tenham “*uma aparência*” do bairro da Cidade Velha. Após a visita, preencher o formulário anexo, ‘colando’ as fotos na coluna correspondente e explicando o motivo da escolha na coluna 3. O trabalho será individual, e contará para a pontuação referente à 3ª avaliação da disciplina.

A visitação iniciou na Praça Frei Caetano Brandão (Fig. 16), defronte ao Forte do Castelo, onde a professora proferiu uma breve explanação a respeito das edificações ali presentes, no entorno da praça, tais como o Forte do Presépio, o Colégio dos Jesuítas, a Igreja de Santo Alexandre e a “Casa das 11 janelas”.

Posteriormente nos dirigimos em direção a Rua Dr. Assis, onde reforcei como seria realizada a atividade. Ao longo da caminhada, distanciei-me um pouco do grupo para observar a interação deste com os imóveis da via e entre um aluno com o outro. Os alunos, orientados a levarem a máquina fotográfica para o registro

das edificações³⁸, foram se separando em grupos menores e assim se aproximavam daqueles que possuíam o equipamento.



Figura 16: Percurso em amarelo percorrido pelo grupo, com a numeração das quadras para facilitar a identificação no diário de campo.
Fonte: CODEM, modificado pelo autor, 2011.

No início do percurso escutei o comentário “Nenhuma casa da Dr. Assis é original”, tal observação demonstrava o caráter que a via transparecia à aluna. Percebi também que os discentes reclamavam constantemente do trânsito, que os impediam em tirar as fotos das casas. Ao longo das primeiras quadras uma série de comentários iam tomando minha atenção, como por exemplo, uma aluna que ao olhar o conjunto da quadra 1, ao lado direito da Dr. Assis, disse “Olha isso, é a coisa mais feia do mundo!”. A cada observação feita, eu associava aos imóveis.

A caminhada entre as quadras 1, 2 e 7 se mantiveram no lado esquerdo da via, em função do sol e em função da quadra 2 possuir mais imóveis que “Tem aparência” da Cidade Velha em comparação à quadra 7.

Neste íterim um senhor de terno e gravata parou para cumprimentar um dos alunos, mostrando que o conhecia. O senhor, percebendo que se travava de um passeio no centro histórico, argumentou ao conhecido, quem era responsável pela visita. O aluno fez então referência à professora que se encontrava mais atrás, o senhor então comentou “Vocês têm que ir nesta outra rua que é a mais antiga”, se referindo a Rua Siqueira Mendes, primeiro caminho aberto na cidade e paralela à Rua Dr. Assis. Aquela indicação de outro caminho ao grupo de estudantes de arquitetura soou como se estivéssemos em um percurso errado, pois o “certo” seria aquele mais antigo, com maior probabilidade de contemplar as edificações “com aparência” da Cidade Velha.

³⁸ A utilização de excertos, feitos entre aspas, das justificativas dos alunos no relatório de visita preservará a identificação do nome dos mesmos. Assim como as imagens utilizadas a seguir que foram registradas no dia da visita à Cidade Velha e são de autoria dos alunos.

No decorrer dos passos, era constante a admiração dos discentes pelas configurações dos imóveis, em um momento ao verem uma edificação em estado de ruínas que apresentava apenas a fachada, com traços da arquitetura neoclássica, disseram “Olha este! Parece com a Cidade Velha” (Fig. 17). Comecei a me atentar para o fato das possibilidades de interpretação da apreensão daquelas formas pelos discentes, mesmo com a dificuldade dos alunos em caracterizar as linguagens arquitetônicas, devido ao fato de não terem concluído todas as disciplinas que lhes possibilitariam identificá-las.

Na quadra 3, aproximadamente seis alunos pararam diante de uma edificação – com a configuração de fachada marcadamente contemporânea sobretudo pelo uso



Figura 17: Edificação identificada pelo aluno “com a cara da Cidade Velha”.

Foto: Felipe Moreira, 2011.

dos materiais empregados – e se puseram a tirar fotos daquela fachada, totalmente admirados. Escutei de uma aluna a seguinte frase: “Essa tem até vidro!”.

Comecei a enxergar o caminhar pela rua, como um caminhar repleto de descobertas e admirações para os discentes e para mim também. Aqueles imóveis passavam a adquirir uma denotação que eu jamais identificara. Aquela rua que no início do percurso, era taxada de não possuidora de edificação “com aparência” da Cidade Velha, agora se tornara um grande sítio arqueológico, o qual a cada passo escavava-se, e expunha-se um artefato, um estrato histórico e estético, capaz de revelar a historicidade do lugar.

Próximos a edificação conhecida como “Palácio Velho” na quadra 4, os alunos se posicionaram em sua frente da mesma e iniciaram mais uma seção de fotos, a fachada do imóvel despertava o olhar dos alunos. Como dois polos opostos foram impostos no comando do trabalho, a aglomeração dos pequenos grupos de alunos diante das edificações geravam sempre observações interessantes.

Na quadra 8 pude adentrar em um dos imóveis, com o uso de um salão de recepção de festas, o mesmo tinha um pavimento, com os vãos em arcos plenos e a cobertura escondida por uma platibanda. Inicialmente eu e minha orientadora

ficamos observando o interior da “casa” pelo vidro “peliculado” que encerram os vãos, uma senhora no interior do imóvel percebendo aquela movimentação abre a porta. Enquanto a professora nos apresentava, na tentativa de ter mais um contato para minha pesquisa, permaneci observando o interior da edificação, o qual se encontrava totalmente modificado – percepção esta referente ao que concebo por um “modelo” de planta e decoração “original” para aquele tipo de edificação. Seu piso, abertura de vãos, tipo de esquadrias, ornamentação de paredes, forro de gesso, assim como molduras de vãos de portas imitando colunatas, propõem uma decoração que supostamente busca uma harmonia com os elementos remanescentes da fachada.

Prosseguindo o circuito, a imponência e a aparência de uma “nova edificação antiga”, em meio às “velhas edificações” provocou a aglomeração dos alunos no “Palacete Pinho”. Estes se colocaram a indagar sobre a edificação, seu restauro, o uso atual, uso no passado e etc.

Na quadra 11, defronte ao Palacete Pinho, um conjunto de fachadas com uma solução plástica curiosa, fez com que os alunos questionassem “O que é isso? São casas?” (Fig.18). Não respondi nada e fiquei observando a reação dos mesmos



Figura 18: Conjunto “emblemático” localizado no final da Rua Dr. Assis. Foto: Dinah Tutyia, 2011.

diante do conjunto, em relação ao qual tenho uma opinião particular. Os considero esteticamente como soluções “assépticas”, que visam não “contaminar” a ambiência do centro histórico como uma nova intervenção que agrida a suposta harmonia que paira neste espaço. Com isso “surgem” aquelas soluções que aparentemente não conseguem transmitir sua função e não comunicam nada a primeira vista. Assim a nova arquitetura construída não apresenta um caráter, não tem porta, não tem janela, apenas um pano com vãos fechados em vidraças, ritmados. Supus, pela reação dos alunos que a atividade desenvolvida poderia me auxiliar na reflexão das questões que carrego para aquelas “edificações”.

O percurso caminhou para a via paralela a Dr. Assis, a Rua Dr. Malcher, com isso os alunos foram se dispersando aos poucos, a observação dos comentários se

tornou mais difícil até o final do trajeto, com poucas interferências que me chamaram chamassem a atenção. Neste íterim houve uma única intervenção, na esquina da Rua Pedro Albuquerque, na quadra 9, um senhor que percorria a rua com sua bicicleta ao lado, ao observar o grupo de pessoas com máquinas fotográficas em punho, tratou de dar uma dica de percurso “Vocês têm que ir nesta rua direto, aqui tem várias casas antigas”, mencionando a direção com a mão voltada para Travessa Pedro Albuquerque.

Foram duas opiniões “externas” ao grupo, aparentemente “nativas”, ao longo de todo percurso. Estas fizeram com que eu refletisse sobre a minha visão inicial pejorativa da imagem do “nativo”, que não “se identificava com aquele espaço, e por isso não lutava por sua preservação”. A movimentação do “outro” com o fim de exploração da paisagem no território do nativo, estimulava o morador local à indicação de caminhos onde havia maior concentração de “casas antigas”, um conhecimento que apenas eles ou pessoas que por aquele espaço transitavam cotidianamente poderiam informar. A pequena quantidade de casas antigas em determinada rua, ou “a rua mais antiga”, não são os marcos visuais facilmente identificados como uma igreja ou um palacete e de “imediate” atribuição de valor.

Assim a minha visão generalizadora inicial da falta de identidade do nativo com as edificações e com o espaço, estava equivocada, pois aqueles objetos que provocavam a visita do “outro” também provocava a valorização do nativo para o bem, uma vez que o mesmo identifica os objetos como algo significativo para o “outro”.

Após a visita, obtive a resposta de 26 relatórios. A tentativa de quantificar as motivações das classificações das respostas se torna difícil, visto que se trata de respostas subjetivas, assim reunimos as apreensões dos visitantes quanto aos imóveis registrados em alguns eixos temáticos, escolhidos a partir das motivações que levaram as classificações para diferenciar os dois tipos de edificações. Os alunos utilizaram diversas justificativas para definir as edificações que “destoam” e das que “tem aparência”, notamos que pairou certo “consenso” em alguns casos, fazendo com que algumas respostas se repetissem, possibilitando que as reunisse em temas: necessidades contemporâneas, uso do solo, uso de materiais, configuração geométrica de fachada, monumentalidade, camuflagem e mimetismo. Todavia dentro do conjunto de justificativas um pequeno número se destacou dos

demais, por apresentar edificações com aparência do bairro classificadas como sem aparência³⁹, ou vice-versa, casos que ao primeiro olhar não seriam enquadrados em tais categorias. Henrique (2009) ao trabalhar os desafios que envolvem a pesquisa qualitativa, levanta esta questão, exemplificando a partir de uma entrevista, que dentro do conjunto coletado pelo pesquisador se destoa das demais narrativas. O autor coloca que estes eventos merecem atenção, e não devem ser rejeitados.

[...] depoimentos desprezados por muitos pesquisadores por serem “mentirosos”, por não promoverem reconstituições históricas fidedignas dos fatos pesquisados, podem conter dimensões simbólicas extremamente importantes. Se a narrativa do entrevistado é incompleta, ou se ela não é fiel aos fatos, cabe ao pesquisador refletir sobre em que condições a narrativa foi produzida, articular as informações, inserindo-as em seu contexto histórico, relacional, social e sempre buscando a lógica interna do grupo em questão (HENRIQUE, 2009, p.248).

Tais exemplos encontrados nesta atividade demandou nossa atenção a fim de que pudéssemos refletir sobre os significados que tais elementos adquiriram na percepção dos estudantes. Assim, é importante destacar aqui que a intenção da atividade aplicada aos alunos, não visa atribuir certo ou errado às suas escolhas, mas a partir dos temas a seguir - tendo como base a gama dos pontos de vistas – primeiramente nos oferece suporte para que possamos apreender como as características da composição arquitetônica dos objetos construídos e modificados em um determinado contexto sociocultural são interpretadas hoje, relacionando-as com a historicidade deste lugar, desta forma, surge como uma tentativa de reflexão para a relativização dos valores utilizados para a classificação dos imóveis nas categorias da Lei 7.709. Visto que segundo a fala dos guardiões oficiais, assim como a análise das fichas do inventário, os valores atribuídos “mecanicamente” foram pautados na percepção da arquitetura previamente identificada em três estilos: predomínio neoclássico, eclético e protomoderno⁴⁰.

Não havendo registros dos imóveis de renovação, a partir deste momento surge um conjunto complexo aparte dos imóveis sem interesse à preservação e sem o devido cuidado os quais deveriam ter. Uma vez que os mesmos fazem parte de um tombamento em conjunto, dialogam com as unidades de interesse à preservação. Apesar de não serem objetos de cuidados, uma vez que os mesmos

³⁹ Destaco que para fazer tal distinção tomei por base a classificação apresentada nos 26 relatórios quanto aos exemplos específicos.

⁴⁰ A reflexão quanto a esta questão será abordada mais à frente no trabalho.

fazem parte de um tombamento em conjunto, ainda assim dialogam com as unidades de interesse à preservação. Consequentemente a falta de uma análise minuciosa destes imóveis muitas vezes impede o próprio procedimento prático mediante a solicitação de uma reforma ou inserção de um novo prédio dentro do espaço.

- **Necessidades Contemporâneas**

Esse tema foi montado a partir das justificativas que tinham como base uma característica ligada às atuais necessidades os usuários em relação à edificação. Nestes termos, as edificações que exibiam uma leitura “harmônica” da garagem foram classificadas como destoantes da aparência da Cidade Velha (Fig.19), em contrapartida àquelas que mostravam claramente o descompasso entre sua “fisionomia” e uma garagem, ou ainda, a ausência da mesma foram classificadas como “que tem aparência” do bairro. O imóvel da figura 20, também apresentou uma justificativa de classificação interessante, visto que segundo o aluno, além da presença da garagem, tal fachada poderia ser de qualquer bairro da cidade de Belém, devido à “contemporaneidade comum” de sua aparência “[...] totalmente fora do contexto histórico da Cidade Velha”, reforçando assim a hipótese de que a paisagem da Cidade Velha está associada à complexidade histórico-estética, criada até um determinado tempo da formação e do incremento do bairro, resultando assim o imaginário das pessoas, imóveis como unidades estáticas que deveriam perdurar ao longo do tempo, imunes ao desenrolar de outras “eras”, diferindo-as assim à imagem hoje consolidada no bairro.



Figura 19: Imóvel que mostra o descompasso entre a presença da garagem e a fisionomia, classificado como “possuidor da aparência” do bairro.

Foto: A.D., 2011.



Figura 20: Imóvel classificado como sem aparência do bairro da Cidade Velha, a garagem foi o elemento fundamental para tal categorização.

Foto: A.D., 2011.

Além desta mudança no programa, podemos acrescentar que segundo a percepção de alguns alunos, a presença de afastamento frontal preenchido por jardins, delimitado por muros ou grade de proteção e mesmo arame farpado, aliado a outras características - que serão pontuadas a seguir - enquadraram algumas edificações como destoantes. Assim como a mudança de “sacadas que não permitiam a circulação de pessoas” para sacadas, varandas que permitem tal ação, além da presença de pátios.

Destacamos a característica anterior com a contraposição de dois exemplos de edificações, comparando a que não possui aparência da Cidade Velha com a que tem aparência, figura 21 e figura 22 respectivamente. Segundo a curiosa análise do discente, no imóvel vermelho, foi destacado o guarda-corpo do terceiro pavimento, como uma mudança dos padrões antigos, uma vez que no imóvel da figura 22, a presença do guarda-corpo permite a circulação de pessoas. De acordo com a justificativa do aluno, podemos interpretar através das imagens que a nova edificação apresenta seu guarda-corpo como uma releitura da janela balcão de outrora, embora não possuindo a pequena área de circulação do imóvel da figura 22.



Figura 21: Imóvel com a releitura de uma sacada de outrora. Se contrapondo ao imóvel da figura 22.
Foto: J.B., 2011.



Figura 22: Imóvel com aparência da Cidade Velha. O discente destacou a sacada que permite a circulação de pessoas como algo “original”.
Foto: J.B., 2011.

- **Uso do solo**

Alguns imóveis por terem seu uso multifamiliar, marcado com uma tipologia arquitetônica com mais de três pavimentos, característica de prédios multifamiliares,



Figura 23: Uso multifamiliar, juntamente com comércio no pavimento inferior, características que determinaram a classificação deste imóvel como não pertencente ao bairro.
Foto: A.D., 2011.

comerciais e de serviços os quais vimos despontar em Belém a partir do início do século XX, foram enquadrados como elementos destoantes. Alia-se a esta característica à questão do uso comercial que fora associado como algo fora do contexto da Cidade Velha, como se esta atividade fosse um uso recente da área. Esta identificação com o uso misto também é associado como algo extemporâneo ao espaço, um dos discentes colocou a seguinte frase em sua justificativa: o uso “foge a proposta local”.

Neste contexto destacamos os excertos sobre a edificação da figura 23: “[...] demonstra [o imóvel] claramente que a Cidade Velha não possui mais as

suas características. Vários pavimentos, a presença de botecos, vendas...”; “Outra forma de descaracterização do edifício para com seu entorno é a utilização de seu pavimento térreo como ponto comercial, que difere do uso domiciliar inicial do logradouro da rua Dr. Assis”. Outro trecho atribui o não pertencimento de um imóvel devido à alteração da configuração original da edificação, com aberturas de grandes vãos no pavimento inferior para uso comercial.

Aparecem nestas justificativas mais uma vez as comparações entre a imagem real, do registro fotográfico da atividade, com o imaginário que emerge dos estudantes em relação ao Bairro da Cidade Velha, pautado de uma conformação de usos, fachadas e demais características vinculadas a um tempo “primordial”.

- **Uso de materiais**

Os alunos viram no uso de alguns materiais uma “modernidade” que não fazia parte do “contexto” da Cidade Velha. Tais como vidro temperado nas esquadrias, esquadrias de alumínio, grades de segurança, o uso de pinturas com cores fortes, uso de pastilhas e caixa de condicionador de ar, foram indicados como “desrespeitosas à arquitetura original”.

De acordo com algumas classificações, a presença de azulejaria denominada como “portuguesa”, em algumas fachadas, ora marcam uma dita “arquitetura colonial”, ora a arquitetura do período da borracha, ambas harmoniosas ao bairro.

- **Configuração geométrica de fachada**

As fachadas com configurações “mais geométricas”, “com forma regular estática”, consideradas modernas nas justificativas dos alunos, foram taxadas de “fora do contexto histórico”, e assim como as contemporâneas foram colocadas no grupo das edificações que destoam do bairro, uma justificativa usou o termo “edificações desestilizadas”. Agregam-se a este conjunto os imóveis que trazem estampado em suas fachadas a manifestação conhecida regionalmente como raio-que-o-parta⁴¹ Quanto à esta, um dos alunos fez a seguinte colocação: “[...] que

⁴¹ Expressão arquitetônica regional marcada pela presença de desenhos geométricos em forma de raios na fachada, geralmente as imagens são revestidas por azulejos, com tonalidades de cores diferentes, formando um mosaico (MIRANDA; CARVALHO, 2008).

tomou lugar na capital depois da configuração da Cidade Velha.” Este excerto vem reiterar os citados anteriormente por outros alunos, que colocaram um tempo de construção para o Bairro da Cidade Velha, sendo que neste momento, determinadas linguagens não se enquadram. Vale a pena ressaltar um relatório discordante quanto a esta percepção do raio-que-o-partia: um dos alunos, ao se deparar com tantos outros imóveis que não tinham a aparência da Cidade Velha, resolveu enquadrar uma edificação com esta decoração de fachada no grupo dos imóveis que possuem aparência do bairro, e como justificativa considerou que naquele espaço havia um número significativo de raio-que-o-partia. Na visão deste aluno a representatividade daquela arquitetura dentro do percurso – apenas dois imóveis contém tal decoração – fez com que a mesma tivesse a “cara” da Cidade Velha.

Com exceção deste último exemplo, os posicionamentos diante de novos elementos, eliminando-os da formação deste bairro, do seu não cessar constante, espelha o discurso dos guardiões do patrimônio, do tombamento que visa resguardar apenas um fragmento da história, onde muito embora o CHB tenha sido tombado nos anos 90, o inventário limitou-se as determinadas linguagens.

Outras características dos destoantes, segundo os relatórios, estão nas perdas de ornamentação, do ritmo, das grandes dimensões de vãos de portas e janelas, das molduras destes vãos, do gradil trabalhado ricamente nos guarda-corpos e bandeiras, dos frontões, das platibandas e do alinhamento das fachadas. Para os discentes, estas características - que se aproximam da arquitetura moderna e contemporânea – as quais se perderam com o tempo, tendem a simplificar a arquitetura, fazendo com que a gama de imóveis classificados como sem aparência da Cidade Velha “não traga lembrança da arquitetura portuguesa implantada no Brasil”, ou não sejam coerentes com as “características desejadas no bairro da Cidade Velha”.

Algumas características não desejadas, como justificou o aluno, apontam os mesmos itens elencados pelos guardiões oficiais, como padrão para harmonia do conjunto. Nos relatórios de visitas fica explícito que a aparência do bairro é dada pela oposição dos itens listados anteriormente, como se realmente houvesse um arquétipo de Cidade Velha.

Destacamos mais um caso inusitado de justificativa para enquadramento dos imóveis. A edificação da figura 24 foi enquadrada como destoante, devido aos



Figura 24: Imóvel classificado apenas por um discente como destoante ao bairro, devido à complexidade dos ornamentos do pavimento superior em comparação ao inferior.
Foto: L.B., 2011.

“elementos modernos que contornam seus vãos no pavimento superior, diferentemente dos vãos inferiores que parecem ter sido conservadas como eram originalmente”. Esta observação feita por uma aluna traz a tona a questão da complexidade e ambiguidade de significados que as formas arquitetônicas são capazes de evocar.

Como foi anteriormente colocado, a perda da complexidade dos elementos que compõe e ornamentam as fachadas, levaram os alunos a classificar os imóveis como se não pertencessem à Cidade Velha. Neste caso, embora a comparação não tenha sido feita entre edificações diferentes, mas a partir dos pavimentos de um mesmo imóvel, podemos depreender que a discente remete a “originalidade” à simplicidade das formas. Esta observação em determinado ponto de vista não é equivocada, se tal originalidade surge das experiências visuais que se voltam ao primado dos “projetos” das edificações coloniais implantadas no Brasil, baseado no partido arquitetônicos uniforme como demonstra Reis Filho (1978) ao caracterizar a arquitetura brasileira, assim a complexidade apontada na ornamentação do pavimento superior, no ponto de vista da aluna, quebra a simplicidade original.

Estas observações de uma dupla simplicidade, ora relacionada à perda do caráter antigo da Cidade Velha, ora remetendo a um “período original” só são possíveis emanar em virtude da dinâmica transformadora do espaço que consolida no tecido urbano a historicidade. Assim subjetivamente, o indivíduo opta por um estrato da história para fazer a relação do “mais antigo” e do “mais original”, esteja este estrado aprisionado na memória, ou apreendido ao enleio do percurso.

- **Monumentalidade**

Outro ponto destacado tange a monumentalidade das edificações, embora a atividade se detivesse à arquitetura civil, menos majestosa e monumental em relação aos palácios e igrejas que circundam a área em questão, foi atribuído à

arquitetura civil um grau de monumentalidade. Isso ocorreu quando duas edificações eram comparadas para justificar o grupo no qual se enquadravam, assim o “tamanho menor” e “mais estreito” estavam associados à arquitetura destoante. Esta linha de pensamento seguiu para o pé direito das edificações, os quais os de menores alturas foram enquadrados como “sem aparência” do Bairro da Cidade Velha.

- **Camuflagem e mimetismo**

O exemplo abaixo (Fig. 25) aponta dois casos curiosos de justificativas para classificação, em uma delas a edificação foi enquadrada ao grupo que destoa, devido a uma “intenção de imitar a arquitetura colonial [...] com pouco sucesso”. O aluno justifica esta intencionalidade ao uso do azulejo, assim como o modelo dos vãos de janelas. Em posição oposta, outro relatório enquadrou o mesmo imóvel como tendo aparência do bairro, devido justamente aos azulejos, altura dos vãos, presença de sacada com guarda corpo, conferindo assim “ares de Cidade Velha”. O imóvel no ponto de vista destes dois alunos expressa novamente a polaridade dos elementos formais e decorativos utilizados na fachada. Encontramos uma solução arquitetônica, de um imóvel de renovação, que preenche a historicidade da rua provocando uma percepção paradoxal enquanto à colocação do dilema: tem



Figura 25: Imóvel que obteve a classificação em dois grupos, demonstrando sua capacidade de mimetismo e camuflagem no espaço em que se insere.
Foto: W.S., 2011.

aparência ou destoa da aparência do Bairro da Cidade Velha?

A justificativa que considera a edificação com aparência do bairro, corre em oposição às demais pelo fato destes ter por aparência a associação direta à ancianidade da edificação, enquanto que aquela associa à fisionomia, ao conjunto de caracteres especiais que atribuem “ares de Cidade Velha”.

Outro imóvel que teve destaque, não seria um imóvel, mas um conjunto aparentemente composto por quatro unidades (Fig. 26), classificado no grupo dos destoantes. Algumas justificativas nos levam a encará-lo como um exemplo de arquitetura ao mesmo tempo de camuflagem e “mimetização-inversa”⁴². Dentre as justificativas, o imóvel é apresentado como possuidor de uma arquitetura



Figura 25: Conjunto de imóveis que também provocou ambiguidades nas justificativas, embora sendo classificado com destoante, pairou a dúvida quanto ao “tempo” deste exemplo.

Foto: A.D., 2011.

contemporânea e às vezes moderna “que rejeita o estilo histórico”, porém devido às dimensões das janelas “leva a crer que poderia ter sido um imóvel com uma estética da época da formação da Cidade Velha”. Percebemos que este conjunto provoca incerteza, confusão na percepção dos alunos. Outras respostas ainda confirmam que é um conjunto de casas antigas que “perdeu os traços europeus como os azulejos e os adornos da platibanda e gradil de proteção”, ou seja,

um caso de mimetização-inversa.

Na mesma linha de justificativa dessa anterior, o discente considera que o conjunto tentou manter o ritmo das aberturas e dos adornos dos vãos – molduras – sem imitar os das antigas edificações, além disso, mantém o gabarito aparentemente igual de outros imóveis considerados originais, logo esta edificação leva a entender que foi um imóvel com aparência do bairro da Cidade Velha.

Um aluno afirma que “embora estas fachadas estejam despidas de ornamentações, se manifestam como uma tentativa de harmonização com uma arquitetura passada”.

O conjunto também pôde ser visto como uma “tentativa de dar uma aparência ‘antiga’ a uma construção claramente recente”, ou seja, aqui entra a questão da camuflagem, a nova proposta arquitetônica se disfarça em algo antigo e que

⁴² Chaves (2008) ao abordar a arquitetura feita na cidade de Belém entre os anos 30 e 60, faz referência à arquitetura de mimeses, uma arquitetura que incorpora e reitera os elementos característicos de uma determinada linguagem arquitetônica, criando uma linguagem própria. Utilizamos neste trabalho a ideia da “mimetização-inversa” para expressar o ponto de vista de alguns alunos durante a atividade de percepção. Esta toma o sentido da “desincorporação” de determinado vocabulário arquitetônico, da decomposição e exclusão de certos elementos.

segundo o aluno só se aponta como recente devido ao uso de materiais como a pintura e o *blindex* que fecham os vãos. Como exposto no início deste trabalho, esta é uma arquitetura emblemática, que demanda um estudo criterioso por parte dos órgãos preservacionistas. É um tipo de solução arquitetônica que vem se tornando usual – em outros pontos da cidade e em outras cidades – para fechar as “lacunas” do tecido, dialogando com arquiteturas de período anterior.

Este pequeno exercício de percepção foi capaz de gerar uma profusão de interpretações, e mais uma vez questiono o sentido desta arquitetura, “insípida”, como se referiu Venturi (1995) na época de seu manifesto, ao criticar a arquitetura moderna. Reutilizo o sentido da palavra por ele empregada, como crítica à supersimplificação tipológica que tende a ignorar a real complexidade dos programas arquitetônicos e também “as possibilidades espaciais e tecnológicas assim como a necessidade de variedade na experiência visual.” (VENTURI, 1995, p.5). No caso destas soluções arquitetônicas, que estão longe de pertencer a um Movimento como eram aquelas formas criticadas por Venturi (1995), a opção de “despir-se” do trabalho quanto à complexidade soa aqui como uma forma mais fácil de aprovação de projeto para execução, onde bastou adotar a fórmula “manter o ritmo de vãos + volumetria”, como podemos observar nas figuras 26 e 27 de 2006 mostra claramente uma construção com grandes arcos na parte fronteira, esta solução não prosseguiu, e no ano de 2010 (Fig. 28) encontramos a solução atual.



Figura 26: Imagem da construção que estava sendo realizada no conjunto que hoje se encontra com as feições da figura 28.
Foto: acervo Fórum Landi, 2006.



Figura 27: Um detalhe da construção, mostrando claramente os arcos que estavam sendo construídos na fachada.
Foto: acervo Fórum Landi, 2006.



Figura 28: Novas fachadas construídas, entre o ano de 2006 à atualidade. Composição totalmente diferente da anterior.
Foto: Dinah Tutya, 2012.

Não é apenas o diálogo com o “histórico” que está na pauta contemporânea de intervenção no espaço, estamos tratando de projeto arquitetônico, não mais deflagrado pelas mãos dos mestres de obra, mas projetos sobre a responsabilidade de arquitetos e engenheiros que necessitam ser aprovados em conselhos e órgãos públicos para execução. Temem-se as consequências, para uma Cidade Velha futura ou qualquer outro espaço, da adoção desta solução enquanto prática projetual.

O imóvel da figura 29 se repetiu em um grande número de questionários, como exemplo de arquitetura destoante do bairro. Alguns alunos salientaram que o



Figura 29: Arquitetura classificada como destoante, destaque para os materiais e formas empregadas na fachada.

Foto: L. C., 2011.

tipo de revestimento, os frisos, as colunas, os vãos fechados com vidro, a presença da sacada e da porta de enrolar no pavimento inferior, como elementos que fazem a edificação não ter aparência da Cidade Velha.

Além destas características, algumas frases que fazem parte das justificativas apontaram um olhar curioso para esta arquitetura, atribuindo

a ela um “ecletismo arquitetônico”, ou ainda considerar a sua não aparência “por fazer menção a diversos estilos”, ou então “por possuir elementos decorativos típicos das residências da Cidade Velha, como por exemplo, os frisos e as colunas que remetem a antiguidade clássica”.

A fusão destes elementos com materiais contemporâneos gerou a estranheza da arquitetura, fazendo com que ela não tivesse aparência do bairro, embora tenha feito uso, a partir de uma releitura, de elementos que remetem uma arquitetura de um período “mais antigo”, como as colunas, a platibanda, os frisos referência recorrentes nas edificações da rua e da Cidade Velha.

Outro ponto que foge aos temas reunidos anteriormente, porém que merece a atenção, bastante salientado pelos alunos, diz respeito à quantidade exagerada de placas nos imóveis comerciais. Esta barreira visual presente em algumas fachadas, fez com que as edificações que as continham fossem classificadas como destoante, mesmo aquelas com a classificação de interesse à preservação pela FUMBEL.

De acordo com os relatórios, os adornos, a cobertura escondida pelas platibandas, as portas e janelas alongadas, os porões, o gradil trabalho, os frisos, os azulejos em fachadas, são alguns elementos que marcam a aparência de algumas edificações da Rua Dr. Assis como pertencente ao Bairro da Cidade Velha. Características que recorreram ao arcabouço visual que cada aluno possuía, por Cidade Velha, algumas justificativas se referiram à “arquitetura colonial”, “arquitetura da fundação de Belém”, levando a relacionar tal aparência de pertencimento ao passado longínquo, às referências que transmitissem a passagem do tempo nos imóveis, não importando se a linguagem arquitetônica a qual pertencia o imóvel escolhido realmente fosse colonial. Alguns neoclássicos, outros ecléticos, é a paisagem-reflexo do que se tem que preservar nos órgãos, um grupo seletivo de edificações que acabam por congelar uma paisagem imaginária de pertencimento e outra de exclusão naquele espaço da cidade.

2.3 A IMERSÃO BIBLIOGRÁFICA

Assim como no capítulo anterior, este aprofundamento no conhecimento do objeto de pesquisa a partir do desdobramento do campo, com a apresentação do novo agente – o “guardião oficial do patrimônio” – e dos resultados do exercício “O olhar do visitante: uma experiência do caminhar comprometido”, desenvolvido pelos alunos, emerge um universo de novos significados, uma imagem ainda não revelada e pertencente à realidade do espaço da Rua Dr. Assis, este pequeno recorte do Bairro da Cidade Velha. Desta forma, este aparato trouxe o tema que gira ao redor da paisagem do espaço gênese da cidade de Belém e os valores simbólicos dali emitidos e que povoam o imaginário da população. Assim, percorremos primeiramente o entendimento de paisagem, sempre tentando relativizar e desconstruir as conceituações ligadas ao discurso do patrimônio oficial.

A partir desta colocação, abordaremos a “formação” do espaço que compreende o Centro Histórico de Belém assim como o trajeto dos estudos iniciais desenvolvidos pelo IPHAN que irão contribuir para elaboração da lei de tombamento assim como a lei que regulamenta e normatiza o CHB.

2.3.1 Um Diálogo entre Paisagem e Preservação Patrimonial

O trato com o patrimônio urbano incorpora uma série de particularidades, uma delas pode-se afirmar que é o elemento “paisagem”, fato que demanda uma consideração quanto ao conceito adotado neste trabalho. Sabe-se que não existe uma definição única para paisagem, sendo esta variável de acordo com o campo teórico que se dedica ao assunto. Alguns autores que abordam este tema consideram a noção de paisagem polissêmica, assim evidenciando a dificuldade de definição de um conceito.

Embora haja variadas interpretações, existe uma concordância em considerar a paisagem como fruto do agenciamento do homem sobre o espaço. A abordagem sobre a perspectiva da geografia é muito usada para a reflexão do conceito, uma vez que esta disciplina vem, há muito, se dedicando à temática. Ribeiro (2007) considera esta discussão enriquecedora no âmbito do patrimônio cultural, pela

inclusão da categoria de paisagem cultural no processo de identificação, preservação e gestão patrimonial⁴³. Para ele, a paisagem:

[...] pode ser lida como um documento que expressa a relação do homem com o seu meio natural, mostrando as transformações que ocorrem ao longo do tempo. A paisagem pode ser lida como um testemunho da história dos grupos humanos que ocuparam determinado espaço. Pode ser lida, também, como um produto da sociedade que a produziu ou ainda como a base material para a produção de diferentes simbologias, lócus de interação entre as materialidades e as representações simbólicas (RIBEIRO, 2007, p. 9).

Por sua vez, Silveira (2009) ao refletir sobre o fenômeno, considera o uso do termo “paisagem cultural” problemático devido não existir uma paisagem que não seja cultural, pois qualquer paisagem é por si um fenômeno de cultura. Ao qualificar a paisagem de cultural cria-se duas situações: se recai em uma tautologia e adota-se um conceito reducionista que separa cultura e natureza. Sobre esta última situação, o autor aponta que a dicotomia cultural/natural seja arriscada ao qualificar a paisagem, pois:

[...] qualquer idéia e/ou percepção de determinada paisagem está imersa em um processo cognitivovinculado ao jogo sutil de adesão às imagens que a mesma suscita, assim, a uma perspectiva estética, uma vez que toda paisagem implica a presença de uma dimensão sensível e emocional por parte do ser humano (SILVEIRA, 2009, p.72).

Desta maneira, a “paisagem natural”, sem o agenciamento do homem seria inviável, devido ao fato que o ato de olhar culturaliza o ambiente. Agrega-se a esta reflexão a concepção de paisagem que, aos nossos olhos, muitas vezes parece natural, sem a intervenção antrópica, a qual pode conter cargas simbólicas para determinados grupos, como por exemplo, os indígenas e afrodescendentes. Adotando como exemplo determinada paisagem tomada por vegetações, fato que a caracterizaria comonatural, esta pode ter sido o lugar de instalação de quilombos, ou seja, uma paisagem que fora agenciada, mas que hoje não demonstra vestígios materiais dessa intervenção, porém é dotada de um valor simbólico para referido

⁴³ A categoria paisagem cultural como bem, foi adotada pela UNESCO no ano de 1992; o mesmo termo, mas com uma abordagem diferenciada, está presente também na criação da Convenção Europeia da Paisagem. No âmbito nacional o termo “ronda” o IPHAN, desde a sua criação, embora com pouca clareza no que tange uma definição de paisagem (RIBEIRO, 2007). Todavia, na última década do século atual, a temática da preservação da paisagem como patrimônio cultural, dentro da própria instituição e em outras instâncias governamentais, vem sendo amplamente discutida, como ressaltaremos mais adiante.

grupo, ou então um lugar manipulado por comunidade indígena, fato que outra cultura fora deste contexto não é capaz de ler.

Magalhães (2011), ao discorrer sobre a construção de territórios culturais pelas sociedades antigas amazônicas, adota o conceito de paisagem sob a perspectiva da arqueologia, considerando-a como espaço onde o ambiente é transformado em um artefato social que reproduz os valores culturais de uma sociedade, sendo a cultura dentro da paisagem expressão da natureza. Em um tempo recuado na história da Amazônia, a interferência do homem (sociedades nômades caçador-coletor) no ambiente foi capaz de dispor algumas espécies de árvores dentro de uma determinada floresta, onde a concentração dessas, hoje, representam marcações que indicam sítios arqueológicos. (MAGALHÃES, 2011). Assim, um olhar não treinado enxerga uma floresta primária⁴⁴ onde houve intervenção do homem na distribuição das espécies.

Desta forma, ao trabalharmos com uma conceituação fechada, dicotomizada de paisagem, podemos ser levados a incorrer no erro de alijar a cultura de determinados grupos sociais no momento da atribuição de valores aos lugares, principalmente ao tratarmos a paisagem como um bem patrimonial.

Em meio a estas considerações, percorre-se o trato da paisagem na perspectiva patrimonial, onde desde a criação do primeiro órgão nacional que visa resguardar os bens culturais do país, o IPHAN, a temática esteve presente⁴⁵. Assim como o termo “patrimônio”, a “paisagem” passou/passa por um processo de distensão de seu entendimento.

Inicialmente, no anteprojeto solicitado a Mario de Andrade para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN)⁴⁶ o termo designava uma das categorias as quais as obras deveriam pertencer para que fossem inscritas nos livros de tombo, e naquele momento, segundo a visão de Mário, a paisagem estava ligada ao agenciamento do homem, resultante de um trabalho coletivo ao longo do tempo, à expressão material das manifestações populares, sem associá-la ao

⁴⁴ Segundo Magalhães (2011), estima-se que 45,36% do que se vê hoje como floresta primária na Amazônia é fruto do agenciamento do homem ao longo de milhares de anos.

⁴⁵ Será dado destaque neste trabalho à discussão no trato do tema na instância federal, visto que nos demais órgãos atuantes no Pará, estado e município, na maior parte das vezes absorvem as reflexões do IPHAN, sobretudo no tratamento da paisagem.

⁴⁶ Mario de Andrade em seu anteprojeto de lei de 1936 denominou o que hoje é o IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – de SPAN, Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. Porém criado em 1937 com o nome de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

“natural/natureza”. Em 1937, este projeto de Mario de Andrade sofreu alterações, uma delas diz respeito aos livros de tomo, que no projeto original chamava-se Livro do Tombo Arqueológico e Etnográfico, e no ano de 1937, diante da criação efetiva do SPHAN - a partir do Decreto-lei 25 - passa a ser chamado de Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, incluindo as paisagens “naturais” (não inclusas por Mario anteriormente) e as agenciadas pelo homem, atribuindo à natureza possibilidade de bem patrimonial, diferentemente do anteprojeto (RIBEIRO, 2007).

Efetivamente, o que foi inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico entre os anos 30 e 60 do século XX, relaciona-se ao paisagismo como planejamento visual do espaço, tendo como exemplo jardins, monumentos junto à natureza que os emolduram; panoramas, vistas ou ambiência do bem, bem como conjuntos arquitetônicos e paisagísticos. Pode-se observar que não envolvia a paisagem considerada como natureza, esta permanecendo extrínseca ao bem.

Nos anos 60 e 70 há uma ampliação na atribuição de valor aos bens patrimoniais indo além do caráter monumental artístico-estético dos anos anteriores, passando a integrar valores históricos e culturais voltados também ao caráter mais modesto dos mesmos. Neste momento, aumentam os pedidos de tombamento de cidades e conjuntos, reunidos na categoria ‘paisagem’, a qual os critérios não estavam restritos à excepcionalidade estética, mas ao valor histórico e cultural adquirido. A paisagem passa a ser constituidora e coadjuvante com os elementos “construídos” na valoração do bem. Destaca-se que à paisagem se agregará o caráter “ambiental”; elementos como a serra, o mar, o rio, entre outros, o então denominado “patrimônio natural” no decreto lei 25, atuarão como coadjuvantes na composição de conjuntos arquitetônicos e paisagísticos.

Nos ano 80, a paisagem dá continuidade à forma como vinha sendo tratada, ora relacionada ao patrimônio natural, ora à composição entre cultural e natural, e entre os anos 90 e a primeira década do século XXI, caminhou-se para o trato da paisagem como o espaço agenciado pelo homem e agregador de valores, sendo colocada com a denominação de “paisagem cultural”, agregando bens culturais e bens naturais (RIBEIRO, 2007).

Destarte, colocamos aqui considerações feitas sobre a “paisagem cultural” na perspectiva patrimonial, cujo enfoque se deterá em dois pontos mais recentes que

tangem a conceituação do assunto: a “Carta de Bagé – Carta da Paisagem Cultural de 2007”⁴⁷ e a Portaria nº 127 de 2009, do IPHAN, que estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira.

A Carta de Bagé, que se considera pioneira na abordagem e defesa da paisagem cultural em geral, parte do caso específico do território dos Pampas e das paisagens culturais de fronteira para ressaltar a relevância do tema. A mesma fundamenta a paisagem cultural na definição de patrimônio cultural presente na Constituição Federativa do Brasil de 1988

[...] segundo a qual o patrimônio cultural é formado por bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico; (BRASIL, 1988).

A carta considera que a paisagem cultural é o meio natural agenciado pelo homem, passível de leituras espaciais e temporais, que expressa todos os testemunhos da interação do homem com a natureza e da natureza com o homem, a mesma abarca os bens citados na Constituição de 1988, incluindo sítios de valor étnico, geológico, simbólico, turístico, literário, religioso, de migração e de fronteira não entre outros, recaindo sobre estas paisagens as ações preservacionistas que tangem os demais bens culturais.

A chancela da paisagem cultural brasileira, publicada no Diário Oficial pelo IPHAN, é um instrumento que visa garantir a preservação da “paisagem cultural” nos seus múltiplos aspectos e não se caracteriza como tombamento. Segundo a Portaria, os instrumentos que tratam o patrimônio cultura e natural não contemplam integralmente os valores encontrados em uma determinada paisagem, de acordo com Carlos Fernando de Moura Delphin, técnico do Iphan “o objetivo da declaração de paisagem cultural é conferir um selo de reconhecimento de porções singulares dos territórios, onde a inter-relação entre a cultura humana e o ambiente natural

⁴⁷ Quanto a discussão sobre paisagem presente no âmbito destes documentos, neste trabalho nos deteremos às discussões mais recentes e que tange o âmbito nacional.

confere à paisagem uma identidade singular”⁴⁸. A Portaria reitera a fundamentação de paisagem cultural tratada anteriormente na Carta de Bagé, e considera que a paisagem cultural brasileira é “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores (BRASIL, 2009)”.

Percebe-se que a perspectiva preservacionista de dez anos aos dias atuais caminha para o entendimento de uma paisagem que visa articular o constructo humano e as relações envolvidas neste processo, embora se faça a utilização do termo “paisagem cultural” que logo nos leva a pensar na dicotomia cultural-natural, esta agrega a dita “paisagem natural” com seus simbolismos. Considera a materialidade e a imaterialidade das ações do homem na formação e transformação das mesmas, além de considerar que as mesmas constituem-se um processo dinâmico. Assim como estabelecem também a relação do duplo vínculo, onde o homem na interação com o entorno, ou com o cenário, o modifica ao mesmo tempo em que é modificado por ele, paisagem e homem se autorreproduzem.

Segundo as perspectivas expostas, adota-se neste trabalho a interpretação da paisagem desvinculada do reducionismo de diferenciação natural-cultural, admitindo a mesma como o ambiente culturalizado de antemão pelo ato de olhar, e pela materialização consequente das relações sociais, assim como os aspectos imateriais inerentes a estas relações. Desta forma, ao adotarmos o termo paisagem, estará implícita a comunhão entre a materialidade e a imaterialidade que formam e dão identidade a determinado lugar, passível à incorporação de novos elementos resultantes da dinâmica transformadora do tempo.

No tocante ao objeto de estudo deste trabalho, ressaltaremos a importância deste conjunto urbano tombado pelo município, e recentemente pela instância federal, ser também tratado sob o ponto de vista de paisagem patrimonial, a qual segundo as reflexões apresentadas anteriormente, é capaz de abranger as relações implícitas na agência do homem sobre o meio o qual os atribui a identidade. Identidade esta que hoje deve se basear não apenas no coletivo, mas também se voltar para a identidade individual, para a referência e memória individual dos construtores da paisagem. Abrindo-se assim, um diálogo com algumas expressões arquitetônicas que inicialmente escaparam do olhar de técnicos, mas que

⁴⁸ Depoimento concedido ao Defender (Defesa Civil do Patrimônio Histórico), associação civil de Caxias do Sul. Disponível em: <http://www.defender.org.br>

apresentam um valor simbólico, histórico, afetivo e mesmo estético para o usuário do local. Por outro lado, alguns destes imóveis tidos como sem interesse a preservação, devem também ser apreciados, porém como objetos de questionamento quanto à inserção de novos elementos dentro do conjunto.

2.3.2 O Espaço do Centro Histórico de Belém

Antes de tratarmos da delimitação “propriamente dita” do que é o Centro Histórico de Belém, abordaremos o espaço a que esta delimitação se refere, para entendermos a historicidade do local. A Rua Dr. Assis, como referida anteriormente,

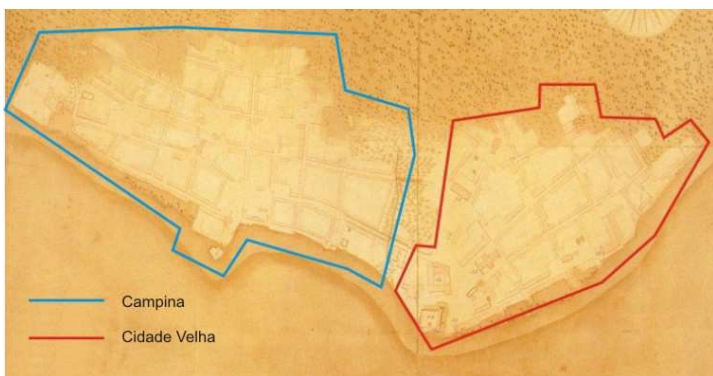


Figura 30: Mapa da cidade de Belém datada de 1753 de Andrade Schwebel, com a delimitação dos núcleos urbanos da Campina e Cidade Velha.

Fonte: ALUNORTE, modificado pelo autor, 1995.

está situada no bairro da Cidade Velha, núcleo urbano impregnado de vestígios históricos o qual tem sua origem juntamente com a formação de Belém. Santa Maria de Belém do Grão Pará foi fundada em 1616

por Francisco Caldeira Castelo Branco, visando assegurar a posse das terras portuguesas às investidas estrangeiras. Ao longo

do século XVII, o bairro da Campina passou a compor com a Cidade (posteriormente chamada de Cidade Velha) o primeiro sítio de ocupação de Belém (Fig.30). A configuração física da cidade ao término deste período foi retratada da seguinte forma:

[...] ruas estreitas e tortuosas, poucas edificações, mas com algumas importantes Igrejas e conventos compondo o conjunto arquitetônico. As casas predominantemente de dois pavimentos, de taipa ou barrote revestido de tijuco (PENTEADO, 1968, p.118).

No século XVIII o crescimento urbano é orientado para o interior afastando-se do litoral. Em 1753 no governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado - irmão do Marques de Pombal, ministro do Rei - chega a Comissão Demarcadora dos Limites com a finalidade de fixar as fronteiras das duas nações ibéricas de acordo com o

Tratado de Madri. A Comissão traz para o desenvolvimento de suas atividades hábeis técnicos escolhidos pela Corte, e segundo Meira (1976), Belém colheia dos engenheiros e dos arquitetos desenhadores, astrônomos e topógrafos as mais favoráveis experiências em favor de seu desenvolvimento.

Destaca-se dentre estes o italiano Antonio José Landi, que em 1759 após o regresso da Comissão à Belém inicia sua atividade como arquiteto e construtor. A presença de Landi é extremamente valiosa uma vez que o mesmo deixa de herança sua assinatura em boa parte das obras do acervo arquitetônico monumental presentes até hoje na cidade. A expansão urbana de Belém passa por significativas mudanças no século XIX em virtude do aterro do alagadiço Piri, área pantanosa que dividia os dois bairros da cidade até o início do referido século. A obra de



Figura 31: Largo da Sé, retratado por Righini em 1867, mostra a ambiência do atual bairro da Cidade Velha no séc. XIX.

Fonte: UFPA, s.d. Disponível em <<http://www.ufpa.br/cma/>>. Acesso em 25 de ago. 2011

“higienização” iniciada no governo do Conde dos Arcos possibilitou a ocupação dessa extensa área tomada pelo alagado assim como o crescimento da cidade ao leste da cidade. A paisagem urbana desta época (Fig.31) foi relatada por alguns viajantes naturalistas, que deram importantes contribuições para

a caracterização da arquitetura civil:

A arquitetura é singela, raro tendo as casas mais de dois pavimentos; quase sempre térreas, são menos decoradas do que as do Maranhão, simplesmente caiadas e em geral sem vidraça; mas o conjunto é asseado, cômodo e dá a impressão de uma vida doméstica feliz. (PENTEADO, 1928, p.127).

Na segunda metade do século XIX às primeiras décadas do século XX, Belém sofreu significativas transformações em virtude do capital gerado pelo ciclo econômico da borracha. Estas partiram das aspirações da nova classe social, a burguesia gomífera, emergida em decorrência da cultura extrativista. As aspirações desta classe encontraram forte apoio dos governantes uma vez que coincidiam com os projetos higienistas dos mesmos para a cidade.

Assim, data das primeiras décadas do século XX a aplicação do código de posturas imposto pelo intendente Antonio Lemos, assim como o incremento de equipamentos públicos e de diversão como praças, mercados, teatro, cinematógrafos, etc.

A Campina – também chamada de Comércio – se destacou com os investimentos em infra-estrutura, tanto do governo quanto da burguesia, tais como: calçamento, iluminação, reformas e construções das casas de venda de produtos importados europeus. A Rua dos Mercadores, atual João Alfredo, é considerada como a via mais emblemática da época, o crescimento e a concentração de comércios e serviços na mesma demonstra a mudança do eixo comercial de Belém.

A arquitetura eclética foi “eleita” como expressão deste poderio econômico (Fig.32), e permaneceu “vigente” até meados da década de 20, quando a cidade demonstrava as conseqüências da decadência da economia extrativista.



Figura 32: Casa eclética construída no final do século XIX em Belém.
Foto: Dinah Tutyia, 2005.

Belém passava a ocupar a extensão da primeira légua patrimonial nos anos 30 do século passado, quando o desenvolvimento do setor terciário da economia trouxe algumas mudanças na configuração sócio-cultural da cidade, conseqüentemente refletidas no espaço urbano. Um novo centro comercial se desenvolveu em uns dos limites do bairro da Campina, na atual Avenida Presidente Vargas.

A cidade pós-eclética⁴⁹ do século XX começou a se delinear nos anos 40 pelas mãos dos engenheiros, projetistas e arquitetos. O Estado aplicou o ideal político de modernização passando a promover a edificação de uma arquitetura mais clara e limpa de ornamentos, incorporando traços da linguagem art-déco, a qual estava “associada ao envoltório por excelência das grandes estruturas que romperiam os horizontes urbanos desenhados pelo homem” (SEGAWA, 1999, p.64). Neste período o centro habitacional, comercial e de serviços se afastava dos núcleos originais da cidade, uma vez que:

⁴⁹ Terminologia sugerida por Chaves (2004).

A arquitetura realizada em Belém no final dos anos 30 e nos anos 50 foi produzida num espaço social e cultural que permite e incentiva um novo vocabulário arquitetônico, que traduz e interliga todos os outros signos modernos já estabelecidos na sociedade, da remodelação artificial dos espaços públicos, a ideologia da substituição das antigas construções para dar lugar aos edifícios modernos [...] tidos como medidas da ansiada modernidade (CHAVES, 2004, p.68, tradução da autora).

Os primeiros sítios de ocupação não correspondiam às aspirações modernizadoras dessa sociedade e necessitaram de adaptações a fim de suprirem tais anseios. É a partir deste momento que as intervenções se intensificam nos núcleos históricos, promovendo alterações nas áreas, cujas intervenções de forma mais agressivas perduram até os dias atuais. Durante as décadas de 40, 50 e 60 um discreto crescimento econômico - em decorrência da abertura da rodovia Belém/Brasília - motivou a inserção de edificações com gabarito elevado nos bairros da Cidade Velha e Campina, além do alargamento de algumas vias (BELÉM, 1998).

Nos anos 60 podemos verificar o empenho da Câmara Municipal da cidade em promover tais mudanças em uma das vias incrustadas no bairro da Campina. Como exemplo em 1969, a Lei Ordinária nº 6769 estabelece a prioridade de alargamento da Travessa Padre Eutíquio entre a Praça da Bandeira e a Boulevard Castilho França (BÉLEM, 1969). Além de dar prioridade ao alargamento dessa travessa, a lei também deixa claro que não há restrições quanto as reformas, adaptações, reconstrução de imóveis situados no referido trecho, contudo, devendo estas obedecer ao recuo previsto.

A Cidade Velha desses anos foi retratada por Penteado (1968) como um velho núcleo em franca decadência, que comportava as igrejas e os edifícios públicos. Constata-se também na década de 60, o início da expansão de novas áreas comerciais muito além da Campina as quais irão se firmar a partir dos anos 80.

A consolidação de novas áreas comerciais [...] foram aceleradas a partir da década de 80 [...] migrando para a proximidade de avenidas que constituem corredores de tráfego e definem sub-centros comerciais (Padre Eutíquio, Pedro Miranda, Senador Lemos, Gentil Bittencourt, etc.) até que toda a extensão do espaço produzido formalmente da primeira légua se constituísse em área central da Região Metropolitana de Belém (CARDOSO; NASSAR, 2003).

As instalações de grandes magazines nos anos 80, e a construção de um shopping nos anos 90 no entorno do bairro da Campina, marcaram a última grande transformação nos sítios primitivos da cidade. Ferreira (2003) expõe que durante os anos 80 e 90 passou-se por uma crise econômica que acarretou o aumento das diferenças sociais, e este fato comprometeu os investimentos do Estado em obras e serviços urbanos, conseqüentemente a qualidade de vida da população urbana decaiu. A autora afirma que o episódio agravou o processo de deterioração dos antigos núcleos da cidade e como exemplo cita a substituição do comércio dinâmico pelo comércio popular principalmente o informal ocorrido no bairro da Campina. Vale ressaltar que toda mudança social, econômica, política e tecnológica tem reflexo sobre os aspectos físicos do meio, no caso da Campina a invasão do comércio popular e do comércio informal passaram a obstruir o passeio e vias públicas juntamente com a poluição visual ocasionada pelos mesmos, soma-se a isto a poluição sonora gerada pelas propagandas de alto-falantes e a eliminação dos elementos estéticos característicos das edificações ecléticas, típicas da área, para adaptação aos novos programas de necessidades exigidos pelo comércio. Destaca-se ainda o uso de alguns edifícios abandonados como depósitos de mercadorias e habitações informais.

Cardoso e Nassar (2003) acrescentam que este processo também é consequência da evasão do uso habitacional na área devido a obsolescência das condições de infra-estrutura comparada aos produtos oferecidos pelas imobiliárias em outros lugares da cidade, os autores colocam que a localização do bairro também contribuiu para a instalação do comércio informal, uma vez que atende às seguintes necessidades do vendedor “[...] fluxo de pedestres, boa acessibilidade, locais de armazenagens para as mercadorias, pontos de água e energia elétrica” (CARDOSO; NASSAR, 2003).

Embora com as particularidades de cada bairro que compõe o Centro Histórico de Belém, podemos percebermos parte do processo de construção e transformação que atuou nesta área, e ter uma pequena noção da diversidade arquitetônica e da maneira como a mesma veio sendo apropriada ao longo do tempo.

2.3.3 Cidade Velha e o processo de tombamento: o “espírito colonial”

O chamado Centro Histórico de Belém “propriamente dito” encontra-se tombado pela instância municipal através da Lei Orgânica do Município de 1990, com sua área definida pela Lei de Desenvolvimento Urbano nº 7.401 de 1988, correspondente à poligonal em azul⁵⁰ destacada na figura 33. Sua área de entorno é

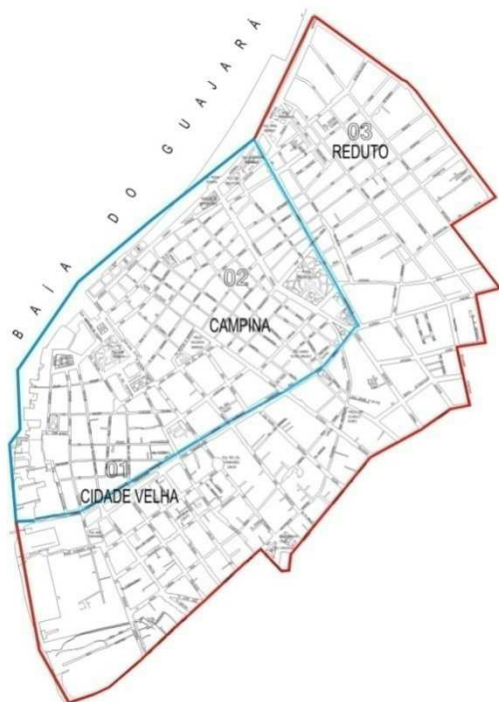


Figura 33: Centro Histórico de Belém e seu entorno, delimitações definidas pelo município.
Fonte: CODEM, modificado pelo autor, 2012.

definida no Plano Diretor Urbano de 1993, Lei nº 7.603, correspondente à poligonal em vermelho. Recentemente, no final de 2010 foi encaminhada a proposta de tombamento do “Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico” dos bairros da Cidade Velha e Campina, assim como seu entorno, pela instância federal. Este pedido foi homologado dia 8 de maio de 2012.

Porém, antes do tombamento, outras leis foram elaboradas para algumas áreas ou imóveis que se encontravam dentro deste conjunto. Compilamos algumas destas, a fim de destacar como este espaço da cidade veio sendo denominado, e quais “cuidados” lhe são delegados, assim também como compreender o que ele

representa no momento do tombamento e posteriormente seu reflexo na construção de um imaginário estético impregnado na população da cidade.

Os estudos sobre a preservação do núcleo central de Belém foram feitos, ao longo do tempo em parceria entre a Fundação Nacional Pró-Memória, atual IPHAN, e a Prefeitura⁵¹. Embora os aspectos legislativos tenham sido outorgados pelo

⁵⁰ As ruas, as travessas e as avenidas que fecham a poligonal, foram descritas anteriormente na figura 1.

⁵¹ Além dos órgãos municipal e federal de preservação do patrimônio cultural, em Belém há também atuação da instância estadual, mas neste momento do trabalho será dada atenção apenas aos dois primeiros.

município, trataremos alguns pontos necessários sobre os estudos e as propostas realizados pelo órgão federal de preservação dentro do Bairro da Cidade Velha. É impossível discutir qualquer questão preservacionista oficial no Brasil, sem destacar a forma de atuação do IPHAN, órgão precursor na defesa do patrimônio cultural brasileiro, e que também influenciará e incentivará a criação das instâncias “menores” dentro dos estados e municípios do país.

Belém assim como outras cidades do Brasil, terá o reflexo do discurso da construção de uma identidade nacional a partir da eleição de determinados bens que comuniquem esta nacionalidade. A representação da nação, segundo Gonçalves (1996), pode ser construída discursivamente com a literatura, o folclore, a língua nacional, o conjunto de lei assim como “uma política cultural visando à recuperação, defesa e preservação de um ‘patrimônio cultural’” (GONÇALVES, 1996, p. 12).

Os tombos dos primeiros exemplares arquitetônicos e artísticos demonstram claramente o discurso baseado na consolidação de um passado “tradicional”, que representasse o berço da cultura brasileira, as escolhas dos objetos que transmitiam a brasilidade partiram de um grupo de intelectuais - com destaque para Mario de Andrade, Rodrigo de Melo Franco e Lucio Costa - que ao longo dos anos 30 e 40 passaram a compor tal acervo de bens dignos de serem resguardados e que representassem o patrimônio nacional. As narrativas do passado, criada pelos grupos de intelectuais que se empenhavam na salvaguarda dos bens, são lidas hoje através dos monumentos tombados nestes anos iniciais e ao longo dos anos de atuação dos órgãos que se dedicam a este ofício. Podemos perceber que em cada momento da história haverá um discurso que refletirá na forma como hoje o objeto é tratado, que no caso do objeto de estudo deste trabalho se refletirá na construção/alteração do espaço, enquanto matéria e significado.

As ações de tombamento no Pará iniciaram nos anos 40, quando a mobilização para salvaguarda do patrimônio regional passou a ser intensificada com a representação local do SPHAN por Ernesto Cruz. Ao longo desses anos bens imóveis são tombados na capital pela instância federal, tais como: Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Igreja de São João Batista, Catedral da Sé, Igreja de Nossa Senhora das Mercês, Igreja de Santo Alexandre, Palácio Antonio Lemos e Palácio Velho. Nos anos 50 agregam-se a estes, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e o Solar do Barão de Guajará, passando para década seguinte com

o tombamento da Igreja de Santana, o Forte do Castelo, o Teatro da Paz, o antigo Hospital Militar, hoje Casa as 11 Janelas, o Conjunto Paisagístico do Cemitério de Nossa Senhora da Soledade e o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico

da Praça Frei Caetano Brandão (FIGUEIREDO, 2010).

Percebemos que nestas primeiras décadas, os tombamentos dos bens imóveis estão ligados à sua excepcionalidade. Destacamos o caráter monumental dos mesmos, com exceção de duas edificações, o Palácio Velho e o Solar do Barão de Guajará, que são dois imóveis que primordialmente tinham seus usos residenciais, que em comparação com os demais têm suas proporções reduzidas, porém em relação com as outras edificações habitacionais da área, tomam proporções de destaque.

Em 1967, a Câmara Municipal de Belém estatuí a Lei nº 6.307 que delimita a área do Bairro da Cidade Velha, com a finalidade de sua “[...] preservação histórica e arquitetural naquilo em que ela representa as origens da cidade e os primórdios de sua formação [...]” (BELÉM,

1967). Segundo a lei a poligonal a qual define o bairro (Fig. 34), representa a o núcleo de formação da cidade, da sua fundação até sua expansão para o bairro da Campina.

A área considerada como “zona da velha Cidade de Belém” (BELÉM, 1967) foi delimitada para que fosse possível a preservação do “testemunho dos fundamentos da capital paraense, nos períodos dos séculos XVII e XVIII” (BELÉM, 1967). A preservação foi imposta com o impedimento de construções com mais de três

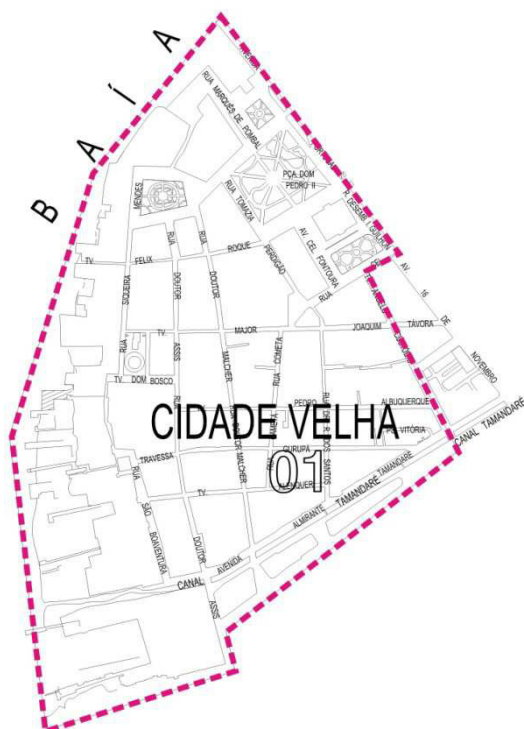


Figura 34: Delimitação do Bairro da Cidade Velha, feita em 1967 pelo município. A delimitação abrange: Avenida Portugal, segue em direção à Praça Felipe Patroni, Rua Ângelo Custódio, Avenida Tamandaré, até o Arsenal da Marinha e segue a beira rio até o fechamento com a Avenida Portugal.

Fonte: CODEM, modificado pelo autor,

pavimentos na área, para uso misto, e dois pavimentos para uso residencial⁵². A limitação de gabarito é uma resposta aos novos adversários que surgem a partir dos anos 60 no âmbito nacional contra as ações públicas preservacionistas, junta-se aos “vigários obtusos ou prefeitos *modernosos* [...] a poderosa especulação imobiliária” (FONSECA, 2005, p.140).

Além disso, o artigo sexto da lei afirma que todas as construções novas ou reformas, deviam seguir o “estilo tradicional do Bairro em suas características peculiares, cor, proporção, forma, sempre em equilíbrio com o conjunto arquitetônico existente” (BELÉM, 1967). Afirma ainda que a ação de preservação arquitetural e histórica deve ser feita, no caso de qualquer intervenção na área, mantendo “o espírito colonial predominante no bairro” (BELÉM, 1967).

O texto desta lei se revela importante por ser uma das primeiras normativas a abordar a questão da preservação de um bairro. Outro ponto a destacar tange as restrições impostas para intervenções dentro da área como o gabarito, as propostas arquitetônicas que possibilitem a quebra do “espírito colonial”, espírito este impregnado de cor, de proporção e de forma. Destacamos que naquele momento fica claro, que o bairro passava por transformações, fato que pôde ser constatado nos registros de obra do Centro de Documentação (CDOC) do CREA Pará⁵³, os quais demonstraram entre 1957 até a data de 1967⁵⁴ um número significativo de entradas de projetos. Destes, destacamos alguns casos que de acordo com suas especificações, tratam de transformações em fachadas, como exemplo, em 1960 na Travessa Cameté n° 143 temos um “Projeto de uma fachada de um predio residencial” (CREA-PA, 1960, p.77). Na Travessa Alenquer n°94, no mesmo ano, vamos ter ainda uma solicitação de “Projeto para construção de três (3) casas residenciais c/ dois pavimentos” (CREA-PA, 1960, p.19). Novas construções, que segundo a futura Lei 6.307, pudesse representar uma possível perda do “caráter original” da Cidade Velha.

⁵² No documento “Preservação do Núcleo Histórico da Área Central de Belém” de 1984, pesquisado no IPHAN do Pará, apresenta uma crítica referente a esta lei. Tal crítica diz que a mesma só atuava sobre os imóveis de uso misto e residencial, ficando os demais usos liberados quanto ao gabarito.

⁵³ Alguns registros de projetos não apresentam o número de porta das edificações, ou quando o apresentam apenas alguns desses números correspondem aos atuais, desta forma ficamos impossibilitados de identificar muitos projetos levantados na área no período de 1947 a 1994. Tais registros serão detalhados a seguir.

⁵⁴ Recorte aleatório para exemplificar.

Em 1961, um projeto para construção de um muro na esquina da Rua Dr. Assis nº683 com a Avenida Tamandaré, em uma residência, também demonstra a mudança do padrão do bairro, quanto à predominância da ausência de afastamentos frontais, sobretudo com fechamentos por muros. Dos registros identificáveis pelo número de porta, destacaremos cinco projetos, os quais marcam com suas formas esta área da cidade que vai se delineando com uma tendência modernizadora da arquitetura. Dentre estes, três representam uma manifestação arquitetônica difundida nos anos 50 e 60, considerada por Miranda e Carvalho (2008) como uma versão regional da linguagem modernista assimilada e incorporada em algumas edificações da cidade. Caracterizada pelo revestimento e ornamentação da fachada por azulejos e/ou seus fragmentos, em alguns casos estes últimos podiam compor formas geométricas as quais mais marcantes são aquelas que imitam raios, sendo assim denominada de arquitetura “raio-que-o-parta”.

Em 1961 temos a inscrição de um “Projeto de uma fachada de predio comercial e residencial” (CREA-PA, 1961, p.21), situado à Rua Dr. Malcher nº 121(Fig.35), um exemplar da manifestação “raio que o parta” e da adaptação de uma nova “roupagem” a partir do revestimento empregado, e da marcação geométrica da fachada, tomando por base a edificação de porão alto e com platibanda encobrendo o telhado.



Figura 35: Manifestação arquitetônica conhecida como “raio que o parta” difundida pela cidade de Belém nos anos 50 e 60. Foto: Dinah Tutya, 2012.

As outras duas reformas solicitadas ao CREA estão na Rua Cameté nº 81 e 201 respectivamente, “Projeto de uma fachada de um predio residencial” (CREA-PA, 1962, p. 53) (Fig. 36) e o “Projeto para reforma de fachada e acrescimo no predio” (CREA-PA, 1963, p. 27) (Fig.37). Ambos também são caracterizados pelo emprego destes novos materiais de revestimento, o da figura 36, uma intervenção mais modesta de menor porte, que mantém o alinhamento frontal, traz como elementos modernizadores os cobogós no fechamento da bandeira da porta, a projeção de uma pequena marquise seccionando

a fachada e as esquadrias, este esquema utilizado na arquitetura art deco será

recorrente nas adaptações de algumas edificações deste período. O segundo imóvel (Fig. 37), apresenta um novo programa de necessidades, não é uma adaptação, mas uma nova construção, de formas retas, com dois pavimentos, afastamento frontal, pequeno jardim e pátio-garagem. Exibe também o revestimento do pavimento superior em pastilha monocor azul, diferente da empregada na primeira edificação, com variação de cores. Ambas casas marcam a parte inferior com revestimento cerâmico em forma de filete, sendo no primeiro caso amarelo e vermelho, e no segundo bege.



Figura 36: Imóvel com uma fachada de tendência modernizante. Destaque para os materiais e formas empregadas.
Foto: Dinah Tutya, 2012.



Figura 37: Imóvel de tendência modernizante da arquitetura, como o recuo frontal, a presença de pátio, a ausência de ornamentação, além do uso dos materiais e da composição da fachada.
Foto: Dinah Tutya, 2012.

Os outros dois projetos típicos de alterações dos padrões do bairro estão localizados na Rua Dr. Assis, o primeiro onde se situava a antiga padaria “Anjo da Guarda”⁵⁵ (Fig. 38) e o segundo no n° 173. O primeiro solicitado em 1963 ao CREA-PA, pelo engenheiro civil Carlos F. S. Rufino: “Projeto para construção de um edifício com 4 pav. ‘D.Afonso Henriques’” (CREA-PA, 1963, p.15). Esta intervenção, sobre os olhos preservacionistas da “paisagem original”, é mais agressiva, insere naquele contexto a quebra volumétrica e a tipologia multifamiliar dos edifícios. O último exemplo (Fig. 39), que também vai ser recorrente como forma de adaptação ao uso

⁵⁵ Identificação do prédio se deu a partir do depoimento do senhor J.Q.

misto e às novas exigências do programa de necessidade é o “Projeto de um alargamento de porta [...]” (CREA-PA, 1965, p.38). Este tipo de intervenção por vezes, irá preservar parcialmente a linguagem neoclássica e eclética das fachadas do bairro.



Figura 38: A edificação demonstra a quebra de volumetria do bairro, em virtude de quatro pavimentos.
Foto: Felipe Moreira, 2012.



Figura 39: Intervenção recorrente nos imóveis de uso misto, pavimento superior com a linguagem arquitetônica preservada e seu térreo modificado.
Foto: Felipe Moreira, 2012.

O quadro das transformações demonstradas acima leva a Lei nº 6.307 requerer o resguardo do “espírito colonial” da Cidade Velha. A lei coloca que alterações poderiam ser feitas, contanto que obedecessem aos padrões determinados para manter o equilíbrio e o caráter colonial.

Assim, convém também levantar duas questões importantes: teria o conjunto todo da Cidade Velha neste fim dos anos 60, a predominância de uma aparência colonial? Ou esta aparência de “conjunto do século XVII-XVIII” foi tomada apenas por suas edificações monumentais – como os tombamentos feitos pelo IPHAN ao longo dos primeiros anos de atuação do órgão?

As perguntas acima induzem a algumas respostas. A busca iconográfica de algumas tomadas do Bairro da Cidade Velha feitas entre os anos de 37 a 47 pelo historiador da arte Robert Smith revela uma paisagem do início do século XX ainda marcada por uma mistura de traços arquitetônicos colonial e imperial e com a

conformação da malha urbana igualmente impregnada do tecido dos séculos XVIII e XIX. Todavia, os ângulos tomados pelo historiador, em pouco contemplaram o acervo eclético que compunha o tecido na época. Podemos perceber na figura 40, uma vista Rua Padre Champagnat mostrando o conjunto de edificações com um pavimento e predomínio da horizontalidade em sua área de fachada, embora com larguras dos vãos de portas mais esguias, comparadas ao casario típico colonial que vemos em alguns exemplares ainda hoje no interior do bairro. As figuras 41 e 42 também apreendem o caráter da cidade colonial, com edificações de um pavimento e sobrados dotados de uma robustez, rés ao chão, vãos de portas e janelas largos, com arco abatido e telhado aparente, construídos nos limites frontal da via e lateral do lote.



Figura 40: O Bairro da Cidade Velha apreendida por Robert Smith, entre os anos de 1937 a 1947.

Foto: acervo fotográfico Fórum Landi, s/d.



Figura 41: Edificação na Rua Dr. Malcher, registrada por Robert Smith entre os anos 37 a 47.

Foto: acervo fotográfico Fórum Landi, s/d.



Figura 42: Conjunto de edificações da Praça do Carmo, registrada por Robert Smith entre os anos 37 a 47.

Foto: acervo fotográfico Fórum Landi, s/d.

As imagens revelam uma Cidade Velha com o espírito colonial, a possível imagem que a lei de 1967 pudesse querer resguardar. Porém, entre os anos 1947 até a elaboração desta lei, sem contar as modificações não registradas no CREA-PA, há vários registros de projetos dentro da área que dão indícios de alteração nas fachadas das edificações. Assim, pensar em uma imagem colonial no início dos anos 70 tomando como base a totalidade do conjunto, não seria muito pertinente. Porém se tomarmos os monumentos que ali se fazem presente, como as igrejas e o palácio, colégio jesuíta, o forte, em suma os bens tombados⁵⁶ anteriormente pelo IPHAN, vamos ter nestes objetos marcos que nos levem a rememorar uma Belém primordial.

Miranda (2006) ao trabalhar o significado do Bairro da Cidade Velha a partir das narrativas dos atores que atuam neste lugar, coloca que existe um imaginário mítico na memória dos cidadãos de Belém que marcam duas eras da história da cidade: a Pombalina, a Belle Époque. Segundo a autora essas eras míticas se mantiveram no imaginário da população da cidade, através da escrita e da narração memorialista sobre a história da Belém, assim como pelos vestígios da arquitetura, do paisagismo e urbanismo.

Neste trabalho reiteramos a configuração desse imaginário mítico, ilustrado pela cenografia colonial a partir do forte, das Igrejas e de alguns palácios⁵⁷ e também da cenografia eclética marcada pelos símbolos da Modernidade a partir dos imóveis de porão alto decorados com ricos ornamentos, das praças dos largos e bosque. Estes símbolos foram expostos durante a pesquisa, a partir de documentos e narrativas, de maneira confusa, sobretudo pelos elementos arquitetônicos destas eras, onde ora a paisagem edificada da Belle Époque é tratada pelo termo colonial, ora a paisagem edificada colonial – não predominante no Bairro da Cidade Velha – sufoca a eclética pela terminologia. Quanto às narrativas, Miranda (2006) acrescenta:

O mito da Belém sob a influência portuguesa, que é reforçado pelos moradores da Cidade Velha ao lamentarem a mudança no nome das ruas que faziam referência às cidades portuguesas, e o mito da Belle- Époque, da metrópole da Amazônia civilizada ao gosto francês, deixaram marcas no

⁵⁶ Convém destacar que muitos destes bens tombados chegam aos dias atuais, ou ao período em que os documentos analisados foram elaborados, com o primado do projeto alterado.

⁵⁷ Parte das edificações que hoje marcam essa era mítica, ou sofreram intervenção, ou são projetos do arquiteto italiano Antonio Giuseppe Landi, que aportou em Belém em 1753, na função de desenhador da Comissão Demarcadora de Limites.

imaginário de certos grupos da população local, gerando um sentimento melancólico da decadência da cidade (MIRANDA, 2006, p.81).

Voltando para o âmbito da legislação municipal, vale citar a fim de acentuar os valores de preservação que são atribuídos aos bens patrimoniais, a Lei Ordinária nº 7.055, de 1977, que dá nova redação ao Código de Postura do Município. Nesta lei consta em seu Art. 24 que para a preservação da paisagem, dos monumentos e dos locais “dotados de particular beleza e fins turísticos, bem como obras e prédios de valor histórico ou artístico de interesse social [...]” (BELÉM, 1977), se dará através da regulamentação de medidas que visem a preservação “[...] dos conjuntos arquitetônicos, áreas e logradouros públicos da cidade que, pelo **estilo ou caráter histórico**, sejam tombados, bem assim quaisquer outros que julgar **conveniente ao embelezamento e estética da cidade** ou, ainda, **relacionadas com sua tradição histórica ou folclórica** [...]” (BELÉM, 1977, grifos do autor). Embora venha agregada ao texto a “tradição folclórica”, percebemos que artigo explicita o valor da tradição histórica e estética que os objetos deviam ter para que fossem preservados.

Reitera-se na Lei nº 7.121 de 1979, referente ao sistema normativo do uso do solo urbano⁵⁸, o interesse à preservação do patrimônio histórico, cultural e paisagístico. Neste final dos anos 70 se instala no estado o Instituto de Patrimônio Histórico Nacional (sob o nome de Fundação Nacional Pró-Memória) e as mobilizações de salvaguarda do patrimônio regional passam a ser intensificadas. Nos anos 80 as Ruínas do Engenho do Murutucu são tombadas pelo IPHAN, assim como o conjunto arquitetônico formado por alguns imóveis no bairro de Nazaré e o Palacete Pinho, localizado na Rua Dr. Assis, dentro do bairro da Cidade Velha (FIGUEIREDO, 2010).

Em 1981 é criado o Conselho de Proteção do Patrimônio Cultural de Belém do Pará dentro da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no mesmo ano Lei Ordinária nº 7.181 irá dispor sobre tombamentos. Enquanto o conselho municipal vai se aparelhando, o IPHAN em 1984 elabora estudos com levantamentos de bens, diretrizes para legislação de áreas de entorno de bens tombados. Dentre esses, o intitulado “Preservação do Núcleo Histórico da Área Central de Belém”⁵⁹, tendo como mote a carência de regulamentação que as áreas de entorno do bem tombado

⁵⁸ Esta Lei dá nova redação à introdução do Sistema Normativo de Uso do Solo Urbano do Município de Belém da Lei nº 7.068 de agosto de 1978.

⁵⁹ Área definida por uma poligonal onde se encontravam o maior número de bens tombados, agregando os bairros da Campina, Cidade Velha e parte do Reduto.

demandavam. O entorno, neste estudo é referido como “paisagem circundante”. Como resultado foi estabelecido zonas de preservação, limitações de gabaritos e criação de diretrizes para legislação das zonas, tudo com o intuito de “preservar as características essenciais” da área.

Destacamos que no texto do trabalho está presente a ideia difundida em âmbito internacional, como nacional, da integração de uma política protecionista integrada a política de planejamento da cidade.

No mesmo ano o IPHAN elabora uma proposta para tombamento em nível municipal de grupos, conjuntos de edificações ou imóvel isolado presente nos bairros do Comércio e da Cidade Velha. Na introdução o documento ressalta que os referidos bairros passam por um processo de “descaracterização”, enfatizando que no bairro do Comércio este processo acontece em larga escala. Alguns fatores destacados deste processo são a colocação de painéis nas fachadas, os quais acontecem como efeito multiplicador, e em virtude da concorrência comercial tendem a homogeneizar as fachadas com este tipo de intervenção; demolição de edificações para uso de estacionamento. Outro ponto relevante da proposta se dá no valor da excepcionalidade que o objeto deve ter para ele e/ou seu entorno sejam dignos de serem resguardados. Dentro do Bairro da Cidade Velha a excepcionalidade está no Conjunto de São João, na Praça Felipe Patroni e no Conjunto do Carmo. A proposta de tombamento pontuam as quadras e imóveis dentro da delimitação destes conjuntos.

Em ambos estudos citados anteriormente existe uma “chamada de atenção” para a atuação municipal quanto a proteção legal e a adoção de medidas para coibir as transformações dos bens tombados e de seus entorno. Esta carência, indicada pelo IPHAN, ao trato patrimonial pela prefeitura de Belém, também se faz presente na proposta “Entorno do Conjunto Arquitônico Tombados e a Tombar no Bairro de Nazaré” de 1986, elaborada por aquele órgão, para o controle do gabarito em áreas do referido bairro. A proposta revelou:

[a] impossibilidade de providências imediatas por parte do Órgão Municipal competente, ligado à análise de projetos de construção na cidade, ficou constatada recentemente pelo desinteresse com que tratou o problema surgido com a construção de prédios de altura elevadas no Entorno dos Conjuntos Tombados pela SPHAN (IPHAN, 1986, p.3).

Podemos perceber que neste momento os órgãos preservacionistas, segundo o IPHAN, parecem não seguir o mesmo compasso. A coleta de documentos referente aos tombamentos e ao CHB realizada no IPHAN mostrou que na segunda metade dos anos 80 havia uma parceria entre a prefeitura e o órgão federal em questão, sobretudo na elaboração de trabalho, como por exemplo, uma “Proposta de Legislação para o Centro Histórico de Belém” de 1985, embora não especificadas as delegações de atividades entre as instituições.

No entanto, mesmo com essa parceria, questões que necessitavam de maior vigor por parte do município eram sempre destacadas em novas propostas ou revisões feitas pelo IPHAN, como podemos verificar no seguinte excerto da “Proposta de Redefinição de Gabarito para áreas Adjacentes às Avenidas Presidente Vargas e Nazaré” de fevereiro de 1989:

Considerando que as propostas contidas no trabalho “Preservação do Núcleo Histórico da área Central de Belém”, de julho de 1984, da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, não foram incluídas na sua totalidade na Lei 7.401 de 29.01.88, que dispõe sobre a Política Municipal de Desenvolvimento Urbano, e ainda, o decorrer de um ano da aplicação desta, verificou-se a necessidade de reavaliar esses instrumentos a partir da realidade atual do Núcleo Histórico de Belém [...] (IPHAN, 1989, p.2).

Porém, estes fatos não significam que a prefeitura não demandava esforços às questões preservacionistas. Tanto que em outubro de 1986, a Secretaria Municipal de Obras (SEMOB), mostra interesse ao trato com as edificações nas áreas de preservação na “Proposta de Ante Projeto para Código de Obras no Município de Belém”:

é importante que seja criado um setor dentro da Prefeitura, onde especialistas e estudiosos da área de Preservação possam, pela análise e levantamento das peculiaridades locais, gerar muitas diretrizes e parâmetros que conduzam à compatibilização do novo e o antigo, tão importante para Belém do Pará (BELÉM, 1986, p. 2)

Este ante projeto dedicou um capítulo às edificações em área de proteção patrimônio histórico e artístico - Zona de Preservação Rigorosa (ZPR) e Zona de Preservação Ambiental (ZPA)⁶⁰. Seus artigos discorrem sobre a construção ou

⁶⁰ Embora não tenha sido possível a visualização e identificação destas zonas dentro deste documento, tais delimitações e denominações são as mesmas do estudo desenvolvido pelo IPHAN com o nome “Preservação do Núcleo Histórico da Área Central de Belém” de 1984.

intervenções nos imóveis localizados nas referidas zonas, pontuando para a ZPA o respeito sobre a “volumetria e aspecto plástico formal” (BELÉM, 1986, p.72), e para ZPR “[...] preservação da feição do conjunto, conservando-se, restaurando-se, ou adaptando-se as existentes, e compatibilizando-se as novas edificações com a ambiência do local” (BELÉM, 1986, p.72). O código de obras também previa a intervenção em edificações isoladas que deveriam salvaguardar os “aspectos volumétricos, especiais e formais” (BELÉM, 1986, p.72). O documento em questão vem com uma série de pontos que demonstram justamente a preocupação levantada pelo IPHAN anteriormente: a necessidade de se manter uma feição, uma modelagem compatível à ambiência de áreas que abrangiam o bairro da Cidade Velha, da Campina e parte do Reduto.

Vemos que o município veio ao longo do tempo sempre se posicionando ao trato com os bens, os conjuntos ou áreas históricas, em suas propostas de legislação e regulamentação urbana, muito embora, ao que indica os documentos analisados do órgão federal, não havia uma atuação efetiva das mesmas.

Em janeiro de 1988 é sancionada a Lei Ordinária nº 7401, referida na citação anterior, a qual irá dispor sobre a política municipal de desenvolvimento urbano, e delimitará o Centro Histórico de Belém (CHB) pelas zonas de uso. Os bens imóveis desta área ficaram sujeitos ao controle específico de seus valores histórico, arquitetônico e ambiental por parte de um órgão competente da prefeitura. Além desses valores citados, a lei previu a definição e identificação dos bens a partir dos critérios de estado de conservação e risco de desaparecimento. A delimitação do CHB foi um passo importante para o caminho do tombamento desta área, que veio se delineando ao longo do tempo pelos estudos feitos pelo IPHAN e pela prefeitura⁶¹.

No ano seguinte é autorizada a criação da Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL), a partir da Lei Ordinária nº 7.455, sendo extinto departamento de cultura da Secretaria Municipal de Educação (SEMEC). Caberia a FUMBEL, dentre outros objetivos “[...] contribuir para o inventário, classificação, conservação, restauração e revitalização de bens de valor cultural do Município [...]” (BELÉM, 1989). Dois anos depois da delimitação do CHB, em 1990 é feito seu tombamento

⁶¹ Em setembro de 1988 é então assinado um termo de cooperação técnica entre o IPHAN e a Companhia de Desenvolvimento e Administração da área Metropolitana de Belém (CODEM) para elaboração de estudos e projetos de preservação e revitalização do Centro Histórico de Belém.

pela Lei Orgânica do Município, nos seguintes termos: “Fica tombado o centro histórico de ocupação portuguesa no Município, cabendo ao órgão municipal competente, a delimitação das áreas e dos prédios preservados [...]” (BELÉM, 1990).

O termo “ocupação portuguesa” utilizado para caracterizar a área do CHB no tombamento traz explícito e implícito as seguintes questões: primeiramente deixa claro que foi levado em conta o valor cultural português, sem fazer referência às demais culturas que ali imprimiram sua identidade, visto que esta porção da cidade veio sendo delineada sobre as mãos de engenheiros militares, arquitetos, artífices, mestres de ofício, artesões, brancos, indígenas, negros e mestiços que trabalharam juntos para erigir uma nova paisagem sobre outra, pré-existente no sítio. A ocupação ali não foi algo unicamente fruto do labor português, o que vamos ter na área e em outros centros históricos no Brasil, é fruto de um constructo multicultural.

A ênfase aos monumentos da cultura do colonizador é alvo de crítica desde os anos 70 no âmbito do IPHAN, e ainda assim esta identificação social do monumento é atribuída pelo município de Belém no tombamento⁶². Além disto, com base apenas no texto de lei, podemos hoje questionar o que seria propriamente uma área de ocupação portuguesa? Qual é o tempo histórico que abrange esta ocupação?

O termo destacado também foi capaz de gerar certa confusão ao longo do tempo, percebemos que durante o trabalho de campo, na atividade de entrevistas com técnicos dos órgãos de preservação, ao serem questionados sobre em que se baseou a delimitação da área do CHB, com exceção de um entrevistado, os demais afirmaram que esta se baseava “na área de herança colonial portuguesa”, alguns até ressaltaram “de arquitetura colonial portuguesa”. Emergida a questão da “paisagem colonial” com as entrevistas, esta serviu como primeiro indício para procurarmos o texto da lei orgânica que definia tal feição a ser preservada para o Centro Histórico.

A partir disto encontramos o número de leis e decretos municipais, e os trabalhos desenvolvidos a nível federal, aqui exposto, os quais nos levaram a

⁶² Fonseca (2005) ao discorrer sobre as críticas sofridas pelo IPHAN a partir dos anos 70, revela que estas não se limitavam às carências operacionais pela qual passava a instituição, mas agregaram-se a estas, solicitações por parte de setores modernos e nacionalistas do governo, a necessidade em se “[...] atualizar a própria composição do patrimônio, considerada limitada a uma vertente formadora da nacionalidade, a luso-brasileira, a determinados períodos da históricos, e elitista na seleção e no trato dos bens culturais, praticamente excluindo as manifestações culturais recentes, a partir da segunda metade do século XIX, e também a cultura popular” (FONSECA, 2005, p.143).

interpretar que houve uma ressonância ao longo do tempo no que se refere ao espírito colonial pretendido na Lei Municipal nº 6.307 de 1967, assim como também podendo ter sofrido a influência da questão dos tombamentos a nível nacional do período inicial do IPHAN, onde se ressaltava o caráter colonial das edificações a serem resguardadas⁶³. Tais fatos chegam atualmente ao meio técnico, de forma equivocada, a lei em vigor que tombou o CHB, não faz referência ao período colonial, nem tão pouco à arquitetura desenvolvida em Belém durante o Brasil colônia, porém faz referência à área de ocupação portuguesa, embora tenhamos feitos as devidas ressalvas quanto ao termo⁶⁴, o termo usado pouco implica em uma área marcada pela arquitetura colonial portuguesa. A lei do tombamento, embora deixe em aberto às interpretações que tangem essa “colonialidade”, pela ressonância acaba criando um lugar de memória, cristalizando determinado período no imaginário das pessoas. Período este onde o conjunto os imóveis, no momento do tombamento e no cadastro das edificações, não correspondiam a um número significativo que determinasse uma linguagem arquitetônica colonial, mas e sim uma linguagem arquitetônica do final do século XIX e início do século XX, denominada eclética.

Esta área do CHB foi regulamentada pela lei que ficou conhecida como “Lei do Patrimônio”, a Lei Ordinária nº. 7.709 de 1994 que dispõe sobre a “Preservação e Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural do Município de Belém”. A lei define como “Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural”, os bens materiais e imateriais tomados individualmente ou em conjunto, sendo estes relacionados à identidade, à memória e à ação dos grupos formadores da sociedade paraense. Detalhadamente este conjunto é elencado da seguinte maneira: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, arquitetônico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, inerentes às reminiscências da formação de nossa história cultural, dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana (BELÉM, 1994).

⁶³ Quanto à questão da influência do discurso do IPHAN no que tange o “espírito colonial”, apenas deixamos a hipótese levantada para ser aprofundada em outro momento em uma pesquisa futura.

⁶⁴ O termo “ocupação portuguesa” usado pela Lei Orgânica do Município de Belém em 1990 pode ser analisado

Como podemos perceber, a lei n°. 7.709 prevê o resguardo de bens significativos da cultura local, abrangendo não apenas à questão material, mas também imaterial. Expostos de maneira dicotomizada, serão inscritos em um dos quatro Livros de Tombo ou Registro de Bens Culturais: Livro de Tombo de Bens Naturais; Livro de Tombo de Bens Arqueológicos e Antropológicos; Livro de Tombo de Bens Imóveis de Valor Histórico, Arquitetônico e Urbanístico (urbanos, rurais e paisagísticos como obras, edifícios, conjuntos e sítios urbanos e rurais); Livro de Tombo de Bens Móveis e Integrados de Valor Histórico, Artístico, Folclórico, Iconográfico, Toponímico, Etnográfico.

A legislação também coloca que os bens tombados não podem ser demolidos, destruídos, desmontados ou multilados. Se tratando de imóveis tombados e de sua área de entorno, qualquer projeto ou serviço de reparo deve ser analisado pela FUMBEL e pela Secretaria Municipal de Urbanismo. No trato do “entorno, ambiência ou vizinhança” dos bens, destacamos que a lei coloca que não é permitida qualquer intervenção que “interfira na estabilidade, ambiência e/ou visibilidade”, devendo-se manter a “unidade arquitetônica e paisagística” dos mesmos. É importante salientar que embora citadas a “unidade arquitetônica e paisagística” e a “ambiência”, o texto da lei não se propõe a defini-las, este fato atualmente gera outro posicionamento curioso, que pôde ser verificado através de entrevistas, dentro do grupo de técnico dos órgãos preservacionistas.

Observamos que quando questionados sobre o que seria, ou o que se entendia por “manter a ambiência”, houve uma unanimidade entre as respostas, as quais recaíram apenas sobre os aspectos materiais das edificações que compõe o CHB, como por exemplo, na volumetria. Esta questão de gabarito é recorrente nos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos pelo IPHAN, aqui analisados, onde é evidente o empenho deste, na não interferência da ambiência do bem tombado por meio das alturas que se elevavam nas adjacências do mesmo. E aqui entra um questionamento: como apenas a questão volumétrica seria capaz de “congelar” uma ambiência? (o empenho deveria ser feito com outros elementos).

Voltando para análise da lei, esta vai dispor regras para intervenções no Centro Histórico de Belém e seu entorno⁶⁵. Como o CHB é tombado em conjunto, todos seus imóveis se inserem neste, assim a legislação previu classificações e os

⁶⁵ O entorno do CHB foi delimitado pelo Plano Diretor do Município de Belém de 1993.

tipos de intervenções para estes em cinco categorias: preservação arquitetônica integral – “intervenção destinada à preservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas internas e externas [...]” (BELÉM, 1994); preservação arquitetônica parcial – “intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas [...]” (BELÉM, 1994); imóveis de reconstituição arquitetônica – “intervenção destinada à recuperação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas que anteriormente compunham a fachada e cobertura na época da construção do imóvel [...]” (BELÉM, 1994); imóveis de acompanhamento – “intervenção destinada à conservação da fachada externa e da cobertura do imóvel que embora não tenha características arquitetônicas de interesse à preservação não interfere substancialmente na paisagem devendo manter-se a harmonia volumétrica [...]” (BELÉM, 1994); imóveis de renovação – “intervenção destinada à construção de nova edificação e ou substituição de uma edificação que não tem interesse à preservação [...]” (BELÉM, 1994).

Para estes imóveis de renovação⁶⁶ que o trabalho se volta. O Interesse por estes espaços que seriam uma espécie de lacuna na composição do tecido do Centro Histórico de Belém são interpretadas aqui como pontos de “respiração” do tecido tombado, onde a dinâmica de transformação da cidade é capaz de emergir em uma forma mais explícita, sobre o mínimo de amarras, instiga a investigação a fim de se saber qual o valor que estes imóveis têm dentro de um conjunto tombado.

⁶⁶ As intervenções ou novas construções nos imóveis de renovação, que estão dentro da área da Cidade Velha, devem obedecer as seguintes regras, segundo a Lei 7.709: para habitação de uso unifamiliar – que também pode compor com comércio e serviço – deve-se respeitar o gabarito máximo de sete metros, não é permitido o afastamento frontal, sendo o lateral livre após 6 metros da testada do lote, com índice de ocupação máxima de 0,75 e permeabilidade 0,15; para o comércio e o serviço de pequeno porte - que não permite compor com o uso habitacional – deve-se respeitar o gabarito máximo de 7 metros, não é permitido o afastamento frontal, sendo lateral livre após 6 metros da testada do lote, com índice de ocupação de 0,70 e permeabilidade livre; para o serviço de pequeno porte, a testada do lote deve ser mínima de 5 metros e gabarito máximo de 7m, não sendo permitido o afastamento frontal, sendo o lateral igual aos citados anteriormente, como índice de ocupação de 0,7 e permeabilidade 0,20; para o uso industrial de pequeno porte – que também pode compor com comércio e serviço, e quando a indústria for artesanal podendo compor como uso habitacional – a altura máxima deve ser de 7 metros, com testada mínima de 8 metros e afastamentos frontal e lateral aos demais, índice de ocupação de 0,7 e permeabilidade 0,20.

2.3.4 Percorrendo o inventário

O campo, a Rua Dr. Assis, com aproximadamente 393 anos, guarda em seu traçado a transformação dinâmica da cidade, indícios de uma paisagem colonial, de uma paisagem “da Belle Époque” que se contrapõe a paisagem moderna e contemporânea as quais soam não pertencer a então paisagem da Cidade Velha. Diante de alguns olhares, a construção deste bairro possui um início, um meio e um fim. No imaginário coletivo há uma paisagem estanque à transformação, repleta de materiais, formas e volumes que atribuem a este “período de construção” do bairro, uma identidade. Identidade coletiva, possivelmente pretendida em 1990 quando se tomba o Centro Histórico de “ocupação portuguesa”, voltando-se às eras míticas as quais são reiterada no inventário de bens imóveis de interesse à preservação realizado entre 1992 a 1994, quando na ficha cadastral para preenchimento quanto ao “estilo” arquitetônico apresenta apenas três opções: predomínio neoclássico, eclético e proto moderno⁶⁷.

Esta paisagem de um bairro que apresenta o predomínio de duas linguagens arquitetônicas históricas se perpetua na voz de arquitetos técnicos do patrimônio, que acabam por caracterizar o tombamento como um lugar de memória. A atitude gera alguns reflexos dentro deste lugar, um deles é o fechar dos olhos ao tratamento de determinadas particularidades que suscitam a vida do espaço e sua transformação, assim como a não incorporação destas particularidades em discussões dentro dos órgãos preservacionistas para gerar ações efetivas ao tratamento das renovações e outras demandas que gritam a Cidade Velha.

Partimos então para a caracterização do conjunto de imóveis gerada pela Lei do Patrimônio, nº 7.709 de 1994 que classificará os imóveis do conjunto em categorias, como colocado anteriormente, e deixará a configuração da Rua Dr. Assis de acordo com o mapa da figura 43. Com o total de 106 imóveis, apenas 3 na categoria de preservação arquitetônica integral, – também tombadas pelo IPHAN (Fig. 44), (Fig. 45) e (Fig.46) – 23 com preservação arquitetônica parcial (Fig.47), 4 reconstituição (Fig.48), 74 renovação (Fig. 49) e 2 não edificadas.

⁶⁷ Nas fichas levantadas na FUMBEL durante a pesquisa, não foi encontrado imóvel com a caracterização proto moderno “original” e classificação “preservação arquitetônica integral”.

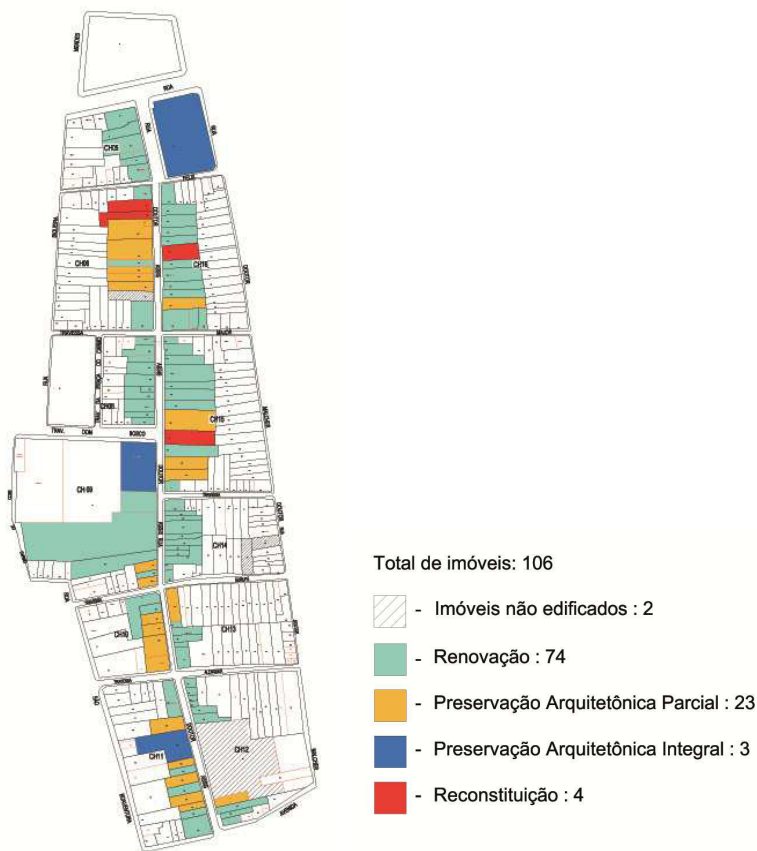


Figura 43: Mapa de categorias de preservação elaborado a partir das fichas do inventário da FUMBEL entre os anos de 1992 a 1994.
 Fonte: CODEM, modificado pelo autor, 2012.

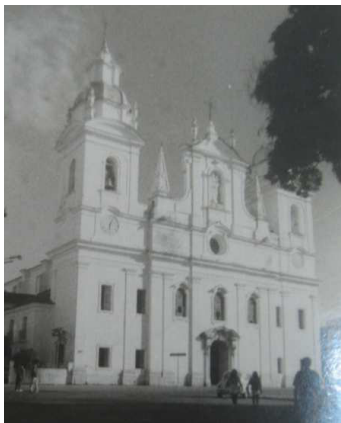


Figura 44: Catedral da Sé, localizada no início da Dr. Assis, faz parte dos primeiros imóveis tombados nos anos 40 pelo SPHAN no estado. Recebe a classificação de “preservação integral” em 1994 pelo município.
 Foto: FUMBEL, 1994.



Figura 45: Edificação conhecida como “Palácio Velho”, tombada pelo SPHAN em 1944 e pelo município em 1990, recebendo a classificação de “preservação integral” em 1994.
 Foto: FUMBEL, 1994.



Figura 46: “Palacete Pinho” exemplar da Belle Époque, marcado pela arquitetura eclética, foi tombado em 1986 pelo SPHAN. Foge á época áurea dos primeiros tombamentos da instituição federal, como os dois exemplares anteriores. A edificação foi tombada pelo município em 1990, recebendo a classificação de “preservação integral” em 1994.

Foto: acervo fotográfico Fórum Landi, s.d.



Figura 47: Imóvel com linguagem arquitetônica eclética, marcado pela acentuada verticalidade dos vãos, e pela elevação do porão baixo. Classificado pelo inventário municipal como “preservação parcial”.

Foto: FUMBEL, 1994.



Figura 48: Sobrado com características da linguagem neoclássica, com os vãos do pavimento inferior modificados. Classificado pelo município como “reconstituição arquitetônica”.

Foto: FUMBEL, 1994.



Figura 49: Sobrado classificado como imóvel de renovação pelo inventário do município. Percebe-se na leitura da fachada características pós-eclética, tendendo ao art-deco, intervenção típica dos anos 40. Embora tal importância estética e histórica desta arquitetura, a mesma, segundo a legislação, pode ser totalmente modificada.

Foto: acervo Fórum Landi, 2006.

O fato do inventário não ter conseguido atingir o interior das edificações, como relatado pelo técnico anteriormente, poderia ter havido uma ressalva na categoria de preservação arquitetônica parcial, prevendo posteriormente o acesso aos mesmos para uma análise mais criteriosa de seus interiores. Não apenas esta categoria, como também a de reconstituição e a de renovação, pois hoje percorrendo alguns imóveis dentro do bairro da Cidade Velha, ainda é possível a leitura clara de plantas.

A análise das fichas do inventário nos sugere pontos importantes para reflexão quanto as categorização de imóveis. Constatou-se que os olhares, naquele momento, se voltaram para duas linguagens arquitetônicas: “predomínio neoclássico” e eclético, como colocado anteriormente, embora alguns exemplares dentro do conjunto sejam marcados por traços das linguagens art-deco e moderna, ou seja, manifestações arquitetônicas que “carregam o ar” do processo de modernização da cidade dos anos 40, 50, 60 e 70.

Numericamente, aqueles imóveis de interesse á preservação ficaram classificados quanto à linguagem arquitetônica da seguinte maneira: 10 com predomínio Neoclássico; 17 ecléticos; 2 ficha não marcadas e 1 sem ficha⁶⁸.

O olhar é fechado apenas a três categorias, colonial, imperial e eclético: linguagens arquitetônicas atribuídas a “ocupação portuguesa”. Abre-se o parêntese aqui, para uma questão tratada no primeiro capítulo, que diz respeito à criação de lugares de memória conceito definido por Nora (1993), conceito este que dá base para compreendermos a fixação de imóveis, de uma imagem no tecido do bairro da Cidade Velha.

O autor considera que os espaços de memória são consolidados a partir de uma atribuição de valor que cristaliza estes lugares para serem lembrados de forma estática, e imediata. Nora (1993) expõe que estes, são “[...] marcos testemunhos de outra era, das ilusões de eternidade [...] (NORA, 1993, p.16)”, apontando o aspecto nostálgico delegado a tais lugares. A rua Dr. Assis está resguardada do processo de aceleração do tempo, fenômeno inerente à sociedade contemporânea, através do tombamento de 1990 e da Lei 7.709 de 1994, responsável pela preservação e proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural do município de Belém.

⁶⁸ Quanto à classificação dos “estilos”, percebemos que em alguns momentos há incoerência no enquadramento de determinados imóveis a estas linguagens.

Assim compreende-se que a ação de tombar um bem, impondo um o valor de um grupo cultural, congela o mesmo frente à dinâmica da transformação da cidade, freando-o à perda e aos acréscimos de demais valores culturais. Cristaliza-se na memória aquele espaço como artefato da ocupação portuguesa, criando-se uma paisagem, definindo-se um imaginário que se perpetua ao longo do tempo, das mais variadas formas, como por exemplo, induzindo um olhar para salvaguarda de determinada linguagem arquitetônica, definindo uma temporalidade de construção do bairro, como veremos mais adiante, se consolidando no sentimento dos moradores como “um pedaço de Portugal” (Fig.50), ou ainda reafirmando o luso através de uma política pública de requalificação urbana denominada de “Complexo Feliz Lusitânia” – Feliz Lusitânia foi o nome atribuído pelos colonizadores portugueses ao núcleo inicial de Belém, compreendido pelo Forte do Presépio e a ermida de Nossa Senhora das Graças (MIRANDA, 2006).



Figura 50: recorte do Jornal Diário do Pará, dentro de uma matéria a qual tratava sobre a aprovação de um projeto de lei que propõe a alteração do gabarito de uma área dentro do entorno do Centro Histórico de Belém. Destaca-se a fala de um morador do Bairro da Cidade Velha, que segundo ele aquela área é um pedaço de Portugal. Fonte: COMO..., 2012.

Outro ponto interessante destacado na ficha do inventário diz respeito aos valores de preservação atribuídos aos bens, veremos elencados nove atributos a serem considerados ao imóvel (Arquitetônico, Histórico, Tradicional e/ou evocativo, Ambiental, Risco de Desaparecimento, Uso Atual, Acessibilidade com vistas à reciclagem, Conservação e Antiguidade). Tal valoração é um reflexo de alguns fatores, como por exemplo, a documentação internacional e nacional produzida

pelas organizações preservacionistas; a mudança nas políticas de preservação a partir dos anos 80, que passam a ter um novo sentido em virtude do momento histórico do país e da trajetória desta política. Assim as velhas dicotomias que marcaram as primeiras décadas da preservação patrimonial, tais como arcaico x moderno, criatividade x técnica, popular x erudito, entre outras, foram redimensionadas ou mesmo tenderam a uma diluição. Fonseca (2005) coloca que o pensamento de Aloísio Magalhães distenderá o entendimento de patrimônio, que passa a considerar valores que vão além da materialidade do bem, incorporando a perspectiva utilitária e simbólica, e que cada vez mais se tentará dentro da instituição IPHAN/Pró-Memória agregar tal conceito. Em virtude da existência das diretorias regionais as discussões “centrais” se propagavam pelo país.

No SPHAN do Pará a partir dos trabalhos desenvolvidos pelo corpo técnico, desde os anos 80 se tem a introdução de novos valores que visavam a serem resguardados, termos recorrentes nos estudos feitos pelo órgão destacavam a ambiência, a paisagem, o entorno, entre outros, adjetivos que vinham agregados ao imóvel ou ao conjunto que se propunham os estudos - embora o foco ainda seja direcionado aos valores de excepcionalidade, histórico e arquitetônico-estético. A cooperação Pró-Memória-FUMBEL na elaboração do inventário, fez com que tais abordagens fossem inseridas na atribuição de valores dos bens imóveis no cadastro do município. Neste momento é importante interpretarmos estes valores sobre dois aspectos: na fala do narrador (o técnico) e na atribuição dos mesmos nas fichas referentes aos imóveis da Rua Dr. Assis.

Na entrevista, A. tais valores como “critério” e “relevância”:

[...] Outra coisa, não é só a relevância arquitetônica que seria o critério de nós termos feito esse inventário, obviamente, tem o critério histórico, mas ai se confunde muito porque geralmente os prédios históricos do século XIX e século XVIII principalmente, obviamente estão relacionados a alguns eventos históricos, está entendendo? Então automaticamente eles são históricos, são de relevância histórica, melhor dizendo, e de relevância arquitetônica também. Não lembro agora, mas pode haver casos em que

prédios seja apenas de relevância histórica e não arquitetônica, pode haver esse caso também e vice-versa obviamente.

De acordo com a fala, a atribuição de valores no exemplo dado relaciona “relevância histórica” a evento, a fato histórico enquanto que a “relevância arquitetônica” está ligada a excepcionalidade da linguagem arquitetônica do imóvel, no caso colonial, imperial e eclética, e não a singularidade de um exemplar arquitetônico destas linguagens.

Quanto aos valores de preservação do inventário, ao todo estão catalogados trinta imóveis com interesse ao resguardo, dentro das categorias de classificação: preservação arquitetônica integral, preservação arquitetônica parcial e reconstituição. Todos os imóveis apresentam o valor de preservação arquitetônico e ambiental; apenas a Igreja da Sé apresenta além do arquitetônico e ambiental os valores histórico, tradicional, evocativo e de conservação; o Palácio Velho, além do arquitetônico e ambiental apresenta o histórico e de conservação; o Palacete Pinho, além do arquitetônico e ambiental também é classificado como histórico.

Percebemos que os imóveis que haviam sido anteriormente inventariados e tombados pelo IPHAN apresentam além dos valores comuns aos demais, o valor de conservação, com exceção do Palacete Pinho, edificação que fora tombada a nível federal aproximadamente 40 anos depois das duas anteriores. A Igreja da Sé por sua vez, que se destaca por ser uma edificação monumental e emblemática para cidade, uma vez que é desta que ocorre a saída da festividade do Círio de Nazaré, recebe a maior valoração. Aqui retomamos a fala de A., no início deste capítulo, quando o mesmo afirma que os imóveis os quais tiveram um olhar mais cuidadoso foram aqueles que haviam sido tombados na instância federal, notamos assim, que embora o tombamento tenha sido em conjunto, houve esta diferenciação, confirmando também a fala de C., ao ter colocado que mesmo com as diretrizes da Carta de Veneza, à arquitetura mais simples faltou o aprimoramento no resguardo.

Capítulo III – REMINISCÊNCIAS

3.1 REMINISCÊNCIAS EDIFICADAS: OS INDÍCIOS DE UM PASSADO

“Cegos para luz, eles vêem o invisível”.

(VERNANT, 1990, p. 109)

A frase citada de Vernant (1990) trata sobre os aspectos míticos da memória e se refere às figuras da idade arcaica, o aedo e o adivinho. O primeiro, possuído pelas Musas se torna o interprete de Mnemosyne, a deusa memória, e se volta ao passado, “A História que canta Mnemosyne é um deciframento do invisível, uma geografia do sobrenatural” (VERNANT, 1990, p.133). O adivinho inspirado por Apolo responde ao futuro, ambos têm em comum a vidência. O poeta, por sua vez, tem o poder de estar presente no passado e ao fazer, volta-se à idade heroica, ao tempo original, e assim pode narrar. O ato de rememorar o faz esquecer os males do tempo presente, à memória associa-se o esquecimento. Esta é a síntese de uma das imagens de memória da aurora da civilização grega ligada às confrarias de aedos, colocada pelo autor. Embora esta forma de conhecimento do passado não seja preciso, devido à falta de uma cronologia e da ordenação do tempo da memória arcaica, atualmente pode-se fazer uma associação entre os antigos poetas e as pessoas que narram hoje seu passado individual, as quais se voltam a agir como os aedos, sobre a inspiração de algo, que os coloca em contato com o passado.

A última fase de incursão ao campo me colocou em contato direto com esses narradores do passado. A forma de abordagem dada no primeiro contato com o nativo, relatada no primeiro capítulo, foi capaz de fazer emergir uma visão particular voltada para a ação preservacionista no local, embora o direcionamento da conversa não tenha abordado tal assunto. A partir deste resultado, a aproximação aos agentes sociais foi dada de outra maneira, passei a não ir a campo com a prancheta, utilizei para a coleta dos depoimentos apenas a caderneta de anotações, o gravador e a máquina digital. Ao todo foram realizadas treze entrevistas, sendo doze com moradores e comerciantes – donos e locatários – da Rua Dr. Assis, e uma com a presidente da associação do Bairro da Cidade Velha. Deste montante relativo aos pertencentes à via, oito depoimentos se mostraram significativos para o trabalho, os

quais seis são com ocupantes de imóveis de renovação e dois com imóveis com interesse à preservação – preservação arquitetônica parcial.

A partir das fontes orais, surgem as imagens de uma cidade que vagueia na memória de seus habitantes à espera de um estímulo externo para que se edifiquem. Alia-se à rememoração do passado, a busca da documentação nos acervos de órgãos como IPHAN, FUMBEL, SECULT, Secretaria Municipal de Finanças (SEFIN) e CREA-PA, além dos acervos particulares, os quais nos auxiliam a adentrar nos contextos narrados.

3.1.1 Os Narradores do Passado

Apenas em uma entrevista eu contava previamente com o contato do morador, em virtude de se tratar da família de uma pessoa que pertencia a minha rede particular de relação. Desta maneira a busca por pessoas que poderiam me dar depoimentos, foi feita pela incursão na rua para marcar previamente as entrevistas, e mais fui surpreendida pela receptividade das pessoas, com exceção de duas, em me conceder a entrevista no ato de minha apresentação.

Para que os entrevistados se sentissem mais à vontade em comparação às primeiras entrevistas, fiz com que os relatos desses fossem pautados em suas memórias mais longínquas em relação à via, ao morar ou ao ter um comércio naquele local, se baseassem na comparação entre as paisagens de outrora e a atual. Minha intenção foi a de me “despir” o máximo da indumentária de pesquisadora, para que a conversa pudesse fluir sem o temor “Do Patrimônio”. Segundo Fernandes (2005)

o entrevistador/pesquisador deve: demonstrar interesse e simpatia pela história e pela opinião do narrador, considerando que a narrativa é uma versão possível e plausível; ouvir mais do que falar, pois o entrevistado é o outro; não ser intransigente em relação às situações inusitadas; conhecer previamente a unidade a ser pesquisada, inclusive minimamente sendo sabedor dos termos, hábitos e costumes dessa realidade (Fernandes, 2005, p.160).

A primeira entrevista desta etapa foi feita com um casal de senhores com aproximadamente 70 anos de idade, A.M.V.M. e J.C.M., contando com a participação de um dos filhos, J.M.N. Em uma manhã de domingo, extremamente

quente, adentrei a casa desta família; uma grade alta fazia a limitação entre o espaço público e o privado, aquele afastamento frontal demonstrava que se tratava de uma edificação que não se enquadrava às regras de assentamento de casas no lote típicos dos primeiros séculos de ocupação portuguesa. Colocamos-nos à sala para o início da conversa, perguntei qual era a primeira lembrança que surgia quando se falava na Rua Dr. Assis, ou na Cidade Velha. Dona A.M.V.M. fez uma pausa, e respondeu veemente:

A primeira coisa que eu me lembro é o Círio de Nazaré⁶⁹

Dona A.M.V.M., contou que morava naquela residência há 50 anos aproximadamente, enquanto que o senhor J.C.M relatou que quando criança morou em uma casa em frente a esta que moram atualmente, e que nesta época, seu pai estava construindo a atual casa, e a anterior tinha o modelo “antigo”, assim como as casas ao lado. O senhor J.C.M se mostrou muito afetuoso com Bairro da Cidade Velha, lembrou que sua família tinha uma fábrica de sapatos na Rua 13 de Maio, no Bairro da Campina, onde hoje funciona o bondinho. Segundo ele, esta fábrica veio a se alojar na Dr. Assis, pois ficava mais próxima a casa onde sua família morava, e facilitava a vida de sua mãe que tinha que ficar próxima aos filhos.

Miranda (2006), ao trabalhar com o Bairro da Cidade Velha, utilizando o método etnográfico para pesquisa, também se aproxima dos moradores da área a partir de entrevistas. É interessante destacar como as narrativas se cruzam, afirmando, complementando ou negando os fatos. Destacaremos ao longo deste capítulo alguns desses pontos. Como por exemplo, Miranda (2006) ao entrevistar dona O.B., moradora da Rua Dr. Assis, conta:

[...] Quando se mudou para a Cidade Velha, uma das poucas casas modernas era a casa ao lado, da família proprietária da Fábrica de Calçados M.. Conta que houve um tempo em que não havia preocupação alguma com a preservação, reclama que não deveriam ter permitido demolir uma casa em frente a sua para fazer um armazém de ferragens (MIRANDA, 2006, p.136).

No excerto, dona O., ao chegar à Rua Dr. Assis nos anos 50, narra que o único imóvel com configurações modernas pertencia justamente à família do casal

⁶⁹ Entrevista concedida em 15 de novembro de 2011.

entrevistado. Outro ponto diz respeito a sua lamentação pela perda da edificação à frente de sua casa, referenciada no primeiro capítulo, o armazém de ferragens pertencente ao senhor J.M. - confirmando a fala do mesmo - que realmente se tratava de um imóvel com feição antiga. Porém ao seu desaparecimento tira a passividade colocada pelo senhor J.M, quando afirmou naquele momento que a casa havia caído, ao olhar de D. O., ele fora demolido.

O senhor J.C.M. continuou relatando a trajetória da edificação revelando que no início dos anos 90 eles fizeram a modificação, colocando o muro com a grade e fizeram a cobertura em telha que se encontra atualmente. Essas modificações foram necessárias em virtude da falta de espaço para estacionar o carro em frente a casa, pois mais de uma vez os ônibus que passam constantemente na estreita rua, levaram parte do carro. Somou também a questão da falta de segurança no bairro.

A conversa prossegue sem muitas intervenções de minha parte, os três membros da família em determinados momentos trocam informações entre si para poder “reconstituir” com maior fidelidade aquele passado.

Solicitei para que falassem um pouco do morar na rua e o senhor comenta:

[...] antigamente as pessoas eram mais amigas umas das outras, vivíamos na rua... [pausa] Hoje, não existe mais isso. As pessoas sentavam na porta de suas casas, e hoje elas têm medo até de deixar os filhos na porta para ir embora.

Estes dois problemas apontados pelos membros da família é recorrente também na opinião de outros moradores do bairro. Os ônibus, novos “donos” da rua, juntamente com o aumento da violência aliado a carência de segurança pública no bairro, contribuem para as modificações das casas da Cidade Velha, que assim justificam o acréscimo do muro e das grades.

O senhor **José**, com um tom saudosista iniciou suas reminiscências de como era a vida “antigamente” naquele local, relatou alguns lugares onde as pessoas costumavam se reunir como o Yara Bar, a Praça do Carmo e o ‘Garagem’ – um outro bar localizado na Travessa Joaquim Távora. As lembranças partiram para sua infância, quando criança costumava pegar pipa no rio de barquinho, remando, pois tinha um amigo que morava em uma casa “que o fundo dava para o rio”.

Ao narrar os bons costumes que havia na Cidade Velha “antiga”, contrastou com a nova paisagem destacando os pontos negativos:

**[...] antes não havia 'essas pessoas' [ênfase] todas ao lado do Carmo...
[pausa] dava para ver o rio.**

O casal narrou junto, o início da ocupação desta área lateral a Igreja do Carmo:

[...] havia pessoas boas, que eram os migrantes de Igarapé-mirim, mas com o passar do tempo foi mudando, hoje tem muita gente ruim, maldosa.

Valente (2006), ao realizar o “Levantamento Social e Comunitário do bairro da Cidade Velha” para o Projeto Landi Cidade Viva, mapeou os principais problemas sociais do bairro da Cidade Velha. A área anteriormente referida pelo casal, o Beco do Carmo, foi considerada como síntese da problemática social urbana. Segundo o relatório:

É um lugar que expressa as diversas contradições urbanas, apresentando as mais variadas expressões da questão social: inadequação da moradia, baixos índices de escolaridade, prostituição infantil, baixíssimo poder aquisitivo, tráfico de drogas, ausência de esgotamento sanitário, dentre outros (VALENTE, 2006, p.11).

O casal seguiu reclamando mais uma vez da violência, dizendo que os assaltos acontecem com mais frequência pelo turno da noite e que presenciaram assaltos em frente a sua casa. Também fizeram críticas quanto aos novos usos de bares no entorno da Praça do Carmo, uma vez que são responsáveis pelo aumento do fluxo de carros assim como as algazaras noturnas.

Pedi para que eles falassem um pouco sobre quais eram os tipos de comércio na rua, se havia mudado muito. Ambos relataram que “antigamente” havia mais residências, mas também alguns comércios os quais praticamente eram dominados pela família MA.. Ao falarem desta família, destacam que eles sempre foram voltados para ferragens, motores, devido à vida portuária. Quanto aos gêneros

alimentícios as compras eram feitas no Porto do Sal, e na feira do Ver-o-Peso, costumes que perduram até os dias de hoje.

O filho do casal, J.M.N., com 45 anos de idade, também contribuiu com seu relato sobre a casa e a vivência na Rua Dr. Assis, onde morou com os pais por um longo tempo. Disse que, quando criança, estudou no Colégio do Carmo, que se localiza a poucos passos da casa de seus pais:

[...]Então era uma molecada aqui, e a molecada ficava na praça, esperando abrir o colégio [...] ficava cheio de gente nessa rua [apontou para a Dr. Assis]. [...] era muito bom esse Yara Bar [...] Aí depois veio a fase de frequentar aquele bar, o Garagem, ali na Joaquim Távora, daí já foi uma outra época, na época que a gente já saía. [...] Era o ponto de encontro[...]⁷⁰

Pedi que me falasse de alguma lembrança das casas alí do entorno, como o Palácio Velho. O mesmo disse que neste local funcionava o teatro do Colégio do Carmo, mas que naquela época ele não atentava muito para as casas, algumas casas antigas do local ficavam fechadas, e que talvez a falta de movimentação de pessoas contribuísse para não chamar sua atenção. J.M.N., é arquiteto, e fez o projeto de reforma dos anos 90, relatado por seu pai, e sobre a casa conta:

E essa casa aqui, foi um sonho eu vim morar para cá, eu morava numa casa muito menor, mais moderna, e vim para uma casa mais antiga, mas também com uma estrutura muito melhor, [...] era um sonho esse piso, eu achava lindo, então eu acho que ajudou um pouco a ter essa noção..[pausa] essa consciência quando eu [...] consegui preservar [...] Porque a ideia dele [do pai] era trocar todo o piso. [...] e eu gostava, eu achava bonito. [...]

O mesmo lamentou a reforma que teve que fazer na casa:

⁷⁰ Entrevista concedida em 15 de novembro de 2011

Pois é a questão aqui foi uma necessidade terrível, que tinha que mudar, foi uma pena, mas... [pausa] ou a gente se mudava daqui ou a gente tinha que fazer isso.

Acrescentou sua opinião quanto às pessoas que ainda continuam querendo reformar as casas as quais mantêm sua feição antiga:

Acho que quem quer morar em um lugar novo, procura um terreno vazio e constrói algo novo, procurar uma casa, comprar uma casa antiga e querer mudar, eu acho que não faz sentido. Eu penso assim, as vezes eu faço essa crítica com o pessoal que compra e depois vai querer mudar, [...] Então não vem procurar aqui [...]

O arquiteto me mostrou os ambientes da casa, os quais, segundo ele, a estrutura da planta foi pouco alterada. A edificação se inicia pela varanda, seguindo por uma sala e o hall onde repousa uma escada torcida em madeira, que dá acesso ao segundo pavimento. Ainda no primeiro, à sala de jantar segue o corredor lateral, com as alcovas, e terminando a planta com a cozinha e um banheiro, nesta parte final houve reformas que desconfiguraram parte do projeto. O pavimento superior apresenta um hall que dá acesso à varanda, aos dois quartos e ao banheiro.

J.M.N. forneceu fotos da casa nos anos 60, assim como a planta do projeto arquitetônico, da primeira reforma (Fig. 51), (Fig. 52) e (Fig. 53). O projeto da casa é datado de 1947 e assinado pelo arquiteto construtor licenciado Antonio da Rocha Braga. Este, que realiza um projeto inovador para dentro da área da Cidade Velha, deslocando a casa do alinhamento frontal do lote, criando uma mureta e a área para ajardinamento. Sua fachada traz uma mistura de elementos da composição estética de duas tendências arquitetônicas modernizadoras deste período na cidade, o portal em arco na entrada da varanda, usual do neocolonial, e as marcações geometrizadas dos ornamentos verticalizados expressam a inclinação às características da arquitetura art-deco. A planta baixa do pavimento inferior, os

ambientes ainda encontram-se distribuídos aos moldes dos padrões arquitetônicos anteriores⁷¹.

A casa é um exemplar da arquitetura residencial que estava disposta a quebrar com a paisagem da cidade eclética, assim como outras manifestações arquitetônicas propagadas na época pelas mãos dos engenheiros, arquitetos e mestres de obra.

Percebemos que hoje este imóvel de renovação, sem interesse à preservação, guarda ainda em sua fachada os traços de uma arquitetura que marcou as primeiras décadas no século XX na cidade de Belém. O método de pesquisa adotado neste trabalho foi capaz de trazer à tona, a partir do contato com o morador, o nativo, estes documentos importantes para a investigação da história da

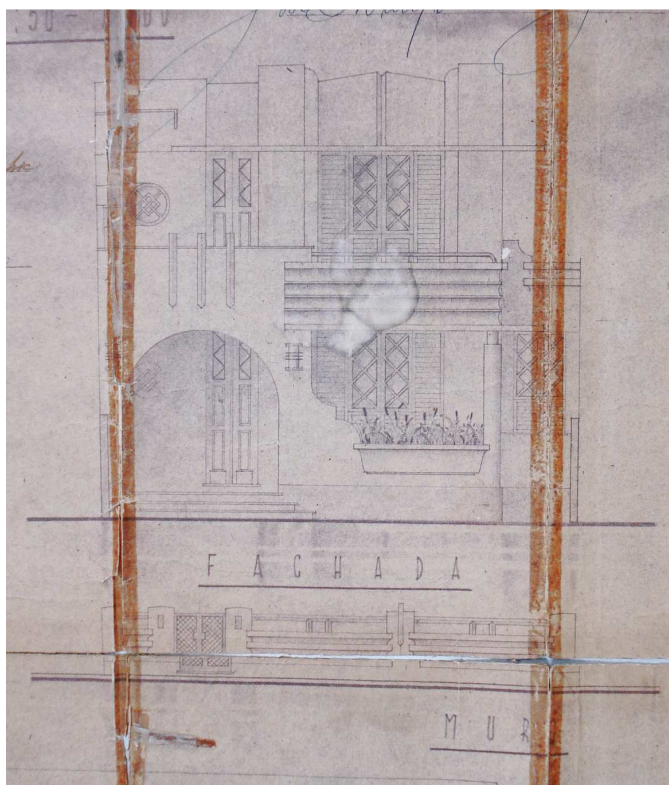


Figura 51: fachada e muro da casa da família M., aprovado para execução pela Prefeitura Municipal de Belém em 1947. Projeto do arquiteto construtor Antonio da Rocha Braga.

Fonte: acervo da família M., 2012.

⁷¹ Para Blanco e Campos Neto (2003), esta arquitetura realizada entre as décadas de 1930 e 1950 em Belém, denominada por Art-Deco e racionalismo clássico “[...] conviveram com o ecletismo tardio e o neocolonial antes da afirmação do modernismo [...] Embora ainda se utilizassem de características compositivas acadêmicas, também adiantavam elementos e inovações inerentes à racionalização da construção, dos programas e dos recursos econômicos, induzindo gradualmente a significativas mudanças nas estruturas sociais e espaciais da cidade e de sua arquitetura [...]” (BLANCO; CAMPOS NETO, 2003, sem paginação).

arquitetura regional. Dentre estas fontes, a oralidade foi capaz de delinear a rua em seus aspectos físicos e em suas práticas sociais, assim através da rememoração se edificaram paisagens de outrora, aparentemente apagadas pelo inventário municipal dos anos 90.



Figura 52: Foto da residência nos anos 60. Destaque para execução do projeto de 1947, ainda permanecia o mesmo.
Foto: acervo da família M., 2012.



Figura 53: foto atual da fachada, com os acréscimos feitos na reforma dos anos 90, colocação da cobertura na varanda do pavimento superior, projeção do arco em um volume, revestimento em pastilha de parte do guarda corpo e a elevação do muro e colocação da grade.
Foto: Dinah Tutya, 2012.

A segunda entrevista se iniciou pelo relato do apagamento material de uma unidade do conjunto da Dr. Assis:

[...] minha casa era uma casa antiga, a vizinhança eram casinhas baixas, um dia de manhã eu lembro que a gente acordou e eu vi que faltava alguma coisa na paisagem, uma casa caiu [...] caiu literalmente, ela desabou, uma boa parte dela. Então eu tinha uns 7 anos e tenho a lembrança disso. Você

olhar e sentir que está faltando alguma coisa ali, e depois descobri que uma casa tinha caído⁷².

A imagem desta clareira surgida em meio ao tecido amarronzado das telhas de barro enegrecidas pelo tempo, um espaço, ou mais um espaço se abria para dar lugar a uma nova edificação que ali se levantaria. Dona A.L.B., nasceu na Rua Dr. Assis, reside e tem um comércio de artigos religiosos neste logradouro, o qual o pai escolheu para viver, estabelecer negócios e criar seus filhos. A entrevistada conversou comigo em meio ao seu horário de trabalho na loja, que se encontra na primeira quadra, na lateral da Igreja da Sé, quase em frente ao ponto de ônibus que faz esquina à Travessa Felix Roque. A mesma vive no logradouro há 54 anos. Quando solicitei para que ela falasse a primeira lembrança da antiga Dr. Assis, a mesma após um suspiro profundo, respondeu:

[...] um lugar muito tranquilo...

Este desabafo surgiu em meio ao trânsito caótico que se instala naquele perímetro da rua, por volta das onze e meia da manhã durante a semana. Aos ônibus, aos carros de passeio, aos caminhões de carga de abastecimento de materiais para os comércios da rua aliam-se as “vans”, o transporte coletivo alternativo. A conversa com A.L.B. foi interrompida várias vezes em virtude das buzinas constantes, propagadas por estes transportes.

Por menor tempo que seja de permanência neste perímetro, esta característica é capaz de provocar um grau de irritabilidade intensa. Desta forma, a entrevista tomou um tom de desabafo, quanto ao descaso do poder público com o local e seus moradores. O processo de rememoração da paisagem nostálgica e tranquila da rua foi cortado pelo primeiro apitar ensurdecido de buzina.

Olha [aponta o trânsito parado na rua], o que é que acontece hoje em dia, isso virou um inferno! Você está vendo o trânsito?

⁷² Entrevista concedida em 19 de junho de 2012.

A vida contemporânea na Dr. Assis é considerada caótica pelo olhar desta nativa, o trabalho diário em meio a este ambiente faz com que a mesma chegue ao final do dia em sua casa e não consiga escutar um barulho. A senhora revelou ainda que a situação piora em virtude dos portos localizados na Rua Siqueira Mendes, paralela à Dr. Assis, nos horários de chegada e saída das embarcações, de oito e meia da manhã, duas e meia da tarde, sete e meia da noite e por volta das dez e meia ou onze horas da noite que é o horário que sai o último barco.

[...] os barcos chegam, as vans param o trânsito. [...] E os órgãos públicos não tomam nenhuma providência. Não tomam, eu acho interessante, o que é que você ouve de Cidade Velha? Que vão tombar, vai virar isso, vai não sei o que... tá, isso aí é muito interessante, sim! E o resto?

A entrevistada fez uma ressalva muito importante sobre a relação das políticas públicas voltadas às questões patrimoniais. A indagação final feita por ela, diz respeito ao discurso vinculado na mídia sobre “tombamento”, o qual tem implicações que atingem apenas a questão material do espaço, ou seja, ao conjunto edificado, enquanto que a qualidade de vida da população local é deixada de lado.

Esta colocação vai contra as atuais discussões referentes à preservação do patrimônio cultural, uma vez que a salvaguarda dos centros históricos é pensada conjuntamente à melhoria da qualidade de vida da população local, ou seja, com base no discurso de sustentabilidade patrimonial das áreas.

Insisti nas perguntas quanto à atuação dos órgãos dentro do bairro e também como eram os diálogos com os moradores. Quando perguntei sobre o tombamento do CHB pelo IPHAN a mesma respondeu com uma pergunta:

Sim, o que é o tombamento? O que que ele vai trazer de benefício para os moradores? O que é isso?

Houve o contato do IPHAN com os moradores?

Não... [pausa] O que que esse tombamento na prática vai trazer? Acho que nem eu, nem ninguém sabe... Pegaram a Cidade Velha onde as ruas, os nomes das ruas eram o que? As rua eram cidades de Portugal, não é isso? Cametá, Vigia, Alenquer, [...] e que também são cidades do nosso interior. Já tem quantas ruas com o nome trocado? A Vigia é a Felix Roque, a Cintra é a Capitão Pedro Albuquerque, a Bragança virou... [pausa] e ai quem fez isso? O poder Público [...]

A observação quanto às trocas dos nomes das ruas do bairro, ecoam nas vozes dos moradores do local. Não era a primeira vez que eu escutava tal reclamação, em situações anteriores, como no levantamento realizado pelo Fórum Landi em 2006, os moradores mais antigos do bairro destacavam essa alteração dos nomes das ruas como algo que não positivo. A mudança dos antigos nomes foi assimilada como se parte da herança portuguesa estivesse sendo retirada, apagada daquele lugar. Quanto à posição da entrevistada em relação ao diálogo com os órgãos de preservação patrimonial, esta mostrou uma postura diferente dos entrevistados na primeira etapa do trabalho, onde havia sido expresso um temor, neste momento, o que a senhora expressa é a falta de credibilidade nas ações dos órgãos quanto ao retorno destas ações à população local.

Dona A.L.B. também comentou sobre o projeto do seu imóvel comercial, relatou que havia comprado aquele local, onde anteriormente situava-se um galpão com telhado em *Brasilit*. Ela havia contratado um arquiteto para projetar a loja, pois queria que ela fosse harmoniosa com o conjunto, porém esbarrou no meio do descompasso entre as exigências dos órgãos públicos, pois ao ter apresentado o projeto que apresentava a fachada com:

[...] quatro portas pequenas acompanhando as janelas de cima, que era aquele estilo antigo [...]

a Secretaria Municipal de Urbanismo obrigou que o projeto tivesse uma garagem, mesmo a proprietária não querendo esta vaga. O IPHAN, por sua vez, não permitia a abertura da garagem, e indicava que aqueles ritmos de aberturas fossem

mantidos. O impasse durou algum tempo, e ela só conseguiu resolver mediante a solução que o superintendente do IPHAN na época havia aconselhado. Que ela colocasse as portas de enrolar e que escrevesse na planta baixa do projeto, no lugar do “salão”, “garagem”. Dona A.L.B., relatou que depois desta alteração, o projeto foi aprovado pela Secretaria Municipal de Urbanismo (SEURB).

[...] nos órgãos há um descompasso total, você quer fazer determinada coisa, é uma burocracia horrorosa, eu acho que tomba literalmente, porque você cansa!



Figura 54: Projeto do comércio, que demandou tempo para aprovação, em virtude do descompasso entre as diretrizes dos órgãos envolvidos.
Foto: Felipe Moreira, 2012.

Curiosamente, a fachada do comércio, indicada pelo IPHAN como a melhor solução para a nova construção, apresenta a mesma fórmula “manter o ritmo de vãos + volumetria”, ainda acrescido de uma platibanda marcada por uma moldura (Fig.54).

A moradora-comerciante continuou seu depoimento elencando os problemas do cotidiano do bairro, outro ponto que dificulta o convívio tange a movimentação de pessoas, veículos e a falta de estacionamento gerados nos finais de semana em virtude do número considerável de bares localizados no entorno de sua residência. Os piores dias segundo A.L.B. são sextas e domingos:

[...] domingo [...] parece que a cidade inteira veio pra cá!

Ela, porém, fez um adendo, afirmando que não é contra as atividades, até mesmo porque é possível ver em outras cidades que possuem Centros Históricos, os mesmos tipos de serviços ali encontrados dando certo. Mas, segundo ela, o poder público que atua em Belém não se faz presente e estas atividades são feitas sem a previsão das consequências que podem gerar a vida da população residente.

Esta entrevista, assim como a anterior, afirmou a importância do contato com o nativo, embora não tendo sido possível resgatar a memória relacionada à antiga paisagem da rua. Porém, informações - muitas vezes eclipsadas pela ausência do contato que levam os órgãos de preservação à população local - surgiram para relembrem este espaço como organismo vivo e complexo, tal qual outros espaços que constituem a cidade. Apreensões como esta são possíveis a partir do ato de vivenciar a cidade, assim, a palavra do habitante “surge” para expor as problemáticas cotidianas do “morar” na Dr. Assis, e também a necessidade dos moradores quanto ao retorno efetivo das políticas de preservação patrimonial no local, que hoje, se resumem à palavra “tombamento”. Estes pontos levantados servem para reflexão do poder público quanto a forma que o mesmo vem gerindo o espaço.

Outro dado interessante também pôde vir à tona, este referente às diretrizes projetivas de composição de fachada para a viabilização da aprovação dos projetos nos órgãos. O exemplo deste imóvel é um indício da “liberação legal” da solução simplificada das formas.

Após estas duas entrevistas com moradores e comerciantes da Rua Dr. Assis, resolvi coletar mais informações e indicações das pessoas que ali moravam, ou mantinham o comércio. Neste sentido, as associações de bairros são fontes significativas para aumentar a rede de contatos. O Bairro da Cidade Velha possui uma associação de moradores, denominada Cidade Velha-Cidade Viva, fundada em novembro de 2006. A presidente da associação D.R.B.R., uma pessoa muito ativa e sensível quanto às problemáticas da cidade, está à frente da mesma desde sua fundação. Segundo D.R.B.R., a participação dos moradores e comerciantes não é muito ativa, são poucos aqueles que se mobilizam, ou tomam a frente para alguma ação. Porém, quando existe uma demanda para compra de algum equipamento que beneficie o bairro, a maior parte contribui financeiramente, mesmo não sendo associados.

Pelas informações coletadas anteriormente, na entrevista com a dona A.L.B., perguntei como era a relação da associação com os órgãos preservacionistas. A presidente me respondeu que com o IPHAN a relação é ótima, visto que os mesmos sempre estão disponíveis a escutar e atender as solicitações provenientes do grupo, porém com os demais órgãos era meio conflituosa, pois os mesmos raramente se

mostravam dispostos em atendê-los, ou escutá-los. Porém o diálogo se agravava quando se tratava de questões que extrapolavam as funções daquelas instâncias, visto que os problemas que afloram dentro da Cidade Velha são os mesmos de qualquer outra parte da cidade, e não dizem respeito apenas ao trato com o conjunto edificado e espaços públicos. Desta forma, quando a demanda necessitava de soluções que envolvessem outras secretarias, municipais ou estaduais, as mesmas se mostravam pouco sensíveis às particularidades daquele espaço da cidade.

A presidente da associação elencou, além destas questões com os órgãos e da omissão por parte dos moradores e comerciantes em relação à associação, problemas como a questão do barulho proveniente dos bares, ocupação do passeio público por carros, a questão dos lixos (orgânico e entulho) colocados fora do horário de coleta, segurança pública, a questão dos transportes coletivos alternativos, os quais invadiram o bairro de forma intensiva no último ano, sobretudo nas ruas Dr. Assis e Dr. Malcher.

Embora dona D.R.B.R. tenha morado fora do país por aproximadamente 35 anos, no tempo anterior à sua viagem sempre residiu no Bairro da Cidade Velha, e por andar constantemente pela área pôde descrever as mudanças que a paisagem sofreu até os dias de hoje. A entrevistada pontuou três fases distintas que marcaram sua memória, a primeira é consequente da abertura da Belém-Brasília, após sua inauguração houve a invasão de produtos no mercado de materiais de construção na cidade, incrementando e estimulando as construções. Um dos exemplos dados foi a casa de tintas “ Só Tintas”:

[...] aí essa Só Tinta, fazia publicidade com desconto, pinte a sua casa pro Círio, pinte aqui, pinte lá, todo mundo aproveitou pra tirar os azulejos, e começaram a mudar e fazer casa tipo a minha assim. Que não existia, eram todas casas coloniais. Foi no início dos anos 60 que isso aconteceu [...] começaram a fazer essas casas assim, com pátio, [...] o pessoal se alegrou e começou a fazer determinadas coisas, e a primeira coisa foi desvirtuar o nosso patrimônio.⁷³

⁷³ Entrevista concedida em 3 de julho de 2012.

A questão dos azulejos foi mencionada a respeito da Rua Dr. Assis. A outra mudança diz respeito a intervenções dos órgãos públicos, sobretudo do Ministério Público e Assembleia Legislativa do Estado do Pará, no final dos anos 80, e durante os anos 90. As antigas casas e sobrados passaram a ser envidraçados com o fumê:

[...] Encheram de vidro fumê a Praça de São Joãozinho, por exemplo, então foram os primeiros [relata os nomes de alguns arquitetos] a desvirtuar para os órgãos públicos, a 16 de Novembro inclusive, [...] faziam esses edifícios medonhos e horrorosos que é melhor até esquecer o nome de quem desenhou essas coisas horrorosas, seja do tribunal como da assembleia legislativa. Então aí é um outro momento de desgraça, de destruição. [...] Porque destruiu ali o largo de São Joãozinho, desvirtuou um pouco o São Joãozinho e a Felipe Patroni, e aquela Rua do Aveiro, onde tem a Alepa onde tem o IHGP, [...]

Percebemos que esses dois momentos, sobretudo o segundo é causa de profunda revolta na entrevistada. A perda destas referências de seu passado, e a distorção da paisagem em decorrência dos espelhamentos propagados em alguns pontos do tecido dito “colonial” (Fig.55), (Fig.56), (Fig.57) e (Fig.58). Dona D.R.B.R., relatou ainda, que aproximadamente dez anos após esse segundo momento, começou haver um maior engajamento pela defesa do patrimônio edificado. A terceira fase de mudança advém das mazelas atuais como destacado anteriormente com os problemas por qual o bairro passa.



Figura 55: Edificação da Rua João Diogo, de esquina com a Rua Angelo Custódio, destaque para a feição dos imóveis marcados.
Fonte: acervo IPHAN-IBPC, 1992.

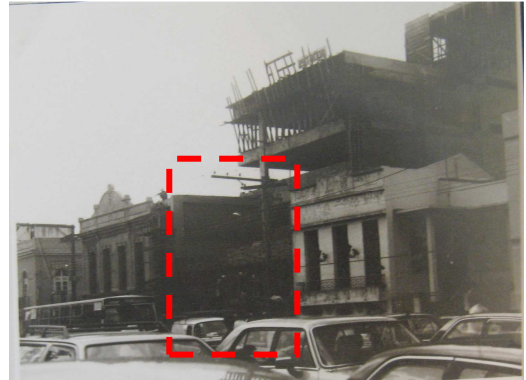


Figura 56: Fotografia retirada em outro momento, pela Rua João Diogo, dando destaque para o segundo imóvel da figura anterior, agora não existente, e a nova construção que surge em seu lugar.
Fonte: acervo IPHAN-IBPC, 1992.

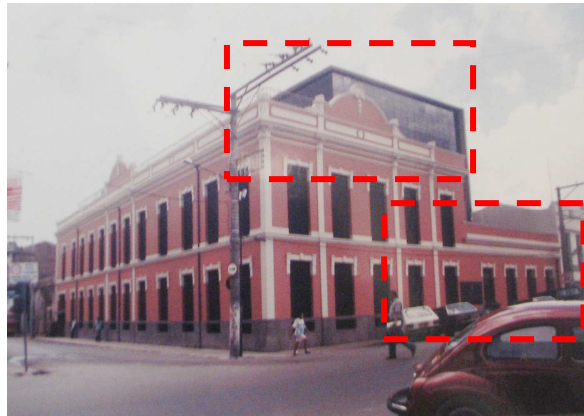


Figura 57: Fotografia posterior às fases anteriores, com a intervenção total de parte do “complexo” do Ministério Público do Bairro da Cidade Velha. Destaque para a fachada criada, e para a edificação em sua parte posterior, a proliferação da “arquitetura fumê”.
Fonte: acervo IPHAN-IBPC, 1992.



Figura 58: Fotografia retirada em 2006, com a vista lateral do conjunto, pela Rua Ângelo Custódio. Destaque para a fachada criada no lugar do sobrado que compunha a face da quadra.
Fonte: acervo Fórum Landi, 2006.

Embora meu objetivo inicial fosse ampliar a rede de contatos na Rua Dr. Assis, a conversa com a presidente da associação acabou por agregar indícios da história do bairro relevantes para recompor o processo de alteração da paisagem. Além disso, sua fala veio reafirmar as problemáticas as quais a Cidade Velha vem passando nos últimos anos, como as consequências do incremento “desordenado” dos serviços como bares, e também quanto à questão do aumento considerável de fluxo de transporte dentro da malha histórica, sobretudo com um novo elemento no local: o transporte coletivo alternativo.

No mesmo dia da entrevista, resolvi continuar a incursão descompromissada pela Dr. Assis, à espera do momento em que o imóvel me chamasse para um diálogo. Uma porta de casa aberta, um morador parado na esquina ou um comércio com pouco movimento que me permitisse estabelecer uma conversa. Entro em um armazém de ferragens (Fig.59), um comércio muito característico do logradouro. Início a entrevista com um senhor português, que embora esteja há 52 anos naquele



Figura 59: Loja de ferragens, projeto realizado sobre a edificação anterior “de um só padrão”. Alargamento dos vãos foi apontado como necessário ao comércio.

Foto: foto do autor, 2012.

local, ainda carrega fortemente o sotaque lusitano.

O senhor J.Q. relatou que começou a trabalhar na Cidade Velha, primeiramente em comércios do Porto do Sal, depois em uma padaria que se localizava em um dos quatro cantos do cruzamento onde se localiza seu atual comércio, Dr. Assis esquina com a Travessa Gurupá. Segundo ele

É muita diferença, porque antigamente [...] as mercadorias saiam aqui do Porto do Sal, e era tudo por barco, e hoje já vão de carro, [...] Se trabalhava até as nove [horas] da noite, era das quatro da manhã às nove da noite. Hoje já é mais difícil, a gente está vindo mais pra cá [...] ⁷⁴

⁷⁴ Entrevista concedida em 3 de julho de 2012.

Perguntei sobre a diversidade do comércio, nesta “época inicial”, se a rua era marcada pelas lojas de ferragens como é hoje. O senhor J.Q. relatou que havia muitas lojas de ferragens, e que as mesmas forneciam material para Belém e para o interior, assim como é hoje.

[...] abriram mais armazéns de ferragens, hoje é quase porta sim, porta não[...]

Porém a esta atividade, mesclavam-se outras, havia açougues, farmácias, mais padarias assim como estivas – armazéns de venda de gêneros alimentícios (Fig.60) e (Fig.61).

[...] antigamente tinha muito armazéns de estivas grandes... [pausa] eles vendiam feijão, arroz, charque [...]



Figura 60: Imagem da Rua Dr. Assis na proximidade da Rua da Atalaia, atual Joaquim Távora, nos anos 60, trecho apontado como possuidor da diversidade comercial da rua, segundo a fala do senhor J.Q..

Fonte: PENTEADO, 1968.



Figura 61: Vista da Rua Dr. Assis, no mesmo ponto da imagem anterior, no sentido contrário ao tráfego de veículos, aponta algumas diferenças como a inserção de novas edificações.

Foto: Dinah Tutya, 2010.

Foi interessante ver esta imagem da rua, repleta⁷⁵ de outras formas comerciais que hoje deixaram de fazer parte do contexto. Há apenas uma padaria ao longo da via, e a venda dos demais gêneros alimentícios ficou restrita ao Porto do

⁷⁵ Segundo o relato, da Igreja da Sé até a Travessa Gurupá se espalhavam algumas casas comerciais.

Sal, o entrevistado em um momento da conversa colocou que as grandes redes de supermercado também contribuíram para que esses comércios, os quais ocupavam as pequenas casas, fossem se extinguindo. Segundo o relato, existia a Padaria Castelo, situada em uma das esquinas do cruzamento onde se localiza seu estabelecimento, e outra padaria tinha o nome de “Anjo da Guarda” e se localizava na Dr. Assis na esquina com a Travessa Joaquim Távora, onde hoje se encontra construído um edifício multifamiliar de quatro pavimentos.

Havia também no sobrado, com traços da arquitetura neoclássica, localizado na outra esquina daquele cruzamento da Gurupá, um armazém com o nome de Metralhadora:

[...] aqui era a Metralhadora, [...] A Metralhadora do Porto do Sal, era de um judeu isso, e vendia muito[...] É, a Metralhadora e a Castelo...a Castelo era aquela ali, e a Metralhadora era essa. [...]

Segundo o senhor Jerônimo, o uso da edificação sempre foi misto, o proprietário morava em cima, porém com o tempo passou a morar em uma casa ao lado. A partir da revelação de uma família judia no local, pedi a ele que falasse mais da origem das famílias que possuíam comércio, o mesmo confirmou que estas eram de maioria portuguesa e de pessoas do interior do Estado.

[...] aqueles comerciantes mais abastados vinham aqui pra Belém, abriam o armazém, se vendiam muito em estivas, hoje eu acredito que o pessoal já vá vender por lá mesmo, pelos interiores.

Com o passar do tempo alguns comércios mais tradicionais, foram vendidos para estes moradores do interior, sobretudo os que se localizavam na Travessa Gurupá nas proximidades do Porto do Sal, área denominada pelo senhor J.Q. como “lá embaixo”. O entrevistado narrou que uma família do interior que hoje é dona de uma grande rede de supermercados da cidade havia iniciado seu negócio, adquirindo um comércio de um senhor português, e montaram uma torrefação de

café no local e a partir daí expandiu o negócio. Ao narrar as mudanças do comércio, sobretudo do fechamento de alguns locais o mesmo lastimou:

[...] mas aí, vai mudando, os velhos vão morrendo, os filhos já querem ser doutor, já querem ser outras coisas [...]

O entrevistado lembrou-se desta antiga área de entorno de sua loja de ferragens com tom nostálgico, sempre se remetendo ao passado com a frase “aqui era bom antigamente”. As imagens desse pretérito sempre estavam ancoradas em um objeto arquitetônico, onde se desenrolava a vida. No final da Rua São Boaventura, havia uma ponte, onde as pessoas costumavam ir a beira do rio, e até tomavam banho.

Solicitei que falasse um pouco sobre as modificações das casas ao longo desse tempo,

[...] é...geralmente [...] o pessoal derrubavam e faziam novas casas, hoje parece que tem uma lei que já não pode, essa casa aqui do canto não pode ser derrubada [aponta para a casa neoclássica] antigamente as casas eram quase todas um padrão só, assim [aponta para uma edificação onde tem uma oficina mecânica]...e depois [...] vem outra pessoa de fora já fazem um edificozinho pequeno, e aí modifica, sempre bastante.

Questionei sobre o seu imóvel:

[...] eu aqui mudei um pouco, a altura dessa casa, porque aqui não era tombado, eu comprei isso aqui há uns quarenta e poucos anos, então eu abri essas portas largas, porque eram portinhas estreitas, [...] então a gente pra comércio já modificou.

Em um momento anterior a este na pesquisa, realizei um levantamento no Centro de Documentação do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Pará, (CREA-PA CDOC). A finalidade deste foi explorar a documentação que o órgão possuía a respeito dos registros de intervenção projetual ocorrido ao longo do tempo na Rua Dr. Assis. Estes registros estão em livros, os quais abrange o período de 1947 a 1994, apresentam informações resumidas sem acesso às plantas de projetos e imagens. Os dados contêm: nomes dos proprietários, dos engenheiros ou arquitetos responsáveis pelo projeto e execução da obra, endereço da obra, data do visto, emolumento cobrado, assim o “assunto” do projeto. Embora tenha sido feita a catalogação de todos os registros realizados no logradouro de estudo, a tentativa de identificação dos imóveis *in loco* esbarrou na mudança de alguns números de porta e na demanda de tempo para a procura dos proprietários.

Mesmo com este contratempo, foi possível através das falas dos “aedos” identificar alguns destes imóveis. Como por exemplo, no livro nº46, que possui as A.R.T datadas entre 05.08.88 à 20.03.89, encontramos uma reforma em nome do senhor J.Q., no ano de 1986. Além desta, as edificações que abrigavam os comércios que habitavam a sua memória, também estavam nos registros, como a “Fabrica Anjo da Guarda” sito à Rua Dr. Assis, tendo como especificação “Projeto para construção de um edificio com 4 pav. “D.Afonso Henriques”” (CREA-PA, 1963, p.15). Esta intervenção data a perda da antiga edificação que guardava a Padaria Anjo da Guarda.

A única panificadora da área se encontra na Rua Dr. Assis, como mencionado anteriormente, está instalada em um imóvel de uso misto, multifamiliar. A atual proprietária G.M., passou a ser dona do negócio há sete meses, porém frequenta o estabelecimento há 20 anos, visto que trabalhava no mesmo local. O contato com G.M., que não permitiu que a conversa fosse gravada, apenas escrita, serviu como fonte de indicação de moradores locais, visto o tipo de comércio estabelece vínculos com os moradores, devido ao movimento diário das pessoas em busca de pão. Desta forma, por conhecer boa parte dos antigos moradores da rua, G.M. me indicou aqueles que pudessem descrever as mudanças da via ao longo do tempo.

Uma das moradoras foi a dona M.C.M.S.F., vizinha da padaria, e próxima à esquina da Travessa Gurupá, reside em um imóvel classificado pela FUMBEL como preservação arquitetônica parcial (Fig.62). Embora minha intenção inicial fosse me conter no diálogo com os imóveis de renovação, me foi colocado ao longo da



Figura 62: Fachada da residência da dona M.C.M.S.F.. A dificuldade de reconstituir os traços originais que foram se perdendo, foi relatada pela entrevistada. Segundo ela, o financiamento para tal reforma é muito oneroso. Foto: Dinah Tutya, 2012.

pesquisa que seria interessante eu apreender o olhar dos moradores que optaram em manter ou morar nos imóveis de interesse a preservação, sobre as transformações dos outros imóveis.

Dona M.C.M.S.F. mora há 60 anos na Dr. Assis, para ela a rua sempre foi daquele jeito:

[...] olha, esta rua sempre foi assim, aqui assim tinha um comércio muito grande que era a mercearia, nessa época não existia supermercado, era a "Metralhadora", o primeiro supermercado aqui foi o "Supermercado Metralhadora", entendeu, aí me lembro muito aqui atrás, o Porto do Sal.

Sua infância esteve ligada à área do Porto do Sal, com isso ela descreve os laços de sua família com os vizinhos e as relações estabelecidas na área do Porto do Sal:

Não era assim, Porto do Sal antigamente, na minha idade de 12 anos, meu pai tinha comércio aí, meu pai era industrial, a "Oficina Santa Terezinha" era dele, então a noite juntava o pessoal dos Moreira, que todos tinham comércio ai, a gente brincava, corria no Porto do Sal, [...] Então a noite, a gente corria lá, tinha um banco coberto, que hoje não existe mais, ai eles se reuniam pra conversar, os velhos, e os adolescentes ficavam brincando, correndo [...]⁷⁶

⁷⁶ Entrevista concedida em 17 de julho de 2012.

Sua afetividade se voltou para a área do Porto do Sal (Fig.63), em quase todos os momentos que eu pedia a ela para falar sobre a “antiga Dr. Assis”, como quando solicitei que falasse se havia o predomínio de habitações ou comércio:

[...] Famílias, era mais residência, era pouco comércio, aqui na esquina era, tinha a Padaria Castelo antigamente, [...] e logo dobrando tinha um amigo



Figura 63: vista da Travessa Gurupá, na área do Porto do Sal, nos anos 60. A imagem mostra a diversidade de comércio identificado na fala de dona M.C.M.S.F., ao centro vemos o “Armazém O Brasileiro”, e na esquina mais adiante a “padaria Castelo”.
Foto: PENTEADO, 1968.

muito nosso de família, era o Armazém Brasileiro, [...] por que não tinha esses grandes comércios que tem no Porto do Sal, tinha o mercado, tinha a oficina do seu Conde, tinha a oficina do meu pai,

Sem conseguir saber da localização dos comércios perguntei “Eram aqui na Dr.

Assis?” e ela respondeu, e fez um adendo:

[...] não, aí atrás [se referindo ao Porto do Sal], a Dr. Assis sempre foi isso [...] e agora no primeiro quarteirão ai, aqui é a Gurupá, e o outro que é a antiga Cintra ainda tinha residência, inclusive agora tem a entrada que é pro Colégio do Carmo, quase não tem residência [...], onde tem aquele portão grande que é onde entra pela casa do Carmo. Era de uma família muito amiga nossa, ai, o negócio de herança eles venderam, ai o Carmo fez aquela entrada ali. Ali eram cinco casas [...]

A entrevistada numerou os quarteirões da rua, a partir de sua casa, assim como a ênfase às descrições anteriores se baseavam sua vida no entorno da sua casa. Porém ela recordou das casas que havia no quarteirão do Colégio do Carmo. Atualmente, no local destas casas, há apenas suas fachadas com os vãos vedados. As casas passaram a ter a função de muro do colégio. Neste dia, eu resolvi ter em mãos algumas imagens antigas, que abrangiam os anos 50 a 90 da rua Dr. Assis. Segundo Fernandes (2005) a narrativa oral é um texto verbal que necessita de outros meios como o audio-visual, imagens, livros e etc.

Estes objetos podem ser o ponta-pé da entrevista ou o estímulo em um momento de prolongado silêncio. Afinal, a história oral não se basta, necessitando de outras fontes documentais. Por isso, também, é importante o registro de todo detalhe que o entrevistador acreditou interessante no decorrer da entrevista, como expressões faciais e gestos, o ambiente no entorno, a descrição da comunidade e dos costumes na ocasião da gravação, ou seja, qualquer aspecto não captado pelo gravador. Neste caso, a clássica “caderneta de campo” pode ser uma boa ajuda (FERNANDES, 2005, p.161).

A partir do momento em que a dona M.C.M.S.F. muda o posicionamento de sua memória, resolvo introduzir tais recursos para que a mesma possa desvelar mais o logradouro (Fig.64), (Fig.65), (Fig.66), (Fig.67) e (Fig.68). O registro fotográfico teve uma boa resposta por parte da entrevistada, a mesma passou a dar maiores detalhes sobre os quarteirões do entorno do Colégio do Carmo. Reconheceu a partir de um conjunto que havia no local uma escola de datilografia “da professora Carmita”, que era a única que lecionava esta aula no bairro, seu filho havia estudado com ela.

Passou a lembrar também das casas vizinhas à sua, em frente, na “casa do judeu” foi o primeiro supermercado da Cidade Velha, o Metralhadora, e que ainda hoje conserva a fachada como antigamente, antes a casa era segmentada na parte lateral (em frente a sua casa) e abrigava uma barbearia, e também uma senhora que fornecia comida para algumas trabalhadores do Porto do Sal, e à tarde vendia tacacá; na casa bem ao lado da sua, uma com a fachada idêntica formando um conjunto com a dela, inicialmente tinha sido de um professor, que vendera para o “de Campos Ribeiro” que depois passou para o “seu Jorge”, que possuía uma fábrica de cera no local e posteriormente vendera para a “Associação dos Filhos e Amigos de Abaetetuba” e que atualmente havia sido comprada por um engenheiro.

A recriação da rua continua. No outro lado de sua casa, onde se localiza atualmente a padaria, era uma residência da “Maria do Carmo, sobrinha do Governador Aurélio do Carmo”, a casa pertencia ao senhor Orlando, um comerciante português, também dono da Padaria Castelo:

[...] aí também era uma casa antiga, mas nesse tempo não tinha tombamento né, foi colocado embaixo, passou a padaria aqui pro térreo do edifício...[pausa] é, isso aqui tudo já foi.[...]. E aí onde você vê atualmente a padaria era uma casa antiga né, naquela época não tinha negócio de tombamento [é enfática], aí foi destruída, aí construiu o prédio com a padaria no térreo, aí lá na esquina onde era a Padaria Castelo, ele fez o armazém do depósito do armazém dele. Que é uma loja de ferragens muito grande ali na Gurupá. [...] ali onde tem uma oficina de negócio de açai, aquilo ali minha filha, era uma residência em cima e embaixo era uma loja de roupa, fazenda [...].

A inserção das imagens produziu uma rica descrição da área e seus antigos moradores e pontos comerciais. Percebemos que alguns locais se repetem na fala dos nativos, como a Padaria Castelo, do senhor português Orlando, onde trabalhara o senhor Jerônimo. A “casa do judeu” também foi um marco de referência na memória destas pessoas, e hoje permanece edificada externamente nas mesmas feições das narrativas. O Porto do Sal por sua vez, foi indicado como um lugar que nos anos 50 e 60 deveria servir como área de lazer para os moradores das proximidades do rio, visto que as caminhadas e encontros no final da tarde se davam neste local.



Figura 64: Imagem mostrada para dona M.C.M.S.F.. Neste trecho da Rua Dr. Assis foi possível identificar o conjunto de edificações de uso habitacional existentes no final dos anos 70.
Fonte: FRAZÃO, 1979.



Figura 65: Foto atual do trecho da figura anterior, após a compra das casas pelo Colégio do Carmo.
Foto: Dinah Tutya, 2012.

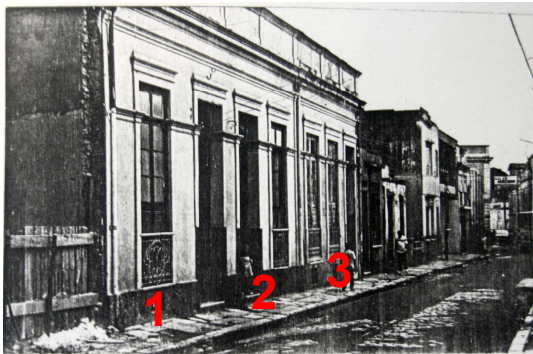


Figura 66: Conjunto de três edificações ecléticas de porão baixo, vãos em janela de balcão com guarda corpo em gradil. Localizavam-se no mesmo trecho das figuras 64 e 65, entre as travessas Pedro Albuquerque, antiga Travessa da Vigia, e a Travessa Gurupá. Esta foto é datada do final dos anos 70.
Fonte: FRAZÃO, 1979.



Figura 67: Mesmo conjunto, foto dos anos 90, com as edificações 1 e 2 com o mesmo aspecto dos anos 70, sendo na edificação 2, indicada pela dona M.C.M.S.F., a escola de datilografia. No imóvel 1 o uso serviço de corretora.
Foto: acervo IPHAN, 1992.



Figura 68: Os imóveis em uma foto atual, totalmente modificados.
Foto: Dinah Tutya, 2012.

Dentro do mesmo perímetro dos entrevistados anteriormente, localiza-se mais um comerciante, o senhor N.T., o qual eu encontrei ao acaso durante minha



Figura 69: Imóvel de renovação onde está alocado o comércio de materiais de construção pertencente ao senhor N.T..

Foto: Dinah Tutya, 2012.

pesquisa na Secretaria Municipal de Finanças. Naquela oportunidade ele estava tentando resolver um problema com um imóvel da Dr. Assis, e o funcionário ao perceber que era um morador da área onde eu estava interessada, tratou por me apresentá-lo. Assim marquei a entrevista com este senhor, que é morador do Bairro da Cidade Velha, e possui um comércio na Dr. Assis há 30 anos. Seu estabelecimento, de venda de material de construção, se encontra em uma edificação de renovação que possui três pavimentos (Fig. 69). Ao questionado sobre as mudanças da época inicial em que ele havia se

instalado na via, o comerciante relatou que:

A diferença é que naquele tempo que comecei aqui era até trilho. [...] não passava essa quantidade de ônibus que passava hoje, era ônibus pequeno e tal [...] e a mudança de vários prédios aqui, ai no Carmo tinham várias casas e hoje já não tem, tombaram tudo... [pausa] outras reformaram, tem uma mudança e grande.⁷⁷

Entre o final dos anos 70 e o início dos 80 é possível averiguar pelas imagens anteriormente expostas no trabalho que a Rua Dr. Assis nesta época era revestida com paralelepípedo, e possuía os trilhos do bonde, assim como o conjunto de edificações do muro do Carmo ainda encontravam-se habitadas. Segundo o senhor N.T. atualmente manter um comércio na via é muito dificultoso, em virtude principalmente da necessidade de estacionamento para o funcionamento de comércio, segundo ele isto é uma exigência de um órgão, que o mesmo não informou qual era. A falta de espaço para vagas de carro afasta os clientes, pois não há lugar na via pública para poder estacioná-los, em virtude das mesmas serem muito estreita. Segundo o comerciante, este fato ainda é agravado com o fluxo

⁷⁷ Entrevista concedida em 21 de julho de 2012.

intenso de veículos de todos os portes. O mesmo fez também a seguinte observação:

[...] só que fica em dificuldade, principalmente o comércio que funcionava aqui era livre, pra fazer... [não completa a frase] hoje não, tá tudo atrapalhado, eles dão licença pra funcionar o comércio, a SEFA, a federal dá licença, só que ninguém tem estacionamento, ai vem multa, multa, multa...

Sua fala trás um problema apontado anteriormente por uma comerciante, e a presidente da associação de moradores: a falta de compatibilidade entre as normas e leis que vigoram na cidade para o espaço do CHB. Neste caso, o uso para comércio é liberado, porém a exigência de vaga para garagem não se adapta a todos os lotes do bairro, e como consequência desta inadaptação, o comerciante é penalizado.

Aproveitando a questão da adaptação do lugar ao comércio perguntei a ele se ele achava bom ou ruim os imóveis antigos, e o mesmo respondeu:

Bom ou ruim? Tá ficando horrível, até pro comércio [...] eu acho que devia era acabar com esse negocio de patrimônio, por que nós temos uma casa ali antiga, bem aqui nessa D. Bosco, e ninguém pode fazer nada, a casa tá caindo, a casa tá esbandalhando, o cara quer fazer, melhorar e ai não pode.

Quando insisti em falar do diálogo com os órgãos de preservação o mesmo afirma:

[...] impedem! O patrimônio impede. [...] É, eles não cooperam com nada.

Além da falta de diálogo para com a reforma que o entrevistado gostaria de realizar em seu imóvel, o mesmo apontou um fato interessante, que faz com que ele

realmente não entenda o funcionamento das questões que tangem a atuação dos órgãos preservacionistas no local. Segundo o comerciante:

[...] eu não entendo, como é que a justiça quando compra, negocia, aí eles esbandalham tudo e fazem! Não dá pra entender.

Este excerto da entrevista surgiu quando ele falava sobre as dificuldades em morar na proximidade do “complexo do Ministério Público”. O comerciante não entendia o tratamento diferenciado que “O Patrimônio” dava ao permitir e impedir as modificações nos imóveis. Outro destaque pejorativo à atualidade diz respeito ao aumento da violência, apontando como foco desta a área onde havia a antiga ponte do Porto do Sal, e ao aumento do fluxo de veículos na via.

As narrativas dos comerciantes e moradores mais antigos começam a repetir os lugares que remetem à “época boa” do bairro, mais uma vez a ponte do Porto do Sal foi citada como um lugar de lazer no final da tarde. Os dois comerciantes mais antigos do perímetro da rua, embora participem do mesmo contexto apresentam visões diferentes. O senhor J.Q., vagueia saudosamente pela antiga Dr. Assis, edifica os espaços do passado, para constatar a existência de um “passado bom” e um presente que veio perdendo este passado, porém, não é uma realidade repudiante. Diferentemente do senhor N.T. que rememorou apenas a ponte do Sal com ar prazeroso, para ele o presente é ruim, e isso veio em consequência do passado que ainda se encontra edificado materialmente no espaço, que o impede de fazer suas transformações na paisagem presente.

Seguindo em direção à área final da rua, delimitada pela Travessa Alenquer e pela Avenida Tamandaré consegui realizar três entrevistas com moradores. As duas primeiras, do senhor S.V.A. e da dona G.A.C., moradores que estão no local há aproximadamente 60 anos, e a última com M.M.M.R., que “nasceu” na rua e está lá há 36 anos.

O senhor S.V.A. - filho de pai cearense e mãe do interior do Estado, de Breves – foi para o Bairro da Cidade Velha com sete anos de idade, inicialmente ele e sua família moravam na Travessa Cameté, e posteriormente passaram a residir na casa que hoje ele se encontra. Está na Dr. Assis desde 1944. Suas primeiras



Figura 70: Casa do senhor S.V.A., imóvel classificado como renovação. Segundo o testemunho do entrevistado que a edificação anterior teria “modelo antigo”, assim como o livro de registro do CREA-PA, esta configuração de fachada é datada do final dos anos 70.
Foto: Felipe Moreira, 2012.

lembranças desta rua se referem aos trilhos e ao bonde que passava em frente a sua casa.

[...] naquela época, era época dos bondes, ai depois chegaram os ônibus, as lotações e ai foi modificando [...] Passava [bonde], o fim da linha dele era ali na Praça do Arsenal, que era o Bagé⁷⁸, ele ia até ali na Praça do Relógio [...] era uma época boa que se podia ficar sentado na porta, não tinha problema, as portas ficavam abetas o dia todo não tinha assalto, era difícil acontecer.⁷⁹

Segundo o senhor S.V.A., na esquina oposta à sua rua havia um posto policial, destinado aos meninos que “roubavam galinha”, os bandidos mais perigosos, se acordo com sua fala, ficavam no

presídio. Surge no cenário um novo elemento, um posto policial.

Quanto às mudanças das casas no decorrer do tempo, o entrevistado informou que havia mudado muito, inclusive a sua casa, que era toda em “estilo antigo”. Segundo ele a casa não tinha afastamento frontal, não havia aquele pequeno jardim que hoje lá se encontra, assim também como a garagem. Sobre a modernização ele relatou que fez 1968, motivado pelo tamanho da família que possuía vários membros (Fig. 70). Assim, os grandes espaços ocupados pelas salas, e apenas três quartos deram lugar á uma nova planta, mudando assim a configuração externa da casa.

⁷⁸ Segundo Lima (2008) em 1881 a Companhia de Bonds Paraense inaugura uma linha de carros com tração animal, e percorria o “Largo de Bagé”, onde hoje encontramos o Arsenal da Marinha, no final da Tamandaré, que à época se chamava Estrada das Mogubeiras, até o Curro.

⁷⁹ Entrevista concedida em 21 de julho de 2012.

E nós tivemos que fazer assim, modificar esse estilo pra fazer mais quartos pra abrigar todo mundo [...] teve engenheiro que veio aqui, que fez a planta desenhou todinho, e nós construímos[...]

Argumentei se naquela ocasião sua família tinha se inspirado em algum modelo arquitetônico para a reforma do imóvel, segundo ele, não. A única influência que ocorrera na mudança foi quanto à questão dos pisos, pois ele na época trabalhava na Indústria Cerâmica da Amazônia, que fabricavam pisos e tijolos, e assim resolveram utilizar os materiais da referida indústria.

No livro de registro do CREA-PA, há uma entrada de projeto sito á “Rua Dr. Assis c/ Tv. Alenquer -resd. 02 pav” (CREA-PA, 1979, p.35) em nome de J.V.A.⁸⁰, provavelmente seu pai, que havia comprado a casa nos anos 40. Ou seja, a reforma ocorreu aproximadamente dez anos depois da data mencionada pelo senhor S.V.A..

Solicitei que me falasse mais sobre os usos que marcavam a rua, se eram mais comerciais ou residenciais. Ele relatou que antigamente havia mais famílias na área, que com o tempo eles foram se mudando. Quando menino, ele ajudava umas senhoras que moravam no Palacete Pinho, pois esta família possuía, na área que hoje se encontra o depósito da Y.Yamada, um terreno onde havia um pomar, com mangas, goiabas, cacaús, abacateiros e etc., assim sempre que solicitado, ele recolhia as frutas para elas, e estas acabavam por dividir algumas com ele.

Identificou também um comércio, a “Fábrica Leal”, que vendia pães, biscoitos e etc, e que os produtos eram fabricados no local. Nesta “época inicial” não havia a proliferação do comércio de motores como é hoje.

Tinham pequenas lojas de ferragens, ali onde era a Bagé, era um estaleiro pra navio. Eles recuperavam os navios, era muito bom, não me desfazendo do tempo atual porque está muito bom, como hoje em dia tem você tem a informática [...] nós temos muitas facilidades [...]

Segundo o entrevistado, antigamente era muito bom, porém ele mesmo deixa claro que também gosta do presente, em virtude das facilidades com que se

⁸⁰ Pai do senhor S.V.A.

conseguem as coisas. Sua única lástima no tempo atual se refere ao aumento da violência, mas que mesmo assim não é um motivo para deixar o bairro. Apontou também que as novas obras executadas pelo Governo do Estado e pela Prefeitura na área de entorno – Mangal das Garças e o Portal da Amazônia – proporcionaram maior dinâmica de pessoas e veículos naquela área, fato apontado por ele como repulsor de assaltos.

Dona G.A.C., havia sido indicada anteriormente pela dona M.C.M.S.F. como uma moradora antiga, e que acabara de arrumar a fachada de seu imóvel. Dona G.A.C., está no local há aproximadamente 60 anos, recebeu a atual casa de herança, assim como outros moradores do local⁸¹.



Figura 71: Casa da dona G.A.C., recentemente reformada externamente.
Foto: Felipe Moreira, 2012.

Então eu me criei aqui, praticamente no tempo em que era trilho, em que era trem, era bonde, foi por aqui que começou né. Era o Palacete Pinho, que é este que está reformado ai [...] antigamente não tinha esse negócio da "Yamada" [...]⁸²

Interessada em desvendar como era a paisagem da área antes do grupo Y.Yamada adquirir alguns imóveis da Rua Dr. Assis, pedi para que ela falasse o que havia no local.

[...] era um casarão, era tudo residência ai, era residência, tinha tipo assim, uma vila, ai depois dessa vila foi que a "Yamada" veio, comprou. Aí ficou a 'Cafona', a loja chamada "Cafona" que tinha aí,

Perguntei como era a loja:

⁸¹ A questão falta de termo de doação do imóvel de herança é um dos fatores que impedem muitos moradores de conseguirem o financiamento para reforma.

⁸² Entrevista concedida no dia 21 de julho de 2012.

[...] era a “Cafona”, que vendia só coisas antigas que vinham praí. Aí depois veio o supermercado “Yamada”, e foi tendo outras mudanças. Aqui por exemplo, aqui na frente era o “Pinga Fogo”[...]

A entrevistada fez algumas revelações, como por exemplo, que na área do depósito nunca houve nada (Fig.72), porém no espaço da “parte vidraçada” havia as residências (Fig.73).



Figura 72: Área do antigo Supermercado Y.Yamada, denominado por “atacadão Yamada” por alguns moradores. O local atualmente funciona como depósito, porém os moradores não sabem informar precisamente o uso. Segundo a fala dos moradores, neste espaço nunca houve edificações.
Foto: Felipe Moreira, 2012.



Figura 73: Lado direito da foto, a nova intervenção “vidraçada”, também com o uso não identificado pelos moradores.
Foto: Dinah Tutyia, 2011.

Dona G.A.C., havia mencionado também a existência de uma loja, uma espécie de Brechó que o grupo comercial Y.Yamada possuía na área, além destes a localização de um comércio chamado “Pinga Fogo”. Este nome por sua vez, no levantamento realizado no CREA-PA, havia me chamado atenção, mas por estar vinculado à atividade desportiva e por ser uma das primeiras entradas de projeto nos livros, datado dos anos 40. O registro mencionava “projeto para construção do pavilhão, digo, pavimento superior da sede do ‘Pinga de Fôgo Esport Clube’, sito a

Rua Dr. Assis nº 260” (CREA-PA, 1949, p.105). Embora com o número de porta, o mesmo não conferia ao longo da via⁸³.

A entrevistada continuou a localizar os demais estabelecimentos que existiam ao longo do trecho que morava. Contou que o posto policial se localizava na esquina com a Travessa Alenquer, e o comércio “Pinga Fogo” mais ao lado, e depois a “casa dos franceses”. A “Fábrica Leal” também ficava na esquina, porém com o tempo tudo foi mudando, novas pessoas chegavam e alteravam as edificações.

Ao ser questionada se gostava de sua casa, a mesma confessa:

Olha, as casas antigas, na verdade são bem seguras, como a minha aqui, como esse tipo de parede, é bem segura. [...] quando a gente tem condições de manter, a estrutura dela, como ela era, é um custo muito caro, o patrimônio histórico não nos dá verba para fazer isso aqui, então seria bonito que continuasse a cidade, como era, mas é tudo moderno, querem modernizar tudo, que eu acho que é pra pior [...]

A observação da entrevistada demonstra que a população local, não tem conhecimento do funcionamento dos créditos de financiamento do governo federal, acreditam que tais propostas de recuperação devem ser arcadas pelo Estado.

Ao longo de sua fala, a paisagem tranquila de outrora fora quebrada com a modernidade, que trouxe como consequência a intranquilidade. Dona G.A.C. relatou que, se pudesse, sairia da Rua Dr. Assis, em virtude do tumulto que os bares do entorno vem ocasionando, como pessoas embriagadas, fazendo arruaça, pessoas bêbadas de carro e moto durante as noites do final de semana. Além disso, ela lamenta da falta de educação da população local, que insiste em colocar os lixos na via pública fora do horário da coleta. Aliado a este fato, devido sua idade, a casa deixou de ser adaptável a ela, visto que sente dificuldades de subir e descer as escadas de sua residência.

Outro depoimento que vem edificar esta paisagem perdida materialmente é o de M.M.M.R.. A entrevistada revelou outro olhar daquele espaço onde “nasceu” e se

⁸³ No momento de desenvolvimento da pesquisa não foi possível achar um fonte que indicasse as alterações dos números de porta dos imóveis da cidade de Belém. Incursões aos Correios, à SEFIN, ao IBGE e à CODEN foram feitas sem respostas para o problema da identificação dos imóveis.

criou (Fig.74). Por ser um relato de alguém mais novo em relação aos demais “aedos”, esta narradora buscou em seu acervo de imagens guardado na memória outro ponto de “origem” para deflagrar o passado feliz. Aqui a “cronologia” da



Figura 74: Edificação de uso habitacional, onde mora M.M.M.R.. Classificada pelo inventário da FUMBEL como preservação arquitetônica parcial. Foto: Dinah Tutya, 2011.

narrativa que toma por início este passado primordial, surge com uma paisagem de permanências dos imóveis antigos. E não como uma paisagem de baseada na transformação das “feições antigas” dos mesmos.

Sua primeira lembrança da via surge quando a mesma é bem pequenina:

Bom, a gente tinha acesso a brincadeira na rua, a gente ficava sentada na porta da rua, a vizinhança toda era unida. Na Copa, a gente ficava até de madrugada revezando pra fazer enfeite, pra enfeitar a rua de ponta a ponta, de lá da Igreja da Se até aqui [...] eu era muito criança, mas eu já participava disso, eu ficava com essa expectativa da Copa, era muito divertido [...] ⁸⁴.

O passado não mais está atrelado aos trilhos do trem, mas às praticas sociais estabelecidas com seus irmãos, uma numerosa família, e vizinhos tendo como cenário algumas edificações antigas, soltas na rua como um esquecimento da modernização. M.M.M.R. passou a narrar alguns acontecimentos que tinham as edificações antigas como palco.

A Yamada [...] tinha aqui na frente, [...] a 'Cafona Yamada'. [...] ai as pessoas que não pagavam a Yamada, eles retiravam o produto [...] e ai revendiam ai por preço bem baratinho. [...] a gente se dava com todo mundo ai, gerente e tudo, então eles deixavam a gente brincar com os brinquedos,

⁸⁴ Entrevista concedida em 21 de julho de 2012.

era uma coisa assim bem família mesmo, [...] todo mundo unido, sempre muito unido.

Quando solicitei que a moradora falasse um pouco da comparação entre o ontem e o hoje, a mesma colocou que a maior mudança está nas pessoas, os moradores antigos muitos faleceram e os jovens não querem mais continuar no bairro. Muitas vezes, em virtude das casas, iguais a dela, faz com que qualquer adaptação modernizante seja onerosa. Perguntei se ela gostaria de continuar a morar lá, esta responde positivamente, porém se tivesse condições financeiras para isso. M.M.M.R. contou que, nos últimos anos seis anos, esteve morando em Icoaraci, mas que retonou para a Cidade Velha em virtude de uma reforma em sua residência naquele distrito. Destacou alguns motivos que a faça preferir a Dr. Assis à Icoaraci:

[...] ah, sim é perto de tudo, é perto do Mangal, perto do... [pausa] o Círio de Nazaré isso aqui fico lindo! Essa rua, passa gente de todo o tipo [...] então é muito interessante esse período, o tempo todo você sente as coisas. Pra Icoaraci, você não sente Natal, você não sente o Círio, você participa, mas é uma coisa bem discreta.

Segundo M.M.M.R., esta questão do “sentir” as festividades na Cidade Velha está ligada ao fato da mesma ter nascido e crescido no local, onde as pessoas eram mais unidas, todos se conheciam desde criança e estudavam nos mesmos colégios, no D. Mário e no Carmo. Além disso, frequentavam as mesmas igrejas, ou a Igreja da Sé ou a Igreja do Carmo:

[...] daí você conhece aquelas velhinhas bem daquela época assim... [pausa] do teu pai, da tua mãe.

Percebemos que a arquitetura, que se manteve ao longo do tempo, é sempre o palco dos acontecimentos que arraigam a entrevistada ao bairro. Outro destaque se dá ao fato dos marcos das lembranças estarem associados ao entorno da

residência, como se a vida da Dr. Assis se limitasse a esta área de contingência a qual a memória tratou de preservar. Esta relação também foi encontrada nos demais entrevistados dos outros setores ao longo da rua, gerando assim diversos fragmentos coletivos de memórias individuais.

A seleção de determinados marcos de memória, de acordo com o ponto de localização das residências ou comércio dos entrevistados, pode ser observado no trecho a seguir, no qual a entrevistada, por morar quase no final da Rua Dr. Assis, desloca para o fim do logradouro suas memórias:

[...] tinha o Padre Guido também, que fechou não sei por que. Era um colégio muito tradicional, perto da praça. Aí essa praça aqui também mudou muito, ficou muito soturna, o pessoal não frequenta mais. Antigamente não, era muito legal. Nossa, era o *point*! Todo dia a gente saía, baixava o sol das cinco da tarde, ia todo mundo pra praça. Levava patins, bicicleta, você tinha acesso a andar de patins aqui, direto, e agora não tem condições [...] essas "vans", é acidente toda hora.

A paisagem revivida de outrora é quebrada pela mudança advinda da contemporaneidade. O problema unânime apontado pelos moradores: o excesso de transporte coletivo alternativo ao longo da via.

Ao ser questionada sobre sua relação com os imóveis antigos, M.M.M.R. destacou dois exemplos, o Palacete Pinho e a casa de uma vizinha. Para ela e seus irmãos havia um mistério nestas edificações, seus pais quando se mudaram para o local, ainda conviveram com os moradores mais recentes do Palacete Pinho, e os mesmos relatavam histórias de personagens como o "mordomo estranho":

[...] igual filme de terror sabe, [risos] tinha aquelas pessoas assim bem exóticas [...] Então quando eu nasci já não tinha mais nada, já era abandonado, já era largado assim, então isso foi criado na minha mente. [...] quando eu passava por ai, eu achava aquilo lindo, mesmo sendo parece uma casa de bruxa [...] não só eu como os da minha turma [...] a gente

tinha uma ilusão assim, a gente ficava imaginando "Égua, como será que era essa casa?"

Assim, aos indícios do passado se associava um imaginário infantil onde pairava ao mesmo tempo a curiosidade e o medo pelas edificações e seus habitantes. Como foi o caso da residência vizinha à casa da entrevistada, onde morava uma senhora idosa, solteira e sem filhos. A mesma ficava sobre os cuidados de outra senhora, que acabou por se tornar sua vizinha, devido ao fato da proprietária viver "ilhada dentro da casa". Toda vez que a mãe de M.M.M.R. solicitava que fosse pegar algo na casa da vizinha, ela gostava de ir pela curiosidade de ver o interior da casa:

[...] era tudo daquela época, até os móveis! [...] dava um pouco de medo [risos] era uma casa meio soturna, aqueles janelões sabe, tudo daquela época.

A casa da moradora é uma edificação classificada como preservação arquitetônica parcial, a frente apresenta alguns traços preservados, porém o interior é modificado, possui um acréscimo de um pavimento na parte posterior da casa, porém não se enxerga pela via. Segundo M.M.M.R., a casa dela, juntamente com as das vizinhas formavam um conjunto, onde havia uma porta de passagem interna entre as casas. Porém uma das casas foi totalmente "modernizada", a moradora conseguiu demolir a fachada um pouco antes da lei de tombamento. Aproveitei o assunto para perguntar como havia repercutido esta questão nos anos 90:

[...] eu não sei te dizer, nós soubemos por que ela [a vizinha] fez essa reforma, ai parece que teve essa lei, por que todo mundo queria modernizar né, ai teve essa lei ai do tombamento, ai até a minha família queria pintar, botar lajota, lajotar toda frente, ajeitar a calçada, foi ai que deu de frente. Minha irmã trabalhava pra prefeitura na época, [...] e ele falou

“não! vai continuar assim por que não pode, o máximo que pode é pintar”. Foi tombado todinho, todas as casas.

Mostrei para M.M.M.R., as fotos recolhidas nos acervos particulares e dos órgãos preservacionistas, a mesma, assim como a dona M.C.M.S.F., conseguiu reviver parte do passado da rua, assim como indicar o funcionamento de alguns estabelecimentos no local, como o “bar do seu Vavá onde tinha um orelhão da Telepará de ficha” (Fig.75).



Figura 75: edificação na Rua Dr. Assis de esquina com a Travessa Alenquer, apontada pela moradora como “Bar do Vavá”, onde havia um “orelhão de ficha”.

Foto: acervo IPHAN,1992.



Figura 76: A mesma edificação da figura anterior apresenta-se sem uso e completamente vedada por alvenaria. Foto: Felipe Moreira, 2012.

A imagem do passado recriada por M.M.M.R. está envolta pelas brincadeiras da infância, diferente das demais narrativas dos moradores. Aqui, as edificações antigas que habitavam o imaginário fantástico das crianças eram pontos de representação de um passado não incorporados aquele contexto “mais recente”, rememorado. A não incorporação se dava ou pelo aspecto de abandono do imóvel, ou pela particularidade do viver como “antigamente” atribuído aos personagens da vizinhança. Nos demais depoimentos, por sua vez, os mesmos imóveis ou determinados locais, no ato da rememoração do passado eram visualizados incorporados ao cotidiano da vida da rua, pois estes ainda eram portadores de vida.

Percebemos que o contato “despido” da indumentária de pesquisador foi capaz de deixar o entrevistado mais a vontade, resultando em uma coleta de informações rica no tocante às edificações de paisagens passadas. Estas reconstruções não se basearam unicamente na materialidade de objetos, mas no

conjunto dos objetos associados às relações sociais que os envolviam e os contextualizavam na história. Assim as lembranças destas paisagens possibilitou localizar o que chamamos de “marcos da memória”. Os “marcos da memória” são os elementos físicos emergidos através da lembrança de uma época passada, e que têm a função de guia para reconstituir as lembranças de um determinado espaço. Tais marcos estão relacionados ao viver da pessoa em suas imediações, contudo estes objetos podem ou não estar materialmente edificado no presente.

Das entrevistas também surgiram indícios que nos levaram ao contato com fontes históricas de pesquisa, importantes documentos e acervo, que podem auxiliar na construção da história da arquitetura regional. Dentro destas, encontram-se nos imóveis de renovação os portadores de fontes orais, que através de suas reminiscências auxiliam no resgate do passado, colaborando assim, com a “imaterialidade” inerente e necessária à vida e a preservação patrimonial cultural daquele espaço.

Agregamos ainda como resultado desta etapa do trabalho a importância de dar a voz à população local para que aflore as problemáticas do organismo vivo que é a cidade. Surgindo assim, a paisagem comum a qualquer outro bairro da cidade, porém com o adicional de carregar materializado nas vias e no conjunto de edificações, feições que não podem se perder com o passar do tempo. A problemática de reformas, do trânsito, das atividades de entretenimento, da segurança pública, da incompatibilidade de normatizações e legislações que atuam naquele espaço da cidade, vieram à tona dentro da coleta da oralidade. Particularidades importantes que devem servir de auxílio na gestão e planejamento urbano local, por parte dos órgãos de preservação patrimonial, sobretudo a instância municipal que dispõe de ferramentas, e da relação com as demais secretarias, proporcionando atuação adequada às especificidades.

Cada agente histórico, o narrador foi capaz de incluir seu fragmento de lembranças de uma antiga Dr. Assis, compondo assim uma paisagem edificada em um tempo remoto. Esta paisagem foi levada à comparação com a paisagem atual, possibilitando detectar as mudanças físicas e das relações cotidianas que se perderam com o tempo.

Como marcos da memória, surgiu a “antiga ponte”, que se localizava nas mediações entre o Porto do Sal e a Lateral da Igreja do Carmo, um espaço de

convivência desfrutado pelos moradores e comerciantes no fim da tarde. Este objeto direcionou as boas lembranças do passado do bairro, como um espaço gregário da sociabilidade marcado por conversas e brincadeiras. Outro marco emergido como espaço de convivência, porém que ainda permanece materialmente no local foi a Praça do Arsenal, dentro de uma memória mais recente em comparação às dos narradores mais antigos, onde as crianças e adolescentes da época se encontravam no final da tarde para passeios de bicicleta e patins.

Outros marcos da memória não associados ao entretenimento do passado, mas que também eram pontos onde as pessoas se encontravam, foram os antigos comércios da Rua Dr. Assis, como a Padaria Castelo, a Padaria Anjo da Guarda, o mercado Metralhadora, a Fabrica Leal, a “Yamada Cafona” e o Yara Bar. Surge um passado de diversidade comercial na rua de outrora, que hoje passou a ser dominada por comércio de ferragem e motores. Loja de tecido, o “bar do seu Vavá onde tinha um orelhão da Telepará de ficha”, o Pinga Fogo, e a escola de datilografia da dona Carmita.

As falas de J.C.M e A.M.V.M. se voltaram com saudosismo dos anos de infância e adolescência dentro do espaço, aquele ligado as atividades da sapataria da família, e esta ao espaço do Porto do Sal, onde a família desenvolvia seu negócio. Nestas oralidades o passado surge como um tempo áureo, de prestígio social e econômico, onde todos “eram amigos” e se podia “ficar na rua” e desfrutar a rua com tranquilidade. Esta imagem se contrapõe a de uma Dr. Assis atual desagregadora das relações sociais de outrora, que prende as pessoas em suas casas, em seus muros e grades. Surgindo assim a necessidade de transformação e adaptação do espaço ante as exigências de uma “vida moderna”. Adaptações que nos anos 30 e 40 faziam parte do processo modernizador deflagrado na cidade, pelas mãos de engenheiros e arquitetos licenciados, e consumidos por uma nova classe social. Anos mais tarde, as modificações dentro da área passam a ser estimuladas pela entrada de novos materiais no mercado regional, em virtude da abertura da estrada Belém-Brasília acarretando, entre outras modificações na paisagem, o aumento do gabarito na área e as novas tipologias dentro do lote estreito do bairro.

O senhor J.Q. também se volta para a Dr. Assis, confrontando as paisagens passadas com as atuais, com tom saudoso do pretérito como uma boa época, onde

se podia andar tranquilamente pelo logradouro sem o temor da violência de hoje. Porém, o passado deste senhor, embora melhor que a condição presente da vivência no espaço, não gera a inconformação da perda. Como em algumas passagens do senhor J.C.M., de dona M.C.M.S.F. e de dona G.A.C.. Aquela resignação para com o presente é a mesma encontrada na fala do senhor Sebastião, que consegue ver pontos positivos na vida contemporânea.

Outros pontos de vista encontram-se nas visões de dona A.L.B. e do senhor N.T. para com a paisagem presente, os quais pelos motivos revelados nas entrevistas são inconformados com o vivenciar os aspectos contemporâneos do espaço. A situação presente é marcada pelo desconforto em continuar com seus negócios na área. Os problemas do presente se mostram tão aflorados, que a paisagem antiga não se sobressaiu como um passado afetuoso perdido.

A ocupação da área lateral à Igreja do Carmo e a perda da “ponte bonita” que permitia o passeio no final da tarde, ou mesmo o banho de rio da antiga Cidade Velha, também são apontados como reflexo da mudança dos tempos na confrontação entre o passado e o presente.

Os trilhos incrustados nos paralelepípedos que revestiam a rua e o bonde que por ali passava, são rememorados como símbolos de antiguidade tanto da Dr. Assis quanto dos próprios aedos. Senhores e senhoras, que ao se colocarem “no tempo original” recitando a frase “sou da época do trilho, quando tinha o bonde”, acabam por demarcar sua historicidade naquele espaço. Ao voltarem para o atual contexto, confrontam o bonde com o fluxo intenso de veículos, o Bagé fora substituído por “van” e “Kombi”.

Além desses fatores o surgimento dos grandes supermercados fez com que as pequenas mercearias, estivas, armazéns fossem desaparecendo do local, diversidade importante para a manutenção do fluxo da vida no logradouro.

Do contato com os agentes, emergem as paisagens de um passado narrado, capaz de edificar espaços de convivências, os pontos de encontro, assim como recriar as relações sociais que aglutinavam as pessoas nos “marcos da memória”. Desta forma a integração entre a oralidade e demais fontes, despontou para o conhecimento dos estratos de história ainda presentes, ou transformados nas configurações “originais” ou ainda apagados materialmente, porém vivos na memória dos aedos.

Com base nos marcos da memória, elaboramos um mapa pontuando tais objetos evocados, apêndice A. O destacamento destas fontes das lembranças do grupo de moradores pode contribuir para engendrar projetos que visem resgatar e preservar a identidade da comunidade para com o patrimônio cultural. Um exemplo deste tipo de projeto foi desenvolvido em algumas cidades do estado do Pará, como Óbidos e Vigia, denominado de “Museu Contextual” ou “Museu de Rua”.

Esta prática contou, entre outras fontes de pesquisa, com a fonte oral, a participação da população local a partir da narrativa a fim de resgatar os lugares de importância cultural das cidades. O projeto contou com a fixação de painéis nas edificações relevantes - as quais emergiram nas pesquisas das fontes históricas – nestes painéis, os prédios foram contextualizados ao longo do tempo com informação historiográfica, fotográfica e arquitetônica, até a atualidade (PARÁ, 2002).

Embora algumas edificações se apresentassem modificadas de suas formas originais, ainda assim foram destacadas como de interesse ao resgate da identidade local, a relevância afetiva do “nativo” para com os objetos serviu para trabalhar a auto-estima destes e o patrimônio cultural. Desta forma, as imagens formadas pelas narrativas dos moradores da Rua Dr. Assis, também servem de aporte para a reconstrução e o resgate de uma cidade eclipsada aos olhos de moradores e transeuntes que vivenciam aquele espaço, mesmo que a materialidade se faça ausente, os marcos de memória podem ser associados às informações historiográficas e fotográficas fazendo com que a matéria perdida seja reinserida ou incorporada na memória local, evidenciando uma das camadas da historicidade do bairro.

Etnografia de rua como incremento à reflexão e valorização da diversidade de bens imóveis em conjuntos tombados

De acordo com o exposto ao longo do trabalho, a imersão na Rua Dr. Assis, procurou o reconhecimento deste logradouro - que se encontra dentro de um conjunto urbano tombado pela instância municipal em 1990 - objetivando uma releitura daquilo que foi classificado como imóveis de renovação pela Lei 7.709 de 1994 - que dispõe sobre a preservação e proteção do patrimônio histórico, artístico, ambiental e cultural da cidade. A paisagem definida como “sem interesse à preservação”, no tecido urbano tombado necessita, assim como a de interesse à preservação, de incessante de reflexão.

Assim a adoção do método etnográfico, baseado na etnografia de rua, foi a espinha dorsal para a releitura desta paisagem. O seu desenvolvimento como aporte para o levantamento e discussão das questões patrimoniais se fizeram eficazes, uma vez que a cada “caminhar” no campo, temas que necessitavam de aprofundamento, puderam ser explorados.

Meu reconhecimento sobre a rua, pautado na desconstrução do olhar de arquiteta, sobre um deambular descompromissado, conseguiu apreender uma nova Dr. Assis, distante das medidas métricas da trena. Pude perceber “o viver” naquele espaço, que outrora era apenas classificado com o “x” nas fichas de papel, indicando seus usos: comercial, habitacional, misto, serviço, religioso e etc. Desta vez, senti, a “rede de balanço” estendida na varanda da habitação de uso misto, a mobilização dos funcionários mediante a chegada e descarregamento de materiais de construção no comércio, a calçada em lioz que se torna pátio da habitação no final de semana para a lavagem do carro, o “encher e esvaziar” de pessoas na rua de acordo com o horário comercial, o domingo de missa nas igrejas da Sé e do Carmo.

O “sentir” que se revelou intenso no segundo momento de contato com os nativos, que ali residem. Como foi o caso de dona A.M.V.M. que tinha como sua primeira lembrança do espaço a festividade do Círio de Nazaré, assim como M.M.M.R, para quem a rua neste período era superinteressante, pois passavam todos os tipos de pessoas e ali era um espaço que “você sentia” as festividades. O Círio, o Natal, sentir que as pessoas eram mais amigas no passado. Um sentir arraigado pela vivência, vivenciar o espaço, ação que não deve se afastar da profissão de arquiteto e urbanista.

Minha reinserção nesta área, a qual eu estava aparentemente acostumada a observar, possibilitou a experiência do estranhamento e a apreensão destas e de outras simples situações, que fizeram com que ao voltar-me para o cotidiano profissional, tais particularidades tomassem nova proporção e contribuindo para a releitura da paisagem.

Do primeiro contato com o nativo, a indumentária de pesquisadora fez com que alguns informantes ficassem melindrados em falar sobre as reformas nos imóveis que os mesmos moravam, ou mantinham comércio. Das falas surgiu um monstro chamado 'O Patrimônio', a personificação do termo, que adquiriu ações humanas de punir qualquer transformação no espaço. Este fato demonstrou uma relação conflituosa entre os moradores locais – dos imóveis de renovação – para com os órgãos patrimoniais que atuam na área. O campo trouxe o tema “patrimônio”, que revestiu esse primeiro contato, e a busca por uma conceituação e sua desconstrução do discurso oficial, objetivando relativizar seu entendimento.

A cada imersão, surge um tema, e a cada tema a necessidade de uma nova imersão. Assim, foi dada a voz aos “guardiões oficiais” do patrimônio, agentes tão responsáveis pela conformação da “nova” paisagem, quanto os moradores e comerciantes locais, visto que a aprovação das intervenções nos imóveis da área – quando informada - passa por suas mãos. Neste contato, o objetivo principal foi obter destes agentes como essa paisagem é moldada dentro dos órgãos, se existia diretrizes para a configuração espacial de uma nova edificação, e ainda o olhar do técnico diante sobre a caracterização arquitetônica da Cidade Velha assim como a manutenção de sua harmonia.

Como resposta às questões colocadas, e outras que surgiram no decorrer das entrevistas, foi possível perceber – independente das subjetividades – que paira uma homogeneidade no cerne das respostas, no que se refere a: itens de manutenção da harmonia do conjunto, os quais foram os itens identificados na normatização prevista na lei como gabarito e afastamentos; avaliação das categorias de classificação da Lei 7.709, onde todos concordaram que muitos imóveis deveriam ter sido classificados em categorias diferentes; o posicionamento quanto aos procedimentos projetuais solicitados aos técnicos dentro do órgão, foram os mesmo indicativos para se “manter a harmonia do conjunto”; a caracterização arquitetônica do Bairro da Cidade Velha varia na predominância do eclético, que por sua vez, ora

é “apenas eclético”, ora transparece a metamorfose de outras linguagens anteriores, e assim acaba por se matizar à estética arquitetônica imperial e colonial. Esta caracterização coloca a “descaracterização” no sentido oposto, com sua força destruidora de tipologia, volumetria e morfologia. De acordo com a fala dos guardiões, a tipologia de caracterização genérica do bairro são casas de 1 até 3 pavimentos, sobrados de porão baixo e alto, com até dois pavimentos, além das igrejas. Estão relacionadas aos usos habitacional, comercial, misto, serviço e religioso. A tipologia que abriga o uso multifamiliar vem como a força



Figura 77: Imóvel que “descaracteriza” o caráter do bairro. Quebra volumétrica e tipológica. Foto: Felipe Moreira, 2012.

“descaracterizadora” do local (Fig.77), além da “perturbação” tipológica, causa também a perturbação volumétrica. Como exemplo de quebra do padrão morfológico, referente aos lotes das quadras, temos na rua um caso de remembramento de lotes, a intervenção da loja Y.Yamada localizada no final da via, exposta anteriormente no trabalho. Nesta ocorrência embora a fachada seja cenarizada, dando a entender que exista a subdivisão dos lotes, o terreno correspondente aquela intervenção foi desmembrado, quebrando o padrão morfológico da área.

Somado aos questionamentos anteriores a inquietação quanto ao fato de pessoas, tanto da área de preservação patrimonial quanto o senso comum, recorrerem às frases “a Cidade Velha é colonial”, “a Cidade Velha e sua arquitetura colonial” ou ainda “o tombamento da paisagem colonial do Centro Histórico”. Como resposta, dois entrevistados refutaram e um reiterou tal aspecto colonial.

A partir deste momento, buscou-se a imersão na revisão bibliográfica, aprofundando em legislações e estudos desenvolvidos por órgãos preservacionistas sobre a temática. Surge dentro deste caminhar questões como ambiência e harmonia, relacionados à volumetria dos bens imóveis, sempre associados aos estudos elaborados pelo IPHAN ao longo de sua atuação dentro do estado. Dentro dos documentos levantados, vamos ver o empenho deste órgão quanto ao resguardo da questão volumétrica, sobretudo para com as áreas de entorno do bem

tombado. Assim, o discurso que apreendemos nas entrevistas com os guardiões do patrimônio, que faz a relação ambiência/harmonia-volumetria, foi também identificado nas atividades da instância preservacionista federal. Outro ponto importante refere-se ao “espírito colonial” delegado ao bairro da Cidade Velha em uma lei municipal de 1967, e também à Lei Orgânica de 1990, que tomba o CHB “de ocupação portuguesa”. Além desta busca, procuramos mais uma vez desconstruir a noção de “paisagem”, assim como estabelecer um diálogo desta como categoria de preservação patrimonial cultural.

Destacamos o resultado da experiência da atividade do olhar compromissado, feita pelos estudantes do terceiro ano do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPA, como um ponto importante para reflexão da atribuição de valores aos bens patrimoniais e também de grande valia ao trato com as diretrizes de novas construções e para prática projetual de arquitetos e engenheiros que se desenvolvem naquele espaço. Ressaltamos desta atividade dois pontos, o primeiro tange a própria avaliação dos alunos, e o segundo advém desta avaliação, onde revelou-se o modo como os imóveis de renovação comprometem a leitura histórica, a leitura estética ou histórica e estética simultaneamente da paisagem.

De acordo com as respostas dos alunos, a aparência ou “não aparência” dos imóveis com o bairro da Cidade Velha, se enquadraram em eixos de temas tais como:

- Necessidades contemporâneas: forma como as edificações foram se adaptando às exigências do modo de vida “contemporâneo”.
- Uso do solo: o uso implantado na edificação.
- Uso de materiais: materiais construtivos empregados na edificação.
- Configuração geométrica de fachada: modelação plástica da fachada.
- Monumentalidade: tamanho da edificação.
- Camuflagem e mimetismo: tendência de uma edificação ter aparência de outra.

A partir desta avaliação trazemos para a reflexão alguns valores das duas categorias “maiores” – rememoração e contemporaneidade – propostas por Rielg (2006), na virada do século XIX para o século XX para análise da noção de monumento histórico. Este autor não aborda o monumento histórico apenas sob a

perspectiva profissional, mas pelos sentidos que a sociedade o atribui, assim implanta a dupla abordagem, histórica e interpretativa (CHOAY, 2001).

Identificamos na atividade dos alunos sentimentos que moveram os mesmos a enquadrarem as edificações nas duas categorias proposta, aos que têm aparência e os que destoam do Bairro da Cidade Velha. Tais sentimentos em muito se assemelham às apreensões de Riegl para determinação das categorias de valores, ligados ao passado e contemporaneidade. A questão que levantamos aqui, não se refere a atribuição dos valores de Riegl por parte dos alunos, mas ao sentimento que “paira” e se assemelha aos identificados pelo autor.

Desta forma destacamos o valor de antiguidade, ou ancianidade, que Riegl (2006) define como um valor que independe da classe social para sensibilizar o espectador, ou mesmo de conhecimento científico para tal percepção, uma vez que este age sobre as massas e está pautado nas imperfeições das obras, na falta de integridade e na tendência de dissolução de formas e cores, este conjunto de características acabam por se opor as características das obras modernas. Assim que uma obra é concluída a ação do tempo passa a atuar sobre ela, começa a destruí-la “[...] agentes mecânicos e químicos tendem a decompor o objeto singular em seus elementos e a fundi-lo na grande totalidade amorfa da natureza” (Riegl, 2006, p.71). Os alunos ao avaliarem os imóveis como tendo aparência do bairro, o reconhecimento da passagem do tempo na edificação, da “antiguidade” estampada nas fachadas fez com que a classificação fosse imediata, e sem hesitação (Fig. 78).

Outro valor destacado tange à contemporaneidade, é o valor de arte. Segundo Riegl (2006), valor de contemporaneidade toma o monumento na forma igual a uma criação moderna recente, exigindo que tal monumento se apresente no aspecto integro e intacto à destruição da natureza. Assim como os demais monumentos, este responde a expectativa do sentido e do espírito, igualmente às obras novas e modernas. O valor de arte se divide em dois outros valores, o valor de arte relativo e o valor de novidade.

O valor de arte relativo está diretamente ligado ao que Riegl (2006) chama de *kunstwollen* – a vontade artística. Cada época tem uma vontade artística, uma vez que, o ponto de vista moderno nega a existência de um cânone artístico único, absoluto. A *kunstwollen*, segundo o autor, faz com que um monumento não possa “apresentar um valor artístico para as gerações ulteriores: e menos poderá quanto

mais antigo for, e estiver separado da época moderna por um grande lapso de tempo ou pela evolução artística” (RIEGL, 2006, p.108).

Assim, o autor faz um questionamento: como às vezes preferimos uma obra antiga a uma obra moderna? A explicação para este fato se dá, devido à obra antiga responder a alguns aspectos da *kunstwollen* moderna. Vimos inicialmente que a vontade artística contemporânea, exposta por Riegl, repugna os aspectos que não a satisfaça, ou seja, os valores de antiguidade que se revelam na face da obra. Desta forma se na obra antiga “os aspectos desagradáveis não prejudicam a impressão do conjunto, sem dúvida é porque, [...] os aspectos atraentes da obra sobrepõe-se totalmente aos repugnantes” (RIEGL, 2006, p.109). Ao se excluir destes, o valor de novidade – aquele ligado ao aspecto intacto e acabado da obra – atribui-se ao mesmo um valor de arte atual, o valor de arte relativo. Desta maneira, a obra antiga pode satisfazer em alguns aspectos a vontade artística contemporânea.

O outro valor de arte, o valor de novidade - que acaba por caminhar junto com o valor de arte relativo - segundo Riegl (2006), a vontade artística moderna exige de um monumento antigo que sua forma física esteja ausente de degradação. Este valor é clamado pela sociedade através do “conserto” da degradação, seja um reboco, uma pintura, um canto arruinado. Mas também, em contrapartida:

Exigimos da criação recente integridade total, não somente da forma e da cor, mas também do estilo. Em outras palavras, a obra moderna não deve lembrar obras anteriores nem por concepções nem por tratamento de detalhe de forma e cores (RIEGL, 2006, p.101).

Assim posto, destacamos primeiramente o sentimento dual que pairou entre os alunos nas edificações do tema “camuflagem e mimetismo”. Tal sentimento pode-se valer no caso dos imóveis que adotam a fórmula “manter o ritmo de vãos + volumetria”, esta fórmula se assemelharia ao excerto acima, que salienta um aspecto do valor de novidade onde um imóvel tenta extrair a essência, a forma de uma obra anterior, com os dos vãos. Onde tal adoção causa estranheza, conseqüentemente um sentimento dubio, que emergiu dos estudantes em relação à construção da edificação do grupo Y.Yamada. A caracterização do conjunto da intervenção nas justificativas misturou o não entendimento se a mesma pertencia a um passado ou a contemporaneidade.

Outro ponto que salientamos, cabe à questão do “culto” destinado pelos alunos às obras “antigas” que mantiveram o aspecto integro de suas formas, com sua fachada ausente de degradação, com a pintura e o tratamento de revestimento ao gosto contemporâneo. Estes imóveis foram classificados como formas “exemplares” de aparência da Cidade Velha, se diferenciando dos demais com a mesma classificação, pelo valor adicional que lhes foi agregado, pois além de terem a aparência, sua aparência foi cultuada. Assim o sentimento que pairou nestes casos (Fig. 79) e (Fig.80) foi diferente em relação ao imóvel que apresentou os traços da ação do tempo em sua fachada, neste, mesmo não havendo hesitação da atribuição da aparência do bairro (Fig.78).



Figura 78: Edificação classificada pelos alunos, como possuidora da aparência da Cidade Velha. Embora não havendo hesitação na classificação, em comparação aos imóveis das figuras 79 e 80, as justificativas foram “desprovidas do sentimento de apreciação”.
Foto: Felipe Moreira, 2012.



Figura 79: Palacete Pinho, edificação localizada na Rua Dr. Assis hoje pertencente à prefeitura do município de Belém, destacada pelos alunos como um “exemplar” de aparência do bairro. O valor de novidade, expresso pelo processo de restauração do imóvel, foi fundamental para esta determinação.
Foto: Felipe Moreira, 2012.



Figura 80: Casa da “D.O.” localizada na Rua Dr. Assis, recentemente passou pela recuperação da fachada com incentivo do programa federal “Monumenta”, foi outra edificação apontada pelos discentes como exemplar de aparência do bairro, destacamos as motivações da figura anterior, para o “culto”.
Foto: Felipe Moreira, 2012.

Resgatando a colocação de Choay (2001), quanto ao valor de rememoração que segundo Riegl (2006) dominaria os demais valores no século que estava por vir, fato não constatado, uma vez que o acúmulo do patrimônio histórico arquitetônico só veio aumentando ao longo do século passado. O culto de antiguidade tinha como satisfação a contemplação do ciclo natural de surgimento e desaparecimento de monumentos. Segundo a autora, o valor de novidade e o valor econômico – este último não previsto por Riegl (2006) – prevaleceram sobre o valor de antiguidade.

Destacamos que nos exemplos colocados neste trabalho, a aparência de novo com que os bens imóveis são hoje colocados, comprovam o apreço da sociedade contemporânea para tal característica, elevando a novidade à vetustez. Implicando no fato da *kunstwollen* de nossa época preferir o desgaste à ao aspecto novo e acabado da obra.

A partir desta experiência aplicada com os alunos, passamos a refletir sobre o conjunto dos imóveis de renovação, no tocante ao comprometimento da leitura da paisagem que ali se encontra. Assim aliamos as informações apreendidas nas imersões de campo e bibliográfica para análise das edificações de renovação. Estas reflexões foram organizadas no quadro expositivo do apêndice B, e definidas da seguinte maneira:

- **Apropriação de uma colonialidade “perdida”**: categoria que enquadra as edificações que se utilizam da solução dos arcos denominados popularmente de “coloniais” - aqui se apresentam em formas de arcos plenos ou abatidos - para encerrarem os vãos de portas e janelas. Aqueles que possuem dois pavimentos geralmente têm o vão do pavimento inferior alargado para comércio ou garagem. Na maior parte dos exemplos não há uma intencionalidade de reprodução dos ritmos de aberturas provenientes de arquiteturas passada, apenas os arcos nos vãos, surgem como formas de apropriação de uma colonialidade perdida (ou como forma de dispersão, dissolução de uma colonialidade) com a transformação do espaço, uma forma inconsciente de diálogo com o passado. Estes imóveis apresentam suas soluções de fachadas com formas e elementos que não impedem a leitura estética das demais edificações do conjunto, porém, em

si, estético e historicamente não transmitem ou delimitam o período de sua fatura.

- **Perturbação Visual** - esta categoria de edificações, se aproxima da categoria anterior, onde o “vazio” da expressividade plástica provoca desconforto visual. Esta categoria apresenta como diferencial da categoria anterior, as forma dos vãos, nos exemplos a seguir não há a apropriação do “arco colonial” nas fachadas, que são encerradas pelas vergas retas. Esta tipologia é fortemente ligada ao comércio, sendo uma arquitetura que não compromete a leitura das edificações do conjunto, porém, igualmente à categoria anterior, histórico e esteticamente não delimitam o período de sua fatura.
- **Camuflagem e Mimetismo “pela subtração”** - esta categoria de edificações, enquadra os imóveis que soam terem perdido de sua composição de fachada elementos e ornamentos que denotam outra época. Comprometendo a leitura histórico e estética da paisagem local, não expressam e nem assumissem seu “tempo”. É um tipo de solução arquitetônica que vem se tornando usual – em outros pontos da cidade e em outras cidades – para fechar as “lacunas” do tecido, dialogando com arquiteturas de período anterior.
- **Camuflagem e Mimetismo “pela adição”** - esta categoria de edificações, enquadra os imóveis que apresentam em sua composição de fachada elementos e ornamentos que fazem com que a fachada transmita uma aparência arquitetônica de outra época, se aproximando de um pastiche, comprometendo a leitura histórico e estética da paisagem local, não expressam e nem assumissem seu “tempo”. Nos exemplos ao lado, destacamos os frisos, os quais apresentam seu dimensionamento desproporcionais, assim como a aparência material “recente”.

A categoria a seguir, que se subdivide em três, encontram-se os conjuntos de edificações que atualmente apresentam em sua feição o testemunho de uma etapa

particular da atividade humana, e que marca um determinado período da história da arquitetura. São exemplares não julgados pela excepcionalidade estética da linguagem que representam, mas pela importância do testemunho de uma época. A questão da quebra de “harmonia” em virtude da volumetria, ou alinhamento de fachada, também não foram levados em conta, uma vez que estamos tratando da paisagem que se encontra no local consolidada.

- **Tendências modernizantes** - estão as edificações que se proliferaram na cidade a partir dos anos 30, sendo estas ligadas ou não a um caráter mais popular de execução das formas.

- **Tendência art-deco** – edificações que apresentam em sua fachada inspirações, adaptações dos elementos ou carregam vestígio da linguagem art-deco.

- **Tendência neo-colonial** – edificações que apresentam em sua fachada inspirações, adaptações dos elementos ou carregam vestígio da linguagem neo-colonial.

- **Tendência modernista** - temos a presença de edificações com a tipologia de uso misto unifamiliar, fachadas sem ornamentação, geometrizadas, presença de sacada; edificações com a tipologia multifamiliar, com o programa inovador, apresentando sacadas, marcações geometrizadas, ausente de ornamentação; e nos dois últimos exemplos, edificações conhecidas como raio-que-o-parto, versão regional da linguagem modernista, caracterizada pelo revestimento e ornamentação da fachada por azulejos e/ou seus fragmentos, compondo formas geométricas.

- **Contemporâneo** - estão as edificações que apresentam em suas fachadas elementos e materiais que não comprometem a leitura histórico-estética do conjunto. Atribuindo o caráter contemporâneo aos imóveis. Nos exemplos podemos observar o uso de grades que se distanciam esteticamente dos gradis de outrora; uso de pastilha; vãos fechados por esquadrias de alumínio e vidro e etc.

Choay (2001) trata de uma questão que devemos trazer para reflexão das categorias acima. A autora discorre uma hipótese sobre “a competência de edificar”, que consiste na:

[...] capacidade de articular entre si e seu contexto, com a mediação do corpo humano, elementos cheios ou vazios, solidários e jamais autônomos, cujo desdobramento na superfície da Terra e na duração tem um sentido tanto para aquele que o edifica quanto para aquele que o habita [...] (Choay, 2001, p.250).

Segundo a autora essa competência de edificar está ligada a configuração tradicional da cidade, do edifício, na organização das paisagens, no traçado das vias e que contribuem para o estabelecimento das relações entre os homens e com o mundo natural. Choay (2001) faz uma analogia desta competência de edificar com a competência inata do homem que é a linguagem articulada, segundo ela, ambas se concretizam mediante a prática e pelo exercício e envolvem todo o organismo humano, nossos receptores sensoriais. A competência de edificar está pautada em uma dimensão antropológica, em um construir articulado, contextualizado e modulado na dimensão humana e que segundo a autora a cultura do patrimônio ajuda a ocultar, uma vez que os fenômenos da inflação patrimonial, que gera o comportamento narcisista, encaminham para a perda da função construtiva substituindo-a pela função defensiva.

Seguindo na mesma linha de pensamento da autora, no que tange a reapropriação da capacidade de substituição desse patrimônio, ressaltamos que as formas de intervenção expostas anteriormente neste trabalho, nas categorias, devem ser objeto de reflexão crítica dentro de uma “competência de edificar” nos órgãos preservacionistas que autorizam projetos e reformas dentro de áreas tombadas. As categorias “Apropriação de uma Colonialidade ‘Perdida’”, “Perturbação Visual”, “Camuflagem e Mimetismo ‘pela subtração’” e “Camuflagem e Mimetismo ‘pela adição’”, mostram nos exemplo explorados da Rua Dr. Assis, que neste momento de releitura do espaço, não são as melhores soluções de preenchimentos das lacunas e composição do conjunto. As duas primeiras categorias embora não atrapalhem a leitura estético-histórica da paisagem, não delimitam sua historicidade no espaço e não testemunham uma época.

As duas ultimas categorias, foram apontadas como mais problemáticas em relação as duas primeiras, devido ao comprometimento da leitura estético-histórica,

em virtude da confusão dos elementos formais constituintes de suas fachadas. A “Camuflagem e Mimetismo ‘pela adição’” é menos perigosa que a “Camuflagem e Mimetismo ‘pela subtração’”, pelo motivo deste tipo de composição que aos olhos de um técnico do patrimônio, é identificável claramente como um pastiche, uma arquitetura *fake*, fato que impede uma aprovação projetual que tomem estas características. Porém a segunda camuflagem e mimetismo, por ser uma solução que vem sendo permitida pelos órgãos preservacionistas, e reproduzida ao longo do tecido tombado, assim como em outras áreas onde há o diálogo com uma edificação de arquitetura anterior, deve ser objeto de revisão. Acaba por gerar uma solução fixa, generalista, descontextualizada na construção do espaço.

A categoria “Contemporâneo”, por sua vez, pela demonstração dos traços legíveis de uma nova intervenção no espaço, foi apontada como um dos caminhos a serem adotados nos preenchimentos das lacunas, ressaltamos aqui, a categoria pelas características que pairam sobre ela, e não a adoção dos exemplares destacados na categoria.

Assim, visto que a dinâmica de transformação nestes espaços de renovação permitem que novas formas sejam inseridas no tecido historicizado, os exemplos colocados nos deixam para a reflexão a pergunta: onde estaria a capacidade de substituição e produção do patrimônio na contemporaneidade? Estamos no momento de começar a questionar de forma efetiva esses diálogos entre antigo e contemporâneo.

Do segundo contato com os moradores e comerciantes, surgiu a nova perspectiva da rua, pautada nas memórias na antiga paisagem, a historicidade do local passou a ser consolidada na fala dos aedos do presente. A paisagem que a primeira vista provocava repúdio, por não manter a ordem patrimonial em virtude de um não enquadramento à configuração da herança portuguesa, passou a revelar novos significados. De dentro das unidades que compõe este recorte do conjunto, saem as vozes e demais fontes, que dão uma nova perspectiva à rua.

A nova Dr. Assis se descortinou nas narrativas dos moradores e comerciantes, revelando que o predomínio do uso comercial que temos hoje ao longo da via, não era constituído apenas pela venda de motores e ferragens, mas pela diversidade de tipos de comércio. Padarias, armazéns, mercados, oficinas, loja de tecido, venda de comidas típicas, ou seja, uma complexidade comercial que dava

apoio à função residencial predominante de outrora. Esta característica, perdida ao longo do tempo, proporcionava uma boa qualidade de vida para os moradores, uma vez que estes supriam suas necessidades de compras dentro do próprio bairro. A mudança funcional do logradouro, baseado quase que predominantemente em lojas de motores e ferragens, juntamente com o incremento do transporte público e alternativo, atualmente, fez com que o bom funcionamento da área residencial fosse prejudicado.

As narrativas, porém, foram capazes de identificar os “marcos da memória”, edificações e espaços, onde alguns embora perdidos em sua materialidade, devam ser pontuados e contextualizados no tecido do bairro, como forma de resgate e reinserção deste passado dissipado no tempo e nas transformações do espaço.

Reiteramos ainda, que o método etnográfico como instrumento de pesquisa na área do patrimônio cultural é um insumo significativo no trato com edificações tombadas em conjuntos/centros/cidades históricos, uma vez que a análise e interpretação das fontes emergidas no transcorrer do estudo, provocaram resultados que podem ser utilizados para balizar o diálogo dos órgãos preservacionista x usuário, nas ações de políticas públicas voltadas para este setor como também no que diz respeito aos reparos, às reformas, ao restauro e às novas construções.

O contato com as vozes que demandam melhorias no seu habitar – melhorias sobre o ponto de vista do usuário, sejam elas transformadoras positivas ou negativas da paisagem patrimonial – possibilita aos técnicos (arquitetos) dos órgãos responsáveis pela aprovação das intervenções nos imóveis, soltarem as amarras do pensamento mecanicista em considerar apenas a dimensão métrica, possibilitando aos mesmos a apreensão das redes de significações que envolvem a relação habitante-lugar.

A apreensão da dimensão simbólica, como exposto no trabalho, presente nas vivências das pessoas no usufruto do espaço, assim como nos aspectos do próprio espaço é capaz de conferir êxito ou insucesso de uma intervenção arquitetônica. Para isso o arquiteto deve se propor a perceber e articular os valores e significados agregados no espaço (RIBEIRO, 2005). A realização do aspecto humano da arquitetura – o Habitar – provém, além de outros fatores, da consciência do arquiteto ante aos espaços que o mesmo concebe, no caso deste trabalho ao espaço que se permite conceber, e às pessoas que nestes lugares irão viver/vivem.

Diante das considerações que tange o patrimônio cultural, cada vez mais abrangente, com o valor relativizado, que tende a fundir a divisão material e imaterial, ressaltamos a importância da adoção de um levantamento cadastral, por parte dos órgãos públicos, que contenha em um espaço destinado à oralidade dos moradores mais antigos. Esta fonte é capaz de refazer parte do passado, em seus usos e costume, nas relações sociais aliadas à materialidade, que se mantém ou que foi perdida no local. Portanto a paisagem proveniente destas pode ser levada em conta, identificadas, reconhecidas e resguardadas no momento de um inventário de bens imóveis.

A revisitação às fontes que deram origem a tal paisagem se mostraram de extrema importância para o processo de reavaliação dos valores empregados naquele contexto. A característica intrínseca à cidade, sua dinâmica, faz com que determinado tipo de classificação, como o proposto pela lei de 1994, não devam ser imutáveis, assim, passíveis a releituras em determinados período de tempo, para que novos valores culturais sejam identificados e assim agregados, contribuindo para a manutenção da cultura local.

REFERÊNCIAS

Referências Bibliográficas

- ALUNORTE. *Belém do Pará*. São Paulo: Gráfica Editora Hamburg, 1995.
- BECKER, Howard S. De Que Lado Estamos? In: BECKER, Howard S., *Uma Teoria da Ação Coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução a Análise do Discurso*. Campinas: Editora UNICAMP, 2006.
- CARDOSO, Ana Claudia; NASSAR, Flavio Sidrim. *Pobreza Urbana e o Centro Histórico de Belém*. Disponível em < <http://www.forumlandi.com.br/?action=bibliotecaProcuraSubmit> > Acesso em: 5 mai. 2007.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural: Conceitos, Políticas, Instrumentos*. Belo Horizonte: Editora Annablume, 2009.
- CHOAY, Françoise. *Alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- CRUZ, Ernesto. *As Edificações de Belém: 1783-1911*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1971.
- CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Belém: CEJUP, 1992.
- FEKETE, Laszlo Janos. Turismo Sustentável e o Uso de Fontes Renováveis de Energia. In: Lage, Beatriz Helena Gelas (Org.). *Turismo Hotelaria e Lazer*. V.1. São Paulo: Editora Atlas, 2004.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Caminhos da Memória e do Tempo. In: FIGUEIREDO, Aldrin Moura de; BRITTO, Rosangela Marques de; LIMA, Maria Dorotéia de. *Pedra & Alma: 30 anos de IPHAN no Pará*. Belém: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2010.
- FONSECA, Maria Cecília Lourdes. *O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MINC-IPHAN, 2005.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989.
- GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. *A Retórica da Perda: o Discurso do Patrimônio Cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria do pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GREGOLIN, Maria R. *Análise do discurso: as materialidades do sentido*. São Paulo: Claraluz, 2003.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

KOHLSDORF, Maria Elaine. *A apreensão da forma da cidade*. Brasília: Editora UnB, 1996.

LAPLATINE, François. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

LIMA, Alexandre Martins de. Pelos Trilhos dos Tramways: Modernidade e Urbanidade em Belém do Pará de 1869 à 1947. In: *Seminário Internacional Amazônia e fronteiras do conhecimento*, 2008. Disponível em: <<http://fauufpa.files.wordpress.com/2012/04/gt5-453-1484-20081125021830.pdf>>. Acesso em: 2 dez. 2012.

LOUREIRO, F. J. F.; SANTIAGO, Alina Gonçalves. *Desenvolvimento Sustentável otimizado pela Preservação dos Centros Históricos na Sociedade Globalizada*. In: Anais do 3º SEPEX- Semana de Pesquisa e Extensão da UFSC. Florianópolis: UFSC, 2003.

MAINGUENEAU, Dominique. *Termo-Chave da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

MEIRA FILHO, Augusto. *Evolução Histórica de Belém do Grão Pará*. Vol. II. Belém: Editora Grafisa, 1976.

MENDONÇA, Isabel Godinho. *Antonio José Landi (1713/1791): um artista entre dois continentes*. Lisboa: Editora Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

MIRANDA, Cybelle Salvador; CARVALHO, Ronaldo Marques de. Dos mosaicos às curvas: a estética modernista na Arquitetura residencial de Belém. In: *DOCOMOMO N-NE*, 2., 2008, Salvador. Anais eletrônicos – DOCOMOMO N-NE. Salvador: UFBA, 2008. Disponível em: <http://www.docomomobahia.org/AF_Cybelle%20Miranda%20e%20Ronaldo%20Carvalho.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2013.

PARÁ. Secretaria Executiva de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico Artístico e Cultural. *Vigia Museu Contextual*. Belém, 2002.

PENTEADO, Antonio Rocha. *Belém do Pará: Estudo de Geografia Urbana*. Vol. I, II. Belém: Editora UFPA, 1968.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. John Ruskin e as Sete Lâmpadas da Arquitetura – Algumas Repercussões no Brasil. In: RUSKIN, John. *A lâmpada da memória*. Cotia: Atelier Editorial, 2008.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

RIAL, Carmen. Pesquisando em uma Grande Metrópole: Fast-foods e Studios em Paris. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (org.). *Pesquisas Urbanas: Desafios do Trabalho Antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

RIEGL, Aloïs. *O Culto dos monumentos: sua essência e sua gênese*. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2006.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

RICOEUR, Paul. *La Lectura del Tiempo Pasado: Memoria y Olvido*. Madrid: Arrecife, 1999.

SEGAWA, Hugo. *Arquitetura no Brasil, 1900 -1990*. São Paulo: EDUSP, 1999.

SILVEIRA, Flávio de Abreu. A paisagem como fenômeno complexo, reflexões sobre um tema interdisciplinar In: Orgs.: SILVEIRA, Flávio de Abreu & CANCELA, Cristina Donza. *Paisagem e Cultura*. Belém: EDUFPA, 2009.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. *Preservação do Patrimônio Cultural em Cidades*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006.

TILLEY, Christopher. Objectification. In: Tilley, C. et al (eds.), *Handbook of Material Culture*. New York: Sage: 2006.

TODOROV, Tzvetan. *Los Abusos de la memoria*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2000.

VELHO, Gilberto. O antropólogo pesquisando em sua cidade: sobre conhecimento e heresia. In: Gilberto Velho (org.), *O desafio da cidade*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira, *Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

VENTURI, Roberto. *Complexidade e Contradição em Arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

VERNANT, Jean-Pierre. Aspectos Míticos da Memória. In: VERNANT, Jean-Pierre, *Mito e pensamento entre os gregos: estudos de psicologia histórica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

Periódicos

ASSMAN, Aleida. A Gramática da Memória Coletiva. In: *Revista Humboldt*, ano 45, número 86, p.2, 2003.

BISPO, Raphael. Selecionar, disputar e conservar: práticas de comunicação social e constituição da memória nacional pelo IPHAN. *Revista CPC*, n.11, p. 1-193, nov. 2010/abr., 2011. Disponível em <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/cpc/n11/03.pdf> >. Acesso em: 04 nov. 2011.

BLANCO, Giovanni; CAMPOS NETO, Candido Malta. Redescobrimo o Art Déco e o racionalismo clássico na arquitetura belenense. *Arquitextos*. São Paulo, 03.032, jan., 2003. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.032/719> >. Acesso em: 15 jan. 2012.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Alternativas Contemporâneas para Políticas de Preservação. *Topos Revista de Arquitetura e Urbanismo*. Belo Horizonte v.1, p. 134-138, jul/dez., 1999.

CHAVES, Celma. Modernização, inventividade e mimetismo na arquitetura residencial em Belém entre as décadas de 1930 e 1960. *Risco*. São Carlos, n.8, 2008. Disponível em: <http://www.arquitetura.eesc.usp.br/revista_risco/Risco8-pdf/02_art10_risco8.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2012.

CHIAROTTI, Tiziano Mamede. O Patrimônio Histórico Edificado como um Artefato Arqueológico: uma fonte alternativa de informações. *Habitus*. Goiânia, v. 3, n. 2, p. 301-319, jul./dez., 2005. Disponível em: <<http://revistas.ucg.br/index.php/habitus/article/viewFile/61/61> >. Acesso em: 24 abr. 2012

CUNHA, Claudia dos Reis e. "Alois Riegl e 'O culto moderno dos monumentos'". *Revista CPC*. São Paulo, v.1, n.2, p.6-16, maio/out., 2006. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15586/17160> >. Acesso em: 12 abr. 2012.

FERNANDES, José Guilherme dos Santos. Do Oral ao Escrito: Implicações e Complicações na Transcrição de Narrativas Oraís. *Revista Outros Tempos*, v.02, n.2, 2005. Disponível em: < <http://www.outrostempos.uema.br/site/index.php/edicoes/79-edicao/73>>. Acesso em: 13 out. 2012.

HENRIQUE, Márcio Couto. O Desafio das Pesquisas Qualitativas. *Educativa*. Goiânia, v. 12, n.2, jul-dez., 2009. Disponível em: < <http://seer.ucg.br/index.php/educativa/issue/view/67/showToc>>. Acesso em: 8 set. 2012.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. *Anais do Museu Paulista*, v.18, n.2, dec., 2010. Disponível em < http://homolog.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-47142010000200008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> . Acesso em: 28 jun. 2011.

LEITÃO, Débora Krischke; MACHADO, Rosana Pinheiro. Trataras coisas como fatos sociais: metamorfoses nos estudos sobre cultura material. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*. Londrina, v.15. n.2, jul/dez., 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/8237/7166>> . Acesso em: 2 ago. 2012.

LIMA, Tania Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan.-abr., 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v6n1/a02v6n1.pdf>>. Acesso em: 6 out. 2011.

MAGALHÃES, Marcos Pereira. A Construção de Territórios Culturais pelas Antigas Sociedades Amazônicas. *Amazônia: Ciência & Desenvolvimento*, v.6, n.12, jan/jun., 2011. Disponível em: < http://www.bancoamazonia.com.br/bancoamazonia2/revista/edicao_12/n12_construcao_de_territor.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2012.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduação em História e do Departamento de História da PUC-SP*, n. 10, p. 7-28, dez., 1993.

PEREIRA, Renata Baesso. Tipologia arquitetônica e morfologia urbana. Uma abordagem histórica de conceitos e métodos. *Arquitextos*. São Paulo, 13.146, jul., 2012. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.146/4421>>. Acesso em 10 de fev. de 2013.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho; ECKERT, Cornelia. Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana. *Iluminuras – Banco de Imagens e Efeitos Visuais*. Rio Grande do Sul, n.44, p.3-25, 2001. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/30085/000672100.pdf?sequence=1&locale=en>>. Acesso em: 4 jun. 2011.

VIVEIRO DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. *Mana*. Rio de Janeiro, v.8, n.1, apr., 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132002000100005&script=sci_arttext> . Acesso em: 5 dez. 2012.

Teses, dissertações e monografias

CHAVES, Celma. *La Arquitectura em Belém, 1930-1970: Una Modernización Dispersa com Lenguajes Cambiantes*. Tese de Doutorado. Universidad Politécnica da Cataluña. Barcelona, 2004.

FERREIRA, Rachel Sfair da Costa. *Estudos dos Impactos de Modificações de Usos do Solo na Preservação do Centro Histórico de Belém (CHB)*. Tese de Mestrado. Universidade Presbiteriana Mackenzie, Curso de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2003.

MIRANDA, Cybelle Salvador. *Cidade Velha e Feliz Lusitânia: cenários do patrimônio cultural em Belém*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Belém, 2006. Disponível em: <<http://www.ppgcs.ufpa.br/arquivos/teses/teseTurma2003-cybelleSalvadorMiranda.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2012.

TUTYIA, Dinah R.. *Albergue: uma proposta de turismo e sustentabilidade no Centro Histórico de Belém*. Trabalho Final de Graduação. Universidade Federal do Pará, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Belém, 2010.

Legislação, Relatórios e Publicações da Administração Pública

BELÉM. Lei nº 6.307, de 03 de abril de 1967. Limita a Área da Cidade Velha para Sua Preservação Histórica e Dá outras Providências.

_____. Lei Ordinária nº 6769, de 30 de dezembro de 1969. Estabelece prioridade no alargamento da atual Travessa Padre Eutíquio, nesta Cidade. Disponível em: < http://www.belem.pa.gov.br/semaj/app/Sistema/view_lei.php?id_lei=2003 >. Acesso em: 28 fev. 2013.

_____. Lei Ordinária nº 7.055, de 30 de dezembro de 1977. Dá nova redação ao código de Posturas do Município de Belém. Disponível em: < http://www.belem.pa.gov.br/semaj/app/Sistema/view_lei.php?id_lei=2003 >. Acesso em: 28 fev. 2013.

_____. Lei Ordinária nº. 7121, de 28 de dezembro de 1979. Dá nova redação à Lei nº. 7.068, de 29 de agosto de 1978, de introdução do sistema normativo do uso do solo do município de Belém - LISUNO e dá outras providencias. Disponível em: < <http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/showinglaw.pl>>. Acesso em: 28 fev. 2013.

_____. Lei Ordinária nº. 7181, de 19 de outubro de 1981. Dispõe sobre o processo de Tombamento e dá outras providências. Disponível em: < http://www.belem.pa.gov.br/semaj/app/Sistema/view_lei.php?id_lei=1008>. Acesso em: 28 fev. 2013.

_____. Lei Ordinária nº 7.401, de 29 de janeiro de 1988. Dispõe sobre a política municipal de desenvolvimento urbano, de acordo com as diretrizes de estruturação espacial da Região Metropolitana de Belém (RMB). Disponível em: < http://www.ufpa.br/numa/legislacao_belem/lei_7401_bel.htm>. Acesso em: 25 fev. 2013.

_____. Lei Ordinária nº 7.455, de 17 de julho de 1989. Autoriza a criação da Fundação Cultural do Município de Belém e dá outras providências. Disponível em: < http://www.belem.pa.gov.br/semaj/app/Sistema/view_lei.php?id_lei=662>. Acesso em: 25 fev. 2013.

_____. Lei Orgânica do Município de Belém, de 30 de março de 1990. Disponível em: < <http://www.belem.pa.gov.br/semaj/app/paginas/lom.html>>. Acesso em: 25 fev. 2013.

_____. Lei Ordinária nº 7.709, de 18 de maio de 1994. Dispõe sobre a preservação e proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural do Município de Belém e dá outras providências. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/semaj/app/Sistema/view_lei.php?id_lei=1407>. Acesso em: 18 jan. 2011.

_____. Lei nº 7.603, de 13 de janeiro de 1993. Dispõe sobre o plano diretor do município de Belém e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/847536/lei-7603-93-belem-0>> Acesso em: 3 jan. 2012.

_____. *Plano setorial do Centro Histórico de Belém*. Belém: Prefeitura Municipal de Belém, 1998.

_____. Secretaria Municipal de Obras. *Proposta de Ante projeto para o Código de Obras do Município de Belém*. Belém: Prefeitura Municipal de Belém, 1986.

BRASIL, Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL, Constituição (1988). Portaria no. 127, de 30 de abril de 2009. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 mai. 2009. Seção 1, p. 17.

Documentos e Projetos de Arquitetura

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará

Centro de Documentação

Livros de Registros de Projetos - Anotação de Responsabilidade Técnica (A.R.T.)

CREA-PA. Registro de Projeto nº s/n realizado no dia 15 de maio de 1960. Livro 8, p.77.

_____. Registro de Projeto nº 682 realizado no dia 14 de junho de 1960. Livro 9, p.19.

_____. Registro de Projeto nº 1130 realizado no dia 08 de julho de 1961. Livro 10, p.2.

_____. Registro de Projeto n° 1222 realizado no dia 25 de setembro de 1961. Livro 10, p.21.

_____. Registro de Projeto n° s/n realizado no dia 26 de janeiro de 1962. Livro 10, p.53.

_____. Registro de Projeto n° 2131 realizado no dia 18 de julho de 1963. Livro 12, p.27.

_____. Registro de Projeto n° 2085 realizado no dia 12 de junho de 1963. Livro 12, p.15.

_____. Registro de Projeto n° s/n realizado no dia 6 de abril de 1965. Livro 14, p.38.

_____. Registro de Projeto n° 1378 realizado no dia 30 de agosto de 1979. Livro 32, p.35.

_____. Registro de Projeto n° 1378 realizado no dia 24 de maio de 1949. Livro 1, p.105.

Fórum Landi

FÓRUM LANDI. *Estudo Tipológico e Sócio-Econômico do Bairro da Cidade Velha Belém*. Belém, 2006.

FÓRUM LANDI. *Manual do Guia*. Belém, jan. 2006. Disponível em < http://www.forumlandi.com.br/circuito/manual_guia.pdf >. Acesso em: 10 out. 2007.

VALENTE, Joana. Levantamento Social e Comunitário do bairro da Cidade Velha. Belém: Fórum Landi – UFPA, 2006.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ SR Pará

Departamento de Identificação e Documentação.

Série preservação de bens tombados.

FRAZÃO, Stella B..Caixa 4, Ante-Projeto: Palácio Velho, 1979.

IPHAN. Caixa 4, Entorno do Conjunto Arquitônico Tombados e a Tombar no Bairro de Nazaré, 1985.

_____. Caixa 4, Preservação do Núcleo Histórico da Área Central de Belém, 1984.

_____. Caixa 4, Proposta de Legislação para o Centro Histórico de Belém, 1985.

_____. Caixa 4, Proposta de Redefinição de Gabarito para áreas Adjacentes às Avenidas Presidente Vargas e Nazaré, 1989.

_____. Caixa 4, Termo de Cooperação Técnica que entre Si Celebram a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Fundação Nacional Pró-Memória Através de sua 1ª Diretoria Regional e a Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém, Visando a Elaboração do Estudo e Projetos para a Preservação e Revitalização do Centro Histórico de Belém, 1988.

Jornais

O Diário do Pará, Pará

COMO será o amanhã? *O Diário do Pará*. Belém, 4 nov. 2012. p.2.

Sites Consultados

<http://biblioteca.ibge.gov.br>

<http://www.defender.org.br>

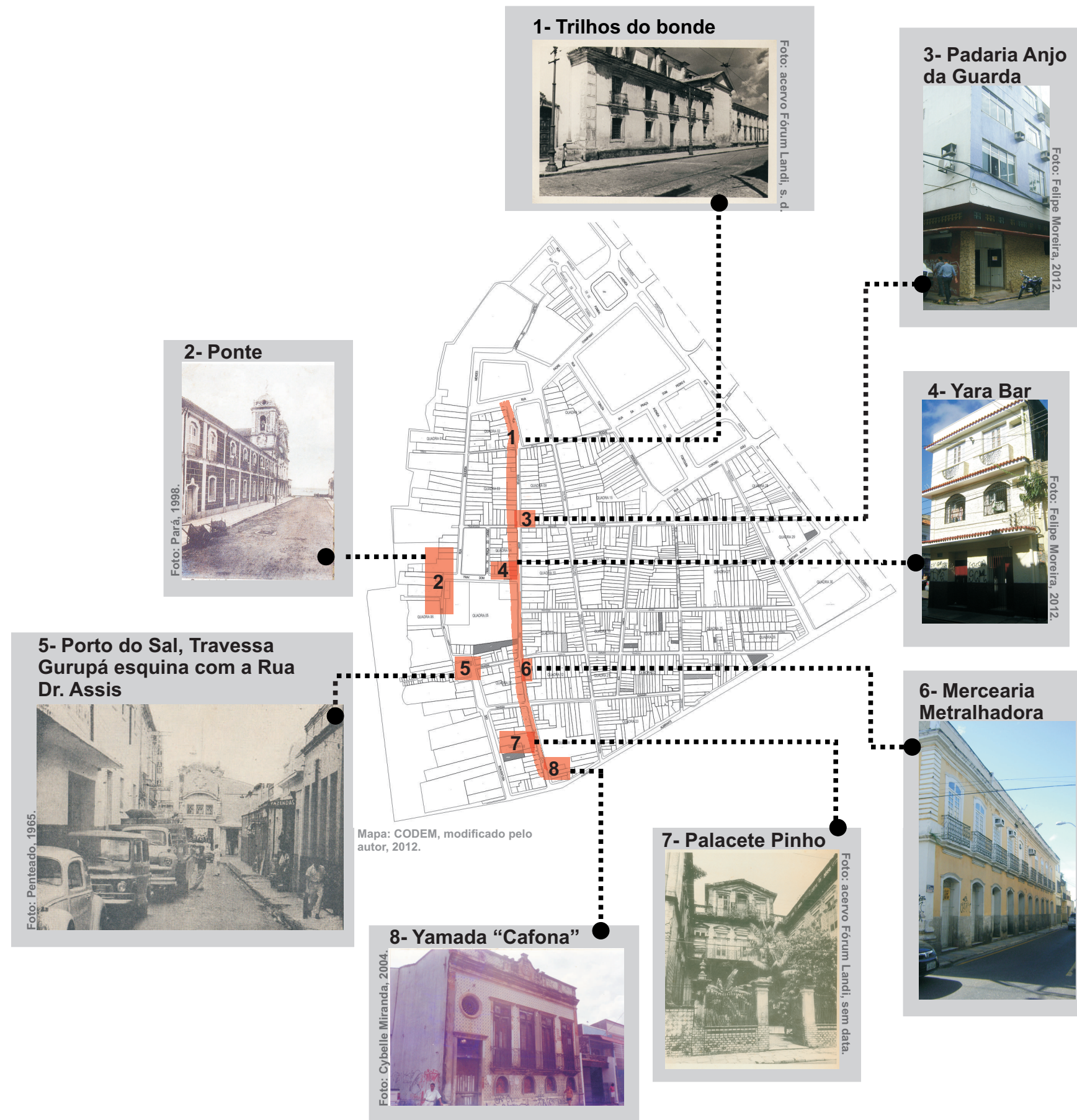
<http://drummond.memoriaviva.com.br>

<http://www.forumlandi.ufpa.br>

<http://www.ufpa.br/cma>

APÊNDICE A - MARCOS DA MEMÓRIA

IMÓVEIS DE RENOVAÇÃO DA RUA DR. ASSIS E A LEITURA PATRIMONIAL DA PAISAGEM



APÊNDICE B

IMÓVEIS DE RENOVAÇÃO DA RUA DR. ASSIS E A LEITURA PATRIMONIAL DA PAISAGEM

A partir da experiência aplicada aos alunos, e os demais dados emergidos ao longo da pesquisa, passamos a refletir sobre o conjunto dos imóveis de renovação, no tocante a leitura da paisagem que ali se encontra. Separamos os imóveis por categorias as quais a leitura dos elementos marcantes se assemelham. Assim temos:

* Apropriação de uma colonialidade “perdida”



* Perturbação Visual



* Camuflagem e Mimetismo “pela adição”



* Camuflagem e Mimetismo “pela subtração”



APÊNDICE B

IMÓVEIS DE RENOVAÇÃO DA RUA DR. ASSIS E A LEITURA PATRIMONIAL DA PAISAGEM

* Tendências modernizantes

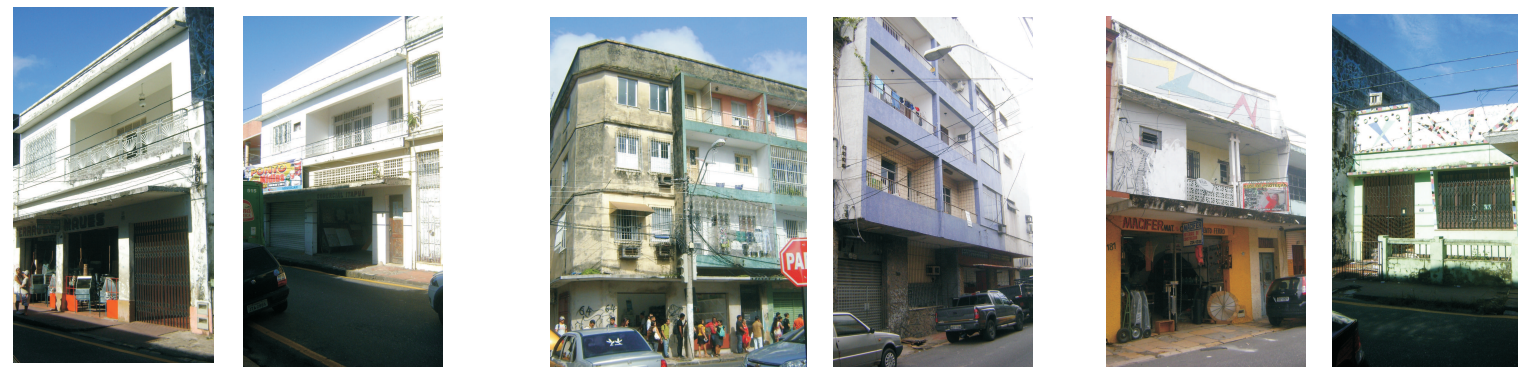
- Tendência art-deco



- Tendência neo-colonial



- Tendência modernista



* Contemporâneos

